



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ALINE BAIMA REBOUÇAS

AS REPRESENTAÇÕES MUDIÁTICAS DOS/AS ESTUDANTES AFRICANOS/AS
NOS JORNAIS O POVO E DIÁRIO DO NORDESTE, DE 2010 A 2018

FORTALEZA

2020

ALINE BAIMA REBOUÇAS

AS REPRESENTAÇÕES MUDIÁTICAS DOS/AS ESTUDANTES AFRICANOS/AS
NOS JORNAIS O POVO E DIÁRIO DO NORDESTE, DE 2010 A 2018

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Linguagens. Linha de pesquisa: Mídia e Práticas Socioculturais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Silvia Helena Belmino Freitas.

Coorientadora: Prof.^a Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R24r

Rebouças, Aline Baima.

As representações midiáticas dos/as estudantes africanos/as nos jornais O Povo e Diário do Nordeste, de 2010 a 2018 / Aline Baima Rebouças. – 2021.
307 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Silvia Helena Belmino Freitas.

Coorientação: Prof. Dr. Vera Regina Rodrigues da Silva.

1. Migrações. 2. Estudantes africanos/as. 3. Racismo. 4. Representações midiáticas. I. Título.

CDD 302.23

ALINE BAIMA REBOUÇAS

AS REPRESENTAÇÕES MUDIÁTICAS DOS/AS ESTUDANTES AFRICANOS/AS
NOS JORNAIS O POVO E DIÁRIO DO NORDESTE, DE 2010 A 2018

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: 29/06/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Silvia Helena Belmino Freitas (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Vera Regina Rodrigues da Silva (Coorientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Mohammed Elhajji
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof.^a Dr.^a Geísa Mattos de Araújo Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Maria Salete Baima Rebouças e Heliezer Costa Rebouças (em memória). Ao movimento feminista negro.

AGRADECIMENTOS

Finalmente este ciclo se fecha. Os desafios deste mestrado já iniciaram no processo de seleção, quando uma questão de saúde na família quase me impediu de participar. Mas eu não imaginava quantos outros viriam depois.

Somados aos desafios que já existem por si só nesse processo de aprendizagem, o meu momento de vida não estava muito favorável e somaram-se ainda problemas na conjuntura brasileira, que tornaram tudo bem mais difícil.

Quando pensei que a situação não poderia piorar, veio uma pandemia mundial no meio da escrita da dissertação, tornando uma tarefa quase impossível conseguir me concentrar em meio a tanto caos. Mas, enfim, cheguei aqui. E, se cheguei, foi com ajuda de muitos e muitas a quem eu preciso agradecer pelo apoio fundamental.

Agradeço à minha mãe, Maria Salete Baima Rebouças, e meu pai, Heliezer Costa Rebouças, por terem sempre buscado fazer o melhor que podiam para me fazer feliz. À minha irmã, Karine Baima, por sempre ter me apoiado, em todos os momentos. Às minhas sobrinhas, Alícia e Laís Rebouças, por serem alegria em minha vida. Ao meu irmão, Alisson Baima, pela ajuda com as planilhas e gráficos.

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Sílvia Belmino, pelas orientações, pela confiança no meu trabalho e autonomia concedida para pesquisa e escrita. À minha coorientadora, Prof.^a Dr.^a Vera Rodrigues, obrigada pelas orientações, por aceitar me acompanhar nesse processo, que foi, como você anunciou, já no nosso primeiro encontro, “um contrato educativo, político e afetivo”.

Agradeço ao Prof. Dr. Mohammed ElHajji e à Prof.^a Dr.^a Geísa Mattos Lima pelas importantes contribuições a este trabalho durante a banca de qualificação e por terem aceitado o convite para participar da minha banca de defesa do mestrado.

Não poderia deixar de agradecer o apoio fundamental de Daniel Fonsêca e Monalisa Xavier. Sem a ajuda de vocês, eu não teria nem ingressado no mestrado e nada disso teria sido possível.

Daniel, que ficou até o último minuto da entrega do projeto, dando apoio crucial não só nesse momento, mas tirando minhas dúvidas muitas vezes ao longo do mestrado. Monalisa, que, além do apoio fundamental no processo da seleção, ajudou-me em muitos momentos, não só tirando minhas dúvidas e dando orientações como ouvindo minhas lamúrias e dando o ombro amigo. Muito obrigada!

Agradeço a todas as mulheres que integram o movimento feminista anticapitalista,

antirracista, antipatriarcal e antilgbtfóbico, representado pelo Fórum Cearense de Mulheres (FCM) e pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a quem devo minha formação ético-política; assim como as e os militantes e intelectuais dos movimentos feminista e negro que vieram antes de nós.

Agradeço especialmente a Francisca Sena, Beth Ferreira e Sheila Nogueira, a Diana Maia, Raylka Franklin e Paula Tárzia, que tiveram as participações mais diretas nesse processo de formação. Muito obrigada!

Às professoras Inês Vitorino e Glícia Pontes, exemplos de docentes. A disciplina de pesquisa foi fundamental para que compreendesse ainda mais meu objeto e fizesse melhor o recorte, ajudando sobremaneira no desenvolvimento desta pesquisa.

A Milena Barroso, pela amizade e apoio, tanto no momento da definição do tema quanto agora. Suas considerações foram de extrema importância para o meu trabalho.

A Robson Braga, com quem realizei a disciplina de estágio à docência e que sempre apoiou meu projeto, além de ter me ajudado na formatação do texto da qualificação.

A Roberta de Castro, pelo apoio desde a seleção e por ter me indicado a Vera Rodrigues! A Gabriela Catunda, pela torcida e ajuda “nos corres” da entrega do texto para a banca.

Ao Felipe Mendes, pela ajuda na formatação deste trabalho.

Às amigas Esterfânia Girão, Lia Burlamaqui e Cíntia Barbosa pela presença e o apoio constantes em minha vida.

À acupunturista Larissa Rocha, que me salvou muitas vezes nos sufocos e estresses que o mestrado provoca. Seu trabalho me ajudou muito a atravessar esse processo.

À turma do mestrado, especificamente a turma do “Engole o choro e escreve”, que tornou esse período tão tenso e difícil em algo mais leve e compartilhado: Thays Lavour, a quem tive prazer de conhecer e me aproximar bastante neste mestrado; Cláudia Rodrigues, Andressa Costa, Camila Garcia, Tiago Braga, William, Daniel Macêdo, Fernanda de Façanha, George Torres, Isabella Miranda, Rafael Silva, Thaís Freitas e William Santos. Foi uma turma realmente diferenciada, de pessoas com bastante conteúdo e comprometidas.

Somos una especie en viaje
No tenemos pertenencias, sino equipaje
Vamos con el polen en el viento
Estamos vivos porque estamos en Movimiento
Nunca estamos quietos
Somos tras humanos,
Somos padres hijos
Nietos y biznietos de inmigrantes
Es más mío lo que sueño que lo que toco

Yo no soy de aquí, pero tú tampoco
Yo no soy de aquí, pero tú tampoco
De ningún lado del todo y
De todos lados un poco

Movimiento – Jorge Drexler

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de identificar e analisar as representações midiáticas dos e das estudantes africanos/as nos jornais impressos de maior circulação no Ceará, O Povo e Diário do Nordeste, no período de 2010 a 2018. A análise se volta às matérias publicadas pelos jornais, a partir de 2010, período que remete à data da criação da Universidade de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que configura um marco para as migrações africanas no Ceará. Trabalhamos com perspectivas de análise que buscam questionar a colonialidade, bem como com a Teoria Social Crítica e com os Estudos Culturais na abordagem de questões sobre mídia, migrações, racismo e representações, com referência em autores/as como Sodré (2007), Ramos (2002), Hall (1996;2016), Quijano (2000), Kellner (2001). O corpus da pesquisa é composto por 82 matérias, 44 do DN e 38 do Jornal O Povo, obtidas por meio de busca nos bancos de dados internos dos dois jornais. Após categorização (BARDIN, 1977), e com o aporte conceitual e metodológico da Análise Crítica do Discurso (VAN DIJK, 1983; 1993; 2002), problematizamos as semelhanças e diferenças nas representações produzidas e re(produzidas) sobre esses sujeitos nesses jornais. Além disso, a pesquisa identificou relações entre as estruturas discursivas e as dimensões culturais, ideológicas e políticas do racismo nos conteúdos produzidos e difundidos pelos jornais selecionados, bem como se ocupou dos elementos que compõem os discursos que favorecem a (re)produção e manutenção da dominação econômico, social, política e simbólica dos grupos hegemônicos. Concluímos que os discursos dos jornais analisados produziram representações, na maioria das vezes, positivas em relação ao “Nós”, brasileiros e cearenses, e negativas “Deles/as”, os/as migrantes/estudantes africanos/as. Essa situação, contudo, inverte-se em matérias e séries especiais que se pautam predominantemente na concepção dos/as migrantes como sujeitos de direitos e agentes de transformação das suas realidades.

Palavras-chave: Migrações. Estudantes africanos/as. Racismo. Representações Midiáticas.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo identificar y analizar las representaciones de los estudiantes africanos en los principales periódicos impresos en Ceará, O Povo y Diário do Nordeste, de 2010 a 2018. El análisis se centra en los artículos publicados por periódicos, a partir de 2010, un período que se refiere a la fecha de creación de la Universidad para la Integración de la Lusofonía Afrobrasileña (UNILAB), que establece un punto de referencia para las migraciones africanas en Ceará. Trabajamos con perspectivas de análisis que cuestionan la colonialidad, con la Teoría social crítica y con los estudios culturales para abordar preguntas sobre medios, migraciones, racismo y representaciones, con referencia a autores como Sodré (2007), Ramos (2002), Hall (1996; 2016), Quijano (2000), Kellner (2001). El corpus de investigación consta de 82 artículos, 44 de DN y 38 de Jornal O Povo, obtenidos mediante la búsqueda en las bases de datos internas de ambos periódicos. Después de la categorización (BARDIN, 1977), y con la contribución conceptual y metodológica del Análisis Crítico del Discurso (VAN DIJK, 1983; 1993; 2002), problematizamos las similitudes y diferencias en las representaciones producidas y reproducidas sobre estos temas en estos periódicos. Además, la investigación identificó las relaciones entre las estructuras discursivas y las dimensiones culturales, ideológicas y políticas del racismo en el contenido producido y difundido por los periódicos seleccionados, y también trató los elementos que conforman los discursos que favorecen la (re)producción y mantenimiento de la Dominación económica, social, política y simbólica de los grupos hegemónicos. Concluimos que los discursos de los periódicos analizados produjeron representaciones, la mayoría de las veces, positivas en relación con "Nosotros", brasileños y cearenses, y negativas "de ellos", los inmigrantes / estudiantes africanos. Sin embargo, esta situación se invierte en artículos y series especiales que se basan predominantemente en la concepción de los migrantes como sujetos de derechos y agentes de transformación de sus realidades.

Palabras clave: Migraciones. Estudiantes africanos. Racismo. Representaciones de los medios.

ABSTRACT

This research aims to identify and analyze the media representations of African students in the newspapers with the largest circulation in Ceará, O Povo and Diário do Nordeste, from 2010 to 2018. The analysis is based on articles published by newspapers from 2010, a period that goes back to the creation of the University of Integration of the Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB), which is a milestone for African migrations in Ceará. We work with perspectives of analysis that seek to question coloniality, as well as with Critical Social Theory and Cultural Studies in addressing issues about media, migrations, racism and representations, with reference to authors such as Sodré (2007), Ramos (2002), Hall (1996;2016), Quijano (2000), Kellner (2001). The research corpus is composed by 82 articles, 44 from DN and 38 from O Povo Newspaper, obtained by searching the internal databases of both newspapers. After categorization (BARDIN, 1977), and with the conceptual and methodological contribution of the Critical Discourse Analysis (VAN DIJK, 1983; 1993; 2002), we problematize the similarities and differences in the representations produced and re(produced) about these subjects in these newspapers. In addition, the research identified relationships between discursive structures and the cultural, ideological and political dimensions of racism in the contents produced and disseminated by the selected newspapers, as well as the elements that compose the discourses that favor the (re)production and maintenance of economic, social, political and symbolic domination of hegemonic groups. We concluded that the discourses of the analyzed newspapers produced representations, most of the time positive in relation to "We", Brazilians and Ceará citizens, and negative in relation to "They", the African migrants/students. This situation, however, is reversed in special subjects and series that are predominantly based on the conception of migrants as subjects of rights and agents of transformation of their realities.

Keywords: Migration. African students. Racism. Media representations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – “Seja Universitário no Brasil”, cartaz Faculdade Evolução	79
Figura 2 – Quadro descritivo das desigualdades entre brancos e negros no Brasil em diversos setores	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Aspectos que influenciam o estudante na escolha do país de destino	51
Tabela 2	– PEC-G Selecionados África, 2000 a 2019	62
Tabela 3	– PEC-G Selecionados América Latina e Caribe, 2000 a 2019	63
Tabela 4	– PEC-G Selecionados Ásia, 2000 a 2019	63
Tabela 5	– Estudantes de países africanos selecionados no programa PEC-G no Ceará, de 2013 a 2020	65
Tabela 6	– Migrantes africanos no Ceará, no período de 2010 a 2018	66
Tabela 7	– Quadro de ingressantes e diplomados da Unilab	73
Tabela 8	– População do Brasil, Nordeste e Ceará por cor/raça – 2010	93
Tabela 9	– Tipos de mídia analisados	115
Tabela 10	– Nacionalidades estudadas nas pesquisas e região/estado/município	116
Tabela 11	– Termos utilizados para primeira busca nos arquivos de O Povo	143
Tabela 12	– Termos utilizados para segunda busca nos arquivos de O Povo	144
Tabela 13	– Resultado para a primeira busca nos arquivos de O Povo	145
Tabela 14	– Resultado para a segunda busca nos arquivos de O Povo	146
Tabela 15	– Termos utilizados para primeira busca no Diário do Nordeste	147
Tabela 16	– Termos utilizados para segunda busca no Diário do Nordeste	147
Tabela 17	– Resultado para primeira busca no Diário do Nordeste	148
Tabela 18	– Resultado para segunda busca no Diário do Nordeste	149
Tabela 19	– Divisão das matérias por núcleo/editoria no jornal O Povo	164
Tabela 20	– Divisão das matérias por núcleo/editoria no jornal Diário do Nordeste	165
Tabela 21	– Categorias presentes no corpus analisado	170

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CAPÍTULO 1 - POLÍTICA EXTERNA, MOBILIDADE ESTUDANTIL E SUA RELAÇÃO COM A MIGRAÇÃO AFRICANA NO CEARÁ	21
2.1	Breve Contexto das Migrações no Mundo, no Brasil e no Ceará	21
2.2	Passado e presente das migrações no Brasil: do Estatuto do Estrangeiro à Nova Lei de Migração, à Portaria MJ 666/2019 e um jabuti	33
2.3	A Política externa brasileira e sua relação com as migrações: do incentivo às relações Sul-Sul ao retorno à síndrome do vira-lata	40
3.	CAPÍTULO 2 - MIGRAÇÕES AFRICANAS NO CEARÁ: CONTEXTOS E CONFLITOS NA “TERRA DA LUZ”	47
3.1	Breves reflexões sobre a mobilidade acadêmica internacional e sua relação com as migrações	47
3.2	Cooperação Sul-Sul e a migração para estudo no Brasil: o caso dos/as estudantes africanos/as em Instituições de Ensino Superior públicas do Ceará pelo Programa PEC-G e na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab	55
3.2.1	<i>O Programa de Estudantes - Convênio de Graduação PEC-G e a migração de estudantes africanos/as para o Brasil</i>	58
3.2.2	<i>A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e a migração africana para o Ceará</i>	70
3.2.3	<i>O caso das faculdades particulares</i>	77
3.2.4	<i>O racismo à cearense e as resistências do povo negro no estado</i>	83
4.	CAPÍTULO 3 - MIGRAÇÃO, MÍDIA E PRODUÇÃO DE SENTIDOS	96
4.1	As teorias das migrações: buscando compreender esse fenômeno complexo e em constante atualização	96
4.2	As relações entre mídia e migração, e vice-versa	106
4.3	Um mapeamento dos estudos sobre migração e comunicação no Brasil	113
4.4	Mídia, migração e racismo	120
4.5	Jornalismo e produção de sentidos: as representações midiáticas	133
5.	CAPÍTULO 4 - “NÓS E ELES”: AS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS DOS/AS ESTUDANTES AFRICANOS/AS NOS JORNAIS O POVO E DIÁRIO DO NORDESTE	141
5.1	Procedimentos metodológicos: categorização e Análise Crítica do Discurso	141
5.1.1	<i>O corpus</i>	143
5.1.1.1	<i>Jornal O Povo</i>	143

5.1.1.2	Jornal Diário do Nordeste.....	146
5.1.2	<i>Procedimentos teórico-metodológicos</i>	152
5.2	Conhecendo os jornais O Povo e Diário do Nordeste	160
5.2.1	<i>Jornal O POVO</i>	160
5.2.2	<i>Jornal Diário do Nordeste</i>	162
5.3	Procedimentos de Categorização	163
5.4	Análise por núcleos/editorias	166
5.5	Análise por categorias presentes no <i>corpus</i>	168
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	210
	REFERÊNCIAS	216
	ANEXO A - MATÉRIAS ANALISADAS	224
	ANEXO B - TEXTOS SELECIONADOS DO <i>CORPUS</i> (DIÁRIO DO NORDESTE)	230
	ANEXO C - TEXTOS SELECIONADOS DO <i>CORPUS</i> (O POVO)	262
	ANEXO D - MIGRANTES NO CEARÁ, NO PERÍODO DE 2010 A 2018	288
	ANEXO E - RELATÓRIO SITUACIONAL DO INGRESSO E PERMANÊNCIA DE JOVENS NAS FACULDADES FATENE E EVOLUÇÃO	294
	ANEXO F - ORIENTAÇÕES PARA UMA BOA ESTADA NO BRASIL (INSTITUTO GUINÉ-BISSAU-CEARÁ)	304

1 INTRODUÇÃO

Dos caminhos que me conduziram ao objeto de pesquisa

Uma conjunção de fatores me conduziu ao objeto de pesquisa sobre as migrações africanas no Ceará, cada um com um peso diferente e em momentos distintos, mas que se somaram para delinear o tom e os caminhos da pesquisa.

Um desses motivos foi minha própria vivência como migrante. Fui aprovada no concurso para jornalista da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, cuja vaga era na cidade do Rio de Janeiro, o que me fez mudar para lá em novembro de 2013.

Morar numa cidade que eu adorava, assumir uma vaga no que é considerado um dos melhores concursos da minha área e poder vivenciar novas experiências me pareceu uma oportunidade única, uma vivência que eu estava ansiosa para ter.

Era a primeira vez que morava fora de Fortaleza. Sempre gostei de viajar e sonhava em viver em outros lugares, então a mudança me parecia algo tranquilo, mas não foi como eu imaginava. Essa experiência me fez vivenciar sensações, sentimentos, situações que nunca tinha vivido antes.

Naquele momento, não era capaz de imaginar o tamanho da diferença cultural que existia dentro do mesmo país. O processo de acolhimento e sociabilização foi bastante difícil na nova cidade. As dificuldades, como os preconceitos contra os nordestinos, além de um ambiente de trabalho que tinha mais um perfil de empresa do que de um órgão público, permearam esse processo de adaptação.

Ficar longe da família, dos amigos e de toda sua rede de apoio não é uma tarefa fácil, principalmente quando o novo local de moradia não se mostra tão acolhedor. Sempre fui bastante independente e gostei de ficar só, mas essa experiência me fez vivenciar a solidão de uma forma que nunca havia sentido.

Foi uma experiência muito nova e assustadora para mim, mas que também permitiu me conhecer melhor, repensar as minhas escolhas. Como achava que moraria para sempre no Rio, era uma sensação estranha a que sentia quando vinha para Fortaleza. De repente, eu não me via mais pertencendo àquele lugar. Fortaleza era o lugar da saudade, dos momentos bem passageiros que eu tinha quando conseguia vir. Ao mesmo tempo, não me sentia pertencente ao Rio.

O conflito entre o projeto que me permitiria realização (independência financeira, um trabalho “estável” etc) e a situação objetiva de não estar feliz com esse projeto dos sonhos

nem com a cidade que recebe o título de maravilhosa, e – pior – não ter outro projeto nem plano nem desejo para botar no lugar, deixou-me bastante tensa.

O fato de ter ido com a obrigação, imposta por mim mesma, de ter que construir minha vida lá, transformou-se num peso que marcou toda a vivência naquela cidade. Como não conseguia me vislumbrar abandonando um concurso como aquele, algo que é muito buscado pelas pessoas como um caminho para a estabilidade (de trabalho, financeira e pessoal), ironicamente, foi o que se transformou numa prisão para mim, e em algo que me desestabilizava.

Seis anos depois, vejo que existem tantas outras possibilidades, inclusive a de deixar o serviço público, que me espanta eu não ter conseguido visualizar alternativas naquele momento.

Passei dois anos no Rio e, em 2016, voltei à Fortaleza, mas numa situação provisória. Estou requisitada, trabalhando na assessoria da Defensoria Pública da União desde então, mas ainda sou servidora da ANP e algum dia vou ter que retornar ao trabalho lá no Rio.

Enquanto isso, estou nessa vivência em trânsito, sem uma certeza, ainda que momentânea, de onde trabalharei ou morarei nos próximos anos. Estou nesse processo tentando entender essa vivência, apreender tudo que essa experiência me proporcionou.

Num primeiro momento, não tive a percepção de que a escolha pelo tema da minha pesquisa tinha muito das minhas próprias inquietações sobre a experiência que tive como migrante e que, quatro anos depois de voltar do Rio de Janeiro, ainda não consegui elaborar completamente.

Embora a minha experiência migratória tenha sido bastante privilegiada por uma série de fatores (mesmo país, mesma língua, emprego garantido, boas condições financeiras para me manter no local, o fato de já conhecer pessoas que moravam na cidade etc), o que a diferencia enormemente de boa parte das experiências migratórias, ela não deixou de ser bastante desafiadora. Apesar dessas diferenças destacadas, existem vários pontos de contato entre essas vivências também, principalmente as de cunho mais subjetivo.

Minha experiência profissional também me pôs em contato com a questão das migrações africanas no Ceará. Desde 2016, trabalho na Defensoria Pública da União (DPU), órgão federal que atua na garantia de acesso à justiça às pessoas que não têm condições de pagar por um advogado, o que inclui também a defesa de migrantes em situação de vulnerabilidade no país.

Entre as principais atuações nesse campo estão casos como negativa de visto de permanência pela Polícia Federal (PF), questões de regularização da situação no país, ações

envolvendo pedidos de refúgio, processos criminais contra estrangeiros, entre outros. O órgão possui ainda o Grupo de Trabalho Migrações, Apatridia e Refúgio, que atua especificamente com questões relacionadas a esse tema.

Em 2016, o órgão realizou atendimento a um grupo de migrantes africanos que estava ameaçado de deportação por não ter conseguido renovar o visto de permanência. Na reunião, da qual participei, o grupo denunciou várias violações cometidas pelas faculdades particulares, entre elas a negativa de concessão da declaração de matrícula na faculdade, o que impediu que renovassem o visto junto à PF, uma vez que a comprovação da condição de estudantes garantia a extensão da permanência no país. Situações de racismo vivenciadas por esses estudantes, tanto provenientes da gestão da faculdade, de professores quanto de outros alunos, também foram denunciadas durante o encontro.

Essa questão me chamou atenção para a situação dos migrantes de origem africana que vieram ao Ceará para estudo, o que me motivou a buscar mais informações sobre esses estudantes e suas experiências de vida no país e especificamente no Ceará, tendo participado, ainda antes do ingresso no mestrado, de eventos relacionados ao tema, como o Seminário Filhos da África: desafios da inserção e adaptação de estudantes na vida acadêmica, realizado pelo projeto de extensão TI2EA, em parceria com o Departamento de Computação da Universidade Federal do Ceará, em agosto de 2017.

A criação, em 2010, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (Unilab), uma Universidade para promoção da integração entre países lusófonos, principalmente africanos¹, representou um marco histórico para a questão das migrações africanas no país e especificamente no Ceará, provocando diversos tensionamentos em torno das questões migratória e étnico-racial no estado e nos municípios de Redenção e Acarape, onde a Universidade possui *campi*.

A vinda de centenas de estudantes para estudar na Universidade promoveu alterações no contexto migratório e sociocultural do estado do Ceará e dos municípios de Redenção e Acarape, trazendo à tona também os conflitos, que remontam não só às diferentes visões em torno das migrações, da atual migração africana especificamente, como também a um passado que se faz ainda bastante presente, de visões construídas em torno das questões étnico-raciais no estado do Ceará.

¹ Conforme site da Unilab: A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) nasce baseada nos princípios de cooperação solidária. Em parceria com outros países, principalmente africanos, a Unilab desenvolve formas de crescimento econômico, político e social entre os estudantes, formando cidadãos capazes de multiplicar o aprendizado. Ver em: <<http://www.unilab.edu.br/como-surgiu/>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

Essas visões perpassam pelo histórico das migrações forçadas de milhares de africanos trazidos pelos colonizadores portugueses ao Brasil para serem escravizados, do XVI até meados do século XIX, e que até hoje não tiveram a devida reparação pelo Estado brasileiro.

A desigualdade racial é estruturante do Estado Brasileiro² e permeia todas as nossas relações sociais. E o Ceará, estado que recebeu a alcunha de “terra da luz”, por ser daqui a primeira província a libertar os escravizados, no município de Redenção, onde atualmente localiza-se uma das sedes da Unilab, é também o que nega a existência de negros.

É nesse contexto que vão se relacionar os migrantes africanos que aqui chegam. Essas contradições também aparecem nas notícias produzidas pelos jornais impressos de maior circulação no estado: o jornal O Povo e o Diário do Nordeste.

Nas matérias que compõem o nosso *corpus* de pesquisa, observamos que ora o discurso reforça determinadas visões estereotipadas em relação às migrações e aos migrantes africanos, ora abordam a integração cultural no estado pelo contato com diferentes culturas e dão vozes a esses migrantes que denunciam experiências de racismo na “Terra da luz”.

Desde então, venho acompanhando o tema das Migrações não só nos estudos acadêmicos como no trabalho, tendo participado do curso de 40h, intitulado *Uma introdução às migrações internacionais no Brasil contemporâneo*, realizado em parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), agência integrante do Sistema da Organização das Nações Unidas.

Particpei ainda, como integrante da equipe que organizou e executou as atividades, da missão *Assistência Legal a Migrantes Warao em situação de vulnerabilidade no Brasil*, realizada em Belém-PA, de 29 de outubro a 02 de novembro de 2018, pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, em parceria com a Organização Internacional para Migrações (OIM), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Defensoria Pública da União.

Nessa missão, acompanhei de perto a situação dos migrantes indígenas venezuelanos da etnia Warao no norte do Brasil e pude entrar em contato mais diretamente com os impactos dos contextos culturais, econômicos, políticos e sociais que envolvem as migrações venezuelanas para o país e as vivências dos venezuelanos indígenas como migrantes e/ou solicitantes de refúgio. Após a vinda de um grupo de cerca de 49 migrantes dessa etnia para

² Utilizamos aqui o conceito de Racismo estrutural proposto por Silvio de Almeida (2018), segundo o qual “O racismo não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados é estruturalmente reproduzida.”

Fortaleza, em março de 2019, acompanhei a situação deles no estado como integrante do Grupo de Trabalho para atenção aos migrantes Warao no Ceará, criado pela DPU no mesmo mês.

Essas experiências têm me colocado em maior contato com os diferentes contextos migratórios e gerado uma série de questionamentos e reflexões que eu busco aprofundar no processo de pesquisa do mestrado.

Por fim, não posso deixar de destacar a minha formação como militante feminista, que também me aproximou do tema de pesquisa. A minha inserção no campo do feminismo anticapitalista e antirracista, que se deu com a militância que tive no Fórum Cearense de Mulheres (FCM) e na Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) por mais de seis anos, contribuiu sobremaneira para o meu olhar sobre questões de cunho social, cultural, econômico e político.

É também essa leitura de mundo que me faz perceber que as minhas vivências pessoais, como mulher branca, impõem um limite na discussão sobre questões étnico-raciais. O fato de não ter vivenciado o racismo, cotidiano e tão estruturante nas relações sociais, limita minha percepção sobre questões relacionadas ao racismo.

Essa dimensão da vivência eu não terei, embora o enfrentamento ao racismo e a luta antirracista sejam bastante caros para mim e acredite que essa luta deve ser um projeto de todos que defendem um mundo mais justo e igualitário, livre de opressões, o que difere de se falar em nome de, ocupar o lugar de fala desses sujeitos políticos.

O entendimento proposto aqui é de que os sujeitos políticos da luta contra o racismo são as pessoas que sofrem o racismo. Porém, denunciar o racismo estrutural na nossa sociedade, reconhecendo os locais de fala e colocando em questão os privilégios que a população branca, na qual me incluo, teve e tem nessa sociedade que se estrutura com base na opressão étnico-racial, deve ser um compromisso de todos os que buscam contribuir com a luta antirracista.

Nessa busca e compromisso com a seriedade e responsabilidade que a complexidade do tema das migrações e do racismo exigem, uma vez que a pesquisa envolve as migrações de pessoas de países africanos, portanto a questão racial é uma dimensão central na pesquisa, convidei a Prof^ª Dr^ª Vera Rodrigues, militante do movimento negro, professora da Unilab e pesquisadora do tema étnico-racial, para coorientar esta pesquisa. A contribuição da professora Vera foi fundamental para que essa questão fosse abordada com a profundidade e seriedade que o tema exige.

O referencial teórico composto, em boa parte, por autores africanos e não ocidentais, buscando uma perspectiva não colonial, também fez parte dessa proposta de se fazer

um estranhamento, trazer um olhar não eurocêntrico, diferente daquele com o qual o Ocidente costuma perceber a questão das migrações.

A partir desse olhar crítico sobre esse modelo de sociedade no qual vivemos, que tem o patriarcado, o racismo e o capitalismo como estruturante das desigualdades sociais, econômicas e políticas, que percebo o fenômeno das migrações internacionais.

Estudar questões como as migrações africanas e a comunicação diz muito sobre o campo do conhecimento para o qual pretendo contribuir, dentro do projeto de mundo do qual eu compartilho, que é o projeto feminista no qual esses movimentos estão inseridos. Juntando todos esses pontos, essas escolhas passam a fazer todo o sentido.

Diante da importância que as comunicações exercem na contemporaneidade e da sua relação com o processo das migrações, e considerando que a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) representa um marco no contexto das migrações no Ceará, esta pesquisa se propôs a analisar: **quais as representações midiáticas produzidas sobre os e as estudantes africanos/as nos jornais impressos de maior circulação no Ceará?**

A partir do que conceitua Hall (2016) sobre os sistemas de comunicação - entendendo-os como vinculados “a posições e estruturas específicas de poder”, buscamos alcançar esse objetivo por meio da análise dos discursos produzidos em torno dos e das estudantes africanos/as nos jornais O Povo e Diário do Nordeste, no período de 2010 a 2018.

No primeiro capítulo, contextualizamos as migrações no mundo, no Brasil e no Ceará, o contexto sociopolítico das migrações no país, com panorama dos marcos regulatórios das migrações e seu contexto na política externa brasileira.

No segundo, abordamos os diferentes contextos envolvendo os migrantes africanos no Ceará, no âmbito da mobilidade acadêmica para estudo, seja por meio do Programa Estudante-Convênio Graduação (PEC-G), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) ou das faculdades particulares, bem como os conflitos envolvendo o racismo e a negação da identidade negra no Ceará e no município de Redenção e suas implicações nas representações sobre os migrantes dos países africanos.

No terceiro capítulo, tratamos da relação entre o jornalismo e produção de sentidos, a partir da relação entre mídia, migração e racismo, e das representações midiáticas.

O último capítulo traz o detalhamento dos procedimentos metodológicos, categorização (BARDIN, 1977) e Análise Crítica do Discurso (VAN DIJK, 1983, 1993a; 2001), com a respectiva análise das matérias selecionadas do corpus, a partir das quatro categorias identificadas: Categoria 1 - A Unilab e a evocação do discurso histórico sobre o Ceará Terra da

Luz e a Redentora Redenção; Categoria 2 - Discursos sobre o Ceará: a cordialidade em questão; Categoria 3 - Securitização e criminalização das migrações como expressão do racismo e Categoria 4 - África, identidade e resistências negras no Ceará.

Com o aporte conceitual e metodológico da Análise Crítica do Discurso (VAN DIJK, 1983; 1993; 2002), além da análise de tais representações midiáticas, problematizamos as semelhanças e diferenças nas representações produzidas e re(produzidas) nos jornais impressos O Povo e Diário do Nordeste.

Além disso, a pesquisa identificou as relações entre as estruturas discursivas e as dimensões culturais, ideológicas e políticas do racismo nos conteúdos produzidos e difundidos pelos jornais selecionados, bem como se ocupou de apreender os elementos que compõem os discursos que favorecem a (re)produção e manutenção da dominação econômico, social, política e simbólica dos grupos hegemônicos.

2 CAPÍTULO 1 - POLÍTICA EXTERNA, MOBILIDADE ESTUDANTIL E SUA RELAÇÃO COM A MIGRAÇÃO AFRICANA NO CEARÁ

2.1 Breve Contexto das Migrações no Mundo, no Brasil e no Ceará

A mobilidade populacional faz parte da experiência humana desde os primórdios das civilizações, quando, diante da falta de mecanismos e de instrumentos para garantia da sobrevivência da população, estas precisavam constantemente se deslocar em busca de novos recursos.

Os modos de vida nômades foram predominantes durante séculos, até que o domínio da natureza e o desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas, entre outras, permitiram as pessoas se fixarem nos territórios, adotando modos de vida sedentários.

Esses movimentos populacionais foram causados, ao longo da história da civilização mundial, não só pelas intempéries da natureza (enchentes, esgotamento do solo, grandes secas etc), mas também pela ação humana.

Disputas étnicas, raciais, religiosas e guerras por territórios levaram a deslocamentos de populações inteiras, entre as mais conhecidas na história da humanidade, podemos citar a diáspora judaica³, em 70 D.C., quando os romanos destruíram Jerusalém e expulsaram o povo judeu, causando sua dispersão pelo mundo, e a diáspora africana, gerada pelo deslocamento forçado em massa de povos africanos de várias etnias para escravização nas colônias europeias do século XV ao XIX, por meio do tráfico transatlântico.

Contudo, de acordo com cada momento específico, as migrações ganham diferentes contornos e configurações. No século XXI, elas continuam sendo um fenômeno importante no contexto global, ocorrendo por uma busca de melhores condições econômicas, de trabalho ou estudo, ou forçada por guerras, perseguições políticas, religiosas, por questões étnico-raciais, orientação sexual etc.

No contexto da globalização, com o aprofundamento das liberalizações para intercâmbio de mercadorias e de fluxos financeiros (CHESNAIS, 1999), o processo de mundialização das mercadorias e da cultura (ORTIZ, 1994) e o avanço das novas tecnologias da informação e da comunicação, o fluxo mundial de pessoas ganha novas dimensões.

³Disponível em: <<http://unisinos.br/blogs/ndh/2014/07/28/palestina-diaspora-e-territorio-em-questao-na-barbarie-de-israel>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

A integração das culturas e a midiaticização das relações sociais em escala global poderiam facilitar o fluxo de pessoas, extrapolando fronteiras, contudo o que assistimos tem sido a criação de inúmeras barreiras a esse processo migratório.

Países liberais, que têm defendido a desregulamentação dos mercados e o livre trânsito das produções culturais nas últimas décadas, ao mesmo tempo, têm criado políticas protecionistas, controles migratórios e barreiras ao acesso a políticas sociais por migrantes.

Mármora (2005) questiona o suposto paradoxo entre a liberdade das mercadorias e produtos no sistema liberal e as restrições impostas pelos países aos fluxos migratórios internacionais no mundo globalizado.

[Mármora] expôs [...] que, no modelo globalizante, a livre mobilidade de todos os produtos não é tão livre, só existe de maneira completa em determinado sentido: de Norte a Sul. Não é livre, por exemplo, o movimento das tecnologias, se se considera a forma como se há incrementado as leis de patentes nos últimos anos, que em geral protegem os grandes monopólios. O movimento de capitais também está condicionado, entre outras coisas, pelo fator de risco que se adjudica a um país [...]. Então, antes que um paradoxo, os obstáculos à mobilidade de pessoas respondem à lógica de uma globalização unilateral, monopolista e excludente (MARTÍNEZ PIZARRO; STANG ALVA, 2005)⁴.

Appadurai (2001) aponta a relação entre o desenvolvimento e a velocidade dos fluxos de imagens e informações, além de seu impacto na produção de subjetividades e as migrações modernas.

Devido à pura multiplicidade das formas que adotam e a velocidade com que avançam e se instalam nas rotinas da vida cotidiana, os meios de comunicação eletrônicos proveem recursos e matéria-prima para fazer da construção da imagem de si um projeto social cotidiano. O mesmo que ocorre com a mediação ocorre com o movimento. Por certo, as migrações em massa (sejam voluntárias ou forçadas) não são um fenômeno novo na história da humanidade. Mas quando as justapomos à velocidade do fluxo de imagens, roteiros e sensações veiculados pelos meios massivos de comunicação, temos como resultado uma nova ordem de instabilidade na produção das subjetividades modernas (APPADURAI, 2001, p. 7, tradução nossa)⁵.

⁴ Texto original: “[...] en el modelo globalizador la libre movilidad de todos los factores no es tan libre, sólo existe de manera completa en un determinado sentido: de norte a sur. No es libre, por ejemplo, el movimiento de las tecnologías, si se considera la forma en que se han incrementado en los últimos años las leyes de patentes, que en general protegen a los grandes monopolios. El movimiento de capitales también está condicionado, entre otras cosas, por el factor de riesgo que se adjudica a un país (...). Entonces, antes que una paradoja, los obstáculos a la movilidad de las personas responden a la lógica de una globalización unilateral, monopolística y excluyente. In: *Lógica y paradoja: libre comercio, migración limitada Memorias del Taller sobre Migración Internacional y Procesos de Integración y Cooperación Regional*.”

⁵ Texto original: “Debido a la pura multiplicidad de las formas que adoptan y a la velocidad con que avanzan y se instalan en las rutinas de la vida cotidiana, los medios de comunicación electrónicos proveen recursos y materia prima para hacer de la construcción de la imagen del yo, un proyecto social cotidiano. Lo mismo que ocurre con la mediación ocurre con el movimiento. Por cierto, las migraciones en masa (ya sean voluntarias o forçadas) no son un fenómeno nuevo en la historia de la humanidad. Pero cuando las yuxtaponemos con la velocidad del flujo de imágenes, guiones y sensaciones vehiculados por los medios masivos de comunicación, tenemos como resultado un nuevo orden de inestabilidad en la producción de las subjetividades modernas”.

Independente das motivações, as migrações trazem consigo uma série de implicações políticas, socioculturais e econômicas que pautam diferentes países, induzindo a criação de políticas específicas para lidar com a questão.

Diante de pressões nos fluxos migratórios no mundo e das múltiplas implicações geradas por isso, essa questão assume uma centralidade no debate político, econômico e social contemporâneo, estando na agenda das discussões de instituições multilaterais e de negociações internacionais, impactando decisões globais.

Convém, aqui, uma breve digressão: apesar de muitos profissionais de comunicação utilizarem os termos “migrantes” e “refugiados” como sinônimos ou mesmo como o segundo sendo uma subcategoria do primeiro, não é conveniente manter qualquer tipo de relação direta entre ambos.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), não existe uma definição legal uniforme para o termo “migrante”, embora estatísticas globais em migrações internacionais normalmente utilizem uma definição de migração internacional que inclui os movimentos de solicitantes de refúgio e de refugiados.

Nesta pesquisa, optamos por utilizar o conceito de migrante numa acepção genérica daquelas populações que realizam deslocamentos, independente da motivação, buscando, por exemplo, melhores oportunidades econômicas.

Utilizamos o conceito de migrante internacional definido pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), pois é largamente utilizada no estabelecimento das estatísticas de diversos governos, bem como para a formulação de políticas relacionadas ao tema.

Para OIM (2010), a migração internacional é o movimento de pessoas que deixam seu país de origem ou residência habitual para se fixarem, permanente ou temporariamente, noutro país. Consequentemente, implica a transposição de fronteiras internacionais.

Cabe destacar também a diferença entre migração e o turismo, pois a primeira é caracterizada pelo desejo de permanecer (de forma temporária ou permanente) por um período significativo e/ou criar laços e/ou vínculos no estado ou país de destino ou de acolhimento.

A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, entende por migração a permanência da pessoa no país de destino num período mínimo de um ano, qualificando um período inferior como uma visita temporária.

Por outro lado, a ideia de refugiado está intrinsecamente vinculada às condições objetivas de sobrevivência, já que essas pessoas não podem retornar às suas casas em segurança e, por isso mesmo, têm proteções específicas asseguradas pelo direito internacional.

Segundo dados do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (Desa) da Organização das Nações Unidas (ONU), o número de migrantes internacionais alcançou 272 milhões em 2019.⁶

O aumento no número de migrantes internacionais foi de 51 milhões desde 2010. Atualmente, elas e eles somam 3,5% da população global, comparados com 2,8% em 2000.

Entre 2000 e 2017, a Ásia recebeu mais migrantes internacionais do que qualquer outra região, tendo acréscimo de 30 milhões de migrantes nesse período, representando um aumento líquido de 1,8 milhão de migrantes por ano. A Europa teve o segundo maior acréscimo, 22 milhões, seguida pela América do Norte (17 milhões) e pela África (10 milhões).

Na Europa, que passa pelo maior fluxo migratório desde a Segunda Guerra Mundial, o que é intensificado, entre outros fatores, pela guerra na Síria, a questão das migrações tem tido destaque na agenda política dos diversos países do continente.

Entre as causas estruturais para esse aumento das migrações internacionais, Basso (2015)⁷ destaca:

- 1) A desigualdade de desenvolvimento produzida pelo colonialismo e neocolonialismo, que têm dividido o mundo em países ricos e países pobres.
- 2) A violenta pressão do capital e das multinacionais do agronegócio sobre a agricultura dos países da Ásia, da África, da América Latina, que está expulsando do campo enormes massas de camponeses pobres e trabalhadores rurais.
- 3) O endividamento forçado desses países.
- 4) A cadeia infinita de guerras "locais", relacionadas, diretamente ou por intermediários, aos estados europeus e aos Estados Unidos.
- 5) O desastre ecológico. A crise que irrompeu em 2008 tem exasperado todos esses processos. Em vastas áreas do Sul do mundo não se pode mais viver. É impossível ter uma vida digna. É por isso que massas crescentes de trabalhadores e trabalhadoras são forçadas a emigrar.

Países europeus passaram a ser o destino de muitos refugiados devido, ainda, ao maior controle de fronteiras de países como a Jordânia, o Líbano e a Turquia, que já acolheram milhões de refugiados, e ao aprofundamento da crise na Líbia.

A crise humanitária gerada por esse processo exige políticas para garantia do devido direito ao refúgio, conforme estabelecido pela Convenção das Nações Unidas relativa ao

⁶ Disponível em: www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates19.asp. Acesso em: 08 out. 2019.

⁷ Entrevista a Pietro Basso, publicada em 30 de setembro de 2015 pelo site Esquerda Diário. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Pietro-Basso-emigracoes-forçadas>. Acesso em: 19 ago. 2019.

Estatuto dos Refugiados, também conhecida como Convenção de Genebra de 1951, assinada por 145 Estados-Membros das Nações Unidas.

Ao ratificarem a Convenção, os Estados-Partes reconhecem, pelo Direito Internacional, o caráter social e humanitário do problema dos refugiados, comprometendo-se a fazer tudo o que esteja a seu alcance para evitar que esse problema se torne causa de tensão entre os Estados.

O acordo parte do princípio de que, para a garantia desse direito, seria necessário um esforço de cooperação entre as nações, a fim de que a garantia do direito ao asilo não resultasse em encargos desproporcionais para determinados países.

Considerando que da concessão do direito de asilo podem resultar encargos indevidamente pesados para certos países e que a solução satisfatória dos problemas cujo alcance e natureza internacionais a Organização das Nações Unidas reconheceu, não pode, portanto, ser obtida sem cooperação internacional⁸ (CONVENÇÃO DE GENEBRA, 1951).

A aprovação pelas Nações Unidas do Pacto Global para Refugiados, em 2018, também reforça esse compromisso. O pacto foi aprovado por 181 países, tendo apenas dois países, Estados Unidos e Hungria, votado contra, e três se abstido (República Dominicana, Eritreia e Líbia).

O que constatamos, entretanto, é que diversas nações têm desrespeitado esse acordo, não garantindo esse direito de asilo a muitos que se encaixam na condição de refugiados. Se esse direito aos refugiados, que é garantido por acordo internacional, não tem sido respeitado, as garantias para os migrantes têm sido ainda mais restritas.

Nos últimos anos, têm sido constantes as notícias de centenas de mortes de pessoas que tentam desesperadamente deixar seu país de origem em busca de asilo em locais mais seguros e/ou que ofereçam maiores condições de sobrevivência.

Naufrágios de barcos, pessoas à deriva no mediterrâneo, algumas tentando viajar esmagadas entre motores de um carro, além de outras tentativas, têm sido circuladas pelas mídias em todo o mundo, dando conta de que, para muitos, entre a quase certeza de morte no local de origem e a tentativa arriscada de chegar a um novo destino onde se possa tentar a sobrevivência, diante das barreiras cada vez maiores e mais eficazes a essas migrações, a opção tem sido, muitas vezes, alçar-se ao risco e à esperança do incerto.

Organizações de direitos humanos defendem a necessidade de os países receptores contribuírem com os migrantes pelo princípio de solidariedade internacional, porém essas responsabilidades têm sido recebidas com fortes reações internas a cada país.

⁸ Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 08 set. 2019.

É o que se tem verificado na ascensão de grupos conservadores na França e na Alemanha, na quase vitória eleitoral na Áustria, além da postura já adotada pelo governo da Hungria, cujo parlamento aprovou, em 20/06/2018, um pacote de medidas que criminalizam ajuda concedida a imigrantes indocumentados, desafiando a União Europeia e grupos de direitos humanos⁹.

Diante desse contexto, o Regime Comum de Asilo Europeu (RAEC), criado em 1990, está sendo reformulado.

Nos Estados Unidos, maior receptor de migrantes do mundo¹⁰, agudizou-se ainda mais a vontade de controlar a imigração e as comunidades imigrantes residentes (SASSEN, 2012), desde os atentados terroristas às torres gêmeas em Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001.

Nessa “guerra” [contra o terrorismo], a descoberta de potenciais terroristas confunde-se com a xenofobia e converte a diferença em ameaça. Em razão desses fenômenos, a política migratória tem cada vez dado maior lugar à política criminal (MORAES, 2012, p. 39).

Em 2016, essa questão ganhou especial relevância midiática com a eleição do presidente Donald Trump. Com posicionamentos contrários à migração, o presidente adotou medidas que demonstram o direcionamento conservador em relação às migrações – protecionista contra origens específicas e desvinculado dos acordos internacionais relacionados aos direitos humanos dessas populações.

Em 19 de junho de 2018, a saída dos Estados Unidos do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) também foi reveladora do direcionamento dado pelo governo do país a questões que envolvem os direitos humanos.

Diante dessa conjuntura internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs um acordo, conhecido como “Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular”, que foi aprovado pelos Estados-Membros, com o apoio da Assembleia Geral da ONU, em julho de 2018.

O pacto, ratificado em uma assembleia intergovernamental em Marrakech, no Marrocos, em 10 de dezembro de 2018, por 164 países — dos 193 que compõem as Nações Unidas, foi o primeiro em nível mundial que tratou da questão dos fluxos migratórios.

⁹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/em-desafio-ue-hungria-aprova-lei-que-criminaliza-quem-ajudar-imigrantes-22801448>>. Acesso em: 08 set. 2019.

¹⁰ Com 51 milhões de migrantes internacionais, os EUA são o país com o maior número de migrantes internacionais, de acordo com dados de 2019, da DESA/ONU.

Mesmo não sendo vinculante, ou seja, não impondo sanções para as nações que desrespeitarem suas diretrizes, ainda foi refutado por 29 países, dentre eles estão os Estados Unidos, Hungria, Austrália, Itália e Israel.

O Brasil chegou a assiná-lo, ainda no governo do presidente Michel Temer, porém retirou-se em 2019, após Jair Bolsonaro assumir a presidência. Sobre o pacto, o presidente brasileiro declarou, na rede social Twitter, que

O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes. Quem porventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros¹¹.

Ainda sobre o posicionamento do governo de Jair Bolsonaro sobre as migrações internacionais, o alinhamento deste ao governo estadunidense, inclusive na defesa de sua política externa, dá indícios de que a política brasileira, no que tange ao tema, estará, nos próximos anos, mais próxima da adotada pelos Estados Unidos.

Em visita aos Estados Unidos, em maio de 2019, Bolsonaro criticou e fez uma fala preconceituosa contra os migrantes indocumentados, até mesmo brasileiros, relacionando-os com a criminalidade, e defendeu a construção do muro de Trump na fronteira dos Estados Unidos com o México.

Existe grande diferença, entretanto, entre a realidade dos dois países no que tange às migrações internacionais. A ONU estima que 272 milhões de pessoas morem fora de seu país de origem - o que representa 3,5% da população mundial. Quase um quinto dos imigrantes do mundo mora nos Estados Unidos. Com quase 51 milhões de imigrantes, os EUA têm 19% da população mundial de migrantes.

Mesmo com o aumento no número de migrantes internacionais nos últimos anos, no Brasil, eles representam somente 0,4% da população. Uma quantidade abaixo da Argentina (4,9%), que tem, proporcionalmente, dez vezes o volume de migrantes internacionais do Brasil, do Chile (2,7%) e do Paraguai (2,4%)¹². Já o número de brasileiros residindo no exterior é estimado em pouco mais de 3 milhões, segundo dados do Ministério das Relações Exteriores em 2016.

A saída do Brasil do Pacto para migração afeta, sobretudo, os brasileiros que vivem no exterior, uma vez que não poderão ser beneficiados por isso.

¹¹ O discurso foi reproduzido pelo Jornal O Estado de São Paulo em 09 de jan. 2019. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-e-qualquer-um-que-entra-em-nossa-casa-diz-bolsonaro-sobre-migrantes,70002672727>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

¹² Dados disponíveis em: <<https://www.uol/noticias/especiais/imigrantes-brasil-venezuelanos-refugiados-media-mundial.htm#imagem-2>>. Acesso em: 10 out. 2019.

Ademais, o receio do presidente brasileiro de perda de soberania diante da assinatura do Pacto não tem uma razão de cunho mais concreto, uma vez que o pacto não é vinculante, portanto tem um caráter recomendatório e não impositivo. De acordo com a Organização das Nações Unidas, estão entre os valores do Pacto: a soberania do Estado, o compartilhamento de responsabilidade e não discriminação de direitos humanos.

A motivação do presidente Jair Bolsonaro para a saída do Pacto, assim como de outros governos conservadores, de direita e extrema direita no mundo, parece estar muito mais vinculada a um posicionamento político e a um discurso anti-imigração e xenófobo, que encontra adesão entre seus eleitores.

Muitos desses governantes venceram as eleições com esse discurso e pautados no medo da perda de emprego, do aumento da violência, da suposta “invasão de imigrantes que retira empregos dos locais” e com a promessa de que, no poder, haveria maior restrição e controle sobre as migrações.

Outro elemento importante no contexto brasileiro no que tange às migrações foi o aumento expressivo da migração de venezuelanos para o país, em decorrência da crise econômica, política e social no vizinho sul-americano.

Os pedidos de refúgio no Brasil dessa nacionalidade, em 2018, chegaram a 61 mil, três vezes maior do que o de 2017 (17,8 mil) e mais de 18 vezes maior do que o de 2016 (3.300). Esse aumento tem sido acompanhado de manifestações de xenofobia e racismo.

O governo do estado de Roraima chegou a pedir, na justiça, o fechamento da fronteira com a Venezuela, para evitar o ingresso dos migrantes. No dia 05/08/2018, o juiz federal Helder Girão Barreto, da 1ª Vara Federal de Roraima, determinou a suspensão da entrada de venezuelanos pela fronteira do Brasil até que se encontrasse um “equilíbrio numérico” com o processo de interiorização deles.

Em seguida, o desembargador Kassio Nunes Marques suspendeu a liminar dada pelo juiz a pedido do governo federal, que argumentou que o impedimento de ingresso de venezuelanos no Brasil violaria obrigações internacionais pactuadas pelo país.

Diferente da política adotada por vários países do Norte global, muitos do continente africano têm adotado uma postura humanizadora no tratamento das migrações.

A questão das migrações forçadas foi central na 32ª Cúpula da União Africana¹³, realizada entre os dias 10 e 11 de fevereiro de 2019, em Adis Abeba, Etiópia. O tema escolhido

¹³ A União Africana (UA) foi fundada em 2002, com objetivo de prevenir conflitos na região e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento do continente, acelerando o processo de integração dos países africanos. A

para o Encontro em 2019 foi “Ano dos refugiados, retornados e deslocados internos: em direção a soluções duráveis para os deslocamentos forçados na África”.

De acordo com o secretário-geral da ONU, António Guterres, em entrevista coletiva concedida, em 09/02/2019, após reunião com o presidente da Comissão da União Africana em Addis Ababa, na Etiópia, “os Países africanos estão dando o exemplo para as nações mais ricas no que se refere ao tratamento de refugiados e migrantes¹⁴”. Ele afirmou que [no continente africano] as fronteiras estão abertas a refugiados e que o continente está na liderança quando se refere a administrar fluxos migratórios.

Tomemos como exemplo, para compreender o contexto em que se dão as representações dos migrantes na mídia, relacionando também com a questão racial, um crime ocorrido em 2019, nos Estados Unidos.

Um massacre, ocorrido no dia 03 de agosto de 2019, na cidade de El Paso, no Texas (EUA), no qual um jovem supremacista branco de 21 anos teria matado 22 pessoas e ferido outras 26, na localidade que faz fronteira com o México, pôs mais uma vez em debate o impacto dos discursos racistas e xenófobos colocados em circulação por diversos atores, como chefes de Estado e as empresas de comunicação, para a exacerbação do preconceito, da discriminação e do racismo, culminando em situações como essa.

Segundo a rede de televisão ABC, o suspeito afirmou às autoridades que o objetivo era matar o maior número possível de mexicanos¹⁵.

O crime ainda está sendo investigado pela polícia, porém o suspeito teria deixado, numa carta na internet, uma mensagem de ódio contra hispânicos, justificando assim o motivo que o levou ao massacre. Em entrevista para a imprensa, Beto O'Rourke, candidato nas primárias pelo partido democrata e nascido em El Paso, afirmou

Vimos um aumento dos crimes de ódio em cada um dos três últimos anos, durante uma Administração na qual temos um presidente que chama os mexicanos de estupradores e criminosos. Embora os imigrantes mexicanos cometam crimes em uma porcentagem menor do que os nascidos no país, ele tentou fazer com que tivéssemos medo deles. É racista e estimula o racismo neste país. E isso não apenas ofende nossas sensibilidades. Muda fundamentalmente o caráter deste país e leva à violência¹⁶.

organização possui diversos órgãos para atuação em diferentes áreas e conta com a presença de todos os 54 países africanos.

¹⁴ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/continente-africano-e-exemplo-de-solidariedade-a-refugiados-e-migrantes-diz-guterres/>>. Acesso em: 06 ago. 2019

¹⁵ Ver em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-49230813>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

¹⁶ Ver em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/04/internacional/1564928962_700081.html>. e em <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/eua,massacres-reacendem-debate-sobre-controle-de-armas-e-discurso-de-odio-nos-estados-unidos,70002954365>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

Vários outros congressistas democratas também relacionaram os discursos de ódio proferidos por Donald Trump ao aumento da violência contra os imigrantes. Sem citar o presidente diretamente, o ex-presidente estadunidense Barack Obama fez um apelo para que os americanos pudessem rechaçar o discurso de ódio, medo e intolerância de alguns de seus líderes políticos.

O massacre, a ação orquestrada para passar a mensagem supremacista branca, é em si um discurso que pretende incidir sobre uma determinada realidade. Além da própria violência da execução de várias pessoas, o autor dos disparos escreveu uma carta que circulou nas redes sociais, com vistas a controlar os sentidos sobre a ação em si. Não bastava matar aquelas pessoas. Era necessário esclarecer a mensagem que se queria passar com aquele ato.

O texto de quatro páginas, intitulado “A verdade incômoda”, atribuído ao suposto autor do massacre, dissemina discurso de ódio aos migrantes e uma ideia comumente difundida por supremacistas brancos de que os migrantes estariam retirando empregos dos locais e que, ao livrar-se deles, a qualidade de vida nos Estados Unidos seria melhor.

Contextos como esse evidenciam o papel dos discursos postos em circulação pelas diversas estruturas de poder (o Estado, a mídia, as leis, a ciência, igreja etc.) na construção de representações sobre determinados grupos sociais.

Como determinadas ideias, sem nenhum amparo empírico ou científico, - muito pelo contrário, já devidamente contestadas por estudos e dados estatísticos, como a de que existiria uma invasão de migrantes, que tomariam as vagas de emprego dos locais e de que seriam os responsáveis pelo aumento da criminalidade -, ganham ares de verdade e são reproduzidas amiúde pelo senso comum em várias partes do mundo?

Que visões de mundo essas ideias legitimam e que interesses políticos, econômicos, sociais e culturais sustentam nas diversas conjunturas globais? Quem são esses migrantes indesejáveis, a quem as políticas de controle (anti)migratório devem alcançar? Em contraponto, quem são os desejáveis? Conforme aponta Moraes (2014):

Na Europa atual, muito em razão de interesses eleitorais, a migração se tornou bode expiatório da crise econômica, e o trabalhador migrante tem sido acusado de subtrair empregos dos nacionais, abusar dos serviços do Estado e elevar os índices de criminalidade, contrariando as pesquisas a respeito (MORAES, 2014, p. 39).

Sobre a mobilização desses discursos que atribuem aos migrantes a responsabilidade pelas mazelas sociais, bastante difundidos pelos representantes da extrema direita na Europa e nos Estados Unidos, mas também na América Latina, Quintanilha afirma que:

É um discurso que busca confundir a opinião pública, colocando nos próprios sujeitos a culpa das escolhas políticas dos governos neoliberais que elevam a violência e desigualdade. Não por acaso, no Brasil, os que defendem discursos anti-imigrantes

são os mesmos que defendem políticas que são igualmente atentatórias às garantias de direitos conquistados na Constituição, como a reforma previdenciária e o “pacote anticrime” de Sergio Moro” (QUINTANILHA, 2019)¹⁷.

A culpabilização dos migrantes tem sido utilizada, segundo a autora, como cortina de fumaça para esconder as reais causas dos problemas sociais: as políticas neoliberais em curso nesses países.

Mais do que as alegadas sobrecargas nos serviços públicos ocasionados pelo fluxo migratório e a suposta incapacidade para receber os migrantes, a questão das migrações se relacionam com questões mais amplas dentro do sistema capitalista e da economia neoliberal.

Acier destaca os impactos do imperialismo para os elevados números das migrações forçadas.

São mulheres, homens e crianças que fogem da Síria, do Iraque e do Afeganistão, países do norte e do centro da África, atravessados por guerras e graves crises sociais consequências da intervenção imperialista na região (ACIER, 2015)¹⁸.

Basso (2003) aponta que as políticas migratórias adotadas pelos países centrais do capitalismo não são anti-imigração, mas sim anti-imigrantes, cuja finalidade não é acabar com a imigração, mas que aconteça sem nenhum direito.

Essa ausência de direitos trabalhistas e de qualquer proteção social submete milhões de migrantes indocumentados a condições subumanas de trabalho, sem que possam denunciar a situação ou reivindicar algum direito.

Essa mão de obra barata, vulnerável e precarizada alimenta o lucro das empresas e corporações e pressiona para baixo os salários, inclusive dos não migrantes, uma vez que no sistema capitalista o que rege é a lei da oferta e da procura.

A questão da imobilização da força de trabalho é importante para o acúmulo de capital, uma vez que é fundamental para a criação do chamado exército de reserva, pressionando para baixo o preço da mão de obra.

Como garantir a manutenção de populações submetidas a condições de trabalho escravizado moderno em países em desenvolvimento, se as restrições às migrações não fossem tão severas?

Como ficariam os lucros das empresas transnacionais que se instalam em países onde as condições de trabalho são precárias, o valor da mão de obra é baixíssimo e há pouquíssima

¹⁷ Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-ago-07/karina-quintanilha-notas-historicas-pessoa-perigosa>>. Acesso em: 25 set. 2019.

¹⁸ Disponível em: <http://esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=2805>. Acesso em: 25 set. 2019.

regulamentação de direitos trabalhistas, gerando todo uma sorte de situações, desde trabalho escravo ao trabalho infantil?

Sassen (2002) chama atenção também para o fato de que as medidas cada vez mais restritivas de controle migratório, submetendo vários migrantes à clandestinidade, alimentam as redes de tráfico de pessoas, um dos mercados mais lucrativos da modernidade.

O que aqui defendo é que o actual rumo das nossas políticas de imigração no sentido não apenas de um maior controlo policial e militar mas também de um crescente menosprezo pelos códigos de direitos humanos internacionalmente aceites e pela nossa própria legislação referente às liberdades públicas está a ter como resultado a promoção do tráfico ilegal e o enfraquecimento do Estado de direito, bem como, por consequência, o próprio enfraquecimento das nossas democracias (SASSEN, 2002, p. 42).

A socióloga denuncia ainda os impactos negativos da adoção de medidas extremas, abrindo mão de liberdades civis em nome do combate à migração, no enfraquecimento das democracias no mundo.

O crescimento do tráfico clandestino de pessoas e a adopção de políticas extremas destinadas a combater a imigração, sacrificando com isso algumas liberdades cívicas em nome das necessidades de manutenção de controlo, não são senão indícios do vasto efeito negativo a que atrás aludi (SASSEN, 2002, p. 42).

Refletir sobre os diversos aspectos que envolvem a questão migratória nos ajuda a compreender como são produzidos os discursos em torno das migrações.

Buscamos nos debruçar, nesta pesquisa, sobre as estruturas midiáticas, e como os discursos postos em circulação pelas empresas de comunicação a respeito dos/as migrantes contribuem para a produção de determinadas representações deles/as.

A questão étnico-racial também costuma estar bastante presente nesses discursos anti-imigração.

Não é tão comum ouvir depoimentos contra migrantes brancos, europeus, americanos, canadenses, por exemplo. São os “estrangeiros” latinos, os africanos, os árabes que costumam ser colocados na categoria de migrantes indesejáveis, para quem o controle migratório deve ser implacável e a quem são chamados de estupradores, transmissores de doenças, sujos, malandros, criminosos, perigosos, entre outros valores pejorativos.

Essas construções partem muitas vezes de um olhar eurocêntrico, dos países do chamado Norte global e que tende a colocar todo mundo que está fora desse eixo, seus valores, fenótipos e culturas, como algo inferior.

A mídia também está inserida nesse contexto e contribui não só reproduzindo informações pautadas nesses valores, como também construindo-os.

Cabe ressaltar, contudo, que consideramos também que essa construção não se dá de forma homogênea, pois existem múltiplos discursos em disputa no contexto das empresas de

comunicação. Portanto, uma mesma empresa de comunicação que publicou um conteúdo que reforça estereótipos pode publicar outro que contribui para desconstrução dos mesmos, dando voz aos sujeitos e permitindo uma visão mais humanizada sobre os diversos contextos sociais. E os próprios sujeitos representados também buscam formas de construir as representações sobre si.

2.2 Passado e presente das migrações no Brasil: do Estatuto do Estrangeiro à Nova Lei de Migração, à Portaria MJ 666/2019 e um jabuti

No Brasil, a questão da migração também esteve historicamente presente, fazendo parte inclusive do processo de formação da identidade nacional do país.

Barreto (2015) faz um recorte histórico sobre as diferentes fases da migração no país, entre 1808 e 2015, de acordo com o contexto de cada período. No início do século XIX, de 1808 a 1870, o número de entradas era considerado irrisório (não excedia 3 mil pessoas ao ano).

Nos anos seguintes, essa migração passa pelo momento que o autor chama de “A afirmação do imigrante”, de 1889 a 1930, quando é emplacada pelo governo a tese de que o futuro do Brasil dependia da mão de obra europeia, contexto que caracterizou uma valorização da vinda desses imigrantes do “Norte” e a tentativa de embranquecimento do país.

Após esse período, chega-se à Era Vargas, com seu projeto nacionalista, seguido por períodos ainda mais instáveis para os imigrantes, durante as ditaduras civis-militares. De 1964 a 1980, a doutrina da segurança nacional (DSN) ganha força no país a partir da ascensão dos regimes totalitários. Em 1980, é criada a lei nº 6.815, que ficou conhecida como o Estatuto do Estrangeiro.

“O Estatuto manteve o legado nacional de discriminação e xenofobia: restringia os direitos políticos e a liberdade de expressão dos estrangeiros e permitia que o Estado brasileiro continuasse a adotar políticas discricionárias em relação aos imigrantes” (BARRETO, 2015, p. 16). Essa doutrina perdurou até o ano de 2017. Somente em 25 de maio de 2017 foi sancionada a Nova Lei de Migração.

A construção da nova lei, que substituiu o Estatuto criado na ditadura militar, contou com ampla participação popular e representou um avanço no tratamento dado ao estrangeiro no país, passando da concepção de que o estrangeiro é uma ameaça à segurança nacional para uma visão voltada aos direitos humanos, atualizando garantias e princípios constitucionais que antes só eram concedidos a brasileiros.

Esse avanço na legislação não ocorreu sem protestos de setores anti-imigração. Em 2017, o então presidente Michel Temer sancionou a lei, que foi aprovada por unanimidade no Congresso Nacional, mas com 20 vetos, retirando parte significativa das propostas construídas coletivamente do projeto original. Ainda assim, a nova lei foi considerada pelas organizações de Direitos Humanos e a sociedade civil organizada um avanço no tratamento dado ao imigrante no país.

Uma das mudanças mais importantes promovidas pela nova lei foi a inclusão do visto temporário para acolhida humanitária, que não existia anteriormente. Essa alteração facilitará a regularização de migrantes, como os haitianos, que têm buscado o Brasil como destino, principalmente com o agravamento da crise do país após o terremoto de 2010.

De acordo com o Decreto: “O visto poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário (art. 36, do Decreto n. 9.199/2017).”

Porém, a publicação do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, que deveria regulamentar a Lei de Migração, foi feita sem um prazo adequado para manifestação da sociedade civil e com proposições que, de acordo com organizações de Direitos Humanos, como a Conectas, teriam desvirtuado o espírito da lei, conforme também denuncia Quintanilha (2019).

Já na época da aprovação da Lei de Migração, após os 20 vetos de Michel Temer para restringir direitos e dificultar a regularização migratória, manobras legislativas buscaram desconfigurar o rosto humano da lei que reconhece os migrantes como sujeitos de direito. O decreto de regulamentação (Decreto 9.199/2017) aprovado por Temer é um exemplo de manobra feita às pressas em direção à criminalização da migração (QUINTANILHA, 2019)¹⁹.

A Defensoria Pública da União (DPU)²⁰ encaminhou, ao governo, um documento pedindo 47 modificações no Decreto.

Um ponto também questionado foram os prazos exíguos para a efetivação de registro migratório e expedição de documentos, que passaram de 90 para 30 dias – tempo bastante curto tanto para o migrante, que corre sérios riscos de não conseguir o que pretende, como para a Polícia Federal, que pode não conseguir atender à demanda.

¹⁹ Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-ago-07/karina-quintanilha-notas-historicas-pessoa-perigosa>>. Acesso em: 25 set. 2019.

²⁰ A Defensoria Pública da União é um órgão federal que tem a prerrogativa de promover a defesa jurídica dos estrangeiros hipossuficientes no país e que passou, com a nova legislação, a ser intimada obrigatoriamente em caso de saída compulsória de estrangeiros.

Outro problema, no que tangia à nova legislação, tratava-se do limbo gerado entre sua regulamentação e a preparação dos órgãos públicos para a aplicação das novas regras da norma em vigor. Bruna Gaspar²¹ (2018) afirma que:

Os eventos vivenciados pelos estrangeiros e pelos operadores do direito migratório demonstram que o prazo da *vacatio legis* - entre a publicação da lei e o início de sua vigência - não foi suficiente ou não foi aproveitado adequadamente para que os sistemas internos do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Justiça fossem atualizados e os seus servidores públicos devidamente instruídos quanto aos procedimentos novos (...). Por conta disso, o fluxo das atividades de algumas Delegacias da Polícia Federal - órgão responsável pela renovação de vistos - ficou severamente comprometido, o que resultou em atrasos e até na impossibilidade temporária de atendimento (GASPAR, 2018).

Gaspar denunciou ainda a insegurança jurídica causada aos imigrantes: “tais ocorrências causaram problemas expressivos para o estrangeiro, que fica à margem da lei e sujeito a penas de multa e até mesmo deportação, apesar de todos os seus esforços para regularizar sua situação”.

Os processos de aprovação da Nova Lei de Migração e da publicação do Decreto nº 9.199/2017 mostram que a política de migração adotada no país e o tratamento dado aos migrantes internacionais ainda estão em disputa entre os que defendem o princípio norteador da nova lei, de garantia de proteção aos direitos desses migrantes, e os que buscam restringir esses direitos, esvaziando a proposta original.

Outro normativo, a Portaria 666, de 25 de julho de 2019, editada pelo Ministério de Estado da Justiça e Segurança Pública, permeou o debate sobre a questão migratória no país. De acordo com o texto do instrumento normativo:

A Portaria regula o impedimento de ingresso, a repatriação, a deportação sumária, a redução ou cancelamento do prazo de estada de pessoa perigosa para a segurança do Brasil ou de pessoa que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal, para aplicação do § 2º do art. 7º, da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, do inciso IX do art. 45 e do § 6º do art. 50 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, do parágrafo único do art. 191 e do art. 207, ambos do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, são consideradas pessoas perigosas ou que tenham praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal aqueles suspeitos de envolvimento em: I - terrorismo, nos termos da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016; II - grupo criminoso organizado ou associação criminosa armada ou que tenha armas à disposição, nos termos da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013; III - tráfico de drogas, pessoas ou armas de fogo; IV - pornografia ou exploração sexual infanto-juvenil; e V - torcida com histórico de violência em estádios (BRASIL, 2019).

A Portaria foi rechaçada por dezenas de organizações de Direitos Humanos e de apoio aos migrantes, por órgão de imprensa, pelo Ministério Público Federal e pela Defensoria

²¹ Insegurança jurídica para estrangeiros. **Valor**, 22 jun. 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/legislacao/5612703/inseguranca-juridica-para-estrangeiros>: Acesso em: 25 jun. 2019.

Pública da União (DPU), por violar o direito à presunção de inocência, permitir a deportação sumária, o que não é previsto pela Lei de Migração, e também por ferir o princípio norteador da Nova Lei de Migração, uma vez que trata o migrante como ameaça à segurança nacional, remontando ao Antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80), criado no regime militar e que vigorou no país até 2017. Conforme aponta a DPU²²:

A partir desses marcos iniciais, mesmo um olhar superficial sobre a Portaria MJ nº 666 é capaz de revelar uma ameaça ao já incipiente devido processo legal migratório proposto pela Lei de Migração em 2017 à luz da Constituição, ao retomar, com bastante ênfase, a consideração do imigrante como um elemento estranho e de potencial ameaça à segurança nacional e fazer prevalecer nos procedimentos migratórios uma visão policial em detrimento da preconizada abordagem centrada na pessoa e no respeito a seus direitos (DPU, 2019).

A Portaria estaria, dessa forma, não só em desacordo com a própria construção feita pelo Estado brasileiro, que é a Nova Lei de Migração, como também com os parâmetros internacionais relacionados aos Direitos Humanos.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal (MPF), recomendou no dia 05/08/2019, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, a suspensão dos efeitos e a revogação da Portaria MJ 666/2019, por extrapolar sua competência regulamentadora (uma vez que ela foi editada por Portaria e não por lei), além de violar o arcabouço jurídico nacional e internacional sobre o tema²³.

Em nota técnica²⁴, emitida pelo Grupo de Trabalho Migrações, Apatridia e Refúgio da DPU, os defensores públicos federais apontam, dentre inúmeras ilegalidades e inconstitucionalidades da Portaria, a violação à presunção de inocência, uma vez que a portaria permite a deportação sumária de pessoa “suspeita de cometer atos contra os princípios e objetivos da Constituição” e institui o conceito de pessoa perigosa, destacado pela defensoria como uma expressão extremamente vaga. E também restringe o direito de defesa, uma vez que estabelece prazo exíguo para que ocorra, em apenas 48h. Afirma a nota:

Contudo, o que se percebe com a introdução no ordenamento jurídico brasileiro e, mais especialmente, na legislação migratória, da expressão "pessoa perigosa", com um rol extremamente vago de hipóteses, ou ainda a estipulação de procedimentos com prazos bastante curtos para defesa e cumprimento, é a adoção por via transversa de

²² Em Nota Técnica emitida pelo Grupo de Trabalho Migrações, Apatridia e Refúgio em 27 de julho de 2019. Ver em: <<https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/233-slideshow/51854-grupo-de-trabalho-da-dpu-publica-nota-tecnica-sobre-portaria-de-migracoes>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

²³ Ver em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pfdc-recomenda-a-ministerio-da-justica-revogacao-de-portaria-que-trata-do-impedimento-de-ingresso-e-deportacao-sumaria-de-migrantes-e-refugiados>>. Acesso em: 11 ago. 2019>.

²⁴ Em Nota Técnica emitida pelo Grupo de Trabalho Migrações, Apatridia e Refúgio, de 27 de julho de 2019. Ver em: <<https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/233-slideshow/51854-grupo-de-trabalho-da-dpu-publica-nota-tecnica-sobre-portaria-de-migracoes>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

um paradigma de securitização das migrações não mais acolhido no Brasil, em especial após a edição da Lei nº 13.445/2017 (DPU, 2019).

Essa indefinição colocaria em risco, inclusive, as vítimas de tráfico de pessoas, que deveriam ser protegidas e não punidas pelo Estado brasileiro, uma vez que, em face das definições dos conceitos vagos e subjetivos apontados na Portaria, poderiam ser equivocadamente consideradas “pessoas perigosas suspeitas de envolvimento em tráfico de pessoas” (DPU, 2019).

A Defensoria Pública da União apontou detalhadamente alguns pontos principais que considera especialmente eivados de inconstitucionalidades no normativo, que são:

- A criação, sem previsão em lei, do instituto da deportação sumária e da prisão cautelar para deportação, bem como competência para decisão nesses processos.

- Diante da gravidade das sanções aplicadas (impedimento de ingresso, repatriação e deportação), as restrições devem estar estabelecidas em lei, com a devida tramitação nas casas legislativas, e não por simples portaria ministerial.

O estabelecimento de um prazo de 48 horas para resposta à notificação em caso de deportação também foi considerado ilegal, por representar uma restrição do direito de defesa, uma vez que o prazo exíguo poderia inviabilizar a defesa.

Foi questionada ainda a criação do conceito jurídico indeterminado de "pessoa perigosa" e a restrição à publicidade e motivação dos atos administrativos. Para a Defensoria:

A menção a "pessoas perigosas suspeitas" fere não apenas o devido processo legal, como especialmente o princípio da presunção de inocência ou da não-culpabilidade previsto no art. 5º, LVII, da Constituição, ao permitir uma medida gravosa de restrição de direitos com base em um reconhecimento vago de periculosidade e de responsabilidade penal sem qualquer amparo judicial (DPU, 2019).

A Portaria ainda impunha sigilo à publicidade das motivações para impedimento de ingresso e deportação sumária previstos na normativa, com base nos critérios de sigilo da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011). De acordo com o § 5º do art. 2º da portaria

A publicidade dos motivos da imposição das medidas previstas neste artigo está sujeita às restrições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso de Informação, à necessidade de preservar investigações criminais nacionais ou estrangeiras ou à preservação de informações sigilosas providenciadas por autoridade estrangeira (BRASIL, 2019).

Ou seja, oferecia amplos poderes para o Executivo decidir sobre quem deveria ingressar ou ser deportado do país, de forma não fundamentada e sem o devido processo legal, além de impedir o próprio atingido pela medida, seu advogado ou defensor público, de ter acessos à motivação da medida tomada contra ele, violando assim o direito de defesa.

Quintanilha (2019) chama atenção para a insegurança jurídica proporcionada aos migrantes no Brasil por meio de uma Portaria que estabelece conceitos muito vagos e fere a presunção de inocência e o direito à ampla defesa.

A Portaria 666, no entanto, cria um novo paradigma de arbitrariedades utilizando-se de um regulamento ilegal. Trata-se de uma insegurança jurídica que atinge a todos migrantes, seja no polo documentando ou indocumentado, mas também os brasileiros no exterior, em razão da política de reciprocidade entre países.

Considerando que, mesmo com as garantias previstas na Lei de Migração, violações a direitos já são uma realidade na invisibilizada política de deportação e expulsão do Brasil, é necessário revogar a portaria da deportação sumária de Moro, que institucionaliza arbitrariedades e dá sinais de um embate mais direto e amplo contra as liberdades democráticas²⁵ (QUINTANILHA, 2019).

No dia 15 de agosto de 2019, o Conselho Nacional de Direitos Humanos também emitiu recomendação para a suspensão imediata da Portaria 666. No documento, o CNDH afirma

A Portaria pretendeu criar modalidade nova de "deportação sumária" sem autorização legislativa para tal e que essa modalidade contraria o texto de normas superiores, em especial as Leis 13.445/17 e 9.474/97, a Constituição Federal, e tratados internacionais oponíveis contra o Brasil, em especial o Estatuto dos Refugiados de 1951 e seu Protocolo de 19676 e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, sendo, portanto, a um só tempo ilegal, inconstitucional e atentatória à convencionalidade (CNDH, 2019).

O colegiado finaliza o documento recomendando que a edição de novos atos normativos a respeito da matéria considere a participação social e que não implique diminuição em qualquer grau de proteção aos migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados.

Paralelamente a essa Portaria, estava em tramitação, no Senado, um projeto de lei (PL 1928/19), proposto pelo Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), para alteração à Lei de Migração (Lei nº 13.445).

A proposta inicial do PL era para criar o visto temporário de trabalho simplificado para jovens. Porém, alterações propostas pela Emenda 1, em 04/07/2019, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, pelo Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), líder do governo no Senado, estabeleciam o que, no jargão legislativo, chama-se de um jabuti, um artigo não relacionado ao ponto central do texto. Segundo um artigo publicado por Rodrigo Borges Delfim no Migramundo, a proposta recebeu o apelido, por parlamentares de oposição, de “Emenda Moro”.

Analisando-se alguns dos artigos da referida emenda, pode-se compreender o motivo da alcunha. Observemos os seguintes artigos:

²⁵ Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-ago-07/karina-quintanilha-notas-historicas-pessoa-perigosa>>. Acesso em: 25 set. 2019.

Art. 38-A As transportadoras deverão disponibilizar à Polícia Federal informações antecipadas sobre passageiros, tripulantes e registros de compras de passagem, nos termos do regulamento.

Art. 48-A. A autoridade policial federal poderá representar, perante o juízo federal, pela prisão ou outra medida cautelar necessária, para fins de deportação ou expulsão, observado o disposto no Título IX do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

Art. 62-A. Além das demais hipóteses elencadas na presente lei, não será autorizado o ingresso ou residência no País ou concedido refúgio à pessoa suspeita de envolvimento em: I – tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins; II – crimes considerados hediondos; III – prática de terrorismo; IV – crimes definidos pelo Estatuto de Roma, nos termos do Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002; V – ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; VI – tráfico de pessoas ou de armas; VII – crimes relacionados à pornografia ou a exploração sexual infanto-juvenil; VIII – crimes de pertinência à organização criminosa ou de associação criminosa; e IX – torcida com histórico de violência em estádios. § 1º As hipóteses mencionadas nos incisos deste artigo poderão ser conhecidas e avaliadas pela autoridade migratória por meio de: I – difusão ou informação oficial em ação de cooperação internacional; II – lista de restrições exaradas por ordem judicial ou por compromisso assumido pela República Federativa do Brasil perante organismo internacional ou Estado estrangeiro; III – informação de inteligência proveniente de autoridade brasileira ou estrangeira; IV – investigação criminal em curso; e V – sentença penal condenatória. (EMENDA 1 - Senador Fernando Bezerra Coelho, MDB/PE).

Como é possível identificar, a ideia central da proposta de Moro está presente também na Emenda do Senador Bezerra Coelho (MDB/PE), como o impedimento ao ingresso, residência ou pedido de refúgio de pessoa considerada suspeita e a previsão de deportação sumária.

O PL 1928/2019 tramita no Senado em caráter terminativo na CAS (Comissão de Assuntos Sociais), o que significa que basta a aprovação pelo colegiado no Senado antes de seguir para a Câmara, sem precisar ser discutido no plenário.

Para (Asano e Parise, 2019)²⁶, o jabuti é uma manobra do Executivo para tentar emplacar, pela via legislativa, sua nova política anti-imigração.

Como abordamos, no tópico anterior, a lei de migrações, o “espírito” da lei ainda está em disputa. Essa Portaria e a Emenda ao PL 1928/2019 contrariam todos os avanços na perspectiva garantista, de um olhar sobre a questão migratória pautado nos Direitos Humanos e na defesa do direito de migrar, além de resgatar a questão da pretensa defesa da soberania nacional e do migrante como potencial ameaça à segurança do país, em dissonância com o próprio texto constitucional e os diversos tratados dos quais o Brasil é signatário, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração de Cartagena e a Convenção sobre Refugiados.

²⁶ Ver em: <<https://epoca.globo.com/artigo-contralei-de-migracao-governo-oferece-canetada-o-jabuti-23882403>>: Acesso em: 20 set. 2019.

Essas questões entram em cena no debate público e vão conformar diferentes visões sobre o fenômeno migratório e sobre os migrantes. Entram em cena os discursos políticos e institucionais (pois tratam-se de políticas de governo); legais, uma vez que é um ato jurídico. As mídias são estruturas que atuam nessa mediação do debate sobre o tema, uma vez que se trata de uma questão de interesse público. O que pode dar amplitude a esses discursos, referendá-los e/ou confrontá-los, contribuindo também para a construção de representações sociais sobre o tema.

2.3 A Política externa brasileira e sua relação com as migrações: do incentivo às relações Sul-Sul ao retorno à síndrome do vira-lata

A política externa brasileira durante os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) foi marcada por um fortalecimento das relações Sul-Sul, com um estreitamento das relações com países da América Latina e da África. Pautasso e Albanus (2012, p. 80) destacam que:

Com a criação da Unasul, os diálogos em alto nível e as iniciativas políticas revelam a mudança de foco da integração. Mais do que um reajuste de prioridades, pode-se inferir que trata-se de uma inflexão na política externa brasileira, mesmo que preservando os traços gerais de uma política de Estado.

Malomalo, Lourau e Souza (2018, p. 529) apontam como contexto para adoção, pelo governo brasileiro, de uma política de cooperação Sul-Sul “a retomada do crescimento da economia mundial, a crise política internacional e o lugar que a África veio ocupar no início do século XXI, a partir do crescimento de suas economias”.

A promoção de acordos com países do continente africano também foi intensa durante o período de governo do ex-presidente. O número de visitas de Luiz Inácio Lula da Silva a países naquele continente é revelador: somente no ano de 2003, ele realizou visita oficial em São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e Egito, além de ter recebido visita do presidente e do primeiro-ministro de Cabo Verde e se encontrado com o presidente da África do Sul²⁷.

A publicação, em janeiro de 2003, da Lei 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da rede de ensino brasileira a obrigatoriedade da instrução da temática “História e cultura afro-brasileira”, demanda antiga do movimento negro brasileiro, que é outro marco relevante no processo de fortalecimento das relações interculturais entre o Brasil e os países africanos.

²⁷ Ler em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008>. Acesso em: 24 jun. 2018.

É também parte desse esforço a Cúpula América do Sul-África (ASA), criada em 2006, numa iniciativa conjunta do governo nigeriano e da diplomacia brasileira. O intuito, segundo os governos, era o de constituir plataforma de diálogo político e cooperação entre as duas regiões, unidas por profundos laços históricos, culturais e humanos.

Outra ação da política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva foi a criação da Cúpula América do Sul – África (ASA) e da Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA). A ASA consiste numa parceria de cooperação para o desenvolvimento mútuo pautada na ideia de sustentabilidade. A iniciativa parece ter surtido efeitos. “De fato, os dados do governo brasileiro indicam que as exportações sul-americanas direcionadas ao continente africano aumentaram em aproximadamente 50% no período de 2006 para 2008”, afirma Oliveira (2014).

“A ASPA é um mecanismo de cooperação bi-regional e um espaço de coordenação política que tem o objetivo de estimular um intercâmbio crescente entre as regiões em setores que reflitam demandas comuns e promovam resultados positivos com base na reciprocidade”, ainda segundo Oliveira (2014). Tudo isso envolve 34 países sul-americanos e árabes, além do Secretariado Geral da UNASUL e da Liga dos Estados Árabes (LEA).

Oliveira (2014) faz um contraponto à posição do Brasil nessa relação Sul-Sul. Segundo o pesquisador

[...] a política externa do governo Lula da Silva buscou muito mais abrir espaços políticos entre países de menor poder relativo e países em desenvolvimento para neles efetuar um uso irrestrito da assertividade como norma da afirmação dos interesses domésticos brasileiros. As alianças estratégicas Sul-Sul obedecem essa lógica, a qual visa fomentar a existência de um grande país que, de fato, ainda não existe na seara internacional neste início de século XXI devido às suas fragilidades domésticas. Como consequência, este padrão comportamental tende a azedar relacionamentos com parceiros internacionais de longo prazo, bem como, no âmbito regional, redespertar “ciúmes” e desconfianças historicamente já solucionadas (OLIVEIRA, 2014).

Um dos focos dessa cooperação foi no âmbito da educação. E foi nesse contexto, de maior integração e cooperação entre os países do Sul, com a criação de programas de ajuda e cooperação firmados, desde 2004, entre o Brasil e países lusófonos, principalmente do continente africano, que intensificou-se a presença de estudantes africanos no Brasil.

Entre os programas que existem atualmente e que contribuem para essa integração Sul-Sul no âmbito da educação, podemos destacar o Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), criado em 1965 e desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas - federais e estaduais - e particulares. São oferecidas oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais.

Nesse Programa, o aluno de outra nacionalidade que for selecionado cursa gratuitamente a graduação. Em contrapartida, deve atender a alguns critérios, tais como provar que é capaz de custear suas despesas no Brasil, ter certificado de conclusão do ensino médio ou curso equivalente e proficiência em língua portuguesa.

Preferencialmente, são selecionadas pessoas inseridas em programas de desenvolvimento socioeconômico, em um acordo entre o Brasil e seus países de origem. Os acordos determinam a adoção, pelo aluno, do compromisso de regressar ao seu país e contribuir com a área na qual se graduou.

Essa cooperação na área educacional foi reforçada pela criação, em 2010, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu (PR). No mesmo ano, a inauguração da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (UNILAB)²⁸, nos municípios de Redenção (CE), Acarape (CE) e São Francisco do Conde (BA), contribuiu para aumentar o fluxo de estudantes de origem africana no país e, mais especificamente, no Ceará.

No Ceará, esses intercâmbios provocaram uma profunda mudança nas relações sociais, tanto em Fortaleza quanto em Redenção, município onde se situa a Unilab.

Os estudos sobre esse tema contribuem para uma maior compreensão dessas relações permeadas por contradições, como as que se estabelecem entre os imaginários construídos em torno da cidade de Redenção, como terra da liberdade; e do estado do Ceará, como “Terra da Luz”, já citados anteriormente.

Souza e Malomalo (2016) apontam que a retórica em torno da imagem de Redenção como a primeira província do Brasil a libertar os escravizados e de que houve a migração deles para outras regiões tem sido utilizada para justificar o discurso sobre uma suposta ausência de negros no Ceará.

Esse contexto se impõe cotidianamente aos estudantes de diversos países africanos que estudam atualmente na UFC e na Unilab. No seminário “Filhos da África: desafios da inserção e adaptação dos estudantes africanos na vida acadêmica”, realizado em agosto de 2017, no Campus do Pici (UFC), e nas palestras da “Semana Cultural Africana da UFC”, realizada em maio de 2018, diversos estudantes, principalmente de Cabo Verde, Guiné Bissau e Moçambique, denunciaram situações de racismo vivenciadas no estado.

²⁸ Em maio de 2016, o número de estudantes matriculados em cursos presenciais era de 2.666, distribuídos pelas nacionalidades da seguinte maneira: Brasil: 1.949; Angola: 51; Cabo Verde: 77; Guiné-Bissau: 438; Moçambique: 20; São Tomé e Príncipe: 62 e Timor Leste: 69. A Unilab mantém 22 acordos de Cooperação com instituições internacionais dos seguintes países: Angola: 02 / Cabo Verde: 03 / China: 03 / Guiné-Bissau: 01 / Moçambique: 04 / Portugal: 06 / São Tomé e Príncipe: 02 / Timor Leste: 01.

No discurso de todos, estava presente o relato da surpresa com a vivência do racismo no Brasil em contraponto com a imagem que tinham, obtida principalmente por meio das imagens propagadas em seus países de origem, por meio da televisão, de que o Brasil era um país miscigenado e sem racismo.

Outro acontecimento também revelador dessa realidade vivida pelos estudantes foi o que ocorreu, em maio de 2018, quando foram achados bilhetes racistas e xenófobos contra os estudantes africanos em um campus da Universidade Federal do Ceará, fato que ganhou visibilidade na imprensa local.

A despeito de existir uma grande variedade de realidades e experiências vivenciadas pelos diferentes estudantes que vêm para o Ceará para estudar na Unilab e na UFC, nem sempre as abordagens realizadas pela mídia local refletem essa diversidade.

Mesmo diante do fato de que, seja no Brasil ou em diversos países africanos, frequentar uma universidade já coloca as pessoas em uma situação diferenciada em termos de oportunidades, uma vez que um percentual ainda pequeno da população tem acesso ao ensino superior nesses países, o relato de muitos dos estudantes, ouvidos tanto no seminário “Filhos da África: desafios da inserção e adaptação dos estudantes africanos na vida acadêmica”, realizado em agosto de 2017, no Campus do Pici (UFC), quanto nas palestras da “Semana Cultural Africana da UFC”, realizada em maio de 2018, é de que muitos deles estão aqui no Brasil em uma situação precária. E a situação de racismo vivenciada por eles agrava essa situação.

Segundo os depoimentos dos estudantes nesses eventos, a bolsa recebida por eles não dá para pagar hospedagem (a falta de estrutura em Redenção e a especulação imobiliária agravam essa situação), e muitos têm que dividir um pequeno imóvel com cinco pessoas, por exemplo.

Em Redenção, não há ainda alojamento estudantil oferecido pela Unilab. Além dessa situação, o racismo os submete a diversas formas de violência.

A própria vivência como estudante de país estrangeiro na universidade é diferente, dependendo do seu país de origem. Um estudante de um rico país europeu é tratado da mesma forma que um da Guiné-Bissau, do Cabo Verde, de Angola? O filme “Do outro lado do Atlântico”, dos diretores Daniele Ellery e Márcio Câmara, que faz um paralelo entre a cultura brasileira e de Cabo Verde, traz depoimentos de estudantes da Unilab que contam suas experiências no Brasil. Alguns desses depoimentos revelam os preconceitos e o racismo sofridos por eles.

O desconhecimento e desinteresse sobre a África é um dos fatos, que estão refletidos na visão bastante estereotipada de que, na África, existe um só cenário, que é o das savanas, com girafas e elefantes, ou de pessoas morrendo de fome. O continente africano é percebido como se fosse um só país, com um único clima, uma única língua, uma única cultura.

Os depoimentos de duas brasileiras no filme revelam, ainda, outra situação: ao buscar se posicionar em favor dos estudantes africanos, condenando os que cometem preconceitos contra eles e que dizem não quererem a sua presença no estado, acabam reforçando outro discurso bastante problemático: “o Brasil tem que receber os africanos mesmo, pois nós temos uma dívida histórica com os escravos”. Ou seja, os estudantes de origem africana são vistos, por alguns, indistintamente como descendentes de escravizados e a vinda deles é encarada como caridade ou benesse do Estado brasileiro e não na perspectiva dos intercâmbios acadêmicos e culturais promovidos entre as universidades.

Em contraponto a esse discurso, o pró-reitor de extensão da UFC, ao apresentar dados sobre o Programa Estudante-Convênio Graduação (PEC-G) e Programa Estudante - Convênio Pós-Graduação (PEC-PG), durante a “Semana Cultural Africana da UFC”, apontou os ganhos que a UFC tinha em termos de trocas culturais e do processo de internacionalização da Universidade com a presença dos estudantes africanos.

Esse posicionamento da política externa brasileira, nos dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011) e da presidente Dilma Rousseff (2011 a 2016), mais voltado para as relações multilaterais e fortalecimento das relações Sul-Sul não apenas no âmbito econômico, mas político e cultural, teve mudanças a partir do governo de Michel Temer (2016-2019), que assumiu o poder após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Entre as dez diretrizes estabelecidas para política externa na gestão Temer, segundo o discurso do chanceler José Serra ao assumir a pasta em 18/5/2016²⁹, estavam a retomada de foco no bilateralismo, que havia sido prejudicado no país pelos governos anteriores em nome de uma “adesão exclusiva e paralisadora aos esforços multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio”, nas palavras de Serra, que afirmou agir para recuperar oportunidades perdidas. Entre as diretrizes, Serra afirmou ainda que ampliaria o intercâmbio com parceiros tradicionais, como a Europa, os Estados Unidos e o Japão.

Na nona diretriz, o chanceler trata da relação Sul-Sul e do intercâmbio com a África:

Estaremos empenhados igualmente em atualizar o intercâmbio com a África, o grande vizinho do outro lado do Atlântico. Não pode esta relação restringir-se a laços

²⁹ Ver em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

fraternos do passado e às correspondências culturais, mas, sobretudo, forjar parcerias concretas no presente e para o futuro. Ao contrário do que se procurou difundir entre nós, a África moderna não pede compaixão, mas espera um efetivo intercâmbio econômico, tecnológico e de investimentos. Nesse sentido, a solidariedade estreita e pragmática para com os países do Sul do planeta terra continuará a ser uma diretriz essencial da diplomacia brasileira. Essa é a estratégia Sul-Sul correta, não a que chegou a ser praticada com finalidades publicitárias, escassos benefícios econômicos e grandes investimentos diplomáticos.

José Serra faz uma crítica aos governos petistas, colocando a sua como estratégia Sul-Sul correta e a anterior como “praticada com finalidades publicitárias, escassos benefícios econômicos e grandes investimentos diplomáticos”. Pesquisas sobre a política externa nos governos de Luiz Inácio, sobretudo, contradizem a crítica do chanceler. Como aponta Oliveira a seguir:

Notou-se no protagonismo internacional do governo Lula da Silva a clara intenção de ressuscitar sob novas bases a questão do desenvolvimento, na atualidade regional em substituição à dinâmica nacional precedente, e da clivagem Norte/Sul na política internacional (OLIVEIRA, 2014, p. 06).

Porém, mesmo com as mudanças nesse direcionamento diplomático e no olhar sobre as relações Sul-Sul, além do novo direcionamento de foco nos parceiros chamados pelo chanceler de tradicionais, o governo não ignorou por completo a relação Sul-Sul.

Já o posicionamento adotado pelo governo Jair Bolsonaro, iniciado em janeiro de 2019, tem indicado que o direcionamento da política externa brasileira terá muitas diferenças em relação aos governos anteriores e ao que vinha sendo construído no campo das relações internacionais do país.

Com pouco tempo de governo, ainda não é possível fazer uma avaliação mais consistente sobre os rumos que a pasta irá tomar, mas algumas decisões já assinalam os direcionamentos adotados pelo governo Bolsonaro.

Segundo Frenkel (2018), o novo governo já deu algumas definições do que seria seu programa de política externa ao propor uma maior aproximação com Estados Unidos, Israel e Itália. O pesquisador apontou dois conceitos que serviriam para definir a política externa de Bolsonaro: o americanismo e a desamericanização. Ele explica:

O americanismo se refere a uma tradição diplomática que tem como princípio central conseguir uma relação privilegiada com os Estados Unidos. Ao longo da história brasileira teve distintas expressões. Assim, teve casos como o do Governo de Getúlio Vargas, em que a proximidade com Washington operou como uma via pragmática para aprofundar o desenvolvimento nacional. Em outros casos, o americanismo teve um componente ideológico mais rígido, o qual fez com que se aprofundasse o alinhamento com a potência hegemônica.³⁰ [...] (FRENKEL, 2018, tradução nossa).

³⁰ Texto original: “El americanismo refiere a una tradición diplomática que tiene como principio central lograr una relación privilegiada con Estados Unidos. A lo largo de la historia brasileña, ha tenido distintas expresiones. Así, hubo casos, como el de Getúlio Vargas, en los que la proximidad con Washington operó como una vía

O autor cita o governo Bolsonaro nesse segundo caso, no qual o componente ideológico é mais forte e com maior alinhamento político com os Estados Unidos. Com relação à desamericanização, Frenkel aponta que a ideia é originada no Império e que propõe o distanciamento com a região [latinoamericana]. Ele assinala que Bolsonaro propõe uma desamericanização atualizada:

Bolsonaro, neste caso, propõe uma desamericanização atualizada, ao entender a região como um ambiente que atenta contra os valores essenciais da sociedade, como a liberdade, o livre mercado e a família. Nesta linha, devem-se entender as críticas ao Mercosul como um bloco ideologizado e restritivo do qual é melhor livrar-se ou a ideia de que o esquerdismo latino-americano é uma ameaça.³¹ (*ibid.*, tradução nossa).

A visita do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos, em março de 2019, que resultou na assinatura de acordo para exploração, pelos EUA, da base de lançamentos de foguetes de Alcântara, no Maranhão, e o Decreto (9.731/2019) que dispensa unilateralmente vistos dos turistas dos EUA, Canadá, Japão e Austrália colocaram em evidência uma contradição do governo.

Ao passo que decide pela saída do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, argumentando sobre a defesa da soberania nacional, faz concessões sobre essa soberania quando concede o uso de uma base estratégica aos Estados Unidos e garante a permissão de vistos sem reciprocidade para esses quatro países.

Essas ações, além de várias declarações concedidas pelo presidente, denotam uma relação de subserviência ao governo americano, que remontam a um passado não muito longínquo da história brasileira.

pragmática para profundizar el desarrollo nacional. En otros casos, el americanismo tuvo un componente ideológico más rígido, lo cual hizo que se profundizara el alineamiento con la potencia hegemónica”.

³¹ Texto original: “Bolsonaro, en este caso, propone una desamericanización *aggiornada*, al entender la región como un ambiente que atenta contra valores «esenciales» de la sociedad, como la libertad, el libre mercado y la familia. En esta línea deben entenderse las críticas al Mercosur como un bloque ideologizado y restrictivo del cual es mejor librarse, o la idea de que «el izquierdismo latinoamericano» es una amenaza.”

3. CAPÍTULO 2 - MIGRAÇÕES AFRICANAS NO CEARÁ: CONTEXTOS E CONFLITOS NA “TERRA DA LUZ”

3.1 Breves reflexões sobre a mobilidade acadêmica internacional e sua relação com as migrações

A situação dos/as estudantes internacionais seria classificada como mobilidade acadêmica internacional ou migração? Existem diferentes visões e definições sobre migração. No capítulo 3, iremos nos debruçar mais detalhadamente sobre isso. Adiantamos, contudo, que, dependendo da linha teórica e do objetivo do trabalho de pesquisa, poderíamos analisar as representações midiáticas dos/as estudantes africanos/as nos jornais locais enfocando a experiência de mobilidade acadêmica internacional ou como experiência migratória (que por sua vez, teve como motivação o estudo).

Durante a apresentação de parte da pesquisa referente a esta dissertação, por ocasião do 17º Congresso Internacional sobre Integração Regional, Fronteiras e Globalização no Continente Americano, realizado na sede da Universidade Federal da Integração Latino Americana (PR), de 29/10 a 02/11, uma das pesquisadoras presentes questionou o porquê de a abordagem da pesquisa ter sido pelo viés da migração e não das experiências de mobilidade acadêmica internacional.

Para ela, o caráter temporário da experiência de mobilidade dos estudantes internacionais e a motivação (o estudo universitário) conferiria um status e uma experiência diferenciada dos migrantes.

Concordamos que a experiência de estudantes que vêm estudar se diferencia da dos migrantes que vêm a trabalho ou dos que buscam refúgio, por exemplo. Contudo, a diferença existe entre as diversas experiências migratórias, o que não deixaria de caracterizá-la como tal. Cada experiência migratória é única.

Com relação ao caráter temporário desse tipo de migração, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) define migração internacional como: “Movimentos de pessoas que deixam os seus países de origem ou de residência habitual para se fixarem, permanente ou temporariamente, noutro país. Conseqüentemente, implica a transposição de fronteiras internacionais” (Glossário sobre Migração OIM)³².

O Glossário ainda diferencia os migrantes de curta duração (período superior a três meses, mas inferior a um ano, exceto nos casos em que o deslocamento para esse país tem

³² Disponível em: <<https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

finalidades recreativas, de férias, de visita de familiares ou amigos, de negócios ou de tratamento médico) e os de longa duração, período mínimo de um ano, de tal forma que o país de destino se torna efetivamente o seu novo de residência habitual³³.

Considerando que os sujeitos com os quais esta pesquisa dialoga são estudantes africanos/as que cursam graduação ou pós-graduação, na Unilab, na Universidade Federal do Ceará (por meio do Programa estudante convênio PEC-G e PEC-PG) e em faculdades particulares, o período mínimo para conclusão dos cursos de graduação varia em média de 4 a 6 anos.

Durante e após esse período, muitos se casam, têm filhos, constroem suas vidas aqui, independente de algum dia retornarem ou não para seus países de origem. A experiência de quem chegou recentemente e de quem está há anos tem muitos pontos de contato. “Migração é itinerário, projeto sempre refeito, dinamismo intrínseco que se reconfigura, transforma e reconstitui constantemente” (DURAND; LUSSI, 2015).

Faist (2013) aborda um novo paradigma da mobilidade, destacando a abordagem transnacional e o conceito de sociedade conectada como reflexos dessa mudança nos estudos sobre migrações.

O autor aponta ainda uma dicotomia entre o uso dos termos mobilidade e migração, reveladora das desigualdades sociais em torno da mobilidade humana:

A justaposição discursiva da categoria um [mobilidade] versus categoria dois [migração] em si é efeito da sustentação e reprodução social das desigualdades sociais em escala nacional e global, neste caso, um mecanismo social de hierarquização entre migrantes e a mobilidade de pessoas com alta qualificação³⁴ (FAIST, 2013, p. 1643, tradução nossa).

O termo migração é usado para tratar dos migrantes laborais e mobilidade, para tratar das pessoas com alta qualificação em mobilidade. “De uma certa forma, a categoria um — migrantes laborais — é desejada, mas não bem-vinda (ZOLBERG, 1987), enquanto que a categoria dois, dos altamente capacitados, é ‘desejada e bem-vinda’”³⁵ (FAIST, 2013, p. 1643, tradução nossa).

Faist explica, mais adiante, as diferentes conotações dos usos das duas terminologias. A primeira assumindo uma conotação positiva e a segunda, negativa:

A mobilidade supostamente reflete as necessidades da concorrência econômica global e sugere como a mobilidade espacial e social age em prol do melhor de todos os

³³ Idem.

³⁴ Texto original: “The discursive juxtaposition of category one vs category two in itself is an outcome of upholding and reproducing social inequalities on a national and global scale, in this case the social mechanism of hierarchization of migrants and highly skilled mobiles.”

³⁵ Texto original: “In a way, category one — labour migrants — is ‘wanted but not welcome’ (Zolberg 1987), whereas category two — highly skilled — is ‘wanted and welcome’.”

envolvidos, enquanto a migração é associada a resultados problemáticos no que diz respeito à integração social dos migrantes nas políticas nacionais e nos estados nacionais de bem-estar social (FAIST, 2013, p 1643, tradução nossa).

Sobre pessoas consideradas altamente capacitadas, o relatório da OCDE descreve que a revisão de literatura acerca do tema revela dois conceitos básicos: *Brain exchange* e *Brain waste*.

Sobre o *Brain exchange*, incluindo o “ganho de cérebros” e a “fuga de cérebros”:

A essência desse conceito multifacetado é que aqueles que se mudam assumem um emprego no novo local, de acordo com suas habilidades e qualificações. O intercâmbio de cérebros implica um fluxo bidirecional de conhecimento entre origem e destino. Onde o fluxo líquido é fortemente em uma direção, os termos “ganho de cérebros” ou “fuga de cérebros” tendem a ser usados. De alguma forma, os intercâmbios de cérebros são características de todas as economias e são um componente do complexo de fluxos de mercadorias, informações, finanças etc. entre economias avançadas³⁶ (SALT, 1997, p. 5, tradução nossa).

Sobre o *Brain Waste*, o relatório descreve “a desoneração que ocorre quando trabalhadores altamente qualificados migram para formas de emprego que não exigem a aplicação das habilidades e experiência aplicadas no trabalho anterior”³⁷ (SALT, 1997, p. 5, tradução nossa).

No caso em estudo, o dos/as migrantes de países africanos que vêm ao Ceará para estudo, embora não sejam migrantes laborais (mesmo que alguns busquem realizar estágio ou trabalhem para conseguir se manter no país), tampouco se enquadrariam na categoria da mobilidade de pessoas altamente capacitadas (pelo menos nos primeiros anos do ingresso no país, uma vez que o objetivo da vinda é justamente para obter essa qualificação, por meio da realização de cursos de graduação e pós-graduação). Ao longo do tempo, após esse período de qualificação, eles/as podem ingressar nessa categoria de pessoas altamente qualificadas em mobilidade.

A princípio, no entanto, acreditamos que a experiência dos/as estudantes em mobilidade internacional, vindos por meio dos Convênios dos programas PEC-G e PEC-PG, para Unilab e para faculdades particulares, costuma ser considerada, no debate tanto das instituições públicas como na opinião pública, mais na perspectiva dos/as migrantes laborais.

³⁶ Texto original: “The essence of this multi-faceted concept is that those who move take on a job in the new location broadly commensurate with their skills and qualifications. Brain exchange implies a two-way flow of expertise between origin and destination. Where the net flow is heavily in one direction, the terms “brain gain” or “brain drain” tend to be used. Brain exchanges in some form are characteristic of all economies, and are one component in the complex of flows of goods, information, finance etc. between advanced economies.”

³⁷ Texto original: “Brain waste. This concept describes the deskilling that occurs when highly skilled workers migrate into forms of employment not requiring the application of the skills and experience applied in the former job.”

No tópico sobre essas experiências, apresentaremos algumas questões que podem elucidar o porquê dessa percepção. No capítulo 4, na análise das matérias dos jornais O Povo e no Diário do Nordeste, também podemos perceber melhor as visões postas em circulação acerca da experiência de mobilidade ou migratória desses/as estudantes.

Tendo em vista o já exposto acima, acreditamos que seria limitador não considerarmos a vivência desses estudantes como uma experiência migratória. Neste sentido, optamos, nesta pesquisa, por observar as experiências dos/as estudantes internacionais como migrantes.

Como afirmam Durand e Lussi, no que diz respeito às novas tendências nos estudos das migrações:

Já não nos perguntamos simplesmente porque as pessoas migram e porque outros não migram; nem buscamos saber teoricamente por quanto tempo migram, pois sabemos empiricamente que não pode existir uma única regra ou resposta para tal questão. Os temas de interesse já não são tanto sobre questões de tempo, natureza e estrutura. Hoje o principal foco está nos problemas e na respectiva busca de soluções. Por um lado, macroprocessos como políticas migratórias concepção de estado-nação e de cidadania, interdependência entre circulação de bens, serviços, capitais, pessoas, legislação; por outro lado, significados e microprocessos ligados às vivências dos sujeitos migrantes e das comunidades implicadas como educação, geração, identidade e temas afins como interculturalidade e diversidade (DURAND; LUSSI, 2015, p. 113).

Isso vai ao encontro também dos conceitos relacionados às migrações que adotaremos nesta pesquisa, como o conceito de transnacionalismo. No terceiro capítulo, iremos nos deter mais às teorias das migrações e aos conceitos, para pensá-los.

O transnacionalismo no estudo da mobilidade humana comporta a superação, entre outros aspectos, de uma visão fechada de cultura, dos processos de análise dos dados das pesquisas sociais limitados ao contexto microestrutural e a visão do migrante como sendo unicamente trabalhador ou unidade econômica (DURAND; LUSSI, 2015, p. 48 e 49).

Faist (2013) aborda um novo paradigma da mobilidade, destacando a abordagem transnacional e o conceito de sociedade conectada como reflexos dessa mudança nos estudos sobre migrações.

Outro aspecto que pode ser destacado também, para reforçar a relação entre mobilidade acadêmica e migração, é que uma das motivações de escolha do país de destino é a possibilidade de permanência nesse local após o término do curso (LIMA; MARANHÃO, 2008). Justamente o que é apontado em um dos aspectos econômicos para escolha do país de destino pelos/as estudantes em mobilidade acadêmica, conforme quadro (abaixo) produzido pelas autoras, tendo como referência Larsen e Vincent-Lancrin (2002), o que revela que a experiência mobilidade acadêmica resulta muitas vezes num desejo de permanência no país para o qual se migrou.

Veja abaixo o quadro dos principais aspectos que influenciam o estudante na escolha do país de destino. Entre esses aspectos, estão os relacionados a fatores que elas dividem em socioculturais, acadêmicos, econômicos e administrativos.

Tabela 1 – Aspectos que influenciam o estudante na escolha do país de destino

Fator	Aspectos
Sociocultural	<ul style="list-style-type: none"> - Língua do país de destino. - Proximidade cultural e geográfica entre o país de origem e de destino. - Existência de grupos de estudantes originários do país de origem, no país de destino. - Qualidade de vida no país de destino: clima, atividades culturais e turísticas etc.
Acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade de oferta de programas e cursos pelo sistema de educação do país de destino. - Reputação e percepção de qualidade do sistema educativo existente no país de destino e dos estabelecimentos educacionais, em relação ao país de origem.
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> - Ligações econômicas pré-existentes entre os países que exportam e que acolhem estudantes. - Existência e acesso à infra-estrutura destinada a estudantes estrangeiros: seguro de saúde, alojamento, restaurante universitário, cursos de língua etc. - Valorização das competências desenvolvidas, pelas instituições do país de origem. - Comparação entre os custos financeiros (taxas de inscrição, mensalidade escolar, custo de vida etc.) envolvidos na formação oferecida nos países de origem e de destino. - Possibilidade de trabalhar durante os estudos e obter algum recurso financeiro. - Existência de oportunidades no mercado de trabalho e possibilidade de permanecer no país de destino após o término do curso.
Administrativo	<ul style="list-style-type: none"> - Equivalência do diploma expedido pelo país de origem, no país de destino. - Efetiva possibilidade de estudantes estrangeiros terem acesso aos cursos desejados no país de destino (inexistência de <i>numerus clausus</i>). - Validação do diploma expedido pelo país de destino, no país de origem. - Facilidade de obter visto de permanência no país de destino.

Fonte: Adaptado do texto de Larsen, Kurt; Vincent-Lancrin, Stéphan. Le commerce international de services d'éducation: Est-il bon? Est-il méchant? *Politiques et gestion de l'enseignement supérieur*. dec.2002, p.20-22.

Outro ponto a considerarmos é que a mobilidade estudantil internacional é, num contexto de aumento às restrições migratórias e criminalização das migrações, uma das formas nas quais torna-se possível uma experiência de migração documentada para muitos que anseiam viver ou ter uma experiência fora da fronteira de seus países.

Assim, a mobilidade estudantil internacional é uma das formas de migração internacional. Destacamos, contudo, que, embora abordemos essas experiências pela perspectiva migratória, não deixaremos de trazer a questão da mobilidade estudantil internacional, uma vez que é um ponto que se relaciona diretamente com as experiências migratórias vivenciadas pelos sujeitos que contribuirão para as reflexões desta pesquisa. E que é também um elemento de extrema importância para entendermos o contexto das migrações internacionais.

O contexto que envolve a migração internacional motivada ou viabilizada pela mobilidade estudantil costuma ser automaticamente relacionado às exigências da sociedade globalizada, do mercado, como fruto do processo de internacionalização, que motiva e exige

cada vez mais essa troca entre os países e de formação de trabalhadores para lidar com essa conjuntura globalizante.

Apesar de não negarem a relação entre a sociedade globalizada e sua influência sobre a mobilidade estudantil e as migrações em geral, Lima e Maranhão (2008) lembram que as experiências de internacionalização do ensino superior não são novas. São um fenômeno mais antigo que a universidade, pois existiram desde a Idade Média, por exemplo, embora as autoras reconheçam que as motivações para a implantação desse tipo de programa tenha se alterado ao longo do tempo.

Em contraponto ao discurso corrente, muitas vezes parcial, em que se aponta a internacionalização apenas como um processo positivo e inevitável, Lima e Maranhão (2008) realizam uma abordagem crítica, trazendo à tona também questões problemáticas envolvendo o processo, com a manutenção, e até o aumento, das desigualdades entre os países do Norte e do Sul Global, tornando estes últimos, muitas vezes, subalternizados em relação aos primeiros:

[...] não seria um despropósito afirmar a influência que tais sistemas de educação superior exercem sobre a organização e desenvolvimento do sistema de educação mundial, particularmente entre os países periféricos à medida que as lideranças acadêmicas e políticas destes países foram diretamente influenciadas pelo modelo de educação que se revela hegemônico e tendem a reproduzir ou adaptá-lo às realidades regionais (LIMA; MARANHÃO, 2008, p. 07).

Essas trocas não são uma via de mão dupla, como apontam as autoras, o que reforça essa relação de dependência, com os países do Norte global ditando, muitas vezes, o que se deve estudar, qual modelo de educação a ser adotado, as prioridades nos rumos das pesquisas:

Se são facilitados os “contatos inter-culturais” – um dos pontos positivos da internacionalização, segundo Jane Knight (2003) – estes contatos guardam a marca desta “polarização” global. Não é um processo de mão-dupla esta mobilidade estudantil atual, o que nos permite afirmar que o sentido dos fluxos indica muito mais um processo de competição para o controle dos fluxos, do que de cooperação entre os países que “doam” e os que “recebem” os alunos. A internacionalização do ensino superior é bem mais corporativa do que republicana neste sentido (LIMA; MARANHÃO, 2008, p. 188-189).

A abertura do mercado de educação dos países centrais e a privatização das IES estão entre as consequências dessa relação, gerando a chamada fuga de cérebros dos países periféricos.

Em função da força que adquirem os atores multilaterais, assim como as próprias IES dos países ricos, soluções como a privatização das IES nos países periféricos, abertura dos mercados de educação para IES do centro da economia-mundo são cada vez mais comuns. Estas “soluções”, por sua vez, muitas vezes pioram a qualidade e a acessibilidade do ensino superior nos países em desenvolvimento, e aumentam o êxodo de estudantes para as instituições de ensino superior dos países do centro da economia-mundo (LIMA; CONTEL, 2007, p. 175).

Lima e Maranhão (2008) denunciam essas relações desiguais de poder nas interações mercantis no campo da educação entre os países centrais e os países periféricos do sistema capitalista global:

[...] as motivações de caráter cultural e acadêmico cedem lugar para interesses econômicos voltados para a ampliação do mercado educacional, comercialização de produtos educacionais, política de autofinanciamento das universidades públicas, elevação da empregabilidade entre egressos etc. Razão pela qual, há explícita coincidência entre, por um lado, pujança acadêmica, poder político e econômico entre países que mais acolhem estudantes e, por outro, limitada notabilidade acadêmica, reduzido espaço político e econômico entre os países que exportam cérebros. E os países da América Latina não constituem exceções a esta regra geral (LIMA; MARANHÃO, 2008, p. 14).

Essa conjuntura do processo de internacionalização nos ajuda a compreender em que contexto se inserem os/as estudantes africanos/as que vêm ao Brasil para estudo.

A vinda desses/as estudantes internacionais está inserida nesse contexto de internacionalização e reflete não só a necessidade de acesso a essas estruturas por países africanos, mas também de o ensino superior brasileiro se internacionalizar.

Essa internacionalização, por sua vez, pode se dar de diversas formas. Várias iniciativas podem coexistir num mesmo momento. No Brasil, tem prevalecido, ao longo dos anos, uma ausência de políticas claras em relação a isso, segundo Lima e Maranhão (2008), contribuindo para o que as autoras chamam de internacionalização passiva.³⁸

No caso do Brasil, por exemplo, ressalta-se a ausência de políticas claras. Aspecto que contribui para o fortalecimento da internacionalização passiva, com explícita submissão dos interesses do País aos interesses comerciais exógenos, implicados nos acordos comerciais que envolvem pessoas, programas e instituições e no distanciamento do sistema de educação superior do País com países congêneres. Neste contexto, as condições que favorecem a submissão do sistema público e privado à lógica de mercado são fortemente ampliadas. Submetidos acriticamente às premissas de mobilidade estudantil, o que reforça o eixo Estados Unidos-Europa como referência de padrão de qualidade acadêmico, os governos dos países periféricos acabam reforçando a hegemonia de poucos países e desperdiçando o potencial emancipatório historicamente presente na mobilidade estudantil construída sobre outras bases (LIMA; MARANHÃO, 2008, p. 14).

Contudo, Lima, Ricobom e Prolo (2020) apontam, no período entre 2003 e 2016, correspondente aos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma

³⁸ Conceito utilizado por Lima e Maranhão (2009), citando o pensador francês Guillaume Vuilletet, o termo é utilizado para definir o modelo de internacionalização da educação nos países periféricos, nos quais observa-se a necessidade de definir criteriosa política de emissão de acadêmicos (principalmente professores-pesquisadores) para se formar nos grandes centros, objetivando investir no desenvolvimento de uma elite intelectual capaz de influir sobre o processo de modernização de alguns setores, apesar do elevado risco de perdê-la frente à reduzida capacidade de oferecer atrativas condições de trabalho e remuneração ao término da formação. Já o termo internacionalização ativa é usado para definir o modelo de inserção internacional do setor educacional existente nos países centrais: com a implantação de políticas de Estado voltadas para a atração e acolhimento de acadêmicos, a oferta de serviços educacionais no exterior envolvendo a mobilidade de *experts* em áreas de interesse estratégico, a exportação de programas e instalação de instituições ou *campi* no exterior.

Rousseff, um considerável aumento no número de universidades públicas federais criadas e um processo de interiorização dessas universidades, como também a criação de outras voltadas para a cooperação internacional entre países periféricos, com a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

[...] movimento de expansão do ensino superior durante o governo do Partido dos Trabalhadores levando em conta três movimentos: i) de interiorização do ensino superior federal, com a criação de novas universidades e campi fora dos grandes centros urbanos; ii) de fortalecimento das universidades públicas por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) que resultou na criação de 14 (catorze) universidades federais e 126 (cento e vinte e seis) campi, sem desconsiderar a importância das universidades existentes; iii) de criação de universidades de vocação internacional instaladas em regiões territoriais estratégicas, como são os casos da Unila e da Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) (LIMA; RICOBOM; PROLO, 2020, p. 46).

Essas iniciativas vão na contramão do processo predominante nos países periféricos, incluído o Brasil, de internacionalização passiva da educação, voltada para os ditames dos países centrais e para a mercantilização da educação, e voltam-se para a garantia de educação pública de qualidade e para o fortalecimento da integração entre os países do Sul global. Lima e Contel (2011), citados por Lima, Ricobom e Prolo, afirmam:

A criação de universidades temáticas, a exemplos da Unila e da Unilab, inaugura uma concepção de internacionalização da educação superior estranha ao que prevalece entre as universidades hegemônicas dos países centrais na medida em que, desde o seu projeto de criação, empenham-se para promover efetiva cooperação internacional e se distanciar da comercialização de produtos educacionais e da atração de estudantes internacionais pagantes (LIMA; CONTEL, 2011 *apud* (LIMA; RICOBOM; PROLO, 2020, p. 47).

Com essa mesma linha de pensamento, Santos (2017), citando Perrotta (2012), nomeia essa perspectiva de internacionalização, que Lima e Contel (2007) caracterizam como ativa, de “internacionalização solidária”:

Em grandes linhas, ela adota a perspectiva de internacionalização denominada por Perrotta (2012) “internacionalização solidária”, um formato contemporâneo das próprias origens da universidade ocidental e que vigorou, em grande medida, até o meio do século passado; em contraposição, a proposta difundida pelas agências aqui mencionadas pode bem ser caracterizada como de internacionalização competitiva, também denominada por essa autora “internacionalização fénicia”, por se orientar pelos desideratos da competição econômica (SANTOS, 2017, p. 36).

Os dois modelos de internacionalização, ativa e passiva, podem ser observados no contexto da presença de migrantes de origem africana no Ceará para estudos. No caso dos/as estudantes que ingressaram por meio de Convênios com o Programas PEC-G e PEC-PG e da Unilab, a perspectiva se volta mais para a primeira; e no caso das faculdades particulares, a segunda. Nos tópicos 2.2 e 2.3 abordaremos essas duas perspectivas, respectivamente.

3.2 Cooperação Sul-Sul e a migração para estudo no Brasil: o caso dos/as estudantes africanos/as em Instituições de Ensino Superior públicas do Ceará pelo Programa PEC-G e na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab

Como veremos a seguir, a cooperação internacional brasileira no âmbito da educação tem sido historicamente bastante atrelada à política externa e ao modelo de desenvolvimento econômico adotados pelo governo que está no poder, e não como uma política de Estado que perpassa diferentes estratégias de governos. Isso afeta sobremaneira a sustentabilidade e o fortalecimento dessa cooperação.

Santos (2017) destaca, no contexto de consolidação do processo de globalização (década de 1980), a intervenção das grandes potências mundiais nos modelos de educação dos países periféricos, a partir das condicionantes colocadas por meio das agências multilaterais, principalmente o Banco Mundial e o FMI, para a concessão de empréstimos aos países em desenvolvimento:

O embalo do ideário do Consenso de Washington – não à toa por elas acordado e por elas promovido, com o auxílio luxuoso dos empréstimos condicionados do FMI e do BM – propõe intensa revisão das políticas que organizam os sistemas de educação superior dos países periféricos, especialmente a partir da década de 1980, considerada marco do período de concretização (material e simbólica) do processo de globalização (SANTOS, 2017, p. 32).

Esse receituário imposto é, em linhas gerais, composto por medidas para reduzir o tamanho do Estado (aplicação do chamado estado mínimo) e seu papel na garantia dos direitos sociais à população, que inclui, dentre outros: disciplina fiscal; redução de gastos públicos; investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais e desregulamentação (reformas das leis econômicas e trabalhistas, de modo a favorecer os detentores de poder econômico em detrimento dos trabalhadores e da população economicamente desfavorecida)³⁹.

No âmbito da educação, consistiu num processo de privatização da educação, convertendo-a de política de Estado e de um direito fundamental, a uma mercadoria, administrada pela iniciativa privada e garantida com qualidade apenas a quem tem condições de pagá-la.

Citando Haddad (2008), Santos (2017) aponta a Organização Mundial do Comércio (OMC) como outro ator importante para “a conversão da educação – por extensão, do

³⁹ Para uma breve contextualização sobre os dez objetivos básicos do Consenso de Washington, acesse: <<https://fernandacls.jusbrasil.com.br/artigos/151335521/o-consenso-de-washington-e-seus-reflexos-no-direito-economico>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

conhecimento – de patrimônio cultural da humanidade para a condição de uma mercadoria passível de comercialização em mercado aberto”.

A justificativa, tipicamente neoliberal, é de que a racionalidade empresarial na educação representa interesse geral de uma economia internacional/internacionalizada: dos Estados nacionais, que em sua versão Estado mínimo devem se dedicar exclusivamente a políticas de segurança (inclusive dos patrimônios privados), justiça e políticas sociais compensatórias, e, também, dos trabalhadores, que se querem ver empregados. (SANTOS, 2017, p. 32-33)

Lima e Maranhão (2018) destacam a existência de diferentes perspectivas em que esse processo de internacionalização da educação pode se dar, incluindo a da mercantilização, mas também a da cooperação nessa área. E fazem a relação entre a educação e a perspectiva econômica:

Isto explica a variedade de expressões utilizadas para traduzir este movimento que contemporaneamente está longe de envolver aspectos estritamente acadêmicos à medida que vem ganhando contornos nitidamente econômicos: cooperação internacional, intercâmbio internacional, educação internacional, educação transnacional, educação através das fronteiras, educação sem fronteiras (KNIGHT, 2005; SEDDOH, 2003 p.155), turismo cultural etc. Muito embora estas iniciativas estejam debaixo do mesmo - guarda-chuva-, elas estão orientadas por motivações diferentes: algumas mais ancoradas à idéia de cooperação acadêmica e outras à idéia de internacionalização do -mercado educacional - em crescente compasso de desregulamentação (LIMA; MARANHÃO, 2018, p. 04).

Neste sentido, é importante perceber que as disputas em torno dos modelos de educação, tanto dentro do país como nas suas relações com os outros países, reflete o modelo de desenvolvimento que se pretende adotar (o econômico incluso).

Entre essas perspectivas em disputa estão a visão da educação como um direito humano fundamental, voltada para o desenvolvimento humano e para a colaboração entre os países, e a educação como mercadoria, voltada para o mercado e para o fortalecimento das grandes corporações.

A cooperação entre os países em desenvolvimento, a chamada cooperação Sul-Sul, focada na educação como fator de desenvolvimento humano, apresentou-se como alternativa a essa lógica de cooperação como moeda de troca, processo verticalizado que impõe o modelo das grandes potências para os países periféricos.

É nesse contexto que se insere a integração no âmbito internacional entre o Brasil e os países africanos no contexto de política de Estado, com a criação de programas de cooperação firmados, desde 2003, entre o Brasil e países lusófonos, principalmente do continente africano.

No âmbito educacional, essa cooperação foi reforçada pela criação, em 2010, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu (PR). No mesmo ano, a inauguração da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-

brasileira (UNILAB)⁴⁰, no município de Redenção, contribuiu para aumentar o fluxo de estudantes de origem africana no país e, mais especificamente, no Ceará.

Antes da criação dessas universidades com vocação internacional, o único programa que existia nesse âmbito, voltado para a cooperação entre os países periféricos na área da educação, era o Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), criado em 1965, pelo Decreto nº 55.613, e, atualmente, regido pelo Decreto nº 7.948, de 2013.

Atualmente, o PEC-G é desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas — federais e estaduais — e particulares, e oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais.

Além dessa perspectiva, representada pelo Programa PEC-G e pela implantação da Unilab, há também a do intercâmbio, por meio da presença de estudantes africanos em universidades particulares (sem convênio com programas de governo). Neste estudo, situamos os dois primeiros na perspectiva da cooperação solidária e o último na perspectiva da mercantilização da educação. Mais adiante, abordaremos cada um desses contextos.

Embora a perspectiva das relações Sul-Sul pressuponha menor assimetria e maior horizontalidade na relação, não significa, contudo, que não existam conflitos, relações desiguais de poder e que esse modelo também não enfrente problemas, contudo, avaliamos que o foco central dessa relação é efetivamente a colaboração mútua entre os países.

Santos (2017) destaca o contexto no qual se inserem a implantação da Unila e da Unilab, além dos interesses estratégicos do Brasil de se projetar no âmbito internacional e se colocar como liderança da América Latina:

A implantação da Unila e da Unilab ocorreu com base em uma política que consorcia os interesses estratégicos em política externa – projeção do Brasil nos continentes americano e africano, na perspectiva de consolidação de sua liderança na região latino-americana e como potência regional do Hemisfério Sul, centrando sua atuação no conjunto geopolítico do Atlântico Sul – e as demandas de internacionalização da educação superior para fins de qualificar, internacionalizando, a produção científica e a formação de quadros no âmbito do sistema universitário federal (SANTOS, 2017, p. 35).

Amaral (2013) também aponta, citando Lima (2005); Ayllon e Surasky (2010); e Kabunda (2011), os interesses estratégicos do Brasil nesta política de cooperação com os países africanos:

⁴⁰ Em maio de 2016, o número de estudantes matriculados em cursos presenciais era de 2.666, distribuídos da seguinte maneira pelas nacionalidades: Brasil: 1.949; Angola: 51; Cabo Verde: 77; Guiné-Bissau: 438; Moçambique: 20; São Tomé e Príncipe: 62 e Timor Leste: 69. A Unilab mantém 22 acordos de Cooperação com instituições internacionais dos seguintes países: Angola: 02 / Cabo Verde: 03 / China: 03 / Guiné-Bissau: 01 / Moçambique: 04 / Portugal: 06 / São Tomé e Príncipe: 02 / Timor Leste: 01.

Ainda que a solidariedade e os interesses comuns sejam os principais alicerces da cooperação brasileira, outros fatores influem na tomada de decisão das autoridades brasileiras na hora de alocar recursos públicos. Algumas delas são a ampliação da atuação nos mercados dos países africanos e a entrada de construtoras brasileiras, competindo com China e Índia, além do apoio para conseguir a vaga no Conselho de Segurança da ONU, aliado a preservação dos interesses nacionais, a competição por mercados e a obtenção de prestígio internacional (AMARAL, 2013, p. 46).

Souza e Malomalo (2016) apontam como contexto para adoção pelo governo brasileiro de uma política de cooperação Sul-Sul a retomada do crescimento da economia mundial, a crise política internacional e o lugar que a África veio ocupar no início do século XXI, a partir do crescimento de suas economias.

Essas reflexões nos ajudam a compreender melhor como se inserem essas iniciativas de cooperação e os limites de cada uma delas na consecução de seu objetivo, qual seja, o de promover a cooperação, a integração entre o Brasil e os países africanos. Nos próximos tópicos, conheceremos melhor os projetos do programa PEC-G, da Unilab e das faculdades particulares que recebem estudantes de países africanos.

3.2.1 O Programa de Estudantes - Convênio de Graduação PEC-G e a migração de estudantes africanos/as para o Brasil

O Programa de Estudantes - Convênio de Graduação (PEC-G) foi criado, em 1965, época da ditadura militar, pelo Decreto nº 55.613. Ao longo dos 55 anos de existência, o Programa já passou por diversas fases e teve aspectos modificados por diferentes decretos.

Atualmente, é regido pelo Decreto nº 7.948 de 2013, que confere maior força jurídica ao regulamento do PEC-G⁴¹. O Programa oferece a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, como universidades federais e estaduais, institutos federais e faculdades particulares.

O PEC-G é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio da Divisão de Temas Educacionais, e pelo Ministério da Educação, em parceria com Instituições de Ensino Superior em todo o país.

O Ministério das Relações exteriores afirma, na descrição do programa, em sua página na internet, que sua motivação de criação partiu do intuito de regular o controle migratório,

⁴¹ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12281&Itemid=534> e <<http://www.dce.mre.gov.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

denotando mais uma vez a relação entre a mobilidade estudantil internacional para o Brasil e as migrações:

A idéia da criação de um Programa de Governo para amparar estudantes de outros países adveio do incremento do número de estrangeiros no Brasil, na década de 1960, e das conseqüências que este fato trouxe para a regulamentação interna do status desses estudantes no Brasil. Havia necessidade de unificar as condições do intercâmbio estudantil e de garantir tratamento semelhante aos estudantes por parte das universidades. Dessa forma, em 1965 foi lançado o primeiro Protocolo do PEC-G.⁴²

Ao todo, são 109 IES que participam do Programa nas cinco regiões do país. No período de 2015 a 2019, o número de cursos ofertados ficou entre 235 e 291. Os cursos com o maior número de vagas oferecidas são Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia.⁴³

O aluno estrangeiro selecionado cursa gratuitamente a graduação. Em contrapartida, deve atender a alguns critérios; entre eles, provar que é capaz de custear suas despesas no Brasil, ter certificado de conclusão do ensino médio ou curso equivalente e proficiência em língua portuguesa.

São selecionadas preferencialmente pessoas inseridas em programas de desenvolvimento socioeconômico acordados entre o Brasil e seus países de origem. Os acordos determinam a adoção pelo aluno do compromisso de regressar ao seu país e contribuir com a área na qual se graduou.⁴⁴

A página da Divisão dos Assuntos Educacionais (DCE), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), disponibiliza informações sobre o Programa PEC-G e sobre a educação na política externa brasileira. De acordo com o site:

Por meio das ações de cooperação educacional, a Política Externa Brasileira age em pelo menos três vertentes:

- Economicamente, a educação, ao relacionar-se diretamente à qualificação da mão-de-obra de um país, interfere no desenvolvimento econômico. No cenário de globalização, a habilidade de uma economia em atrair capitais, investimentos e tecnologias, inserindo-se de forma competitiva no mercado internacional, está condicionada ao nível educacional e à qualificação dos seus recursos humanos. A cooperação é uma modalidade de relacionamento que busca construir essas capacidades.

- Politicamente, a cooperação educacional representa parte de uma agenda positiva da política externa, ao promover a aproximação entre os Estados por meio de seus nacionais. A visão do Brasil como um país que age com base em princípios de solidariedade e respeito favorece a formação de um pensamento positivo, tudo isso no âmbito da crescente cooperação entre países em desenvolvimento.

- Culturalmente, a convivência, o aprendizado do idioma e a troca de experiências contribuem para o estreitamento de laços entre as sociedades. Com isso, tem-se a formação de uma cultura de integração, de conhecimento mútuo das realidades de outros países, em meio a uma forte significação humanista. Como resultado, aumenta-

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12281&Itemid=534>. Acesso em: 11 jan. 2020.

se a compreensão mútua e a tolerância (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES)⁴⁵.

Apesar de, no início do texto, o Ministério reforçar a perspectiva da cooperação, do benefício mútuo nessas relações, o comunicado explicita o interesse econômico e político com esse tipo de iniciativa, promovendo uma estreita relação entre a cooperação internacional na área da educação e a política externa brasileira.

Não é possível saber, contudo, em que governo essa descrição sobre a educação na política externa brasileira foi escrita. Em algumas partes da página, como no início do histórico sobre o Programa PEC-G, observamos alguns termos grafados ainda em desacordo com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que passou a ter uso obrigatório no país em 2016, o que sugere que há partes que estão há tempos sem atualização. Porém, na mesma página, encontramos dados atualizados até 2019 com os países participantes do Convênio.

Independente de quando o texto tenha sido criado, observamos, como já sinalizado em alguns momentos dessa dissertação, que, embora com abordagens e direcionamentos bastante diferentes, em linhas gerais, nos diferentes governos, o papel da educação na política externa brasileira tem estado muito vinculado a interesses econômicos e políticos.

Em alguns casos, como nos governos de esquerda de 2003 a 2016, mais voltados para as relações Sul-Sul; em outros, como nas ditaduras civis-militares, no governo Fernando Collor e, atualmente, no Governo de Jair Bolsonaro, com foco mais direcionado para as relações Norte-Sul.

Ainda de acordo com o MRE, atualmente, 62 países participam do PEC-G. Desde os anos 2000, houve mais de 9.000 selecionados.

A África é o continente com o maior número de estudantes que participam do convênio, representando 76% dos selecionados.⁴⁶ Atualmente, 26 países africanos estão inclusos, sendo a maioria dos estudantes provenientes de Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola.


Contudo, há inconsistência nos dados apresentados na mesma página do MRE. Na parte que apresenta o Convênio, em “Conheça o PEC-G”, os dados são os acima referidos. Já na tabela que apresenta o histórico do Programa, afirma que são 25 países africanos participando do programa.

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEB.php>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

⁴⁶ De acordo com a tabela seguinte, o número é de 74,89%, e não de 76%.

Abaixo, seguem os números de estudantes de países africanos selecionados no PEC-G, no período de 2000 a 2019. Mais uma vez, encontramos uma divergência nos dados. No quadro, aparecem 22 países africanos, e não 25 ou 26. O total de estudantes selecionados desse continente ao longo desses 20 anos, foi de 7.991.

Tabela 2 - PEC-G Selecionados África, 2000 a 2019



PEC-G - Selecionados - África - 2000 a 2019


PAÍS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL	
África do Sul																		1	1		2	
Angola	3	21	29	23	33	11	31	28	91	68	48	83	63	53	59	77	7	11	12	2	753	
Argélia																2					2	
Benin									11	5	7	19	39	37	73	48	40	71	44	93	487	
Cabo Verde	117	65	227	263	192	230	314	265	381	206	133	74	155	88	104	119	64	62	58	52	3169	
Camarões			1					2	1		3	6	3	9	7	3	5	7	2	4	53	
Costa do Marfim				1	1			3	1				1	4	9	4	5	5	8	15	57	
Gabão		11		2	1	1	3	4							3	4	3	2	10	16	60	
Gana	2	3	7	9	11	6	3	3	6		1	1		7	26	23	36	65	58	19	286	
Guiné-Bissau	36	88	111	97	58	186	159	19	133	181	95	55	118				7	15	33	25	1416	
Guiné Equatorial																					27	27
Marrocos																		1		2	3	
Mali							2												1		3	
Moçambique	12	13	27	21	26	27	13	9	4	4	9	7	8	13	13	9	1	3	2	8	229	
Namíbia	1	1														6	65		1		74	
Nigéria	9	6	7	11	14	27	19	22	32			12	1	2	6	2		2	1	4	177	
Quênia		4	14	14	11	12	5		6	3	3	3		2		4	3	4	1		89	
República Dem. do Congo								9	106	46	78	92	28	19	12	25	29	46	37	25	552	
República do Congo													4	6	4	2	4	6		30	56	
São Tomé e Príncipe			24		47	147	35	13	12	4	6	19	12	3	19	17	9	12	2	7	388	
Senegal	7	2	4	1	1	3	5	1				1	1	4	1	6	3	10	7	7	64	
Togo												4	11	8	3	6	6	2	3	1	44	
TOTAL	187	214	451	442	395	650	589	378	784	517	383	376	444	255	339	357	287	325	281	337	7991	

Fonte: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

Cabe destacar, contudo, que nem todos os alunos selecionados efetivamente iniciaram o curso e nem todos que iniciaram chegaram a concluir. Os dados efetivos dos que concluíram não são disponibilizados pelo MRE. Dada a falta de sistematização dos dados sobre o programa, é possível que o Ministério não possua, de fato, esses dados.

Além dos países africanos, participam do PEC-G estudantes da América Latina e do Caribe. 2.592 estudantes dessas regiões foram selecionados no período de 2010 a 2019, principalmente paraguaios, peruanos, equatorianos e hondurenhos.

Tabela 3 – PEC-G Selecionados América Latina e Caribe, 2000 a 2019




PEC-G - Selecionados - América Latina e Caribe - 2000 a 2019

PAÍS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL	
Argentina	1		1	1		6	2				1	1						1			14	
Barbados				1				5	2	2	5	3	1	4	5	5	2	2			2	39
Bolívia	12	9	10	4	1	6	11	5	4	13	11	4	1	7	9	10	5	7	10	14	153	
Chile	4	4	3	1	1		2	3	2	3	2	2	2	3	2	3	5	3	1	5	51	
Colômbia	6	11		3	5	3	4	3	2	2	2	2	6	8	12	15	14	17	9	2	126	
Costa Rica		2	2	3	1	3	3	1	4		3	2	1	1	1	2	3		1		33	
Cuba					1	3	3	2	4	5	8	7	11	3	11	10	8	8	10	1	95	
El Salvador	1		1	2		1	1	2			1		3	3	1	4	2	1			23	
Equador	3	12	3	6	6	9	19	19	19	32	7	11	17	11	11	9	10	6	10	9	229	
Guatemala	1		4		3	3	2	1	1		4	4	4	4		4	10	4	5	3	57	
Haiti							2	15	12	8	11	3	3	10	7	7	11	9	13	16	127	
Honduras	1	4	9	7	3	5	7	9	4	3			3	21	35	30	27	33	40	35	276	
Jamaica			5	4	3	7	5	3	4	5	10	6	8	10	8	9	15	11	11	12	136	
México				1						1			2	3	1			1	1		10	
Nicarágua		2						1			3		1		1						8	
Panamá	14	12					1	2	2	3	8	1	5	1	3	1	3	2	5	1	64	
Paraguai	70	86	85	43	20	68	48	42	42	32	28	26	22	24	18	24	29	23	26	34	790	
Peru	18	23	11	2	5	12	13	11	14	11	11	7	7	16	16	22	18	19	17	21	274	
República Dominicana					1	1	1			1			1	1	1	2	4	5			18	
Suriname		1															1		1		3	
Trinidad & Tobago	2	5	2	4			2	1	1	2		2	1	2	1	3	1	2			31	
Uruguai	1	1	2		1	1	1			1					1			1	1		11	
Venezuela	1		2		1	2			1	1		3			3	2	3		2	3	24	
TOTAL	135	172	140	82	52	130	127	125	118	125	115	84	99	132	147	162	171	155	163	158	2592	

Fonte: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>>. Acesso em 11 mar. 2020.

E também do continente asiático, que contou com 89 alunos selecionados no mesmo período, a maioria do Timor Leste (37 selecionados).

Tabela 4 – PEC-G Selecionados Ásia, 2000 a 2019



PEC-G - Candidatos Selecionados - Ásia - 2000 - 2019

PAÍS	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
China										1				1	1
Irã														2	2
Paquistão								2	2	2	1			1	8
Tailândia								1	1						2
Timor-Leste	1					1		34	1	1	6	11	8	10	73
TOTAL	1					1		37	4	4	7	11	8	14	87

Fonte: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>>. Acesso em 11 mar. 2020.

Esses dados revelam que mais de 2/3 dos estudantes de uma das principais políticas de cooperação internacional no âmbito da educação no país são de países africanos.

Já na Unilab, dos 4.522 alunos ativos apenas da graduação presencial, nos *campi* do Ceará e da Bahia (dados referentes ao ano de 2019), 3.410 são brasileiros (75,41%), 1.097 (24,26%) são de países africanos (Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e 16 (0,35%) são do Timor Leste.⁴⁷ Ou seja, o segundo maior quantitativo de estudantes, somente atrás do Brasil, é proveniente de países do continente africano.

Somadas essas duas iniciativas e considerando também os que estudam em faculdades particulares, podemos perceber que a migração de estudantes de países africanos é significativa no universo dos países que compõem esse panorama de estudantes internacionais no Brasil.

Somados, somente os/as estudantes provenientes de Cabo Verde e Guiné-Bissau (os dois principais países do continente a ter alunos no programa) já representam quase o dobro do número total de estudantes da América Latina e do Caribe no PEC-G.

No caso do PEC-G, no Ceará, no período de 2013 a 2020, foram oferecidas vagas na Universidade Estadual do Ceará, em Fortaleza; Universidade Federal do Ceará, nos municípios de Fortaleza, Sobral, Quixadá, Russas e Crateús; na Universidade Federal do Cariri (UFCA, nos municípios de Juazeiro do Norte e Barbalha) e Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Ceará- IFCE em Fortaleza e Maracanaú (município da região metropolitana de Fortaleza). Todas IES públicas: uma estadual e três federais.

⁴⁷ Fonte: DRCA Diretoria de Registro e Controle Acadêmico – Unilab. Observamos um erro no dado, uma vez que o total apontado de estudantes ativos na graduação presencial nos estados da Bahia e do Ceará é de 4.523, porém ao somar todos os quantitativos de cada país, o total foi de 4.522. Optamos por utilizar, como dado, o número 4.522, diferente do que está mostrado no quadro, por corresponder efetivamente aos números apresentados de cada país.

Tabela 5 – Estudantes de países africanos selecionados no programa PEC-G no Ceará de 2013 a 2020

ANO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
QTD	13	20	26	17	21	34	29	24
PAÍSES	Angola, Cabo Verde, Congo, Senegal, Togo.	Angola, Benim, Cabo Verde, Gana, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe.	Angola, Benim, Cabo Verde, Gabão, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Togo.	Benim, Cabo Verde, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Quênia, São Tomé e Príncipe e Togo.	Benim, Cabo Verde, Gana, Guiné-Bissau, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Togo.	Angola, Benim, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Nigéria	Angola, Benim, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Gana, Guiné-Bissau, República Democrática do Congo	Angola, Benim, Cabo Verde, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Nigéria e Quênia

Tabela com dados quantitativos de estudantes e países selecionados no Programa PEC G, de 2013 a 2020. Produção nossa, a partir de dados do Ministério das Relações Exteriores.⁴⁸

A lista é de selecionados para o programa e não de efetivamente matriculados. Os/As estudantes que não são de países de língua oficial portuguesa precisam ainda ser aprovados no exame proficiência em língua portuguesa para estrangeiros, o CELPE-Bras⁴⁹. Caso não sejam aprovados, eles/as não ingressam nos cursos.

Cabe destacar que boa parte dos cursos escolhidos são em áreas bastante concorridas nas universidades, como Medicina, Odontologia e as diversas Engenharias. Para citar um exemplo, no ano de 2017, das 21 vagas ofertadas, dez foram para o Curso de Medicina.

Isoladamente, esses números podem não parecer representar muito, mas diante da falta de acesso da própria população brasileira à educação e, principalmente do acesso da população negra à educação no país, sobretudo a de nível superior, esses números são relevantes e contribuem para a promoção de uma universidade mais acessível para todas e todos, com mais diversidade cultural e racial, além de promover a integração brasileira com os países africanos.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/processo_seletivo/resultados.php>. Acesso em: 02 fev. 2020.

⁴⁹ O CELPE-Bras é o certificado de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros, desenvolvido e outorgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. É aplicado no Brasil e em outros países com o apoio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Também, dado que o Ceará não é um destino tradicional de presença de migrantes, essa perspectiva revela que a migração para estudo é um fator importante no contexto atual dessa situação no Ceará.

A seguir, indicamos o quantitativo de migrantes no estado, no período de 2010 a 2018. Nota-se uma elevação substancial no número de migrantes internacionais, o que revela que o contexto de migrações no Ceará tem sofrido importantes modificações, revelando a necessidade de mais estudos para compreender melhor esse contexto e suas consequências.

Tabela 6 – Migrantes africanos/as no Ceará, no período de 2010 a 2018

Nacionalidade	Quantidade/Ano – Registro CE - África									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
AFRICA DO SUL	3		3		1	2				9
ANGOLA	15	11	11	12	22	13	31	60	98	273
ARGÉLIA			1	1	3	1	1		1	8
BENIN		1			2	2	2	2	2	11
BURKINA FASO									1	1
CABO VERDE	64	32	53	69	68	54	41	41	33	455
CAMARÕES		2			2	4	2		2	12
CONGO		4	1	4	1	1	3	2		16
COSTA DO MARFIM	2		2				1			5
EGITO			1	4	3	3	2			13
GABÃO						1	1		1	3
GÂMBIA						1		1	1	3
GANÁ	1				3		1	1		6
GUINÉ									1	1
GUINÉ BISSAU	83	48	58	97	215	163	206	194	241	1305
MARROCOS		1	2	3	2	8	4	4	7	31
MAURÍCIO						1			1	2
MAURITÂNIA								1		1
MOÇAMBIQUE		2	2	6	17	10	7	16	11	71
NAMÍBIA		1								1
NIGÉRIA		1	1		5	4	5	1	2	19
QUÊNIA							1			1
SAO TOMÉ E PRÍNCIPE	12	7	15	3	25	26	16	5	5	114
SENEGAL				1		1		44	17	63
SERRA LEOA								1		1
TANZÂNIA								1		1
TOGO				1				1		2
TUNÍSIA						1	3	2	1	7
ZÂMBIA				1						1
	180	110	150	202	369	296	327	377	425	2436

Fonte: Dados da Polícia Federal obtidos pela autora, em 05 fev. 2020, por meio da Lei de Acesso à Informação.

Como pudemos observar, o número de migrantes internacionais no Ceará registrados pela PF (o que significa que se tratam apenas das migrações documentadas) cresceu de 1.202, em 2010, para 21.161, em 2018.

Além do seu aumento expressivo de migrantes em decorrência de fatores como a construção do Complexo Portuário do Pecém (responsável por parte significativa de migrantes sul-coreanos que vieram ao estado para trabalhar no empreendimento, juntamente com uma presença considerável também de comerciantes da mesma nacionalidade que vieram para o Ceará); observamos a migração de venezuelanos, em decorrência da crise no país; e de cubanos, vindos para trabalhar no Programa Mais Médicos, do então governo federal.

Notamos que, em paralelo a essas outras migrações, há uma presença significativa de migrantes do continente africano, principalmente de países como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Não por coincidência, estão entre os principais países de estudantes selecionados tanto no PEC-G quanto na Unilab, bem como entre os/as estudantes que ingressam em faculdades particulares sem convênio com os governos (federal ou estadual).

Todo esse contexto de incremento de migração, principalmente africana, no contexto do Programa PEC-G, encontra-se atualmente ameaçado.

Desde o governo do presidente Michel Temer, de 31 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2018, houve uma significativa redução dos investimentos na educação. Entre 2014 e 2018, o orçamento da pasta diminuiu 56%, passando de R\$ 11,3 bilhões para R\$ 4,9 bilhões⁵⁰. A educação tem sido afetada não só em relação aos investimentos nela aplicados, mas também por uma mudança de concepção da função social da educação.

Isso impacta, de uma forma ainda mais particular, as universidades públicas e, notadamente, projetos como o do PEC-G, o da Unilab e da Unila. Desde o governo do presidente Michel Temer, o foco na área da educação tem sido a formação de mão de obra pouco especializada para o mercado.

A reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), promovida por seu governo, é bastante reveladora desse posicionamento. Para Ferretti (2018),

[...] a flexibilização do Ensino Médio proposta pela Lei 13.415 deixa a impressão de que tanto o tema do desenvolvimento sustentável quanto o da preparação dos alunos para o mundo do trabalho pautam-se por esse olhar, reduzindo a formação deles, tanto

⁵⁰ Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/05/02/em-4-anos-brasil-reduz-investimento-em-educacao-em-56.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

do ponto de vista cognitivo quanto do subjetivo, à participação mais eficiente e produtiva no mercado de trabalho, à preservação do ambiente sem questionar as contribuições do setor produtivo para os desastres ambientais que ocorrem no país. Com isso, a reforma alinha-se aos postulados da Teoria do Capital Humano, bem como do individualismo meritocrático e competitivo que deriva tanto dela quanto da concepção capitalista neoliberal. Daí a especialização precoce por áreas de conhecimento tendo em vista, também, sua continuidade no Ensino Superior, bem como a eliminação, como obrigatórias, das disciplinas Sociologia e Filosofia, que assumem papel mais questionador que adaptador (FERRETTI, 2018, p. 33).

Outra medida que impactou drasticamente o investimento em educação no país e tem prejudicado não só o processo de expansão, mas a própria manutenção e o funcionamento de setores da educação, particularmente as IES, foi a Proposta de Emenda à Constituição n° 55, de 2016 (a chamada PEC do Teto dos Gastos Públicos), que restringiu os gastos públicos por um período de 20 anos, a partir de 2017, impedindo o maior investimento em áreas como educação e saúde.⁵¹

O governo do presidente Jair Bolsonaro não só deu continuidade a essa perspectiva, como a aprofundou. Desde o início do governo, em 2019, ele afirmou um interesse em priorizar o ensino técnico como forma de inserir os jovens mais rapidamente no mercado de trabalho.

Numa entrevista ao jornal Valor Econômico, o então Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou que a “ideia de universidade para todos não existe”⁵², reforçando uma concepção de universidade como privilégio e não como direito universal.

Em diversas entrevistas concedidas à imprensa ou em pronunciamentos, o presidente também atacou as universidades. Durante entrevista ao Jornal Nacional, ainda como candidato, Jair Bolsonaro afirmou: “Há uma certa ‘tara’ por parte da garotada em ter um diploma. É importante? Sim. Eu fiz, como tenente do Exército, curso de máquina de lavar roupa e de geladeira, aqui em Madureira. Te garanto, Heraldo, se hoje em dia quiser viver disso, eu vou ganhar no mínimo uns 12 mil por mês”.⁵³

Esse direcionamento não ficou só no discurso do presidente e de seus ministros. Em abril de 2019, o governo cortou R\$ 2,4 bilhões de investimentos em educação, comprometendo 30% do orçamento de custeio de todas as universidades e institutos federais do País.

⁵¹ Saiba mais em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

⁵² Leia em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/01/28/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao.ghtml>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

⁵³ Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-diz-que-jovem-brasileiro-tem-tara-por-formacao-superior/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

O desbloqueio do recurso ocorreu em duas etapas, em setembro e outubro do mesmo ano. Contudo, a medida prejudicou diversas atividades acadêmicas, projetos de pesquisa, a oferta de bolsas de estudo, dentre outros prejuízos.

O investimento em pesquisa também foi atacado. Em 2019, houve corte de 7,4 bilhões do orçamento destinado às bolsas de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Em 2020, o orçamento do órgão foi cortado pela metade. Ao todo, foram destinados apenas R\$ 2,2 bilhões, diante dos R\$ 4,3 bilhões do ano anterior. Esse corte também afeta diretamente o programa PEC-G e a Unilab, uma vez que a Capes e o CNPQ são as instituições ligadas à cooperação educacional no Brasil.

Outra ameaça, não menos importante, é o Projeto Future-se, do Governo Federal. Alegando buscar garantir a sustentabilidade financeira das universidades e institutos federais, o projeto traz sérias restrições à autonomia universitária e, na prática, uma espécie de privatização das universidades.

Segundo o site do Governo Federal, o Projeto⁵⁴:

O Future-se busca o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e da gestão das universidades e institutos federais. Essas ações serão desenvolvidas por meio de parcerias com organizações sociais. O programa se divide em três eixos.

Gestão, Governança e Empreendedorismo

- promover a sustentabilidade financeira, ao estabelecer limite de gasto com pessoal nas universidades e institutos — hoje, em média, 85% do orçamento das instituições são destinados para isso;
- estabelecer requisitos de transparência, auditoria externa e *compliance*;
- criar *ranking* das instituições com prêmio para as mais eficientes nos gastos;
- gestão imobiliária: estimular o uso de imóveis da União e arrecadar por meio de contratos de cessão de uso, concessão, fundo de investimento e parcerias público-privadas (PPPs);
- propiciar os meios para que departamentos de universidades/institutos arrecadem recursos próprios, estimulando o compartilhamento de conhecimento e experiências entre eles;
- autorizar *naming rights* (ter o nome de empresas/patrocinadores e patronos na instituição) nos *campi* e em edifícios, o que possibilitaria a manutenção e modernização dos equipamentos com apoio do setor privado.

Diversas entidades, como sindicatos, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e muitas universidades criticam o projeto. Em artigo publicado originalmente no

⁵⁴ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/78351-perguntas-e-respostas-do-future-se-programa-de-autonomia-financeira-do-ensino-superior>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

JConline, Carlos Alexandre Netto, Professor Titular da UFRGS, Conselheiro da SBPC e Membro Titular da ABC, conclui:

O Future-se revela que o MEC se propõe a criar, através do mercado financeiro, alternativa para a incapacidade da União de financiar as Universidades e Institutos Federais no regime fiscal em vigor. Mais lógico e adequado seria revisar a EC 95/2016, criando aí mecanismos para garantir o adequado financiamento da educação e da ciência e tecnologia (e das outras áreas sociais); isto será inevitável pois algumas áreas do Governo já estão quase paralisados nestes poucos anos de vigência do atual regime fiscal⁵⁵.

Os atores que se contrapõem à medida afirmam que o principal problema para o financiamento das IES atualmente é a Emenda à Constituição n° 55, que congelou os gastos públicos. Em reunião, no dia 22 de janeiro, na sede da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), estiveram presentes 14 reitores, ex-reitores, ex-ministros e especialistas em educação e ensino superior.

Alexandre Netto, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), conselheiro e coordenador da Comissão de Ensino Superior da SBPC, afirmou: “O que nos parece é que, na realidade, essa proposta marca posição do Ministério da Educação de diminuir a participação do Estado no financiamento da educação superior, o que é uma questão muito delicada”. E completou: “O ex-ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, também reforçou a crítica, dizendo que não está claro se a intenção do Future-se é acrescentar novas receitas ou substituir o compromisso do governo no financiamento da educação pelo mercado.”⁵⁶

3.2.2 A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e a migração africana para o Ceará

Em julho de 2008, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei N° 3.891, que dispunha sobre a criação da Unilab. No dia 20 de julho de 2010, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei n° 12.289, que garantiu a criação da segunda Universidade Federal no Ceará.

A criação da Unilab deu-se, como já abordamos inicialmente, num contexto em que o país buscava se tornar uma liderança entre os países do Sul global e tinha sua política externa voltada para o fortalecimento das relações Sul-Sul, não só no âmbito econômico, mas também político, social etc.

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/as-universidades-federais-frente-ao-future-se/>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

⁵⁶ Disponível em: <<http://portal.sbpnet.org.br/noticias/novo-texto-do-future-se-mantem-problemas-apontados-em-versoes-antiores-dizem-especialistas/>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

Essa cooperação na área educacional foi reforçada pela criação, em 2010, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu (PR). No mesmo ano, a inauguração da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (UNILAB)⁵⁷, no município de Redenção, contribuiu para aumentar o fluxo de estudantes de origem africana no país e, mais especificamente, no Ceará.

Souza e Malomalo (2016) destacam a demanda histórica do movimento negro por políticas sociais, inclusive pelo acesso à universidade, como fator que influenciou na decisão de criação da Unilab. Citando Berhing (2003) e Boschetti (2006):

Tais demandas expressaram-se pelas pressões e pelos acordos feitos entre as organizações da sociedade civil e o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) durante as campanhas políticas e durante o exercício dos seus mandatos (GOMES; VIEIRA, 2013). Elas pretendiam que o governo elaborasse um projeto de nação que atendesse às demandas sociais, aos direitos sociais, que a política neoliberal introduzida nos governos anteriores (Collor-FHC) havia negado (SOUZA; MALOMALO, 2016, p. 259).

O local onde foi instalada a reitoria da Universidade, em Redenção, a 72 km de Fortaleza, foi escolhido por ser o primeiro município brasileiro a libertar os escravizados, quatro anos antes da Lei Áurea. Com isso, o governo federal buscou associar a inauguração a essa simbologia em torno desse pioneirismo cearense na libertação da população escravizada:

As atividades iniciaram no Campus da Liberdade, no município de Redenção (CE), berço da abolição da escravidão no Brasil, em 1883. A data para início das atividades da Unilab foi inserida em um contexto devidamente pensado: 25 de maio é o Dia da África, data alusiva à fundação da Organização da Unidade Africana (OUA). Além disso, 2011 consagrou-se como o Ano Internacional dos Afrodescendentes, pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 18 de dezembro de 2009⁵⁸ (DIÓGENES; AGUIAR, 2013, p. 36).

Contudo, essa simbologia vem acompanhada também de muitas contradições, uma vez que essa mesma província tem um histórico de negação da sua população negra e tal “acontecimento” é, muitas vezes, utilizado para realizar esse apagamento e silenciamento da população negra do estado. Debateremos essa questão mais detalhadamente no próximo tópico, intitulado “*O racismo à cearense e as resistências do povo negro no estado*”.

Esse contexto revela muito também dos desafios que a Universidade vai enfrentar, desde sua criação até os dias atuais.

⁵⁷ Em maio de 2016, o número de estudantes matriculados em cursos presenciais era de 2.666, distribuídos pelas nacionalidades, da seguinte maneira: Brasil: 1.949; Angola: 51; Cabo Verde: 77; Guiné-Bissau: 438; Moçambique: 20; São Tomé e Príncipe: 62 e Timor Leste: 69. A Unilab mantém 22 acordos de Cooperação com instituições internacionais dos seguintes países: Angola: 02 / Cabo Verde: 03 / China: 03 / Guiné-Bissau: 01 / Moçambique: 04 / Portugal: 06 / São Tomé e Príncipe: 02 / Timor Leste: 01.

⁵⁸ Fonte: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. UNILAB: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul / Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira ; organizado por Camila Gomes Diógenes e José Reginaldo Aguiar. – Redenção: UNILAB, 2013.

Além dessa associação, a localização estratégica do Ceará em relação à Europa e à África também foram apontados como condicionantes para a escolha.

A Unilab possui quatro campi: o da Liberdade (Redenção); a Unidade Acadêmica dos Palmares (Acarape); o das Auroras (Redenção) e dos Malês (São Francisco do Conde – Bahia).

O processo seletivo para os cursos de Graduação da Unilab destina 50% das vagas para brasileiros, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação, sendo 25% voltados a candidatos cotistas, que têm um critério diferenciado para aprovação. As vagas restantes são reservadas a estudantes internacionais, cuja seleção ocorre por meio de avaliação do histórico escolar do Ensino Médio e da prova de redação, realizadas nos próprios países de origem.

A Universidade oferece oito cursos de Graduação, sendo sete presenciais e um na modalidade a distância. Os presenciais são: Agronomia, Enfermagem, Administração Pública, Engenharia de Energias, Bacharelado em Humanidades, Ciências da Natureza e Matemática e Letras (Língua Portuguesa). A graduação a distância é em Administração Pública. A Universidade também oferece três cursos de Especialização, todos na modalidade a distância: Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde.

De acordo com o texto da Lei nº 3.891, a instituição tem como objetivo primeiro: “Ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, **especialmente os países africanos**, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional” (BRASIL, 2010, grifo nosso).

Essa perspectiva vai ao encontro de um modelo de cooperação solidária, como abordada no tópico anterior sobre mobilidade acadêmica e as migrações, na qual o foco é o intercâmbio entre os países, buscando se distanciar da perspectiva da educação como mercadoria.

A Comissão de criação da Unilab, neste sentido, visitou todos os países parceiros para que o projeto pedagógico e os cursos contemplassem também as expectativas deles:

Neste sentido, a Comissão realizou levantamento sobre temas e demandas comuns ao Brasil e aos países parceiros, sobretudo os africanos. Como resultado, foram identificadas as seguintes áreas com prioridade de atuação: agricultura, saúde coletiva, educação básica, gestão pública, tecnologias e desenvolvimento sustentável⁵⁹.

⁵⁹ Idem.

Com relação ao perfil dos estudantes que integram a Universidade, segue, abaixo, quadro com o quantitativo de alunos estudantes na Unilab, por modalidade de ensino e nacionalidade.

Tabela 7 – Quadro de ingressantes e diplomados da Unilab

INGRESSANTES E DIPLOMADOS

INGRESSANTES								
PAÍS	GRADUAÇÃO		PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU)		PÓS-GRADUAÇÃO (STRICTO SENSU)			TOTAL GERAL
	PRESENCIAL	TOTAL	A DISTÂNCIA	TOTAL	PRESENCIAL	SEMI-PRESENCIAL	TOTAL	
ANGOLA	159	159	1	1	49	11	61	160
BRASIL	1898	1898	419	419	1		1	2377
CABO VERDE	14	14			4		4	15
GUINÉ BISSAU	283	283	5	5				292
MOÇAMBIQUE	16	16						16
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	11	11						11
TOTAL GERAL	2381	2381	425	425	54	11	6	2871

Quadro 8 - Ingressantes

DIPLOMADOS								
PAÍS	GRADUAÇÃO			PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU)		PÓS-GRADUAÇÃO (STRICTO SENSU)		TOTAL GERAL
	A DISTÂNCIA	PRESENCIAL	TOTAL	A DISTÂNCIA	TOTAL	PRESENCIAL	TOTAL	
ANGOLA		35	35	1	1			36
BRASIL	56	396	452	687	687	27	27	1166
CABO VERDE		18	18	1	1			19
GUINÉ BISSAU		151	151	20	20			171
MOÇAMBIQUE		7	7					7
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE		22	22					22
TIMOR LESTE		13	13					13
TOTAL GERAL	56	642	698	709	709	27	27	1434

Quadro 9 - Diplomados

Fonte: Relatório de gestão da Unilab⁶⁰. Dados referentes a 2018.

Como podemos observar, além dos brasileiros e dos timorenses, todos os outros estudantes da Unilab são provenientes dos países africanos Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Esses também são alguns dos principais países africanos de origem de estudantes do PEC-G no Ceará. E, não por acaso, também estão entre os países com maior número de migrantes no estado.

A despeito de todas as transformações, não só no campo educacional, mas cultural, entre outros, esse contexto da migração africana no Ceará é pouco explorado na academia.

Gusmão (2011) denuncia a falta de estudos e a invisibilidade da migração africana dos PALOP no país, destacando a necessidade de mais estudos sobre o tema:

Temporária ou não, tal imigração [a imigração africana dos PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – para o Brasil] vem assumindo uma dimensão e realidade que está a exigir investigações consistentes e orientadas ao que

⁶⁰ Relatório de gestão da Unilab - Ano 2018. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/ieds/relatorio-de-gestao/>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

é ainda, uma realidade invisível no contexto brasileira (GUSMÃO, 2011, p. 192).

A partir desses dados, podemos observar que a criação da Unilab é um fator que contribui para um incremento dessa migração africana no Ceará e modifica, junto com outros fatores, o quadro das relações migratórias no estado.

Representa, também, uma experiência diferente no âmbito da cooperação internacional na área da educação. Ao tempo que ela possui semelhanças com a iniciativa do PEC-G, a proposta da Unilab, assim como a da Unila, vai mais além na perspectiva da integração. No caso do PEC-G, há sim uma perspectiva de integração e cooperação, porém, para o Programa, as IES ofertam determinada quantidade de vagas em alguns cursos e os alunos ingressam numa estrutura já existente.

No caso da Unilab e da Unila, desde a matriz pedagógica, o quadro de professores, as disciplinas e os cursos são pensados nessa perspectiva da integração e cooperação, avançando nessa proposta e incluindo os interesses e as necessidades dos países participantes (cf. LIMA; RICOBOM; PROLO, 2020).

Obviamente que o fato de existir essa perspectiva não significa que esse modelo esteja implantado completamente, que não existam conflitos que perpassem o exercício pleno do modelo para o qual essas Universidades foram construídas.

Entre os inúmeros problemas que a universidade enfrenta podemos citar, por exemplo, a falta de estrutura na cidade para recebê-la, como apontam Souza e Malomalo (2016):

(...) o Estado brasileiro, até este momento, não pensou a construção da UNILAB junto com o desenvolvimento da região do Maciço do Baturité e, especialmente, das cidades de Redenção e Acarape. O que estamos afirmando é que não existe uma política de desenvolvimento regional, territorial, urbano, pensada pelas autoridades governamentais federais, estaduais (governo do Ceará) e municipais (do Maciço do Baturité), no sentido de assegurar os direitos sociais, econômicos e culturais dos/as estudantes da UNILAB e moradores/as dos entornos (SOUZA; MALOMALO, 2016, p. 275-276).

A falta de recursos na área da educação, com significativos cortes de verbas nas universidades e das bolsas de pesquisa, é outro problema grave que impede a consecução em sua totalidade de seus objetivos.

O racismo, presente na sociedade brasileira, é um dos principais entraves enfrentados pelos/as estudantes de origem africana na Unilab e esse manifesta-se não só no nível das relações pessoais como também permeia a institucionalidade da Universidade, uma vez que não são tomadas medidas mais efetivas para combatê-lo.

Da mesma forma, os atos de racismo, preconceito, discriminação e xenofobia contra estudantes africanos/as não encontraram, ainda, mecanismos institucionais de resoluções nem dentro da UNILAB, nem nos órgãos públicos e municipais do Maciço do Baturité. O que temos percebido é a banalização e a invisibilidade que se dá ao racismo que afeta os/as negros/as brasileiros/as, e o agravante é quando esses atos de

opressão são elaborados pelo/a opressor/a racista que, além de considerar os/as estudantes africanos/as de negros/as, os/as, os trata igualmente como estrangeiros/as: os/as de fora, os/as sem proteção (SOUZA; MALOMALO, 2016, p. 287).

Esse racismo afeta não somente as trajetórias de vida desses migrantes que vêm ao estado para estudar, como ameaça a permanência de universidades que possuem esse caráter de internacionalização, no modo como foram concebidas, como é o caso da Unilab e da Unila.

Um dessas tentativas foi uma emenda do deputado federal Sergio Souza (PMDB-PR) à Medida Provisória 785/2017, que reformulava o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Na emenda, o deputado desmembrava parte da Unila, transformando-a em Universidade Federal do Oeste do Paraná (UFOPR), mudando seu perfil de Universidade de integração da América Latina. Após pressão popular, a proposta foi retirada da emenda.

Moassab e Jesus (2017) descortinam o racismo presente nessas iniciativas que visam a transformar a Unila e a Unilab em apenas mais duas Universidades federais, sem a perspectiva de integração.

No entanto, são a UNILA e a UNILAB a corporificarem a presença indesejada destes corpos negros e ameríndios nas cidades onde se instalam. Estes corpos indesejados, fora do lugar que lhes foi historicamente imposto pelo modelo civilizatório da modernidade capitalista ocidental, incomodam. Fora do lugar subalterno, do território marginal, esquecido. Fora do lugar do trabalho mal remunerado, servil e não intelectual. Nestas universidades, estes corpos se propõem como sujeitos de conhecimento, formulam outras questões, apontam o dedo na cara do racismo social e, evidentemente, do racismo epistêmico (MOASSAB; JESUS, 2017)⁶¹.

A despeito de todos esses desafios, das investidas contra essas Universidades, várias pesquisas evidenciam a importância de suas existências e a contribuição para desconstrução de visões colonialistas e fortalecimento de iniciativas que visem à redução das desigualdades.

Santos (2017), ao analisar as experiências de cooperação na educação na Unila e na Unilab, conclui:

[...] que a implantação de projetos tão arrojados de integração regional pela via da educação superior constitui um caminho alvissareiro para se pôr em prática objetivos políticos de inclusão e democracia acadêmica, assim como de concepções epistemológicas abertas a outros discursos, outras culturas, outros territórios, outros segmentos populacionais, outras nações. E que, ademais, tenham um compromisso político com a redução das desigualdades e com a oferta de educação universitária de qualidade para todos (SANTOS, 2017, p. 48).

Abba (2020) acrescenta a importância de iniciativas como a da Unila [na mesma linha, podemos fazer um paralelo também com a da Unilab] para a construção de um pensamento, de uma racionalidade contra-hegemônica, rompendo com o pensamento colonialista e valorizando novos saberes a partir da perspectiva dos países do Sul global.

⁶¹ Disponível em: <<https://outraspalavras.net/sem-categoria/duas-universidades-ameacadas-pelo-racismo/>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

Mediante a colonialidade do saber/conhecimento, estabeleceu-se uma geopolítica do conhecimento hegemônica pelo poder colonial/moderno/eurocentrado (QUIJANO, 2014) que determinou qual ciência, para que fim e qual é o lugar para desenvolvê-la. Esse processo resultou na valorização de saberes produzidos nos centros hegemônicos de conhecimento, localizados na Europa, no Canadá e nos Estados Unidos, com ênfase em determinadas áreas, como saúde, física, matemática e engenharia, em detrimento de saberes produzidos em outras regiões (América Latina, Ásia e África), por outras culturas (como os povos), que envolvem saberes vinculados às ciências humanas e sociais⁶² (ABBA, 2020, p. 149).

Gusmão (2011) destaca as experiências dos migrantes para estudo, que, embora crescente, ainda é bastante invisibilizada:

O que os move de um lado a outro do planeta resulta da busca por algo que ainda não é possível obter em seus lugares de origem em razão dos processos recentes de construção das novas nações africanas, até pouco tempo assoladas por guerras e lutas. O que buscam todos é o acesso à educação. A trajetória nômade-estudantil, de imigração temporária, de imigração provocada, de exílio circunstancial e outras tantas designações referenciadas por estudiosos a dizer de homens e mulheres traduzidos, de indivíduos transculturais, imigrantes temporários e outros tantos termos cujo uso suscita indignação a estudiosos mais tradicionais revela que há algo de novo posto em movimento por esses sujeitos que atravessam fronteiras e desterritorializam-se numa vida aparentemente sem destino claro, mas cujo ir e vir no mundo globalizado constitui uma realidade, cada vez mais visível, mas nem sempre reconhecida (GUSMÃO, 2011, p. 193).

Citando Sayad (1998), Gusmão traz à tona o modo como a sociedade brasileira percebe esses estudantes, demarcando o processo de não reconhecimento da alteridade. O migrante é encarado como o Outro, o de fora, em contraposição ao Nós, os de dentro.

Com relação ao imigrante comum em terras alheias, ainda na condição de estudante, tais sujeitos reproduzem a precariedade do estar numa vida sempre provisória. É o provisório de suas vidas que dizem do modo de estar e de perceber a sociedade que os acolhe. Diz também da natureza da acolhida que esta sociedade, no caso, a brasileira, disponibiliza para o chamado outro e, em particular, o outro e negro, o outro e estrangeiro (GUSMÃO, 2011, p. 193).

Essa reflexão é de extrema importância para a compreensão das representações sociais dos/as estudantes africanos no Ceará, como é o caso das representações midiáticas. A forma como a sociedade brasileira — e a cearense — percebem o que é ser negro, o que é ser migrante e, sobretudo, trata as alteridades são fundamentais para compreendermos as representações desses/as migrantes pelas mídias.

⁶² Texto original: “Mediante la colonialidad del saber/conocimiento, se estableció una geopolítica del conocimiento hegemónica por el poder colonial/moderno/eurocentrado (QUIJANO, 2014) que determinó cuál ciencia, para qué fin y cuál es el lugar para desarrollarla. Este proceso dio como resultado la valoración de saberes producidos en los centros hegemónicos de conocimiento, localizados en Europa, Canadá y Estados Unidos, con énfasis en determinadas áreas como la salud, física, matemática y ingeniería, en detrimento de saberes producidos en otras regiones (América Latina, Asia, África), por otras culturas (como los pueblos), que involucran saberes vinculados a las ciencias humanas y social.”

3.2.3 O caso das faculdades particulares

Além dos Programas PEC-G e PEC PG e da Unilab, as Instituições de Ensino Superior particulares são outras opções que os estudantes de países africanos buscam para realizar seus estudos de nível superior no Brasil.

Apesar de não possuímos dados estatísticos sobre esse número, notícias nas mídias, pesquisas acadêmicas e uma ação na Justiça Federal (JF), motivada por uma demanda de estudantes da Guiné-Bissau que estudam nessas faculdades, revelam que o número de estudantes nessas instituições não é insignificante.

Neste sentido, achamos de extrema importância trazer à tona o caso específico desses estudantes. A ação promovida por eles na JF é, inclusive, uma das pautas de notícias nos jornais O Povo e Diário do Nordeste que fazem parte do nosso *corpus* de análise.

Langa (2017) aponta as motivações e expectativas desses/as estudantes que vêm ao Brasil para estudar em faculdades particulares e o contraste com a realidade aqui encontrada por eles, o que inclui a experiência do racismo.

Chegados ao Brasil, os estudantes africanos apresentam expectativas acadêmicas — por conta do maior desenvolvimento econômico do país de acolhida — e acreditam que as IES constituam espaços privilegiados de inserção e integração na sociedade cearense, por meio de aprendizado técnico-científico. Entretanto, tais expectativas vão-se desmoronando aos poucos, por conta das dificuldades econômicas, adaptação, interação e às vezes vivenciam ambientes hostis em determinados espaços causados pelo preconceito e discriminação racial (LANGA, 2017, p. 243).

Além das experiências comuns, vivenciadas também pelos/as estudantes do PEC-G da UFC e da Unilab, como as dificuldades no contato com a nova cultura, com o racismo, as restrições de acesso aos serviços em geral, os altos preços dos aluguéis, que dificultam a subsistência deles/as com a verba prevista para arcar com os custos no país, entre outras questões, os/as estudantes das faculdades particulares encontram-se, muitas vezes, numa situação ainda mais desafiadora.

No caso dos estudantes das IES públicas, existe uma instituição responsável para dar um apoio às suas demandas, além de uma relação também diplomática envolvida, mesmo que esse apoio seja, muitas vezes, escasso e/ou insuficiente.

No caso das particulares, os e as estudantes estão ligados a um vínculo estritamente mercantil, como meros consumidores, e com o agravante de suas permanências no país estarem vinculadas a essa relação comercial, o que os põe em uma posição desigual nessa relação. Conforme afirma Langa:

Pode-se compreender melhor essa realidade vivenciada pelos estudantes africanos inseridos nas faculdades privadas, muitas vezes desprotegidos, sem bolsas de estudos, sujeitos a ajustes anuais nas mensalidades e endividamento. Esse segmento, que

constitui maioria entre os africanos nos percursos da diáspora, vivencia situações de precariedade de inserção na sociedade brasileira (LANGA, 2017, p. 248).

Essa situação expõe as incoerências e desigualdades em torno das migrações internacionais. Embora eles/as venham numa condição que é vista socialmente como privilegiada, pois vêm de outro país para realizar estudos de nível superior, estão na condição de migrantes documentados⁶³, as dificuldades de se manterem no país, diante do alto custo de vida e da falta de acesso a opções de alojamento estudantil, restaurantes universitários e outras medidas que contribuiriam para garantir melhor assistência e condições de permanência a esses/as estudantes, eles/as acabam precisando se submeter a situações de trabalho precarizadas, pois os custos de vida são altos e o visto de permanência de estudante não permite que eles/as trabalhem. Como afirma Langa (2017):

Muitos desses jovens, homens e mulheres africanos, principalmente aqueles que não contam com o apoio financeiro de suas famílias, têm que se submeter a trabalhos precários e informais para pagar as mensalidades nas faculdades, os aluguéis de moradias, água, luz, transporte, comida e a própria locomoção na cidade. Face às dificuldades em se manter nas IES, um segmento significativo de estudantes africanos tranca as matrículas nas Faculdades particulares para se dedicar, inteiramente, ao trabalho. Consequentemente, por não estarem vinculados a nenhuma IES, não conseguem prorrogar o visto de estudante, ficando em “situação irregular” no Brasil (LANGA, 2017, p. 248-249).

Embora haja um número considerável de estudantes africanos/as em universidades particulares, a realidade que estes/as vivenciam costuma ser ainda mais invisibilizada do que a situação de outros/as estudantes. Langa (2017) revela que os estudos priorizam a análise dos/as alunos/as do PEC-G.

Esse segmento maior de africanos estudando em faculdades particulares vivencia uma experiência de precarizações, processos de endividamento e racialização, mas que não tem sido explorada pelos estudiosos, que, na maioria das vezes, se limitam à análise dos alunos do PEC-G (LANGA, 2017, p. 249-250).

Esses/as estudantes conseguiram romper essa invisibilidade, política, social e midiática, por meio de sua articulação como grupo.

Alguns/mas estudantes guineenses que cursam faculdades em Fortaleza decidiram realizar reuniões no 2º e 4º sábado de cada mês, no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora das Dores, no bairro Otávio Bonfim, em Fortaleza/CE, para construir estratégias para solucionar os problemas que enfrentavam no estado.

Além dos/as próprios/as estudantes, eles/as se articularam e contaram com apoio de algumas organizações, como a Associação dos Estudantes Africanos no Estado do Ceará, a

⁶³ Optamos, nesta pesquisa, por utilizar o termo documentado/indocumentado relacionado à situação migratória dos migrantes, uma vez que os termos regular/irregular e legal/ilegal, amplamente utilizados pelas mídias e pelas próprias instituições públicas, são considerados pejorativos e reforçam um discurso de criminalização das migrações.

guineenses e as faculdades fizeram acordo com o Sindicato Democrático de Professores de Guiné-Bissau – SINDEPROF.

Durante esse processo, as faculdades divulgavam não só os preços dos custos das mensalidades, como também o custo de vida no Ceará, com valores relacionados à alimentação, moradia, transporte, entre outros gastos. Porém, os/as estudantes denunciaram que, ao chegar ao Brasil, perceberam que essas estimativas eram irreais, que nem os custos da faculdade foram os mesmos divulgados quando da seleção dos/as estudantes para ingresso nas faculdades, nem os custos de vida em Fortaleza e Caucaia eram os mesmos.

Isso gerou grande endividamento dos/as estudantes, o que os/as impedia de arcar com as despesas da faculdade. Sem o comprovante de matrícula da instituição, os/as estudantes não conseguiam renovar a autorização de permanência no país, uma vez que os vistos deles/as eram de estudantes. Isso levou alguns/mas deles/as a ficarem na condição de indocumentados.

Diante dessa situação, os/as migrantes/estudantes buscaram resolver sua situação na justiça brasileira, juntamente com as organizações que os/as estavam apoiando. Por meio dessa articulação, os/as estudantes reuniram-se com o Ministério Público Federal, a fim de garantir soluções para sua permanência no estado.

Essa situação ganhou visibilidade na mídia local. No *corpus* desta dissertação, foram destacadas matérias que abordavam esse impasse vivenciado pelos 300 estudantes das faculdades particulares ameaçados de deportação por não terem conseguido renovar os vistos, pela falta de comprovação de matrícula diante das dívidas adquiridas com as instituições de ensino.

Diante da situação, o Ministério Público Federal, por meio da promotoria regional dos direitos do cidadão, determinou que a Polícia Federal se abstinhasse de deportar os/as estudantes em situação de pendência com as faculdades. O órgão também realizou, no dia 13 de julho, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com as faculdades, possibilitando que os/as estudantes pudessem renegociar as dívidas, garantindo assim a permanência deles/as no Brasil.

Além da situação financeira, um grave problema denunciado pelos/as estudantes foi o racismo vivenciado quando chegaram no país, inclusive o racismo institucional das faculdades que os/as tinham convidado a vir estudar no Brasil.

Em nota pública, divulgada pela Articulação de Estudantes Guineenses, em 24 de outubro de 2011, eles/as denunciaram não só a situação que gerou esse problema financeiro com as faculdades, como também as situações de racismo, uma vez que o tratamento dado aos/às estudantes africanos/às nas faculdades se diferenciava em relação aos/às nacionais. Entre as propostas de garantia aos seus direitos apontados no documento, eles/as citaram:

- Em caso de atraso na mensalidade, termos acesso ao empréstimo de livros na biblioteca das faculdades e o direito de continuar estudando, ou seja, o mesmo tratamento dado aos estudantes brasileiros;
- Emissão de documentos necessários para regularização dos vistos dos estudantes;
- Direitos e deveres iguais, sem distinção de raça, cor, credo religioso, sem as ressalvas das exigências discriminatórias e racistas feitas somente aos estudantes africanos citadas no documento no ato da matrícula, tais como: usar perfume, hidratante, etc. (Nota pública, divulgada pela Articulação de Estudantes Guineenses, em 24 de outubro de 2011).

Quanto ao último ponto apontado, em relação a um documento entregue pelas faculdades exclusivamente aos/às estudantes africanos/as no ato da matrícula, intitulado “Orientações culturais, legais e regimentais para uma boa estada no Brasil”, podemos visualizar o preconceito e racismo com que os/as gestores/as das faculdades tratam os/as estudantes.

O documento, de cinco páginas, no lugar de dar instruções que pudessem apoiá-los/as, com informações sobre biblioteca, atividades extracurriculares, equipamentos e espaços disponíveis na instituição de ensino, bem como contatos de apoio em caso de dúvidas ou algum problema que possam enfrentar, atém-se a dar orientações, em mínimos detalhes, sobre como os/as estudantes devem proceder com as medidas de higiene, vestuário e comportamento.

As “orientações” iniciam, por exemplo, com a seguinte expressão “**Quando em Roma, faça como os romanos**, ou seja, temos que nos adequar aos modos e costumes encontrados a cada local onde nos encontramos. No Brasil, a aparência, a vestimenta e o cuidado com os hábitos **são muito importantes para a convivência social**” (grifo nosso).

Nas quatro páginas seguintes, o documento traz informações sobre higiene, afirmando que manter o corpo asseado e perfumado é importante para a saúde. Como se esse tópico ainda não fosse suficiente, o seguinte intitula-se “cheiro no corpo”, afirmando que “o cheiro no corpo pode afetar o relacionamento social, como é o caso do cheiro do suor, da bromidrose (suor malcheiroso) e do mau hálito”. E continua falando de fungos que provocam chulé, limpeza de nariz e garganta, cuspir no chão, dicas sobre postura e elegância (vestuário, modo de olhar, de falar etc), utilizar talheres para comer, não andar de mãos dadas, não falar de boca cheia, não falar alto etc.

Ao final, a “orientação” assume um tom de ameaça: afirma que, nas faculdades, existem profissionais de ouvidoria, coordenação e supervisão. Mas isso não é citado como a disponibilização de um canal, caso eles/as tenham alguma reclamação.

A informação é a de que esses/as profissionais estão disponíveis para conversar com os/as alunos/as que não sigam as condutas citadas naquele documento ou que não atendam o regulamento da faculdade. E acrescentam: “Estes profissionais agem quando são questionados

(reclamações) por outros alunos, colegas de sala, que porventura estejam incomodados com algum ponto, ou por professores e demais funcionários”, conclui a nota.

Ou seja, ouvidoria, coordenação e supervisão estavam a serviço dos/as alunos/as não africanos/as, professores e funcionários que tivessem alguma reclamação quanto à higiene e/ou comportamento dos/as estudantes de origem africana.

Em seguida, o documento é finalizado, com as informações sobre valores e taxas de cada curso, fechando o texto com um traço — (nem pensar uma saudação, como boas-vindas).

Após ler esse documento (disponível nos anexos), caberia uma pergunta: alguém imaginaria essas mesmas faculdades entregando um documento como esse a um/a estudante europeu/eia, americano/a, canadense?

O que depreendemos disso é que a gestão da faculdade imagina que esses/as estudantes não têm a menor noção de higiene, educação e comportamento e precisam adquirir bons modos no país que agora os acolhe.

Os/As estudantes realizaram uma prova de seleção para ingresso nas faculdades, na qual foram aprovados, sendo convidados e atraídos com a propaganda de “Venham cursar faculdade no Brasil”. Para os/as gestores/as, o dinheiro vindo desses/as estudantes era muito bem-vindo.

Porém, ao chegarem aqui, eles/as teriam que se adaptar à realidade brasileira (como se, no Brasil, “civilizado”, as pessoas não tivessem problemas com higiene e comportamento). Nesta visão, “Nós” somos os higiênicos/as, limpos/as e educados/as. E os/as africanos/as são os/as “Outros”/as, incivilizados/as, que precisam de orientações primárias sobre higiene e comportamento.

Essa situação vivenciada pelos/as estudantes guineenses no Ceará é reveladora da vulnerabilidade em que se encontram num país e num estado onde o racismo é estruturante das relações sociais.

A isso, é acrescida ainda uma visão extremamente colonialista, que vê os países do Norte como o exemplo a ser seguido, e os do Sul, principalmente os provenientes do continente africano, como os atrasados, incivilizados, pobres. Porém, neste caso, numa clara contradição, “Nós”, que somos do Sul, assumimos a posição de superioridade nessa relação com os/as cidadãos/ãs do continente africano, como se fôssemos do Norte.

As escolas, faculdades e universidades, como outras instituições sociais, são espaços onde essas representações são construídas e reproduzidas.

O pesquisador Ercílio Langa aponta as múltiplas identidades desses/as migrantes, como negros/as, africanos e pobres, e o impacto disso na posição de opressão a que são submetidos:

Essas realidades de privações, dificuldades de sobrevivência e preconceito racial marcam o universo dos estudantes migrantes inseridos em faculdades particulares. Via de regra, os estudantes deslocam-se ao Brasil com expectativas de facilidade de inserção acadêmica, crescimento na vida pessoal e profissional, porém, sua posição de negros, africanos e pobres os coloca na condição de subalternidade, impedindo-os de acessar diversas oportunidades e postos (LANGA, 2017, p. 250).

A partir dessas identidades são constituídas representações. E dentre elas, as representações midiáticas. É sobre esse tema que discutiremos mais detalhadamente no capítulo seguinte (3).

3.2.4 O racismo à cearense e as resistências do povo negro no estado

Até que os leões tenham seus próprios historiadores,
as histórias de caça seguirão glorificando o caçador.

Provérbio africano

No primeiro capítulo, abordamos diversos contextos das migrações no Ceará e percebemos que uma parte considerável desses/as migrantes vieram de países africanos, muitos/as deles/as para estudar em Instituições de Ensino Superior para cursar graduação ou pós-graduação.

Para entender o contexto de representações em torno desses/as migrantes, especificamente na mídia, é importante perceber as várias identidades acionadas nessa relação estudantes/migrantes/africanos/as negros/as.

Já citamos aqui a experiência de racismo que muitos desses/as estudantes relataram, seja o institucional nas próprias IES, seja na relação com os/as brasileiros, entre outras. Nas matérias presentes no nosso *corpus*, situações de racismo cotidiano também são denunciadas pelos/as estudantes.

Por sermos um país onde o racismo é estruturante das relações sociais e estarmos num estado onde isso adquire determinadas especificidades, diante da construção sócio-histórica da nossa identidade como cearense, essa questão vai assumir uma centralidade na construção de representações sobre esses/as estudantes como negros e africanos no Ceará.

Para buscarmos uma melhor compreensão sobre isso, é importante nos debruçarmos a respeito das construções sociohistóricas sobre ser negro no Ceará.

Essa construção no Ceará, como em outras partes do Brasil e em toda a América Latina, é estruturada a partir da colonialidade. Abordaremos de início essa questão mais ampla para chegarmos ao contexto específico do Ceará.

Mignolo (2017) aborda a questão da colonialidade, estabelecendo-a no contexto da modernidade:

[...] a “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais *escuro*⁶⁵, a “colonialidade”. A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade — não há modernidade sem colonialidade (MIGNOLO, 2017, p. 02).

Quijano (2000) destaca que foi desde a colonização da América que se construíram as bases para esse conceito de modernidade, a partir da constituição de uma nova matriz de poder mundial, sendo um de seus eixos fundamentais a construção da ideia de raça.⁶⁶

A globalização em curso é, em primeiro lugar, o ápice de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais dessa matriz de poder é a classificação social da população mundial sobre a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que, desde então, permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo⁶⁷ (QUIJANO, 2000, p. 201, tradução nossa).

Essa divisão social em raça, construída entre os conquistadores e conquistados, a partir de uma suposta diferença biológica, colocando os colonizadores como naturalmente superiores aos colonizados, justificou também uma divisão social do trabalho desigual. Para os brancos, europeus, o trabalho assalariado. Para os indígenas, negros, não-brancos em geral, o trabalho escravizado ou a servidão.

Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção desse espaço/tempo e se estabeleceram como os dois eixos fundamentais da nova matriz de poder mundial. De uma parte, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma suposta diferente estrutura biológica que posicionava uns em situação natural de inferioridade em relação ao outro. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundante, das relações de dominação que a conquista impunha. (...) De outra parte, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial⁶⁸ (QUIJANO, 2000, p. 202, tradução nossa).

⁶⁵ Nota: Incomodou-me esse uso do termo “escuro” pelo autor no sentido negativo, pois reforça, pela linguagem, essa associação, concepção colonial. Cheguei a conferir se era um problema da tradução, mas o original, em inglês, “the darker side of western modernity”, apresenta o mesmo problema.

⁶⁶ Segundo Quijano (2000), a ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se originou como referências às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que logo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferentes entre esses grupos.

⁶⁷ Texto original: “La globalización en curso es, en primer término, la culminación de un proceso que comenzó con la constitución de América y la del capitalismo colonial/moderno y eurocentrado como un nuevo patrón de poder mundial. Uno de los ejes fundamentales de ese patrón de poder es la clasificación social de la población mundial sobre la idea de raza, una construcción mental que expresa la experiencia básica de la dominación colonial y que desde entonces permea las dimensiones más importantes del poder mundial, incluyendo su racionalidad específica, el eurocentrismo.”

⁶⁸ Texto original: “Dos procesos históricos convergieron y se asociaron en la producción de dicho espacio/tiempo y se establecieron como los dos ejes fundamentales del nuevo patrón de poder. De una parte, la codificación de las diferencias entre conquistadores y conquistados en la idea de raza, es decir, una supuesta diferente estructura biológica que ubicaba a los unos en situación natural de inferioridad respecto de los otros. Esa idea fue asumida por los conquistadores como el principal elemento constitutivo, fundante, de las relaciones de dominación que la conquista imponía. (...) De otra parte, la articulación de todas las formas históricas de control del trabajo, de sus recursos y de sus productos, en torno del capital y del mercado mundial.”

Esse processo de diferenciação tornou-se instrumento de classificação básica da população, pautada em relações profundamente desiguais:

Na medida em que as relações sociais que estavam configurando-se eram relações de dominação, tais identidades foram associadas a hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas e, em consequência, à matriz de dominação colonial que se impunha. Em outros termos, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.⁶⁹ (QUIJANO, 2000, p. 202, tradução nossa)

O autor (2000) destaca, no entanto, que embora essa classificação racial da população tenha origem e caráter colonial, ela não se extinguiu com os processos de independência das antigas colônias. Isso “Implica, como consequência, um elemento de colonialidade no padrão de poder⁷⁰ mundialmente hegemônico hoje”⁷¹ (QUIJANO, 2000, p. 201).

Ao falar sobre o processo engendrado pelos colonizadores para controlar, sob sua hegemonia, a subjetividade, a cultura e o conhecimento, convertendo distintas trajetórias, percursos e culturas articuladas a uma ordem cultural global, que tinha a Europa Ocidental como centro, Quijano aponta:

Todo esse acidentado processo implicou em largo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir e outorgar sentido aos resultados da experiência material ou subjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo, da cultura em suma⁷² (QUIJANO, 2000, p. 201).

Essa hegemonia deu-se não de modo natural e pacífico, mas sim por meio de um processo de genocídio/etnocídio das histórias, trajetórias de vida e culturas das populações subalternizadas.

É importante destacar, no entanto, que a despeito da profunda violência com a qual esse processo foi instaurado e do inegável impacto para esses povos e essas culturas, não foi 100% bem-sucedido, felizmente. As resistências pela manutenção de seus modos de vida fizeram (e

⁶⁹ Texto original: “Yen la medida en que las relaciones sociales que estaban configurándose eran relaciones de dominación, tales identidades fueron asociadas a las jerarquías, lugares y roles sociales correspondientes, como constitutivas de ellas y, en consecuencia, al patrón de dominación colonial que se imponía. En otros términos, raza e identidad racial fueron establecidas como instrumentos de clasificación social básica de la población.”

⁷⁰ A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial (GROSFOGUEL, 2008, p. 126).

⁷¹ Implica, en consecuencia, un elemento de colonialidad en el patrón de poder hoy mundialmente hegemónico. (QUIJANO, 2000, p. 201)

⁷² Texto original: “Todo ese accidentado proceso implicó a largo plan en una colonización de las perspectivas cognitivas, de los modos de producir u otorgar sentido a los resultados de la experiencia material o intersubjetiva, del imaginario, del universo de relaciones intersubjetivas del mundo, de la cultura en suma.”

fazem) com que estejam vivas até hoje, embora ainda tendo que resistir cotidianamente aos constantes ataques desse modelo capitalista/colonial global.

Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais, terminaram também articulados em uma só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outros termos, como parte do novo padrão de poder mundial, Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura e, em especial do conhecimento, da produção do conhecimento⁷³ (QUIJANO, 2000, p. 209).

Analisando o período atual do estágio dessa ordem capitalista global, observamos que essa colonização “das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir e outorgar sentido aos resultados da experiência material ou subjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo, da cultura” (QUIJANO, 2000) ainda são o padrão hegemônico mundial.

Os modelos adotados, em diversos níveis das instituições sociais nos países periféricos, são predominantemente pautados por essa matriz colonial de poder eurocêntrica.

Para citarmos o exemplo do Brasil, nossos modelos de educação – a historiografia oficial, que sempre retratou a colonização da América como descobrimento e invisibilizou os povos indígenas e africanos, ou os tratou de forma desumanizada, é um exemplo nesse campo; o modelo jurídico brasileiro é inspirado sobretudo no italiano; a arte e a moda, constantemente inspirada no padrão europeu; modelos políticos, econômicos, importados dos EUA e Europa. Nos costumes, em geral, a Europa e os Estados Unidos são as referências do belo, do moderno, do padrão de comportamento.

As diversas instituições sociais são produtoras, legitimadoras e reproduzoras desse modelo de pensamento. Dentre essas instituições, podemos citar a escola, o Estado, as religiões e a mídia. Esse caráter formativo é apontado por Mignolo (2017) como legitimadores desse processo:

Assim, a matriz colonial é construída e opera sobre uma série de nós histórico-estruturais heterogêneos, ligados pela “/” (barra) que divide e une a modernidade/colonialidade, as leis imperiais/ regras coloniais e o centro/as periferias, que são as consequências do pensamento linear global no fundamento do mundo moderno/colonial. A sua legitimidade é ancorada nos princípios de conhecimentos diversos, assim como no aparato da enunciação, que consiste em categorias de pensamento, atores sociais e instituições sustentados pela continuidade da educação (MIGNOLO, 2017, p. 10).

⁷³ Texto original: “En efecto, todas las experiencias, historias, recursos y productos culturales, terminaron también articulados en un sólo orden cultural global en torno de la hegemonía europea u occidental. En otros términos, como parte del nuevo patrón de poder mundial, Europa también concentró bajo su hegemonía el control de todas las formas de control de la subjetividad, de la cultura, y en especial del conocimiento, de la producción del conocimiento.”

A mídia é um desses “aparatos da enunciação”, não só pelo seu alcance, mas pelo modo como contribui na construção de subjetividades, por ser um dos principais meios pelos quais as pessoas obtêm informações sobre o mundo que as rodeia na contemporaneidade.

Com base em Louis Dumont (1966) e Collete Guillaumin (1992), Guimarães (2011) traz à tona a questão das diferenças biológicas como fator determinante do racismo moderno:

(...) acredito que o distintivo no racismo moderno seja justamente a idéia de que as desigualdades entre os seres humanos estão fundadas na diferença biológica, na natureza e na constituição mesmas do ser humano. A igualdade política e legal seria, portanto, a negação artificial e superficial da natureza das coisas e dos seres. Ora essa compreensão do racismo significa circunscrevê-lo à modernidade, pois nos remete logicamente ao aparecimento da ciência da biologia e da filosofia política liberal. (...) O racismo surge, portanto, na cena política brasileira, como doutrina científica, quando se avizinha à abolição da escravidão e, conseqüentemente, à igualdade política e formal entre todos os brasileiros, e mesmo entre estes e os africanos escravizados (GUIMARÃES, 2004, p. 10-11).

Para o autor, no Brasil, o racismo não foi só uma reação à igualdade legal possibilitada pelo fim da escravidão, mas também às desigualdades regionais em relação ao sudeste em seu processo de embranquecimento:

O racismo brasileiro, entretanto, não deve ser lido apenas como reação à igualdade legal entre cidadãos formais, que se instalava com o fim da escravidão; foi também o modo como as elites intelectuais, principalmente aquelas localizadas em Salvador e Recife, reagiam às desigualdades regionais crescentes que se avolumavam entre o Norte e o Sul do país, em decorrência da decadência do açúcar e da prosperidade trazida pelo café (GUIMARÃES, 2004, p. 11).

Além do racismo científico, que serviu como base para a consolidação de ideias racistas e a justificação de posições desiguais entre a população branca e negra ou não-branca, a ideia da democracia racial no Brasil, na qual os brancos e negros convivem numa relação harmoniosa e pacífica, foi sustentada, sem contestação, durante décadas em estudos sociológicos sobre o país (aqui e no exterior). Para Munanga (1999):

O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são "expropriadas", "dominadas" e "convertidas" em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (MUNANGA, 1999, p. 80).

Guimarães (2004) acrescenta que:

Posta assim, no contexto dos interesses culturais e materiais que a motivaram nos anos 1940, 1950 e 1960, a democracia racial não é nem mais nem menos duradoura que o “racismo científico”. As décadas em que se acreditou que a democracia poderia ser reduzida à convivência pacífica entre pessoas de diferentes cores, raças e credos, e que tal convivência poderia ser garantida pelas leis e pelos costumes, foram

encerradas com os golpes de Estado de 1964 e 1968. A partir desse momento, a democracia racial já não serve nem mesmo como ideal ou inspiração: não por acaso, a luta contemporânea dos negros pelos direitos sociais inerentes à democracia brasileira passou a ter como mote a luta por cidadania e respeito aos direitos humanos. E o que acontece na militância encontra rápida resposta na academia e vice-versa (GUIMARÃES, 2004, p. 30-31).

Apesar dessa construção não ser mais hegemônica na academia há tempos, ainda encontra respaldo na construção de discursos sobre o Brasil, inclusive no exterior. Nos encontros com vários estudantes da Unilab, com quem conversei durante eventos, como a Semana da África, promovida pela Universidade Federal do Ceará (UFC), além de depoimentos de cabo-verdianos/as que foram migrantes no Brasil, no documentário “Do outro Lado do Atlântico”, de Danielle Ellery e Márcio Câmara, foram inúmeros os relatos de migrantes africanos/as que afirmavam ter se surpreendido com o racismo aqui, que imaginavam não haver.

O autor aborda como as relações raciais no Brasil são estudadas em diferentes contextos históricos, principalmente no âmbito das Ciências Sociais:

Para a geração de Pierson, Wagley e Harris, nos Estados Unidos, as desigualdades raciais de classe entre negros e brancos se perpetuavam graças ao preconceito, à discriminação e à segregação raciais. Porque, no Brasil, havia as mesmas desigualdades, mas os fatores causais acima referidos eram relativamente fracos, os autores americanos concluíram que tais desigualdades dever-se-iam apenas a diferenças de pontos de partida, devendo desaparecer no futuro (ou seja, os negros provinham de castas subordinadas). Para Florestan e sua geração, entretanto, o preconceito não só existia como, de certo modo, impedia que a nova ordem competitiva se desenvolvesse em sua plenitude. Tratava-se, entretanto, de preconceitos e discriminações fora do lugar, uma espécie de consciência alienada dos agentes sociais. Para Carlos, Nelson e a minha geração, não apenas tais preconceitos eram funcionais para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, como a reprodução do sistema de desigualdades raciais prescindia, até certo ponto, da consciência dos atores (GUIMARÃES, 2004, p. 32-33).

Para o autor, independente das perspectivas adotadas, um eixo comum seriam os processos de reprodução dessas desigualdades raciais:

No entanto, em qualquer dos casos, é certo que a reprodução das desigualdades raciais se articula com três diferentes processos: primeiro com a formação e atribuição de carismas, algo que não se limita apenas ao racial, mas que atinge praticamente todas as formas de identidade social; segundo com o processo político de organização e representação de interesses na esfera pública; e terceiro, justamente por se tratar de uma estrutura, há que se ter em mente os constrangimentos institucionais que funcionam como verdadeiros mecanismos de retroalimentação (GUIMARÃES, 2004, p. 32-33).

Uma característica muito presente na discussão sobre o racismo no país é que este esteve muito subjugado à discussão sobre classe social. Muitas vezes, a discussão sobre raça foi secundarizada em detrimento do debate sobre as desigualdades de classe, não só na academia, como nos partidos políticos, movimentos sociais, relegando a luta contra o racismo à invisibilidade.

Foi a partir da luta do movimento negro por inserir a discussão sobre o racismo como estruturante das relações sociais que essa questão passou a ganhar atenção na academia e nas pautas políticas e sociais. Porém, até hoje, a visibilidade do racismo como estrutural ainda está em disputa nesses espaços.

Com relação ao Ceará, não só esse processo de construção de uma ideia de democracia racial esteve presente, como também um processo de apagamento, negação, invisibilidade da população negra no estado. O discurso predominante aqui foi, e continua sendo, de que não existem negros no Ceará.

Nas próximas linhas, abordaremos como se deu essa construção sócio-histórica, em diversos âmbitos, “Entre a demografia e a cultura, entre os discursos jurídico-políticos e histórico-geográfico-antropológicos vai se constituindo no Ceará a versão regional da extinção dos índios e da ausência negra, incluindo ideias que se repetem no senso comum acadêmico” (RATTS, 2016, p. 09).

Ratts (2016) afirma:

Estando situado na área que veio a se configurar como Região Nordeste, de conhecida presença negra, em grande parte devida ao trabalho escravizado de africanos(as) e descendentes, mas também liberta ou livre, o Ceará e sua capital não são identificados por essa maioria. Ao mesmo tempo, a ascendência indígena da população cearense é sobejamente acionada sem que isto implique no (re)conhecimento dos grupos indígenas contemporâneos (RATTS, 2016, p. 07).

Nascimento (2018) aponta a construção e legitimação desse discurso sobre a inexistência de negros no Ceará a partir do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IHC), “um espaço de produção historiográfica e de divulgação da cultura letrada, como lugar de afirmação da intelectualidade local” (NASCIMENTO, 2018, p. 12).

O IHC, órgão responsável pela historiografia oficializada cearense, foi instituição criada para contar a história da então província do Ceará. Esse instituto estava alinhado a uma construção ideológica de enaltecimento de um determinado ideal de Estado-Nação, que tinha como referência o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

As instituições produtoras de conhecimento histórico locais, fundadas no contexto dos oitocentos, tinham por objetivo principal enaltecer sua história de forma particular, bem como mostrar em que medida seu passado de vitórias refletia positivamente no contexto nacional. Esse é o ideal de Estado-Nação vigente no final do século XIX. E que tinha como espaço afirmador essas instituições que seguiam a cartilha do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o primeiro fundado no Brasil, em 1839. (NASCIMENTO, 2018, p. 20)

Citando Schwarcz (1993), Nascimento aponta a ligação entre os conteúdos desses institutos e a reprodução de uma história branca e europeia.

A pesquisadora denuncia o papel dessas instituições oficiais na produção e reprodução do racismo:

Destacamos aqui que o preconceito racial tem suas zonas de convergências e se estamos falando de memória, a ‘memória esquecida’ Moore (2012) configura-se como uma das dinâmicas do racismo, isso por que as sociedades ocidentais, detentoras das formas hegemônicas de produção de conhecimento, produziram uma narrativa para a posteridade a partir do seu lugar social e de suas posições ideológicas (NASCIMENTO, 2018, p. 57).

O Ceará, que recebeu a alcunha de “Terra da Luz” por ter sido a primeira província a libertar os escravizados, buscava utilizar esse fato histórico como um marcador do avanço da província. Nascimento, no entanto, sinaliza as contradições desse processo:

Entendemos que um processo como a abolição, por exemplo, não alterou as estruturas de dominação vigente, o contexto de luta de liberdade narrado nas revistas do IHC, narrativa muitas vezes contraditória, nos revela uma face da história que legitima o caráter de dominação da elite cearense, a articulação interna em torno da abolição nos mostra um grupo que não via mais vantagens econômicas na manutenção do trabalho cativo e envolvidos no ideal moderno de progresso e civilidade fazem o Ceará tomar a dianteira nas manumissões brasileiras, no entanto, na sua base, o processo abolicionista responde ao caráter de concessão que não deu aos libertos condições dignas de inserção social, refutando a ideia do cearense filantrópico (NASCIMENTO, 2018, p. 83).

Além disso, Nascimento aponta as contradições nas ações dos chamados “libertadores”, que discursavam a favor da liberdade, mas mantinham trabalho escravizado em suas fazendas:

[...] as motivações da abolição, as formas que os processos se deram e foram documentados nos mostram uma face da história da “Terra da Luz” que negou, oprimiu e subalternizou os libertos, sobretudo na criação da memória em torno da abolição, legitimando em contrapartida a ação dos senhores abolicionista que mesmo durante o contexto de luta por liberdade, mantiveram o trabalho cativo em suas fazendas (NASCIMENTO, 2018, p. 90).

Ao analisar os escritos históricos do Instituto, que marcavam a comemoração do centenário da abolição do Ceará, Nascimento (2018) observa:

A memória construída em torno da abolição sacralizou o feito abolicionista dando lugar a um passado de vitória dos cearenses que ocuparam a dianteira da liberdade no Brasil, na condição de primeira província a abolir a escravidão. Todavia, na nossa compreensão esse projeto de liberdade e igualdade começou desigual, os libertos seriam iguais perante a lei, mas desiguais perante a escrita da história, uma escrita que inventou um “outro racial” e criou uma hierarquia das raças, assim, quando a produção do interior da revista do IHC não invisibilizava os libertos, os detratava (NASCIMENTO, 2018, p. 15).

A autora aponta duas perspectivas nos discursos da revista em comemoração ao centenário da abolição: uma é tratar a população recém-liberta como marginal ou invisibilizar a sua existência. Mesmo cem anos após a abolição, os discursos se centravam nos brancos, benevolentes e libertadores, enquanto o papel dos escravizados e ex-escravizados na luta pela libertação não era sequer citado.

A proposta da revista era comemorar o centenário da abolição, descrever o processo abolicionista, reviver a memória dos “heróis da abolição”, mostrar ao povo cearense

quem são os agentes da luta por liberdade. Entretanto, até aqui constatamos que esse libertador lembrado, tem cor, classe e profissão de destaque, são sujeitos de lugar social privilegiado, logo, são esses os sujeitos lembrados [...], a história de negros, índios e caboclos, por exemplo, como nos apresentou Reis, não é contada a partir de sua contribuição social positiva, considerados o “atraso do progresso do Brasil” esses grupos de pessoas tem sua história ceifada pela civilização escrita europeia e respondeu a duas situações por séculos, quando não marginalizou, excluiu. (NASCIMENTO, 2018, p. 61-62).

Além da exaltação dos heróis brancos e da invisibilização da luta da população negra contra a escravização, o IHC também reforçou um discurso de embranquecimento da população cearense, alegando que a atividade econômica no Ceará (pecuária) não utilizava tanta mão de obra escravizada e por isso quase não havia negros no Ceará.

Ao tratar da quantidade de cativos e libertos, comparados a população total do Ceará, percebemos uma necessidade argumentativa de dizer que o Ceará nunca foi terra de negros porque as questões socioeconômicas não davam suporte para que isso acontecesse. No entanto, se em uma população cearense que em 1836 contava 223.554 habitantes sendo 28.000 escravos, onde em municípios do Ceará, como o Crato, da sua população total apenas 1.742 eram brancos, o próprio IHC entra numa argumentação contraditória com relação a presença negra (NASCIMENTO, 2018, p. 62).

Para Sousa (2008):

Os membros do Instituto do Ceará, ao dissertarem sobre o pioneirismo cearense no processo da abolição, enfatizaram a escala reduzida e sem grandes influências socioculturais dos africanos e seus descendentes na sociedade cearense. Entretanto, é importante evidenciar que, assim como em outras capitânicas, a mão-de-obra escrava, mesmo em quantidade inferior às existentes em outras capitânicas, fez-se presente em todo o campo de trabalho, tanto no espaço rural como no urbano. Sua força de trabalho era utilizada na pecuária, na agricultura, em serviços domésticos especializados e ainda como escravos de aluguel ou de ganho (SOUSA, 2008, p. 153).

Os dados sobre a composição étnica da população cearense também contradizem o discurso:

Os censos populacionais que dispomos, próximos a abolição são o de 1872 e 1890, em 1872 a população geral do Ceará somavam, 721 686 habitantes, já em 1890, 805 68728, não dispomos da quantidade exata de habitantes do Ceará em 1884, pois não houve censo demográfico neste ano em específico, ano da abolição, no entanto, um número de 40.000 escravos, para nós, é um número expressivo. Isso por que, levamos em consideração uma média populacional entre os censos, fazendo um cálculo de quantidades diretamente proporcionais, temos o resultado que de cada 20 habitantes do Ceará, um era escravizado (NASCIMENTO, 2018, p. 101).

Ao contrário do que a historiografia oficializada e as elites tentavam divulgar, Ratts (2009) aponta que, em 1808, o Ceará já contava com uma população de 125.878 habitantes, sendo que desse total, 19% eram pretos, 37% mulatos, 10% índios e 34% brancos.

E esse discurso da historiografia oficial é bastante presente no senso comum dos cearenses até os dias atuais. Porém, contraditando-o, a quantidade de negros ultrapassa a metade da população.

Com relação aos dados mais recentes sobre a população negra no estado, Ratts (2016) aponta que:

Considerando-se o somatório de 'pretos' e 'pardos', como se tem convencionado na pesquisa demográfica, sociológica, antropológica e geográfica, os dados do Censo de 2010 nos permitem apontar que o Ceará é um estado de maioria negra com percentuais acima do país e um pouco abaixo da região (RATTS, 2016, p. 09).

Tabela 8 – População do Brasil, Nordeste e Ceará por cor/raça – 2010

Brasil, UF, Região	Dados de cor/raça							
	Cor ou raça	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Brasil		190.755.799	90.621.281	14.351.162	2.105.353	82.820.452	821.501	36.051
		100,00%	47,51%	7,52%	1,10%	43,42%	0,43%	0,02%
Nordeste		53.081.950	15.488.292	5.013.783	631.563	31.731.631	209.457	7.224
		100,00%	29,18%	9,45%	1,19%	59,78%	0,39%	0,01%
Ceará		8.452.381	2.674.841	385.207	103.879	5.268.305	19.987	162
		100,00%	31,65%	4,56%	1,23%	62,33%	0,24%	0,00%

Fonte: Ratts (2016) com base em IBGE, 2010.

Munanga (1999), citando Abdias Nascimento, aponta esse processo como genocídio e o conecta com a ideologia de uma democracia racial no país:

Para Abdias, o branqueamento da raça negra é uma estratégia de genocídio. Esse branqueamento começou pelo estupro da mulher negra e originou os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o pardavasco, o homem de cor ... "situado no meio do caminho entre a casa grande e a senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante, durante a escravidão ele foi capitão-do-mato, feitor e usado noutras tarefas de confiança dos senhores e, mais recentemente, o erigiram como um símbolo de nossa democracia racial (NASCIMENTO *apud* MUNANGA, 1999, p. 93).

Esse processo de tentar invisibilizar a população negra e suas lutas - não só pela abolição, mas por direitos e visibilidade - enfrentou e enfrenta muita luta e resistência.

É importante destacar, na luta pela abolição no Ceará, não só nomes como o de Francisco José do Nascimento, também conhecido como Dragão do Mar ou Chico da Matilde, que ficou legitimado como símbolo da libertação (o único negro que foi oficialmente lembrado nesse processo), mas também de tantos outros como Antônio José Napoleão, Preta Simoa e Negra Esperança.

Marques (2013) aponta diversos espaços de resistência, de produção e manutenção da cultura da população negra no Brasil, diante da continuidade da exploração mesmo após a abolição, uma vez que esta não conferiu direitos e condições para que os ex-escravizados conseguissem de fato ter sua cidadania plena garantida:

Além da alforria, seria preciso buscar alternativas para ser livre e o exercício da liberdade não foi legitimado pela manumissão. Fugas, constituição de famílias, festas,

irmandades, encenações de congos, reuniões em sambas e tantas outras (participações) constituíam diversos lócus onde os negros (cativos e livres) apareciam como sujeitos da história (MARQUES, 2013, p. 355).

As irmandades, nesse sentido, consistiam em espaços de organização social, atuação política e de produção cultural da população negra no país:

Essas irmandades constituíram-se em importantes espaços de exercício de liberdade e de organização social dos negros no Ceará do século XIX. Seus estatutos eram elaborados pelos próprios irmãos (pretos, pardos, mulatos, cativos, libertos, livres) e estabeleciam práticas que eram do interesse dos negros, sendo transformados em Lei pela Assembleia Provincial (atual Assembleia Legislativa) (MARQUES, 2013, p. 357).

Esses espaços de agência, de afirmação da identidade negra, foram muitas vezes reprimidos pelo Estado e pela Igreja Católica, mesmo que nem sempre diretamente, levando ao enfraquecimento das irmandades. Porém, outras formas de resistência foram sendo criadas, muitas delas existem até hoje e são expressivas na cultura cearense, como os maracatus.

Como reação a essa forma de os negros ocuparem o espaço, o cerceamento da festa era uma tentativa constante, seja pela previsão em compromissos (no caso dos reis das irmandades coroados dentro do templo católico), seja na obrigação de dirigir-se à cadeia pública a fim de pedir autorização ao delegado (no caso dos congos, bumba-meu-boi e outros “folguedos” que se apresentavam nas ruas das vilas e cidades). Esses eram posicionamentos da Igreja e do Estado frente às festas de negros, o que não quer dizer que o controle ocorresse efetivamente [...].

Ante o exposto, é possível perceber que vários fatores – o conservadorismo católico, a “romanização”, o preconceito contra manifestações festivas de matrizes africanas, a ambição em tomar o patrimônio das confrarias, um Estado republicano pouco interessado no negro –, contribuíram para o enfraquecimento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário enquanto espaço para a sociabilidade dos negros no Ceará. Entretanto, outros instrumentos foram constituídos ou ampliados pelos negros cearenses como forma de conquistarem a liberdade, como fugas, negociações, assassinatos de senhores, artimanhas, embriaguez e, vale destacar, as práticas festivas (congos, sambas, maracatus), que também foram importantes manifestações para o negro existir, apesar de tudo (MARQUES, 2013, p. 359).

Essa luta expressa-se também nas comunidades quilombolas, que ainda buscam a garantia do reconhecimento de seus territórios e de seus modos de vida pelo Estado brasileiro:

De acordo com o último censo realizado pelo INCRA, o estado possui em alguns de seus municípios mais de uma comunidade quilombola, como pode ser visto em Caucaia (5), Quiterianópolis (5), Tamboril (4), Salitre (2), Ipueiras (2), Monsenhor Tabosa (2), Novo Oriente (2) e Tururu (2) (INCRA, 2012). Mesmo diante de tantos processos de autodefinição, o caminho percorrido pelo movimento quilombola cearense ainda é recente. As ideias proclamadas dão pouca expressividade a esses grupos no estado do Ceará, e fizeram com que muitas comunidades negras rurais protelassem os seus processos de identificação como quilombolas (CHAVES, 2017, p. 156).

A ação política, educativa e cultural da população negra pela afirmação de suas identidades e dos seus direitos tem um papel fundamental na desconstrução dessa matriz colonial de poder:

Diversos mapas estão sendo feitos, em grande parte por aqueles(as) que foram tratados como “Outros” que deixaram e deixam inscritos os fragmentos de sua narrativa sobre o mundo de forma resistente face aos processos de colonização, escravidão, exploração, catequização, silenciamento e segregação. O mapa da diferença étnica e racial, brasileira e cearense, está sendo redesenhado (RATTS, 2016, p. 12).

A academia precisa, cada vez mais, pautar esse debate. Vários pesquisadores negros e pesquisadoras negras têm provocado essa discussão e contestado teorias e modelos racistas, apontado a necessidade de que a perspectiva eurocêntrica/colonialista que domina esse espaço de produção de conhecimento e formação de subjetividades seja superada.

Em áreas como a comunicação, o aprofundamento desse debate é imprescindível, uma vez que a mídia é um dos espaços nos quais essas visões são construídas, reproduzidas, legitimadas.

É nesse espaço, de conflitos, negações e resistências que os/as migrantes se inserem quando chegam ao estado seja para trabalho, para estudo ou outra motivação.

Como abordamos, ao longo de todo este tópico, esses discursos apontados nos institutos historiográficos, nas escolas, nos espaços de poder, na mídia, entre outros campos de enunciação, contribuem para fortalecer representações que produzem e legitimam desigualdades e segregações baseadas na distinção racial.

Com relação aos/às estudantes de países africanos, além da vivência na universidade, da experiência com outro país, outra cultura, outros modos de vida, a questão do racismo também vai permear as relações sociais e vivências na experiência migratória no Ceará.

Além da questão racial, o fato de serem migrantes (o outro, o estrangeiro, o de fora), a própria questão da colonialidade, do eurocentrismo, que marcam a nossa sociedade, como abordamos neste capítulo, são fatores que também perpassam essa relação com os brasileiros e as representações sobre esses migrantes, uma vez que permeiam as imagens construídas sobre a África, os povos residentes naquele continente e sua cultura.

4. CAPÍTULO 3 - MIGRAÇÃO, MÍDIA E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

4.1 As teorias das migrações: buscando compreender esse fenômeno complexo e em constante atualização

Para entendermos as migrações e sua relação com a comunicação, é necessário contextualizar como esse fenômeno foi estudado e teorizado nos diversos campos do conhecimento ao longo da história.

Assim, poderemos não só compreender melhor a complexidade e as transformações desse fenômeno social, nos diversos períodos históricos, como também identificar como esses fluxos, sejam internos ou entre os países, foram e são percebidos em suas diversas dimensões: políticas, econômicas, sociais, culturais etc., incidindo assim na construção de representações em torno das migrações.

Diversas pesquisas, a partir do século XIX, debruçaram-se sobre a mobilidade humana, em áreas como sociologia, economia, ciências políticas, antropologia, entre outros campos do saber. Essas análises dos deslocamentos populacionais e das migrações, durante muitas décadas, focaram sobretudo no viés econômico, principalmente na questão da mobilidade da força de trabalho, conforme apontam Durand e Lussi:

Em termos de teorias gerais, a demografia e a economia foram as disciplinas que se anteciparam na formulação de teorias (e fórmulas) para o estudo (e as previsões) sobre os fluxos populacionais em deslocamento. Tal êxito deve-se ao fato de que, quer queiramos quer não, a mobilidade humana é um fator econômico-político determinante em época de *boom* econômico, para favorecer o desenvolvimento, como foi nas primeiras décadas da Europa pós-guerra (DURAND; LUSSI, 2015, p. 67).

Durand e Lussi (2015) relatam que é do geógrafo Ernst Georg Ravenstein o primeiro estudo sistemático de teoria das migrações, em 1885. O estudo de Ravenstein registra os fluxos migratórios na Inglaterra a partir de dados do censo de 1881. Citando Faist, os autores apontam as principais observações de Ravenstein no estudo:

(1) A maioria das pessoas migra somente por curtas distâncias e então estabelece “correntes migratórias” para centros maiores. (2) Isto causa movimentos populacionais e processos de desenvolvimento relacionados com as populações das regiões de partida e de destino dos fluxos. (3) Os processos de dispersão e de absorção correspondem-se reciprocamente. (4) As correntes migratórias desenvolvem-se no tempo. (5) As correntes migratórias levam a movimentos de saída em direção aos centros de comércio e de indústria (DURAND; LUSSI, 2015, p. 62).

Como podemos perceber, muitas das questões colocadas por Ravenstein ainda são bastante exploradas nos estudos da área, como os percursos e direções dos fluxos, os impactos dos deslocamentos, as relações entre as regiões de origem e destino nesse processo migratório etc.

A despeito de estudos, como o de Ravenstein, conforme apontam Sasaki e Assis (2000), durante muitos anos as migrações não eram vistas como um problema sociológico da virada do século XIX para XX. Citando Richmond (1988), as autoras afirmam que o fenômeno era analisado como consequência do desenvolvimento do capitalismo, assim como os processos de industrialização e urbanização.

Durand e Lussi sinalizam como tópicos presentes na maioria das resenhas sobre teorias da migração estão as causas e as consequências das migrações (ou *push-pull factors*), o processo decisório, as vantagens e desvantagens (para quem?) da migração; a inserção no país de chegada; o retorno, entre outras. (DURAND; LUSSI, 2015, p. 66)

Foi a partir do início do século XX, com o contexto das migrações europeias para os Estados Unidos, gerando um crescimento da mobilidade populacional que a questão passou a ser abordada como um problema pelos sociólogos americanos.

Entretanto, Lacerda (2014), citando Santos (2012), destaca que, antes disso, Georg Simmel já havia dado contribuição nesse sentido, com seu estudo sobre o ser “estrangeiro” sendo um nome referência para a Escola de Chicago. “Afinal, a visão de Simmel de que a sociedade é um “acontecer” constante, um constructo, é fundamental para compreender as formas de interação entre indivíduo-sociedade e estrangeiro-sociedade” (LACERDA, 2014, p. 163).

Sasaki e Assis (2000) apontam como estudo pioneiro, dentro da sociologia urbana, a obra de Thomas & Znaniecki (1918), *The Polish Peasant in Europe and America*. O livro influenciou os estudos posteriores sobre a questão migratória.

A Escola de Chicago desenvolveu as análises de Thomas & Znaniecki (1918) e transformou as migrações num problema sociológico, tornando-se referência obrigatória sobre o assunto para a maioria das disciplinas.

Sobre a Escola, Lacerda (2014) afirma:

[...] as produções qualitativa e empírica dos autores procuraram mostrar o processo de interação social entre indivíduo (não necessariamente imigrante) e sociedade. De forma geral, os trabalhos da Escola de Chicago que se preocuparam com o estudo do comportamento humano em ambiente de socialização e urbano são pertinentes para a compreensão da assimilação cultural de um imigrante na sociedade de destino (LACERDA, 2014, p. 163).

Citando Peixoto (2004), Escudero (2015) aponta que, a partir da obra de Ravenstein, duas correntes específicas protagonizaram os estudos migratórios: a das teorias micro e macrosociológicas.

Sobre as microsociológicas, a autora afirma:

As teorias microssociológicas, resumidamente, podem ser entendidas como aquelas que apresentam uma raiz econômica, do mesmo modo como foram desenvolvidas as teorias neoclássicas, com privilégio analítico concedido ao papel do agente individual [...] (ESCUDERO, 2015, p. 23).

Dentro dessa perspectiva microssociológica, Escudero identifica três modelos:

Push-Pull: baseado em princípios de maximização da utilidade e escolha racional implica, muitas vezes, ser determinante para o ato de migrar a existência de fatores (econômicos, políticos, sociais etc.) que levam à rejeição da região de origem e, simultaneamente, promovem o apelo da região de destino.

Teoria do capital humano: trata-se de um modelo que ainda trabalha dentro de uma perspectiva micro, no entanto, sem privilegiar a causa e os fundamentos dos fenômenos. No caso da migração, o essencial é que esse tipo de modelo prioriza a relação custo/benefício realizada pelo agente e a observa em longo prazo.

Ciclo de vida e trajetória social: perspectiva sociológica que apresenta uma natureza, sobretudo, biográfica (ESCUDERO, 2015, p. 23-24, grifos nossos).

Em linhas gerais, os três focam na motivação econômica para as migrações, porém o modelo Push-Pull analisa os aspectos de atração (no país de destino), como melhores condições de vida, trabalho e/ou estudo. Na teoria do capital humano, para além dos fatores econômicos, os teóricos já consideram algum elemento de agência, de decisão pessoal, uma vez que acreditam que o agente da migração avalia seus custos e benefícios. Na perspectiva do ciclo de vida e trajetória social, os elementos de cunho pessoal, questões como o momento de vida, assuntos profissionais, familiares e de mobilidade social, são considerados.

Na definição proposta por Lacerda (2014), que estabelece o papel do agente individual como elo comum das teorias microssociológicas, a autora insere a Escola de Chicago, uma vez que “busca analisar o processo de assimilação cultural do estrangeiro e não as causas que influenciam sua escolha migratória” (LACERDA, 2014, p. 162).

Contudo, a autora destaca que essa separação, por vezes, não é muito clara, considerando-a mais um elemento didático para a compreensão das teorias:

O que se percebe, claramente pelo pensamento, aliás, pelos vários pensamentos da Escola de Chicago é que eles se aproximam ora de Simmel, ora de Durkheim. Logo, a separação entre a micro e a macrosociologia muitas vezes se depara com áreas cinzas. Portanto, a divisão teórica entre micro e macro acaba por ser muito mais uma utilidade didática do que uma condição necessária para a compreensão das teorias da sociologia das migrações (LACERDA, 2014, p. 164).

Um dos principais conceitos introduzidos pela escola, e que é utilizado até hoje nos estudos de deslocamentos populacionais, é o de assimilação:

A teoria da assimilação analisa os processos de inserção dos migrantes nas sociedades de acolhida, as transformações que as sociedades vivem em tais processos e as estratégias que migrantes e autóctones adotam no decorrer das diferentes fases do projeto migratório para se adaptar aos desafios e às situações novas (DURAND; LUSI, 2015, p. 10).

Segundo Sasaki e Assis (2000), esse conceito inspirou muitas teorias que tiveram como centro de seus estudos os processos de (des)integração social e a assimilação cultural dos imigrantes.

Truzzi (2012) ressalta, entretanto, que a partir dos anos 1970, o conceito de assimilação foi bastante contestado pelos pluralistas, pois consideraram-no irrealista e com pressupostos etnocêntricos.

Citando Kazal (1995), o autor aponta que:

[...] o apogeu do conceito de assimilação ocorreu ao longo dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, como reflexo da necessidade gerada pela Segunda Guerra Mundial de unidade nacional e da tendência no pós-guerra de interpretar a história norte-americana mais como uma narrativa de consensos do que de conflitos. Em contraposição, toda a movimentação social do final dos anos sessenta, acompanhada das reivindicações sobre os direitos de afirmação de grupos minoritários, favoreceu estudos focados na persistência étnica, questionando frontalmente o paradigma da assimilação e a noção de uma referência cultural anglo-americana em direção à qual todos deveriam se aproximar (TRUZZI, 2012, p. 529).

Escudero define as teorias macrossociológicas como “aquelas que privilegiam a ação de fatores de tipo coletivo, ou estruturante, que condicionam, sob formas diversas, as decisões migratórias dos agentes sociais” (ESCUADERO, 2015, p. 24). Estão nesse campo as teorias marxistas e neomarxistas e das escolas estrutural-funcionalistas.

Citando Peixoto (2004), a autora aponta três teorias como principais na perspectiva macrossociológica:

Mercado de trabalho segmentado e economia informal: grande parte das atrações específicas exercidas sobre a migração internacional, em particular a dirigida de países menos para mais desenvolvidos, tem a ver com os mercados “secundários” (e na atualidade, com as zonas de economia informal).

Estruturas espaciais, sistemas-mundo e sistemas migratórios: proveniente tanto da economia como da geografia, tratam-se de análises que lidam explicitamente com a variável espaço e que procuram enunciar os fatores que levam a um desenvolvimento particular dos territórios.

Instituições, redes migratórias, laços étnicos e sociais: são os estudos que enfatizam a ação dos agentes coletivos. Nos processos migratórios, são as entidades coletivas (e não mais um conjunto de indivíduos favorecidos pelo acúmulo de capital) que têm competência para decidir e responsabilizar-se pelo destino dos fluxos (ESCUADERO, 2015, p. 23 e 24).

Além da divisão das teorias entre macro e micro, Escudero (2015) apresenta outras abordagens, como a divisão genealógica dos estudos e a que parte de paradigmas.

Na divisão genealógica dos estudos, feita por Salim (1992), a produção teórica das migrações é dividida em três troncos históricos:

O primeiro tronco seria a **concepção neoclássica**. Nela, as migrações não têm uma expressão apenas demográfica ou social, mas principalmente econômica – preocupa-se com a economia do espaço e a gestão capitalista da mão de obra. O segundo tronco teórico a ser analisado pelo autor é o **histórico-estrutural**. Aqui, há uma busca por

enraizar as análises migratórias no solo dos contextos históricos e geográficos específicos. Por fim, o terceiro tronco, denominado **mobilidade e força de trabalho**, faz uma releitura dos economistas clássicos procurando reinventar a análise da migração no processo geral de acumulação capitalista (ESCUDERO, 2015, p. 25-26, grifo nosso).

Também como uma proposta de divisão das teorias sobre migração, com base em Castles, Haas e Miller (2014), Escudero apresenta um recorte a partir dos paradigmas sobre os quais se apoiam: Funcionalista e Histórico-Estrutural.

Os **funcionalistas** (neoclássicos) tendem a ver a sociedade como um sistema, uma coleção de partes independentes (indivíduos, atores) – cada qual deve cumprir a sua função para que o equilíbrio exista. Este paradigma geralmente trata a imigração como uma ocorrência positiva, contribuindo para uma maior igualdade na(s) e entre sociedade(s). Já a corrente **histórico-estrutural** (teoria da globalização, do mercado de trabalho segmentado) enfatiza como são construídas as estruturas social, econômica, cultural e política e como elas direcionam o comportamento dos indivíduos (ESCUDERO, 2015, p. 26, grifo nosso).

Contudo, ambas as abordagens foram consideradas deterministas, por se restringirem às questões sociais, econômicas, políticas etc. envolvidas e não considerarem a agência dos indivíduos nas decisões migratórias.

Já Miranda (2019), citando Patarra (2006), define a divisão das teorias da migração da seguinte maneira: 1) Entre modelos que descrevem o início do movimento internacional contemporâneo; nesta categoria estão as teorias microestruturais, “(que explicam os movimentos migratórios sob a ótica do indivíduo)”, e macroestruturais, “(que consideram a migração como resultado de fatores histórico-estruturais e analisa sob a ótica dos grupos sociais)”. 2) E modelos que explicam a continuidade dos fluxos migratórios no tempo e no espaço, na qual a autora insere a teoria das redes.

Miranda (2019) assim define a perspectiva microestrutural:

Como o modelo de atração e repulsão não consegue explicar o porquê, diante das mesmas condições e contextos, determinadas pessoas migram e outras não, a perspectiva neoclássica concebe que esta decisão é feita com base na análise dos custos e benefícios esperados pelos sujeitos em comparação ao local de origem e destino, ou seja, a decisão é definida a partir de um olhar micro (MIRANDA, 2019, p. 569).

Sobre a perspectiva macroestrutural, ainda segundo Miranda (2019):

Diferentemente das teorias anteriormente mencionadas, a abordagem Histórico-Estrutural explica os movimentos migratórios com suporte em uma perspectiva ampla, considerando que a imigração deve ser analisada como parte de um sistema, cujos determinantes são interdependentes e, portanto, não podem ser analisados separadamente. Neste modelo macro, muitas vezes associado a autores marxistas, o contexto econômico e social do indivíduo é mais importante para analisar as causas da migração do que a microanálise de custos e benefícios (MIRANDA, 2019, p. 571)

Nessa perspectiva macroestrutural, de acordo com Miranda, Singer aponta:

[...] o autor demonstra que as migrações estariam diretamente associadas ao desenvolvimento do capitalismo e seriam condicionadas por características estruturais

da industrialização, como a modernização e a alteração dos modos de produção. O principal motivo das migrações seriam as desigualdades regionais, que definiriam as áreas de origem dos fluxos e as de destino, estas sendo determinadas, sobretudo, pela demanda por força de trabalho (MIRANDA, 2019, p. 571).

Sobre os modelos que explicam a continuidade dos fluxos migratórios no tempo e no espaço, a autora insere a teoria das redes:

De acordo com este modelo, as migrações estão associadas a ligações prévias entre os países de origem e de destino, ligações estas que podem ser de ordem colonial, cultural, comercial, política, militar ou outra, não aludindo obrigatoriamente a uma proximidade física (MIRANDA, 2019, p. 572).

Citando Dornelas (2011), a autora coloca que “é no âmbito da rede que o projeto migratório se enuncia, assim como também é aí que se mobilizam os recursos e as estratégias para sua concretização” (MIRANDA, 2019, p. 572).

Essas redes minimizam o risco dos movimentos migratórios, tornando-se um elemento determinante na escolha de algumas regiões em detrimento de outras, na decisão de migrar:

[...] o crescimento das redes sociais minimiza os custos e os riscos dos movimentos migratórios, fazendo com que tais movimentos se tornem independentes dos fatores que os originaram, ou seja, mesmo que inicialmente tenham sido determinantes as diferenças salariais, os níveis de emprego ou qualquer outro fator, à medida em que as redes sociais se estabelecem, elas se tornam determinantes na escolha de algumas regiões em detrimento de outras (MIRANDA, 2019, p. 572).

Ainda de acordo com Miranda (2019), a teoria das redes possibilita superar a dicotomia entre abordagens micro e macro, contribuindo também na compreensão do papel da identidade no fenômeno migratório:

Isto posto, deslocar o olhar para o sujeito migrante e compreendê-lo dialeticamente enquanto produto e produtor da história e da sociedade a qual pertence, possibilita superar as dicotomias apresentadas pelas abordagens micro e macroestruturais. Além disso, compreender a identidade enquanto questão social, política e ideológica revela a importante contribuição da Teoria das Redes no estudo do fenômeno migratório, desde a decisão de migrar até a integração do migrante à sociedade de destino (MIRANDA, 2019, p. 578).

Citando Gonçalves (2009), Miranda aponta ainda para a importância das novas tecnologias de informação e dos meios de transporte para a maior mobilidade dos migrantes entre fronteiras, “por conta do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e dos meios de transporte, os migrantes não são mais enraizados em um único local – pelo contrário, movem-se entre fronteiras internacionais e culturas sociais, adotando estratégias de vida multiculturais” (MIRANDA, 2019, p. 572).

As redes também possibilitam que os migrantes possam manter o vínculo com seu local de origem, ao mesmo tempo que com seu local de destino, o que representa, segundo Sasaki e Assis (2000), “o contexto transnacional dos fluxos migratórios contemporâneos”.

Por meio delas, o migrante pode conhecer melhor as reais condições e os desafios que encontrará quando chegar e ter alguém para dar apoio e ajudar em momentos de dificuldade, bem como compartilhar as experiências e aprendizados com as pessoas que já estão no local de destino. Esse fator é importante não só para o migrante avaliar a possibilidade de migrar como para se sentir mais seguro em tomar a decisão de fazê-lo.

Um exemplo recente do papel dessas redes é a vivência dos migrantes venezuelanos da etnia Warao, que migraram para o Brasil no contexto da crise econômica, social e política atual na Venezuela.

Durante os atendimentos que realizamos, não só na Missão de atendimento legal aos Warao, em Belém do Pará, pela DPU e a ONU, em setembro de 2018, mas também nos contatos que tivemos com os que vieram para Fortaleza, após fazerem, em maio de 2019, a migração: Delta Amacuro (Venezuela) - Caracas (Venezuela) - Pacaraima (RR) - Manaus (AM) - Santarém (PA) - Belém (PA) - Fortaleza (CE).

Na experiência de acolhimento desses migrantes por um grupo interinstitucional de vários órgãos, municipais, estaduais e federais, acompanhamos mais diretamente, durante cerca de três meses, várias famílias Warao e muitas delas mantinham contatos com os outros familiares que ainda estavam em Belém e Manaus.

Alguns também regressaram para a Venezuela com o dinheiro arrecadado aqui no Brasil para trazer outros parentes para o país. Os migrantes tinham contatos uns com os outros por celular e compartilhavam informações sobre as condições do local onde estavam. Isso motivava um fluxo de pessoas oriundas de outros locais onde as condições de sobrevivência eram, na avaliação delas, piores.

Cabe destacar que o grande fluxo nos locais de fronteira, como Pacaraima, o primeiro destino deles ao chegar ao Brasil, acabava gerando uma superlotação dos abrigos, dificultando a subsistência deles. Esse contato, por meio da telefonia celular, garantia não somente a articulação de diversos grupos (eram diversas famílias), como também permitia que mantivessem contato com seus familiares.

Além da teoria das redes sociais, Lacerda (2014) aponta, entre as chamadas novas Teorias das Migrações internacionais, que surgiram a partir dos anos 1990, a perspectiva do transnacionalismo. Citando Massey (et al., 1993), a autora afirma:

[...] na perspectiva do transnacionalismo de Glick-Schiller, Basch e Szanton-Blanc (1995), é necessário compreender as novas migrações enquanto transmigrações, uma vez que o migrante não rompe suas relações culturais, sociais, econômicas ou familiares com seu país de origem e acaba interligando essas relações com a nova sociedade receptora – como o próprio Simmel já havia defendido (LACERDA, 2014, p. 168).

Ainda sobre os estudos transnacionais, citando Hannerz (1997), Sacramento (2017, p. 290) aponta que:

(...) os estudos transnacionais evidenciam, de um modo geral, três grandes ingredientes de relevância variada: (1) a assunção de que os fenômenos transnacionais extravasam as fronteiras existentes entre unidades políticas autônomas; (2) a ênfase em sua dimensão espacial, reconhecendo-os como resultantes de processos e relações que articulam pessoas e grupos sociais separados por longas distâncias; (3) o reconhecimento de que eles implicam uma coexistência dinâmica e (re)criativa de expressões culturais distintas (Idem, p. 237), situação que pode ser designada por ‘hibridez, colagem, mélange, miscelânea, montagem, sinergia, bricolagem, crioulização, mestiçagem, miscigenação, sincretismo, transculturação, terceiras culturas, e outros termos’ (SACRAMENTO, 2017, p. 290).

Lacerda (2014) faz uma crítica às teorias das migrações em geral, incluindo as mais recentes, por considerar que se limitam a um determinado aspecto do processo migratório, não contemplando o todo, o que provocaria lacunas em vários aspectos que o compõe:

Portanto, nenhuma teoria consegue apreender de forma holística toda a complexidade inerente ao fenômeno migratório. Nas teorias que focam o nível do indivíduo ou da família (as teorias micro), o estudo se desenvolve em torno das motivações migratórias e no processo de assimilação cultural. Já nas macroteorias a preocupação é com o nível estrutural e as forças que advém dessa estrutura, provocando a migração. Por conseguinte, deparamo-nos com uma polaridade: se por um lado, as microteorias restringem-se uma vez que elaboram contribuições muito específicas à realidade de cada migrante individualmente, por outro, as macroteorias correm o risco de serem muito amplas/gerais e, logo, se afastam de problemáticas cotidianas na relação estrangeiro-sociedade de destino. Nesse espaço que se forma entre as teorias, muitos elementos decorrentes do fenômeno migratório, em sua totalidade, não entram no campo de análise. Em outras palavras, cria-se um vazio teórico para o estudo de vários aspectos da migração e da condição de ser um estrangeiro. (LACERDA, 2014, p. 167).

Entre essas lacunas dos estudos teóricos sobre migração, ela destaca questões como o fato de as teorias não buscarem analisar as diferenças que decorrem da categorização dos migrantes (migrante forçado, refugiado e migrante voluntário, por exemplo) para o processo de deslocamento e o de integração e o não estabelecimento de uma forma consensual do que seja integração e como medi-la, o que seria fundamental para se estabelecer políticas públicas de assistência aos migrantes (LACERDA, 2014).

Lacerda propõe que:

É necessário uma abordagem dialética e interativa entre agente e estrutura para compreender o processo migratório desde a saída do migrante do país de origem até sua chegada à sociedade de destino; desde as causas individuais e estruturais do ato migratório, até suas consequências para todos os atores envolvidos. (LACERDA, 2014, p. 167).

Também buscando aprofundar a análise sobre o fenômeno, Miranda (2019) sugere, na perspectiva da Psicologia Crítica, uma compreensão crítica do processo migratório a partir da discussão de identidade. Citando Ciampa (2005), ela afirma que

[...] identidade é uma questão que ultrapassa os interesses meramente acadêmicos e científicos, uma vez que ‘cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal. Uma história de vida. Um projeto de vida. Uma vida-que-

nem-sempre-é-vivida, no emaranhado das relações sociais' (...) Deste modo, a identidade resulta tanto do processo de socialização como do processo de individuação, estabelecendo uma relação entre diferenciação social e individuação progressiva, que implica a construção de uma história de vida consciente de si. Neste cenário, a subjetividade é vista sempre articulada com a objetividade da natureza, a normatividade da sociedade e a intersubjetividade da linguagem. (MIRANDA, 2019, p. 574).

A proposta de Miranda vai ao encontro da perspectiva colocada por Lacerda, de uma abordagem que contemple as múltiplas dimensões do processo migratório, incluindo as reflexões sobre seu papel na construção de subjetividades:

(...) pretende-se demonstrar como a discussão da identidade, na perspectiva inaugurada por Ciampa, pode ser usada para uma compreensão crítica do processo migratório, superando as dicotomias existentes entre os principais modelos de estudo, ao possibilitar um olhar tanto para as questões macro como determinações exteriores, quanto para as questões micro no que tange ao processo de metamorfose em busca de emancipação.

Citando Sayad (1998), a autora aborda a relevância de se considerar as múltiplas identidades dos migrantes, em contraponto a uma tendência etnocêntrica de “transformar o personagem ‘migrante’ em único representante da identidade daquele sujeito” (MIRANDA, 2019, p. 576) e o fenômeno migratório como mobilizador de uma visão mais crítica do contexto no qual está inserido.

Assim, no caso dos imigrantes, é possível pensar em metamorfoses das metamorfoses, na medida em que se alteram as condições nas quais o sujeito está inserido, ou seja, migra-se de um país com um conjunto de determinações para outro com determinações totalmente diferentes, gerando novas possibilidades e impossibilidades como consequência da união entre subjetividade e objetividade. A esse respeito, Trad (2003) defende que o processo migratório produz uma ruptura com a familiaridade acrítica, diante de uma realidade cotidiana que se impunha como natural e inquestionável. Ou seja, a não familiarização com o novo ambiente acaba por aguçar a percepção, fazendo com que o sujeito possa refletir sobre fatos e fenômenos aos quais está submerso de uma forma mais crítica e distanciada. (MIRANDA, 2019, p. 576)

Buscamos evidenciar, por meio desse apanhado teórico dos principais estudos sobre migração, o modo como a questão vem sendo abordada ao longo do tempo. Como observamos, em boa parte das pesquisas, a questão econômica foi colocada como fator central para a compreensão dos fenômenos migratórios.

Embora essa questão não deixe de ter extrema relevância para o tema, mesmo nas teorias mais recentes, é preciso pensar sobre as migrações num panorama mais complexo, que envolve não só os constrangimentos econômicos, políticos, sociais e culturais que fazem as pessoas migrarem, mas também os aspectos subjetivos, essa busca por emancipação dos sujeitos, que ultrapasse a das condições de subsistência simplesmente e busque a afirmação de suas metamorfoses de vida, de ser para além das restrições que suas condições de vida, situações econômicas, sociais e de origem os mostram como possível.

É a partir das perspectivas das redes e do transnacionalismo que são feitas as análises desta pesquisa, uma vez que permitem uma visão mais complexa sobre a questão migratória, considerando os sujeitos como agentes no processo migratório e permitindo compreender o papel das relações diante de um contexto atual de um avanço sem precedentes nas tecnologias de transporte e da comunicação. Conforme aponta Sacramento (2017):

Desse modo, sem negligenciar os condicionalismos macroestruturais que balizam os processos transfronteiriços, a noção de transnacionalização confere particular relevância às práticas cotidianas de indivíduos e grupos que, sem uma apurada formalização institucional, vão construindo espaços de manifestação social (com diferentes formatos e densidades) para lá das fronteiras político-administrativas, nos interstícios, dos diferentes Estados. Alguns desses espaços têm mesmo uma existência desvinculada da geografia. (SACRAMENTO, 2017, p. 291).

Esta pesquisa também dá centralidade ao papel das histórias de vida, das trajetórias, do fenômeno migratório como elemento que vai ter um papel na construção das subjetividades desses estudantes/migrantes. E também o papel do ato de migrar como processo nessa construção de novas trajetórias de vida, de rupturas, de resistência. Nos termos de Miranda (2019):

A imigração, enquanto processo de negação da negação, torna possível metamorfoses das metamorfoses, uma vez que, ao alterar as condições históricas e sociais nas quais o sujeito está inserido, permite a alterização da identidade pressuposta e o desenvolvimento de uma identidade posta como metamorfose constante. O processo migratório proporciona, pois, uma ruptura com a reposição irreflexiva do cotidiano e com a familiaridade acrítica e inquestionável que, por sua vez, pode resultar na vivência de processos de auto entendimento e na busca constante para transformar as determinações exteriores em autodeterminação. A existência de um projeto de vida autêntico é primordial para essa construção, assim como as especificidades da história de vida de cada sujeito, na qual as experiências prévias de reconhecimento, as vivências atuais de desrespeito, a formação do capital social e o fortalecimento da identidade coletiva mostram-se fundamentais no enfrentamento da assimilação e no desenvolvimento de um movimento de integração, pautado no respeito e no reconhecimento mútuo. (MIRANDA, 2019, p. 579).

Essas mudanças provocadas pela experiência migratória contribuem para a formação de identidades híbridas. Conforme Miranda (2019):

Ademais, esse processo de metamorfoses das metamorfoses provocado pela migração acaba por gerar identidades híbridas, recriadas a partir da tradição, mas traduzidas às novas relações. Essa hibridização, estabelecida mediante um novo equilíbrio entre a tradição e a originalidade, suscita um sentimento de cidadania universal, uma representação de si como cidadão do mundo que libera o imigrante das amarras de pertencer a um ou a outro lugar e busca em seu agir uma prática transformadora de si e do mundo. (MIRANDA, 2019, p. 579).

É a partir desse esboço traçado aqui e das escolhas que já apontamos como teorias que vão nos guiar, que buscamos compreender as representações midiáticas dos/as estudantes africanos/as nos jornais O Povo e Diário do Nordeste, no período de 2010 a 2018.

4.2 As relações entre mídia e migração, e vice-versa

Entendemos a migração sobretudo como um direito humano fundamental. O que não tem sido garantido nas sociedades modernas, como declara Castles (2003):

Apesar do princípio de direitos iguais, sociais, civis e políticos, incorporados na cidadania, milhões de pessoas não pertencem plenamente. Podem ser carentes de quase todos os direitos – trabalhadores indocumentados, solicitantes de asilo-; ter direitos sociais e civis, mas não ter direitos políticos (muitos imigrantes e seus descendentes); desfrutar de uma completa cidadania formal mas serem excluídos econômica e socialmente de fato (povos indígenas), ou podem sofrer várias formas de discriminação e exclusão baseadas em raça, gênero e classe.⁷⁴ (CASTLES, 2003, p. 12, tradução nossa)

Os discursos postos em circulação nos diversos espaços discursivos, tais como os institucionalmente validados da academia, dos governos e da mídia, contribuem para a construção de representações sobre as migrações. Alguns desses, afirmam-na como um direito humano, outras colocam-na como uma ameaça ao *status quo*, justificando assim um controle, um tratamento da questão como um problema de segurança nacional por parte dos governos.

Entre esses *loci* discursivos, a mídia é um dos mais poderosos, tanto por ter a capacidade de sustentar e ser sustentada pelos outros discursos, quanto pelo alcance que tem, sendo, em algumas situações, o único espaço de contato do público com determinados acontecimentos. Assim, as mídias têm um importante papel, ao colocar em pauta ou aprofundar o debate público sobre diversas temáticas que interessam à sociedade. Conforme Charaudeau (2013):

[...] as mídias são um suporte organizacional que se apossa dessas noções [de informação e comunicação] para integrá-las em suas diversas lógicas - econômica (fazer viver uma empresa), tecnológica (estender a qualidade e a quantidade de sua difusão) e simbólica (servir à democracia cidadã) (CHARAUDEAU, 2013, p. 15).

O autor afirma que é neste ponto que se tornam objeto de todas as atenções: do mundo político, do mundo financeiro, do mundo das ciências e da tecnologia, do mundo das ciências humanas e sociais, do mundo educativo e do próprio mundo midiático (CHARAUDEAU, 2013). Cada um desses segmentos tem um interesse específico nessa relação com a mídia e vai utilizá-la com os instrumentos de que dispõe para alcançar seus objetivos.

Porém, mais do que pautar diversas questões na sociedade, as mídias têm um poder simbólico, que contribui para a produção de sentidos sociais. Nas palavras de Charaudeau (2013, p. 17): “há o simbólico, essa máquina de fazer viver as comunidades sociais, que

⁷⁴ Texto original: “A pesar del principio de derechos iguales, sociales, civiles y políticos, incorporados en la ciudadanía, millones de personas no pertenecen plenamente. Pueden carecer de casi todos los derechos — trabajadores indocumentados, solicitantes de asilo—; tener derechos sociales y civiles, pero carecer de derechos políticos (muchos inmigrantes y sus descendientes); disfrutar de una completa ciudadanía formal pero ser excluidos de hecho económica y socialmente (pueblos indígenas), o pueden sufrir varias formas de discriminación y exclusión basadas en la raza, género y clase. Se diferencia, profundamente, la ciudadanía en los estados-nación de acuerdo a criterios de orígenes, identidad étnica, raza, clase y género.”

manifesta a maneira como os indivíduos, seres coletivos, regulam o sentido social ao construir sistemas de valores”.

É esse papel de regulação de sentidos e sustentação de valores que faz com que as mídias tenham tanto poder em nossa sociedade e tornem-se objeto de disputa dos vários setores por sua atenção.

Charaudeau (2013) destaca o papel da mídia na construção dos acontecimentos:

O acontecimento, no que tange à sua significação, é sempre o resultado de uma leitura, e é essa leitura que o constrói. O acontecimento midiático, no caso, é objeto de uma dupla construção: a de uma encenação levada a efeito pela transmissão, a qual revela o olhar e a leitura feita pela instância midiática, e a do leitor-ouvinte-telespectador que a recebe e interpreta. (CHARAUDEAU, 2013, p. 243)

Steinberger (2005, p. 30) também destaca que, ao construir representações sociais, a mídia também atua como construtora social da realidade: “O dizer, vinculado ao representar, é também uma forma de agir. Construir discursivamente representações sociais do mundo é também produzi-lo socialmente”. A mídia seria, segundo a autora, não somente um modo de dizer o mundo, mas de agir sobre ele (STEINBERGER, 2005).

Essa visão, da mídia como poder simbólico⁷⁵ e construtora social da realidade, que é a que escolhemos adotar como referência nesta pesquisa acadêmica, contrapõe-se a antigas concepções positivistas, que perduraram durante muito tempo nos estudos de comunicação e ainda subsistem, que encaravam-na como espelho da realidade, defendendo que possuísse uma suposta “objetividade”. Para Charaudeau (2013),

A informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo. Mesmo a imagem, que se acreditava ser mais apta a refletir o mundo como ele é, tem sua própria opacidade, que se descobre de forma patente quando produz efeitos perversos (imagens espetaculares da miséria humana) ou se coloca a serviço de notícias falsas (Timisoara, o cormorão da Guerra do Golfo) (CHARAUDEAU, 2013, p. 19).

O autor contesta a imagem da mídia como espelho da realidade que reflete os fatos, sem intervir nessa realidade. Para ele:

Se são um espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversões e que, mesmo deformando, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo. (CHARAUDEAU, 2013, p. 20).

Uma das questões que põem em cheque essa suposta neutralidade da mídia é o que Charaudeau chama de sua dupla lógica de funcionamento. A lógica econômica, por se tratar de

⁷⁵ Charaudeau (2013) assim define lógica simbólica: trata-se da maneira pela qual os indivíduos regulam as trocas sociais, constroem as representações dos valores que subjazem a suas práticas, criando e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentido.

empresas com finalidade de lucro, e a lógica simbólica, que reside no papel de participar da construção da opinião pública (CHARAUDEAU, 2013).

Essas duas lógicas, por vezes, entram em conflito. Às vezes, uma notícia de interesse público não é vendável, não captura tanto o interesse do público e, por isso, não ganha o destaque como tal. Em outras situações, o tema não é de relevância pública, mas atrai os consumidores da informação, ou é de interesse econômico para as empresas de comunicação e seus anunciantes, ganhando destaque nas mídias.

Ocorre também de uma informação ser de interesse público, gerar atração do consumidor (telespectador, ouvinte, internauta, leitor, dependendo do dispositivo midiático), mas não ser noticiada por ir contra os interesses (políticos e/ou econômicos) da empresa de comunicação.

Esse conflito entre a lógica de mercado e função social da mídia vai permear seu funcionamento e a forma como se coloca mediante as questões que pauta. Ora vai pender mais para a primeira, ora para a segunda.

Para compreender o funcionamento da mídia e seu papel nessa construção de sentidos, é preciso analisar as diversas instâncias envolvidas na produção e recepção da informação. Neste sentido, Charaudeau (2013) afirma que:

Assim, o sentido resultante do ato comunicativo depende da relação de intencionalidade que se instaura entre essas duas instâncias [a produção e a recepção]. Isso determina três lugares de pertinência: o da instância de produção, submetida a certas condições de produção; o da instância de recepção, submetida a condições de interpretação; o do texto como produto, que se acha, enquanto tal, submetido a certas condições de construção. (CHARAUDEAU, 2013, p. 23-24).

Ele destaca, no entanto, que essa intencionalidade tem efeitos limitados, produzindo consequências possíveis, sem garantias de que o resultado desejado pelo produtor se efetivará, e que os sentidos construídos pelos receptores também não serão homogêneos:

No que tange à comunicação midiática, isso significa que qualquer artigo de jornal, qualquer declaração num telejornal ou num noticiário radiofônico, está carregada de efeitos possíveis, dos quais apenas uma parte - e nem sempre a mesma - corresponderá às intenções mais ou menos conscientes dos atores do organismo de informação, e uma outra — não necessariamente a mesma — corresponderá ao sentido construído por tal ou qual receptor (CHARAUDEAU, 2013, p. 23-24).

Essa abordagem contrapõe-se às lógicas das perspectivas positivistas, que encaravam o receptor como sujeito passivo, a receber a informação de forma homogênea, manipulada segundo as intencionalidades da mídia.

O autor, então, sugere que a análise dos produtos da comunicação midiática e sua contribuição para a produção de sentidos precisa ser feita a partir da conjunção dessas três instâncias:

Analisar o produto acabado depende de uma problemática semiodiscursiva que pressupõe o estudo do discurso midiático sob um enfoque em que serão examinados os sentidos provenientes da estruturação do texto e os discursos de representação, tanto aqueles que circulam no lugar de produção quanto os que caracterizam o lugar das condições de recepção. Esses dois tipos de discursos de representação constituem os imaginários sociodiscursivos que alimentam e tornam possível o funcionamento da máquina midiática (CHARAUDEAU, 2013, p. 28).

Sobre essas representações às quais o autor se refere, correspondem à forma como a mídia imagina o receptor e os efeitos de sentido que pode produzir, e também aos efeitos de sentido produzidos pelos receptores. Assim, “o texto [midiático] produzido é portador de ‘efeitos de sentido possíveis’, que surgem dos efeitos visados pela instância de enunciação e dos efeitos produzidos pela instância de recepção” (CHARAUDEAU, 2013, p. 27-28).

Essa relação constitui-se no contrato midiático, no qual implica a construção da notícia a partir de como a instância midiática enxerga a receptora e esta reinterpreta a notícia a partir de suas visões de mundo, seus repertórios, sua capacidade de interpretação daquele determinado fato. Para Charaudeau (2013):

[...] Esta [A comunicação midiática], como todo ato de comunicação, realiza-se segundo um duplo processo de transformação e de transação. Nesse caso, o “mundo a descrever” é o lugar onde se encontra o “acontecimento bruto” e o processo de transformação consiste, para a instância midiática, em fazer passar o acontecimento de um estado bruto (mas já interpretado), ao estado de mundo midiático construído, isto é, de “notícia”; isso ocorre sob a dependência do processo de transação, que consiste, para a instância midiática, em construir a notícia em função de como ela imagina a instância receptora, a qual, por sua vez, reinterpreta a notícia à sua maneira. Esse duplo processo se inscreve, então, num contrato que determina as condições de encenação da informação, orientando as operações que devem efetuar-se em cada um desses processos (CHARAUDEAU, 2013, p. 114).

Ele aponta ainda a relação entre o contrato de comunicação estabelecido entre a instância midiática e a receptora e a construção do espaço público de informação. “É o contrato de comunicação midiático que gera um espaço público de informação e é em seu próprio quadro que se constrói a opinião pública” (CHARAUDEAU, 2013, p. 115).

Desse modo, a informação circula nessa teia entre os três lugares de construção de sentido, um incidindo sobre o outro:

A distinção que propomos, entre os três lugares de construção do sentido, permite explicar a informação como algo que não corresponde apenas à intenção do produtor, nem apenas à do receptor, mas como resultado de uma cointencionalidade que compreende os efeitos visados, os efeitos possíveis, e os efeitos produzidos. Esses três lugares se definem, portanto, cada um em relação aos demais como num jogo de espelhos em que as imagens incidem umas sobre as outras. (CHARAUDEAU, 2013, p. 28).

Steinberger (2005) destaca o papel dos profissionais de comunicação para essa produção de sentidos:

Nos discursos jornalísticos, a produção de sentidos resulta, de imediato, de recortes que o profissional faz na substância da atualidade e de suas decisões na composição

formal do texto (sonoro, visual, etc.). O efeito de sentido da noticiabilidade, no entanto, depende de alguns fatores sociais, como, por exemplo, a informação que é de interesse público, que é nova, que é atual, que apela aos sentidos, à curiosidade, etc. (STEINBERGER, 2005, p. 75).

Nessa construção midiática também entram em cena não só os constrangimentos profissionais, as culturas do ambiente de trabalho, as linhas editoriais das empresas de comunicação, mas também a própria subjetividade dos jornalistas, pois “partindo do acontecimento, o jornalista interpreta e analisa em função de sua própria experiência, de sua própria racionalidade, de sua própria cultura, tudo isso combinado com as técnicas próprias a seu ofício” (CHARAUDEAU, 2013, p. 156).

Porém, os efeitos de sentido não são produzidos somente por esses profissionais, também entram em cena, além deles, toda a cadeia de produção jornalística (produtores, editores, chefes de redação e a própria fonte jornalística). Segundo Charaudeau (2013):

A posição do jornalista é a da testemunha esclarecida, o que aumenta sua responsabilidade em relatar fielmente o acontecimento e, ao mesmo tempo, o compromete, pois a narrativa que constrói não pode prescindir da visada de captação. A instância midiática está, pois, colocada diante de um acontecimento exterior a si mesma, o qual deve ser considerado segundo suas potencialidades de atualidade, de diegese, de causalidade e de dramatização, acontecimento que deve ser transformado em narrativa midiática através de escolhas efetuadas a partir de uma série de roteiros possíveis. E como para isso é preciso levar em conta restrições e possibilidades do suporte e do dispositivo (imprensa e papel, rádio e ondas sonoras, televisão e imagem), dir-se-á que a instância midiática institui-se num “meganarrador” compósito, incluindo aí a fonte da informação, o jornalista que redige a notícia e a redação que a insere numa determinada encenação. (*ibid.*, p. 157)

Assim, o que o autor chama de conjunto de engrenagens que fazem a máquina da mídia funcionar, traz como consequência uma composição desses diversos agentes, fazendo com que o resultado do produto midiático ultrapasse as intencionalidades de cada um (CHARAUDEAU, 2013).

É nesse espaço e nesses percursos por diversas instâncias que vão sendo constituídas representações sobre os acontecimentos sociais e as pessoas tomam conhecimento sobre os fatos que elas não têm condição de acompanhar diretamente. Segundo Steinberger (2005, p. 30):

Os jornais não só traçam mapas do mundo; eles mesmos são os novos mapas pós-modernos que propõem roteiros de compreensão dos mundos, podendo indicar em que lugar estamos e quem somos. A idéia de que o mundo é produzido socialmente pela mídia jornalística já não contradiz a de que os jornais sejam representações de mundo. A ampla distribuição da informação jornalística permite que esse mundo seja partilhado por um enorme contingente de pessoas, que constroem seus mapas e leituras do lugar em que vivem segundo o sistema de referências que a mídia provê (STEINBERGER, 2005, p. 30).

Entre essas representações construídas pela mídia, estão as que foram produzidas sobre as migrações internacionais. A relação entre mídia e as migrações dá-se não só pelo fato de que

é por meio da mídia que boa parte da população se informa sobre a questão, como também porque ela exerce um papel de extrema relevância nas migrações contemporâneas.

O desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação e dos meios de transporte, bem como a midiaticização em processo, são apontados como fatores relevantes a serem considerados quando se analisa o aumento das migrações transnacionais.

Isso se dá, entre outros motivos, pela maior facilidade de acesso a informações sobre outros lugares, permitindo às pessoas, ao redor do mundo, obterem conhecimento sobre as culturas, os modos de vida e as possibilidades existentes entre países, e até mesmo para a obtenção de informações sobre incentivos à imigração, oportunidades de estudo e emprego em outros países etc.

Outro elemento a se considerar é o papel dos sistemas de comunicação no estreitamento de distâncias, permitindo, aos migrantes, a manutenção de vínculos de contato e acesso a informações e comunicação com seus parentes e amigos no país de origem.

Não menos importante é o papel simbólico de construção da imagem de determinados lugares exercido pelos meios de comunicação, contribuindo para a produção de sentidos sobre os lugares, sobre as possibilidades de uma vida melhor, enfim, para a construção de sonhos.

Todas essas questões são elementos considerados na decisão de migrar. E a comunicação tem um papel de grande importância na construção dessas identidades híbridas geradas nas migrações transnacionais, conforme vimos no tópico anterior desta dissertação, que tratou das teorias migratórias.

Os migrantes, hoje, mantêm contato com seus países de origem ao mesmo tempo em que constroem laços e relações no país de destino. Essas relações são possibilitadas, em grande medida, pelas novas tecnologias de transporte e comunicação. É por meio das mídias, sobretudo digitais, que os migrantes encontram grupos de outros migrantes com quem constroem redes de apoio no local de destino, que podem conversar com amigos, parentes que já estão no local para onde pretendem ir, para obter informações, entre outras possibilidades.

Essas duas lógicas que permeiam as relações da mídia, a econômica e a simbólica, conforme colocado por Charaudeau (2013) e citado anteriormente, também vão se manifestar nas notícias sobre as migrações. O investimento (ou não) em uma cobertura mais aprofundada sobre o assunto, como as reportagens ou as séries de reportagem; a escolha por enviar repórter para cobrir determinada situação em outro estado ou simplesmente a reprodução de notícias de agências. O espaço que determinadas questões vão ter nas abordagens são exemplos dessa relação entre essas duas lógicas, entre outros fatores.

São essas, entre outras questões já abordadas aqui, que confluem para a informação midiaticamente produzida que chegará até o receptor e será apropriada por ele, considerando também uma série de fatores.

Assim como acontece em relação aos diversos temas de que trata, a mídia tem uma importante contribuição para a construção de representações sobre as migrações, uma vez que é por meio dela que a maioria das pessoas se informam sobre os fatos internacionais, incluídos os que envolvem as migrações. Para Steinberger (2005):

A formação da opinião pública sobre os fatos internacionais se dá com base em quatro fontes visíveis: a informação acadêmica, a indústria cultural, os depoimentos vivenciados e a informação jornalística. De longe, é a informação jornalística divulgada através de revistas, jornais, televisões, rádios e internet a principal fonte de referência para a formação de opinião. (STEINBERGER, 2005, p. 29)

Como ficamos sabendo dos fluxos migratórios do continente africano para o europeu, por exemplo? E das migrações de venezuelanos para o Brasil? Quais são as visões que construímos sobre esses fluxos migratórios no mundo contemporâneo? As visões que boa parte da população possui sobre essas questões parte exclusivamente da leitura que elas obtêm por meio das mídias (considerando, como já abordamos anteriormente, que essa recepção vai variar de pessoa para pessoa e com base em uma série de fatores).

Para que as pessoas tenham um olhar mais amplo sobre as migrações e não uma visão enviesada e pautada somente em estereótipos, é necessário que elas acessem uma multiplicidade de discursos, de diferentes fontes e origens, e que as abordagens sobre o tema contemplem as inúmeras dimensões que envolvem o fenômeno (políticas, culturais, econômicas, sociais etc).

Essa tarefa torna-se ainda mais complexa quando o fato a ser noticiado é internacional, o que faz com que o acesso às informações passem ainda por mais filtros, devido aos custos para envio de repórteres, o que limita muitas vezes a presença de enviados da empresa de comunicação para a cobertura no local.

Ainda assim, essa limitação não pode justificar determinados silenciamentos, omissões e o fato de que escolhas também são feitas nas abordagens, mesmo quando se precisa recorrer à cobertura de outros veículos que puderam estar presentes para noticiar determinados fatos (a escolha, por exemplo, de que agência de notícias se vai comprar e de que região provém, o espaço concedido a determinado tema em detrimento de outro são algumas delas). Também existem outras possibilidades de se pautar um fato sem a necessidade da presença física no local, como por meio de artigos de opinião, editoriais, entrevistas, entre outras.

A despeito de o tema das migrações transnacionais ter ganhado bastante relevância midiática nos últimos anos, por conta das alterações substanciais nos fluxos migratórios, dos

impactos políticos, econômicos e sociais que suscitam e da grave crise humanitária gerada por deslocamentos forçados, seja por guerras, conflitos étnicos, desastres naturais e crise econômicas e políticas, gerando inúmeros refugiados, a abordagem do tema pela mídia cearense ainda é muito pautada pelas agências de notícia internacionais europeias, o que, muitas vezes, limita e vincula o olhar sobre essa problemática a uma determinada visão de mundo, no caso, a eurocêntrica. Abordaremos essa questão mais detalhadamente no próximo capítulo (4).

4.3 Um mapeamento dos estudos sobre migração e comunicação no Brasil

Dada a importância que as migrações assumem no mundo contemporâneo e suas implicações nas diversas dimensões do cotidiano, é imprescindível para o campo da Comunicação conhecer melhor esse processo e as questões que essas novas configurações relacionadas às migrações trazem para os estudos da Comunicação.

De acordo com Steinberger (2005), a informação acadêmica, juntamente à indústria cultural, aos depoimentos vivenciados e à informação jornalística, está entre as principais fontes de referência para a formação de opinião pública sobre os fatos internacionais. Além disso, a academia é de extrema importância para a formação dos futuros jornalistas, que produzirão as notícias sobre o tema e cuja visão sobre o assunto será um dos componentes que irão influir na construção das notícias.

Consideramos, por isso, importante para esta pesquisa, a busca por compreender como se dão os estudos sobre migrações no campo da comunicação (notadamente no âmbito das pesquisas de mestrado e doutorado).

Para isso, procuramos mapear os estudos já realizados sobre migração, no âmbito da comunicação, para analisar como esse tema tem sido abordado. A pesquisa foi realizada no catálogo de dissertações e teses da CAPES.

O processo foi realizado em etapas distintas. Na primeira, buscamos identificar as que tratavam especificamente das migrações no âmbito do jornalismo. Depois, ampliamos o escopo para verificar em quais outras áreas da comunicação esse tema estava sendo abordado.

Num segundo momento, considerando que as questões étnico-raciais têm extrema relevância no contexto das migrações, que parte considerável da população de migrantes no Brasil é negra e indígena e diante do contexto histórico de racismo no país em relação a essas populações, buscamos identificar as pesquisas que fazem a interface entre comunicação,

migração e racismo e, depois, focamos nas pesquisas que tratavam especificamente da relação entre comunicação e racismo no âmbito do jornalismo.

Ao observar o número de pesquisas, seguimos por mais dois caminhos: a) identificar se existia um número significativo de pesquisas com o tema do racismo e comunicação, já que não estava sendo abordada a contento nos estudos envolvendo comunicação e migração; b) uma vez que estava sendo pouco pesquisada na comunicação, buscamos verificar em quais áreas de conhecimento a relação entre migração e racismo estava sendo estudada.

O panorama observado nessa análise foi o seguinte: na pesquisa realizada, no dia 10 de janeiro de 2019, com os termos “jornalismo AND migração”, foram encontradas apenas vinte pesquisas no período entre 2007 e 2018, doze dissertações de mestrado e oito teses de doutorado. Ao refinarmos a busca, por meio da leitura dos títulos e dos resumos das pesquisas, observamos que destas, somente seis tratam efetivamente de deslocamentos de pessoas. As outras abordam migração de plataformas no jornalismo, modelos de convergência etc.

Na busca pelos termos “jornalismo AND migrações”, foram encontrados doze resultados no período entre 2002 e 2018, porém, ao refinarmos a busca, identificamos que somente cinco deles tratam efetivamente do tema das migrações populacionais. Dessas cinco, duas já tinham sido encontradas ao utilizarmos o referido termo em destaque.

Após esse mapeamento mais específico, buscamos ampliar o escopo da pesquisa, a fim de identificar as pesquisas que abordavam a relação entre migração e comunicação, abrangendo assim outras áreas para além do jornalismo, como publicidade, educação, entre outras.

Na pesquisa com os termos “comunicação AND migração”, encontramos 367 resultados no período de 1997 a 2018: 256 pesquisas de mestrado e 92 de Doutorado. Contudo, ao restringirmos essa busca para os estudos somente no âmbito das ciências sociais e ciências humanas, o número é reduzido para 165, sendo 96 na área de comunicação. Dessas, ao analisarmos os títulos e resumos, observamos que somente 23 tratavam efetivamente de migração populacional.

A divisão entre os tipos de mídia analisados no escopo das pesquisas encontradas envolvendo comunicação e migração foi a seguinte (Tabela 1):

Tabela 9 – Tipos de mídia analisados

Migração e jornalismo impresso/análise de mídia	10
---	----

Migração e interações socioculturais (nesse caso, o foco foi a comunicação interpessoal)	05
Migração e internet e novas TICs	05
Migração e rádio	01
Migração e fotografia/artes visuais	02

As nacionalidades estudadas nas pesquisas e a região/estado/município onde foi focada a pesquisa foram (tabela seguinte):

Tabela 10 – Nacionalidades estudadas nas pesquisas e região/estado/município

- Emigração - brasileiros no exterior (nos EUA, na Suécia e na Espanha)
- Migrações internas (nordestinos no Rio de Janeiro, cearenses em São Paulo)
- Migração chinesa no Rio de Janeiro
- Diáspora latino-americana no Brasil
- Migração boliviana em São Paulo
- Migração uruguaia no Sul
- Migração andina no Rio de Janeiro
- Migração haitiana no Brasil
- Migração síria no Brasil
- Migração de forma geral, sem especificar nacionalidade, e refugiados
- Migrações em São Caetano do Sul
- Migrações em São Paulo

Ao realizar a busca com as palavras-chaves “comunicação AND racismo AND migração”, foram encontradas apenas duas pesquisas: uma intitulada “O ‘eu’ confronta o ‘outro’: o que (re)velam as manifestações de brasileiros sobre haitianos nas mídias e redes sociais digitais”, de Maristela Abadia Guimarães, de doutoramento em educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; e outra de Rosana Garcia Gonçalves, do mestrado em Educação, Administração e Comunicação da Universidade São Marcos, sobre “A política de ação afirmativa para afrobrasileiros e o debate das cotas nas Universidades”.

Mesmo quando não se trata especificamente da relação entre migração e racismo, o tema mais amplo, do racismo no jornalismo, também é pouco explorado na academia.

Na pesquisa com os termos “jornalismo AND racismo”, foram encontradas somente quinze matérias; destas, somente dez tratavam efetivamente do tema.

Ampliando a busca para os termos “comunicação AND racismo”, foram encontradas 147, mas 57 na área da comunicação. Muitos desses trabalhos foram no âmbito da publicidade.

Em outras áreas de estudo, observamos um número também ainda reduzido de pesquisas relacionadas à migração africana no Brasil. Na busca dos termos “Africanos AND migração AND Brasil” foram encontradas 37 pesquisas.

Dentre essas pesquisas encontradas, sete tratam da migração para fins de estudo, sobretudo em universidades públicas brasileiras. Porém, diferente das pesquisas em

comunicação com esse tema, apresentam um equilíbrio entre os estados, tendo sido realizados vários estudos nas regiões Nordeste, Norte e Centro-oeste. Esses estudos se dão sobretudo nas áreas de Sociologia/Antropologia, Psicologia e Geografia.

Em se tratando do tema da relação entre Brasil-África e estudantes africanos no Brasil, observamos uma quantidade significativa de estudos abordando esse tema, sobretudo nas áreas de Sociologia, Psicologia e Educação.

Somente sobre o tema da cooperação no âmbito da educação entre Brasil e África (termos “Cooperação AND Universidad AND Africanos”) foram encontradas 56 pesquisas, com temas sobre cooperação técnica Brasil - PALOP (Países de Língua Oficial Portuguesa) e também sobre o Convênio com países africanos por meio do Programa Estudante - Convênio de Graduação (PEC-G). Este último foi fruto de estudos em Universidades de Brasília, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Piauí, Campina Grande, Goiânia e Mato Grosso.

ElHajji e Escudero (2017) traçam um quadro sistematizado sobre os estudos migratórios desenvolvidos no campo da Comunicação – área das chamadas Ciências Sociais Aplicadas –, ao longo do tempo, no Brasil.

Para tanto, utilizaram como *corpus* de análise os sites oficiais dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) em Comunicação do país, Currículos *Lattes* dos professores/pesquisadores das universidades e anais dos congressos anuais da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós).

No artigo, os pesquisadores apresentam os números dos cursos de pós-graduação no país, destacando a sua má distribuição entre as diferentes regiões brasileiras:

Em sua última avaliação dos programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, realizada em 2013, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação, apontou a existência no Brasil de 45 PPGs, que oferecem 20 cursos de doutorado, 44 mestrados acadêmicos e um mestrado profissional. A distribuição espacial desses cursos, no território brasileiro, é bastante desigual. O Estado de São Paulo, por exemplo, possui 13 PPGs – e toda a região Sudeste, tem 23, ou seja, concentram 51% dos cursos de pós-graduação em Comunicação no país. Em contraste, a região Norte possui apenas dois – o equivalente a 4,5% do total. A região Sul possui oito PPGs (17,7%); a região Nordeste, sete (15,5%); e, a região Centro-Oeste, quatro (8,8%). (ELHAJJI; ESCUDERO, 2017, p. 183).

Esse dado traz um elemento para análise sobre as razões das lacunas nos estudos sobre migração em regiões como o Norte e o Nordeste do país, porém esse, por si só, não justifica esse desequilíbrio nas pesquisas.

Os autores apontam que, até 2017, no país, dois Programas concentravam a maioria dos estudos migratórios no Brasil: o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo à frente principalmente o docente Mohammed ElHajji, e o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), que tinha a professora/pesquisadora Denise Cogo como responsável por orientar a maioria dos estudos nessa área. Sobre os principais conceitos abordados no campo, apontam:

Numa análise geral, verificamos que os trabalhos sobre a temática migratória no campo da Comunicação privilegiam categorias como: fronteira, identidade, memória e narrativa e comunidades. Há uma predominância de estudos que relacionam tais abordagens com as TICs. (ELHAJJI; ESCUDERO, 2017, p. 188).

Em relação aos aspectos metodológicos, eles identificaram que:

[...] as pesquisas seguem uma abordagem qualitativa, com uso das técnicas de entrevista, estudo de caso, história oral, observação, análise de conteúdo e de discurso e recepção – seguindo uma tendência da Comunicação em geral. A base teórica utilizada nestes trabalhos são as Ciências Humanas e Sociais, com ênfase nos Estudos Culturais (ELHAJJI; ESCUDERO, 2017, p. 188).

Além das categorias já citadas pelos pesquisadores, acrescentaríamos duas outras que foram encontradas nas pesquisas catalogadas no Banco de Teses e Dissertações da Capes: a da Diáspora e a de Transnacionalismo:

A experiência da diáspora, como aqui a pretendo, não é definida por pureza ou essência, mas pelo reconhecimento de uma diversidade e heterogeneidade necessárias; por uma concepção ‘identidade’ que vive com e através, não a despeito, da diferença; por hibridização. Identidades de diáspora são as que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se novas, através da transformação e da diferença (HALL, 1996, p. 75).

Já o conceito de Transnacionalismo tem sido mais utilizado nas pesquisas que estudam a utilização da internet, redes sociais e demais TICs por migrantes.

A relevância e atualidade do tema para a comunicação, e especificamente para o Jornalismo, podem ser observadas também na realização de prêmios jornalísticos que buscam incentivar e qualificar o debate sobre as migrações.

Em 2019, a 11^a edição do Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão, idealizado pelo Instituto Vladimir Herzog, teve como tema “A face humana dos movimentos imigratórios e de refúgio e seus reflexos na sociedade brasileira”⁷⁶. O Prêmio CICV de Cobertura Humanitária Internacional⁷⁷, organizado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, também traz, em 2019, como pautas aptas a concorrer à premiação, as temáticas das migrações e do refúgio.

⁷⁶ Disponível em: <<https://vladimirherzog.org/comunicado-oficial-vencedores-do-11o-premio-jovem-jornalista-fernando-pacheco-jordao/>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

⁷⁷ Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/premio-cicv-de-cobertura-humanitaria-internacional>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

O trabalho do fotógrafo brasileiro Ueslei Marcelino, da Agência Reuters, foi vencedor do Prêmio Pulitzer, o maior do jornalismo nos Estados Unidos e um dos maiores do mundo, com o projeto “Na trilha de migrantes à América”⁷⁸, que retratou a caravana de migrantes da América Central rumo aos Estados Unidos.

Também na Academia têm se ampliado os debates sobre as migrações, com diversos grupos de pesquisas sobre o tema, dossiês de revistas acadêmicas de diversos campos do conhecimento, além da realização de seminários e debates sobre a questão das migrações.

No Ceará, podemos citar como exemplo A IV Semana Cultural Africana da Universidade Federal do Ceará, realizada de 23 a 25 de maio de 2019, no centro de Humanidades da Universidade, que teve como tema "A África por trás das câmeras".

A semana é realizada, há quatro anos, por estudantes do Programa Ensino-Estudante Graduação (PEC-G) e conta, desde a segunda edição, com apoio da Pró-reitoria de Relações Internacionais da UFC (Prointer). De acordo com a organização, o evento visava a apresentar a África que pouco aparece na grande mídia e em manifestações artísticas estrangeiras, como o cinema e a televisão.

Uma das integrantes da mesa de abertura do evento, a estudante cabo verdiana Eveline Amado, do curso de Arquitetura da UFC e integrante do PEC-G, falou sobre a escolha do tema para a Semana, denunciando a invisibilidade da África na mídia brasileira: “A África é um continente muito rico. Não é um só, são 54 países. É muito rico culturalmente, de matérias-primas. Quando a gente vê alguma reportagem é sobre a savana ou alguma doença, como o Ebola”, declarou Eveline Amado.

Ela relatou que fez uma palestra numa escola pública do Ceará, o Liceu, e pediu para os estudantes falarem sobre o que eles conheciam sobre a África e disse que o que prevaleceu nas respostas foi a ideia da fome, da guerra e dos animais selvagens.

Amado destacou que o intuito do evento era, nesse sentido, o de mostrar a África por meio dos africanos, e ressaltar também que a África não é só cultura: “A gente também produz conhecimento, tivemos grandes Impérios”, finaliza.

A questão étnico-racial é um fator importante que se soma muitas vezes ao fator migrante na produção de sentidos e representações sobre determinados indivíduos e/ou grupos.

Essa inquietação trazida para o debate pelos estudantes africanos, com o tema da IV Semana Cultural Africana da UFC, revela a insatisfação com o modo como os africanos se vêem representados no país e especificamente como as mídias os representam.

⁷⁸ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/04/fotos-de-migrantes-e-de-execucao-de-muculmanos-ganham-pulitzer.shtml>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Diante dessas questões apontadas, evidenciamos a importância de o campo da comunicação buscar compreender como se dão essas representações sociais nas mídias brasileiras e no Ceará, especificamente.

Para Silva e Rosemberg (2008, p. 74): “A mídia participa da sustentação e produção do racismo estrutural e simbólico da sociedade brasileira, uma vez que produz e veicula um discurso que naturaliza a superioridade branca, acata o mito da democracia racial e discrimina os negros”.

A partir de uma reflexão crítica que nos leva a perceber que os discursos postos em circulação pelos meios de comunicação tradicionais produzem representações sociais sobre os/as estudantes africanos/as é que analisaremos, por meio da Análise Crítica do Discurso, os discursos dos jornais O Povo e Diário do Nordeste, no período de 2010 a 2018, sobre esses/as estudantes no Ceará.

4.4 Mídia, migração e racismo

Qual a relação entre mídia, migração e racismo? Pelo percurso dos tópicos anteriores, percebemos o quanto esses três elementos estão relacionados. A mídia, como construtora de realidades, contribui não só para pautar questões como as migrações e as questões étnico-raciais, tanto separadamente como estando associadas, como também é um dos espaços onde se constroem representações sobre essas questões.

Outro ponto importante a se destacar nesta relação é o papel exercido pela história migratória do país (com destaque para as políticas de Estado em torno do tema) na construção do racismo no Brasil. Citando Giralda Seyferth (2002), Martínez e Dutra (2018) destacam:

Neste sentido, defendemos que a construção do racismo no Brasil não pode dissociar-se de sua história migratória. Giralda Seyferth (2002) analisou a intrínseca relação entre a construção do racismo no Brasil e os fluxos e as políticas migratórias dos séculos XIX e XX. A autora se propôs a ilustrar como a preocupação e as políticas de colonização estiveram vinculadas à imigração fomentada e apoiada pelo Estado até meados do século XX. Para ela, a colonização se baseava num princípio civilizatório, em uma rejeição ao modelo escravista de exploração agrícola e num objetivo de povoamento das terras que o governo considerava vazias, e o colono considerado ideal respondia à ideia da superioridade europeia: pequenos produtores e, ao mesmo tempo, portadores de civilização⁷⁹. (MARTÍNEZ; DUTRA, 2018, p. 104, tradução nossa).

⁷⁹ Texto original: “En este sentido, defendemos que la construcción del racismo en Brasil no puede dissociarse de su historia migratoria. Giralda Seyferth (2002), analizó la intrínseca relación entre la construcción del racismo en Brasil, y los flujos y las políticas migratorias de los siglos XIX y XX. La autora se propuso ilustrar cómo la preocupación y las políticas de colonización estuvieron vinculadas a la inmigración fomentada y apoyada desde el Estado hasta mediados del siglo XX. Para ella, esta colonización se basaba en un principio civilizatorio, en un rechazo al modelo esclavista de explotación agrícola y en un objetivo de poblamiento de las tierras que el gobierno consideraba vacías, y el colono considerado ideal respondía a la idea de la superioridad europea: pequeños productores y al mismo tiempo portadores de civilización.”

Ou seja, como já vimos em tópicos anteriores, o Estado brasileiro negou, por meio da Lei de Terras, a possibilidade de que os ex-escravizados as possuíssem, assim como não ofereceu condições para que pudessem ter uma subsistência independente dos donos de terra a quem estavam subjugados quando escravizados.

Ao mesmo tempo, incentivou a vinda de migrantes europeus para o trabalho na agricultura, na perspectiva de branquear o país, mantendo assim as condições de extrema exclusão e estigmatização da população negra no Brasil.

Numa sociedade na qual as relações de gênero, étnico-raciais e de classe são estruturantes das desigualdades, estabelecidas nas relações de opressão de um segmento pelo outro, homem/mulher, branco/negro/indígena, rico/pobre, entre outras, essas dimensões vão ser elementos constitutivos das representações sociais, incluídas as midiáticas, sobre determinados grupos sociais no Brasil, como no caso dos migrantes.

Em nossa questão de pesquisa, que analisa como essas representações se dão em relação aos/às estudantes africanos/as, por meio da mídia, abordar essa relação é imprescindível. Essas representações são criadas por meio de negações e silenciamentos, estereotipagem e diferentes ordenações de valores atribuídos a esses grupos sociais. E essa postura em relação à África e aos povos daquele continente não se restringe à mídia brasileira, mas estende-se para a mídia internacional.

Expressam-se, por exemplo, nos silenciamentos, pela mídia internacional, sobre a conjuntura do continente africano, que produzem e legitimam determinadas intervenções e violações. Segundo Marinucci (2018):

Omissões que se configuram como um verdadeiro “encobrimento” (Dussel, 1993), que visa ocultar intervenções militares, invasões de *contractors* e mercenários, depredações do meio ambiente, exploração de trabalhadores, violações de direitos humanos, destruição de culturas ancestrais, *land grabbing* de países estrangeiros, multinacionais e fundos de investimentos. (MARINUCCI, 2018, p. 7)

O autor acrescenta que essa exclusão não é só relativa aos problemas que o continente enfrenta, mas às lutas e resistências da população dos países africanos:

Mas é também o encobrimento de histórias de luta e resistência. Histórias de povos enriquecidos por suas culturas milenares, que criam e recriam suas “táticas” – na acepção de De Certeau (2008) – de sobrevivência biológica e social. Entre estas táticas, cabe destacar as migrações intracontinentais, que constituem um desses caminhos de superação das adversidades e reconstrução do cotidiano. Trata-se de migrações que, com frequência, fogem das taxonomias e das classificações burocráticas com suas tentativas de padronizar e controlar a mobilidade de quem teima em não aceitar o próprio lugar – e o próprio destino. (*ibid.*, p. 7)

No Brasil, a invisibilidade sobre essas questões é marcante, não só na mídia, quanto na sociedade em geral. E se dá também em relação à população negra do país, sendo motivo de

denúncia dos movimentos negros há décadas. Silva e Rosemberg (2015) apontam o contexto no qual foram construídos e são reproduzidos os discursos raciais no Brasil.

O contexto sócio-histórico de produção, circulação e consumo de discursos raciais no Brasil contemporâneo apresenta diversos componentes a serem destacados: fomos o país que mais importou escravos africanos(as) durante o regime escravista, fomos o último país a abolir a escravidão negra (somente em 1888), somos a segunda maior população negra mundial - depois, apenas, da Nigéria - aproximadamente oitenta milhões de brasileiros, o que corresponde a 46% dos que se declaram negros (pretos ou pardos), acalentamos o mito (ou a ideologia) de que as relações raciais no país são cordiais ou democráticas ao mesmo tempo em que convivemos com intensa dominação branca sobre outros segmentos étnico-raciais no acesso a bens materiais e simbólicos. (SILVA; ROSEMBERG, 2015, p. 73)

No país, quando se fala de África, tanto em muitos livros de história, nas mídias e em diversos discursos sociais, o continente é tratado como um todo homogêneo, como se fosse um só país, e não 54, com paisagens, sociedades, contextos políticos, sociais, econômicos e sociais bastante distintos.

Essa realidade, com a qual se deparam diversos estudantes africanos quando vêm para o Brasil, tem sido relatada por eles. Conforme relata Pascal (2001):

Os chamados estudantes africanos que vieram para o Brasil deixaram suas respectivas famílias, os seus bairros e cidades, como Mancagne, Peul, Serere, Diola, Ibo, Banto, Soninké, Bambara, Dioula, Ewe, Touare, Dinka, pegaram o avião como senegaleses, guineenses, camaronenses, gaboneses, marfinenses, argelinos, egípcios, cabo-verdianos, angolanos, moçambicanos, são-tomeenses, e aqui chegaram como “africanos”. No país que os acolheu, as diversidades culturais, lingüísticas e étnicas são eliminadas e eles se vêem reduzidos à categoria de monogrupo. Enquanto os estrangeiros europeus, asiáticos e norte-americanos são tratados a partir de suas nacionalidades próprias, os da África, não. Somos “africanos”, com tudo o que isso carrega. (PASCAL, 2001, p. 112-113)

Essa imagem homogeneizada e quase sempre essencializada e estereotipada da África também foi apontada nos discursos dos estudantes, nos eventos da Semana Brasil-África, citados no capítulo 1, que denunciaram a frequente associação, no Brasil, da África como um país e associada a imagens unicamente ligadas a savanas, a girafas, à fome, à AIDS e ao Ébola.

Muitos migrantes africanos afirmam terem se deparado pela primeira vez com a experiência do racismo ou, em alguns casos, uma experiência diferente de racismo, durante a experiência migratória no Brasil. Martínez e Dutra (2018) atribuem isso às construções raciais específicas no Brasil, pautadas no racismo, o que persistiu mesmo após o período colonial e a abolição da escravização.

Essa particularidade do racismo à brasileira, mascarado sob o mito da democracia racial, também é apontada nas narrativas dos estudantes migrantes presentes nos seminários dos quais participamos envolvendo os estudantes africanos no Ceará.

Esses estudantes narram o total desconhecimento, antes da chegada ao Brasil, da história brasileira no que se refere às políticas de branqueamento, por meio do fomento à imigração europeia e à proibição da imigração africana e asiática, incluindo a

população afrodescendente estadunidense. Somente ao chegar ao Brasil começam a perceber que não há muitos negros na universidade e que são praticamente os únicos negros nos cursos mais concorridos, de medicina e direito, por exemplo. (MARTÍNEZ; DUTRA, 2018, p. 108, tradução nossa)⁸⁰

A presença de migrantes africanos e haitianos, segundo Martínez e Dutra (*ibid.*, p. 110), promove um desnudamento do racismo como problema histórico e latente da sociedade brasileira. Para as autoras:

Esses novos atores sociais, imigrantes africanos e haitianos, por exemplo, permitem aflorar um racismo menos velado, recrudescem-no e nos demonstra assim que ainda falta um longo caminho para se enfrentar o racismo no país. O imigrante negro dá visibilidade a um problema histórico e latente na sociedade brasileira. (MARTÍNEZ; DUTRA, 2018, p. 110, tradução nossa)⁸¹.

Esses conflitos e o confronto com o racismo brasileiro, constantemente negado como uma estratégia perversa para sua perpetuação ou travestido de democracia racial, abrem perspectivas para novas construções, que confrontem e denunciem esse racismo negado pelos brasileiros. Na perspectiva aqui adotada, essa é uma das inúmeras contribuições que a presença dos migrantes trazem para o nosso desenvolvimento como sociedade, somando-se, junto às lutas da população negra brasileira, no esforço para o enfrentamento das desigualdades históricas e estruturais provocadas pelo racismo no país.

Alguns dos discursos que tentam escamotear a existência do racismo no Brasil são os que atribuem a opressão/exclusão/discriminação da população negra exclusivamente à questão de classe e não ao racismo, como já vimos anteriormente, e os que tentam tratar a discriminação contra os migrantes africanos negros como xenofobia e não como racismo.

Esse último é facilmente contradito quando se observam os diferentes tratamentos concedidos aos migrantes de origem europeia/estadunidense brancos. Martínez e Dutra (2018) apontam: “Vargen assegura que a hospitalidade brasileira é um mito, porque a sociedade brasileira não acolhe da mesma maneira os imigrantes negros se compara com outros grupos de imigrantes de outras origens e com outras características físicas” (MARTÍNEZ; DUTRA, 2018, p. 106-107).

Sobre a alegação de que o preconceito seria de classe e não racial, Sodré (2015) faz uma crítica a essa falsa integração pelo consumo, com vistas a captar a população negra nesse

⁸⁰ Texto original: “Estos estudiantes narran el total desconocimiento, previo a la llegada a Brasil, de la historia brasileña en lo que se refiere a las políticas de blanqueamiento a través del fomento de inmigración europea y la prohibición de la inmigración africana y asiática, incluso de la población afrodescendiente estadounidense. Sólo al llegar a Brasil comienzan a percibir que no hay muchos negros brasileños en la universidad y que son prácticamente los únicos negros en los cursos más codiciados de medicina y derecho, por ejemplo.”

⁸¹ Texto original: “Estos nuevos actores sociales, inmigrantes africanos y haitianos, por ejemplo, permiten aflorar un racismo menos velado, lo recrudescen, y nos demuestran así que todavía falta un largo camino para enfrentar el racismo en el país. El inmigrante negro pone de manifiesto un problema histórico y latente en la sociedad brasileña.”

mercado, mas que continua tratando-a como o outro subalterno:

Se por um lado detectam-se aspectos integradores na assimilação social do indivíduo escuro baseada na satisfação de desejos de consumo (roupas, cosméticos, bens duráveis) e no pressuposto de que se discrimina por ser pobre e não pela cor (na verdade, uma falsa questão), por outro, permanece inatacado o problema, o mal estar civilizatório, do racismo. Com efeito, toda essa encenação mercadológica da diferença - onde se assiste à reduplicação do Mesmo hegemônico através do Outro subalterno - é fundamentalmente racista. A moral do mercado (que organiza apenas um nível diferente, sem constituir um relacionamento com a alteridade real) não engendra a continuidade éticopolítica do ser, isto é, uma parceria social plena, criadora de respeito em vez de tolerância, entre o afrodescendente e os descendentes privilegiados do patrimonialismo europeu. (SODRÉ, 2015, p. 293).

Carrança e Borges (2006, p. 128) apontam que a defesa da ordem racial hodierna pelos conservadores apóia-se em três pontos: “1) reafirmar os ideais de igualdade formal perante a lei, não aceitando qualquer tipo de discriminação positiva do negro; 2) explicar as desigualdades raciais existentes a partir de diferenças econômicas; 3) associar a imagem negativa do negro, assim como a persistência de estereótipos, ao desempenho social inferior do próprio negro. Em contraponto a esses argumentos, o movimento antirracista no Brasil aponta quatro pontos básicos para quebrar a barreira da invisibilidade do racismo: 1) negar a igualdade de oportunidade entre brancos e pretos; 2) evidenciar as desigualdades raciais de renda, emprego e educação; 3) denunciar o tratamento diferencial de brancos e negros pela polícia e pela justiça; 4) denunciar a imagem de subalternidade e de inferioridade social do negro” (CARRANÇA; BORGES, 2006, p. 128).

Silva e Rosemberg (2008) apresentam as principais características desse padrão de desigualdade entre brancos e negros no país, atualizado pelo racismo estrutural e simbólico:

- a) um sofisticado sistema de classificação racial baseado na aparência resultante na apreensão simultânea de traços físicos (cor da pele, traços da face, cabelos), condição socioeconômica e região de residência;
- b) um vocabulário racial comportando multiplicidade de termos;
- c) uma grande população preta e mestiça (denominada “parda”) - 46% da população -, o que faz com que o Brasil seja considerado o segundo país com a maior população negra do mundo (composta por pretos e pardos);
- d) a convivência de padrões de relações raciais simultaneamente verticais, produzindo intensa desigualdade de oportunidades e horizontais em que não se observam hostilidades abertas ou ódio racial, o que pode acarretar convivência amistosa em determinados espaços sociais sob determinadas circunstâncias (SILVA; ROSEMBERG, 2015, p. 77).

Cabe destacar que, nesta pesquisa, referimo-nos ao racismo como conceito sociológico, não como biológico.⁸² De acordo com Campos (2017):

Entendida como um artefato ideológico, “raça” foi quase sempre definida como uma

⁸² Para uma conceituação mais ampla sobre o racismo e suas múltiplas dimensões, conferir CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. RBCS. Vol. 32, n° 95: 2017.

categoria biológica. Sabemos hoje que ela carece de qualquer objetividade científica, ou seja, ela não denota nenhuma diferença biológica ontológica. Porém, seus efeitos sociais foram tão amplos na produção de práticas sociais discriminadoras que construíram, de fato, posições estruturais específicas para determinados grupos. Por consequência, pessoas que são frequentemente encaradas como negras, por exemplo, tendem a ter experiências sociais particulares por conta da orientação específica que plasma suas interações no decorrer da vida (CARTER, 2000, p. 82-92). Na ausência de termo melhor, é possível dizer que “raça” também denota esses lugares estruturais que são sociologicamente determinados e, por isso, objetivos, ainda que não sejam fixos ou essenciais (CAMPOS, 2017, p. 15).

Van Dijk (2008), por sua vez, assinala as dimensões materiais (expressas na dominação sistemática de um grupo racial por outro) e simbólicas (crença na superioridade intrínseca ou natural de um grupo racial sobre os demais) do racismo, trazendo à tona o papel do discurso na sua produção:

Nossos discursos e outras ações sociais são, portanto, baseados em modelos mentais (planos etc.) que são informados por ideologias e atitudes socialmente compartilhadas. Temos, assim, um círculo vicioso e vemos como o discurso está crucialmente envolvido na reprodução do racismo, em geral, e na formação de ideologias racistas subjacentes, em particular (VAN DIJK, 2008, p. 20).

O racismo, como uma construção social, conta com estruturas que garantem sua manutenção e reprodução. A mídia tem um papel fundante nessa construção, principalmente no campo simbólico. Para Van Dijk (*ibid.*):

Esse processo de aprendizagem [do racismo] é amplamente discursivo, isto é, baseado na conversação e no contar de histórias diárias, nos livros, na literatura, no cinema, nos artigos de jornal, nos programas de TV, nos estudos científicos, entre outros. Muitas práticas de racismo cotidiano, tais como as formas de discriminação, podem até certo ponto ser aprendidas pela observação e imitação, mas até mesmo elas precisam ser explicadas, legitimadas ou sustentadas discursivamente de outro modo. (*ibid.*, p. 15)

Desse modo, “a mídia participa da sustentação, da produção e reprodução do racismo estrutural e simbólico da sociedade brasileira, uma vez que produz e veicula um discurso que naturaliza a superioridade branca, acata o mito da democracia racial e discrimina os negros” (SILVA; ROSEMBERG, 2015, p. 74).

Sodré (2015) descreve os fatores que caracterizam o racismo midiático: 1) a **negação** (a mídia tende a negar a existência do racismo, a não ser quando este aparece como objeto noticioso, devido à violação flagrante desse ou daquele dispositivo antirracista ou a episódicos conflitos raciais. 2) O **recalcamento** (costuma-se recalcar aspectos identitários positivos das manifestações simbólicas de origem negra). O autor destaca, também nesse ponto, o desconhecimento, inclusive por bons profissionais das redações, sobre a questão racial no Brasil e na AL). 3) A **estigmatização** (com base no conceito de Goffman, o autor distingue identidade social virtual - aquela que se atribui ao outro - de identidade social real, conferida por traços efetivamente existentes). Na passagem do potencial/virtual ao real/atual, surge o estigma, a

marca da desqualificação da diferença, ponto de partida para todo tipo de discriminação, consciente ou não, do outro. Num país de dominação branca, a pele escura tende a tornar-se um estigma (SODRÉ, 2015, p. 278-279). Neste sentido, a mídia e a indústria cultural constroem identidades virtuais de negação e de recalçamento, como também da difusão de senso comum baseado nos preconceitos e rejeições, resultando em estereótipos e na folclorização do indivíduo de pele escura. 4) A **indiferença profissional**, na qual a mídia pauta-se por interesses comerciais e está pouco interessada em pautar as problemáticas envolvendo minorias.

Outro ponto que agrava esse contexto, segundo Sodré (2015), é a reduzida presença de negros entre os profissionais da mídia brasileira.

Também nessa perspectiva de analisar como se conformam os discursos raciais na mídia, Silva e Rosemberg (2008, p. 82), apresentando uma síntese das pesquisas referentes a discursos sobre brancos e negros na mídia, apontam quatro particularidades desses discursos:

- a) A sub representação do negro nos diversos meios.
- b) O *silenciamento* das mídias sobre as desigualdades raciais. O silêncio exerce um duplo papel: o de negar os processos de discriminação racial, buscando ocultar a racialização das relações sociais, ao mesmo tempo em que propõe uma homogeneidade cultural ao “brasileiro”.
- c) O branco é tratado, nos diversos meios discursivos, como representante *natural* da espécie. As características do branco são tidas como a norma de humanidade. A conclusão do estudo de Rosemberg (1985: 81) pode sintetizar os resultados observados em diversos outros meios: “Dentre as formas latentes de discriminação contra o não-branco, talvez seja a negação de seu direito à existência humana - ao ser - a mais constante: é o branco o representante da espécie. Por esta condição, seus atributos são tidos como universais”. A naturalização e a universalização da condição do branco se estendem à representação ao público a que as mensagens, via de regra, se dirigem. Em diversos meios midiáticos, o público foi discursivamente constituído como supostamente branco.
- d) A estereotipia na representação do homem e da mulher negra, adulto ou criança (na associação do negro com criminalidade em jornais, literatura e cinema; no desempenho de funções socialmente desvalorizadas na televisão, literatura infanto-juvenil e livros didáticos; na exploração de estereótipos de “mulata”, “sambista”, “malandro” e “jogador de futebol” na literatura, publicidade impressa e televisiva, e no cinema).

Observamos vários pontos de convergência entre a caracterização de Sodré (2015) sobre o racismo midiático e o que apontam Van Dijk (2008) e Silva e Rosemberg (2008) sobre os discursos raciais na mídia, em questões como a invisibilidade, a negação da existência do racismo, o uso de estereótipos ou estigmatização, a subrepresentação, entre outros, que já apontamos nesta pesquisa.

Mesmo com as lutas da população negra gerando conquistas, o racismo persiste e é estruturante da nossa sociedade. Porém, as formas de racismo vão se reinventando, adquirindo novas roupagens. Assim, os seus mecanismos vão se tornando mais sofisticados.

Para Ramos (2002), suas formas de expressão dão-se não mais tanto explicitamente (às

vezes ainda sim), por meio da afirmação aberta de inferioridade, mas por meio de formas como o silenciamento, a invisibilidade e o modo como se atribui valor à branquitude:

[...] prevalecem nos meios de comunicação - ainda que combinados a outros mecanismos - os mecanismos da denegação, do recalque, do silêncio e da invisibilidade. O racismo não se reproduz na mídia (...) através da afirmação aberta da inferioridade e da superioridade, através da marca da racialização, ou de mecanismos explícitos de segregação. O racismo tampouco se exerce por normas e regulamentos diferentes no tratamento de brancos e negros e no tratamento de problemas que afetam a população afro-descendente. As dinâmicas de exclusão, inviabilização e silenciamento são complexas, híbridas e sutis ainda que sejam decididamente racistas. (RAMOS, 2002, p. 8 e 9)

Um ponto de vista interessante para se perceber o racismo, de forma que muitas vezes passa despercebida nos discursos midiáticos, é o que é colocado por Silva e Rosemberg (2008) sobre o branco ser tratado, nos diversos meios discursivos, como representante *natural* da espécie. As características do branco são tidas como a norma de humanidade.

Se o branco é sempre tomado como referência, é sempre o padrão, o que representa a normalidade, o não-branco vai ser sempre o diferente, o outro, o fora do padrão. O que justificaria isso num país como o Brasil, no qual 55,8% da população é formada por pretos e pardos⁸³, ou seja, a maioria da população?

Sobre essa oposição entre o Nós, representado pelo branco, colocado como hegemônico, e o outro, Borges e Borges (2012) apontam:

[...] se esse mesmo ascende à categoria de símbolo (do que é ser humano), pelo seu caráter de generalização, tudo o que entre em confronto com o mesmo será identificado como o outro e será negado em – e por – sua diferença. A negação desse outro, o ser negro, em uma sociedade regida pela estética morfológica branca, é a negação dos fenótipos explícitos no corpo negro. Como lembra Sodré (1999, p. 234), o julgamento do que é ser branco ou ser negro, na sociedade brasileira, assenta-se, sobretudo, em ter a pele mais clara ou mais escura, a que se associa o traço do tipo de cabelo – liso ou crespo. Não é à toa, por exemplo, que, no Brasil, como enfatiza o autor, “mais do que ‘branco’ e ‘negro’, ‘claro’ e ‘escuro’ são termos de amplo trânsito no modo de identificação popular das diferenças fenotípicas” (p. 9). Afinal, “numa sociedade esteticamente regida por um paradigma branco [...] a clareza ou a brancura da pele [...] persiste como marca simbólica de uma superioridade imaginária atuante em estratégias de distinção social [...]” (BORGES; BORGES, 2012, p. 55).

Citando Silva (2000, p. 3), as autoras destacam a relação entre a ocupação desses lugares simbólicos entre brancos e não-brancos e os lugares sociais que são destinados a cada um desses grupos, descortinando as relações desiguais de poder e de acesso aos bens sociais.

[...] a afirmação e a negação são operações de inclusão ou de exclusão. Estão baseadas em declarações de quem está incluído e de quem está excluído fazendo distinções entre os que ficam dentro e os que ficam fora das dinâmicas. Essa atitude remonta aos processos de classificação social, que atribuem valor para uns e desvalor para outros grupos humanos. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e

⁸³ Fonte: Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41, IBGE: 2019.

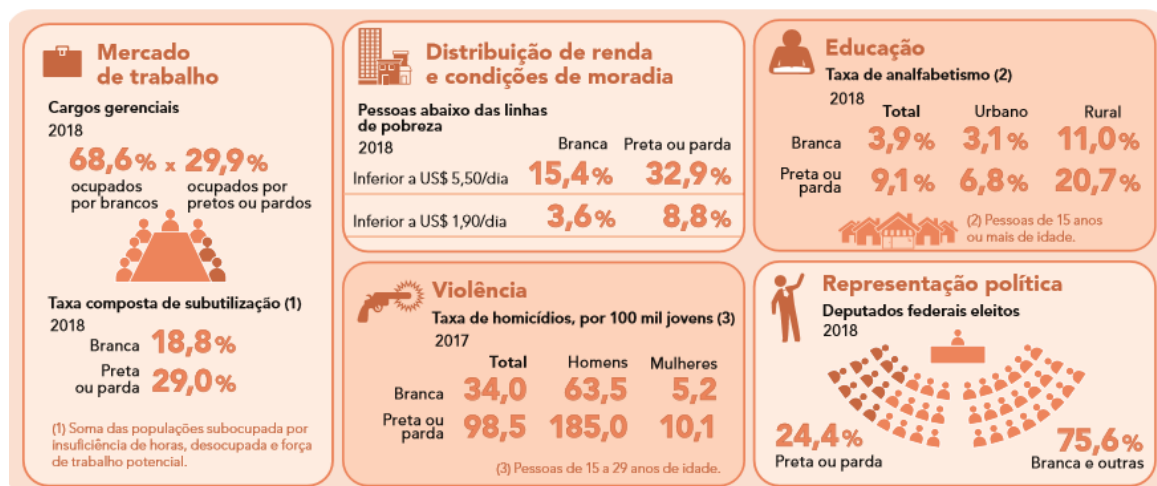
a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. (BORGES; BORGES, 2012, p. 212).

Essa diferenciação entre o “Nós” e os “Outros” no discurso racista apresenta-se de modo por vezes não tão nitidamente explícitos, mas de forma mais sutil e complexa. De acordo com Van Dijk (2008), seus princípios organizadores são similares a qualquer tipo de discurso de base ideológica e podem ser aplicados a todos os níveis de discurso (sonoros, visuais, significados e ação), revelando como os membros de dentro falam e escrevem sobre Eles [os outros, os de fora]:

- [...] - enfatizam os aspectos positivos do Nós, do grupo de dentro;
 - enfatizam os aspectos negativos do Eles, do grupo de fora;
 - não enfatizam os aspectos positivos do Eles;
 - não enfatizam os aspectos negativos do Nós.
 - (...)
 - O mesmo princípio aplica-se a outros níveis e dimensões do discurso, tais como:
 - a ênfase dos pontos negativos sobre Eles em manchetes e nas primeiras páginas dos jornais:
 - a repetição dos pontos negativos nas histórias cotidianas;
 - a expressão de estereótipos na descrição dos membros do grupo étnico;
 - a seleção de palavras (nosso povo é sempre “lutador da liberdade”, ao passo que os deles são “terroristas traiçoeiros”);
 - a escolha de pronomes e demonstrativos distanciadores (“aquelas pessoas”);
 - metáforas negativas (“invasão”, “ondas de migrantes”);
 - ênfases hiperbólicas nas propriedades negativas Deles: ladrões etc.;
 - eufemismo para o Nosso racismo: “descontentamento popular”;
 - falácias argumentativas na demonstração das propriedades ruins Deles.
- (VAN DIJK, 2008, p. 19)

Exemplos desses princípios organizadores não faltam quando analisamos os discursos midiáticos cotidianos, desde os papéis atribuídos aos negros nas novelas, nos programas de entretenimento, nas propagandas e reality shows (e a ausência ou desproporcionalidade no seu número também), passando pela quase ausência de problematização e/ou de contextualização sobre o extermínio da juventude negra, quando se tem dados ostensivos sobre isso⁸⁴, e sobre as desigualdades sociais abismais entre brancos e negros no país, conforme quadro abaixo, do IBGE (2019).

⁸⁴ De 2007 a 2017, a desigualdade de raça/cor nas mortes violentas acentuou-se no Brasil. A taxa de negros vítimas de homicídio cresceu 33,1%, enquanto a de não negros apresentou um aumento de 3,3%. Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídio eram pretas ou pardas. Confira no Atlas da Violência 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34786>. Acesso em: 26 abr. 2020.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Figura 2 - Quadro descritivo das desigualdades entre brancos e negros no Brasil em diversos setores.

Está evidente nos discursos midiáticos, quando observamos que a criança ou adolescente branco que comete ato infracional é tratado como criança e adolescente, quando é branco e de classes mais favorecidas, e por menor, quando é pobre e negra. Quando se ressalta a cor da pele do suposto suspeito de cometimento de crime, quando este não é branco. Quando se estigmatiza e se busca desumanizar a população pobre e negra nos programas policiais, sem qualquer direito à preservação de sua imagem e ao princípio da presunção de inocência, pois isso só está assegurado aos brancos, sobretudo os de classe média e ricos. Quando se fomentam os estereótipos das mulheres negras, hiperssexualizando-as e invisibilizam as desigualdades ainda maiores em relação a elas; ou quando proibem-nas de participarem de determinados papéis, ocuparem cargos, pensarem e produzirem conteúdos.

Enfim, são inúmeros os exemplos de como essas manifestações se dão no cotidiano midiático. Como afirma Kilomba (2019, p. 117): “Em outras palavras, racismo não é a falta de informação sobre a/o “Outra/o” - como acredita o senso comum -, mas sim a projeção *branca* de informações indesejável na/o “Outra/o”.

Sobre esse outro, representado pelos grupos socialmente subalternizados, como mulheres negras e homens negros, as e os migrantes, entre tantos, recaem o estereótipo de primitivos/as, perigosos/as, ameaçadores/as da ordem e do bem-estar da “sociedade”.

Entre as novas formas de manifestação do racismo, que busca novas “roupagens” para seguir atuando, Kilomba (2019, p. 112) aponta formas de diferenciação desse “Outro”, “o estrangeiro”, “o que não é daqui”, por meio das hierarquias e diferenciações pela cultura:

É precisamente essa incompatibilidade entre “raça” e nacionalidade que define as *novas formas de racismo* (Gilroy, 1987). Enquanto formas *antigas* de racismo apelavam para “raças biológicas”, e para a ideia de “superioridade” *versus* “inferioridade” - e a exclusão daquelas/es que eram “inferiores” -, as novas formas de

racismo raramente fazem referência à “inferioridade racial”. Em vez disso, falam de “diferença cultural” ou de “religiões” e suas incompatibilidades com a cultura nacional. O racismo, portanto, mudou seu vocabulário. Nos movemos do conceito de “biologia” para o conceito de “cultura”, e da ideia de “hierarquia” para a ideia de “diferença”. (KILOMBA, 2019, p. 112).

Van Dijk (2008) sinaliza como esse discurso se manifesta por meio dessas associações, da atribuição de valores positivos a Nós e negativos aos Outros, no contexto dos discursos sobre os migrantes, por exemplo:

Portanto, no nível dos *significados globais* ou *tópicos*, percebemos que a conversa e texto racistas tipicamente favorecem os pontos negativos sobre os Outros, tais como os problemas de imigração e integração, crime, violência, preguiça ou atraso, contrastados com os pontos positivos sobre o Nós, isto é, somos modernos, avançados, democráticos, tolerantes, hospitaleiros, úteis etc. Por outro lado, os pontos negativos sobre o Nós e, especialmente, sobre o “nosso” racismo, discriminação e preconceito, bem como os pontos positivos sobre Eles, tendem a ser ignorados, não levados em conta ou mitigados, sobretudo, pelas elites: como eles contribuem para a economia ou para a diversidade cultural, o fato de eles trabalharem arduamente, entre outros aspectos. Na realidade, o maior tabu de todos os pontos é o “nosso” próprio racismo: por exemplo, diversos estudos mostram que raríssimas vezes se encontram histórias sobre o racismo na imprensa dos jornais dominantes dirigidos pelas elites (brancas). (VAN DIJK, 2008, p. 18).

Essa questão também pode ser visualizada em inúmeros discursos midiáticos difundidos internacionalmente sobre as migrações. A presença, em massa, de matérias jornalísticas pautando, muitas vezes de forma sensacionalista e sem a devida contextualização, as migrações do continente africano para o europeu, por exemplo (em manchetes sobre naufrágios, com inúmeros mortos), ao mesmo tempo que contribuem para denunciar a grave crise humanitária em curso, dificilmente permitem uma compreensão sobre os múltiplos fatores que envolvem o fenômeno, suas causas, implicações, consequências etc. Essas ausências, omissões, muitas vezes, reforçam imagens equivocadas sobre a questão.

No contexto brasileiro, como já pontuamos em tópicos anteriores, a presença dos migrantes africanos que vêm para o Brasil para estudo não é, na maioria das vezes, apontada como uma contribuição para a internacionalização de nossas universidades, como contribuição para intercâmbio sociocultural entre os países, mas sim como uma “caridade” do governo brasileiro ou o pagamento de uma dívida histórica simplesmente. Não negamos que existe, sim, uma dívida histórica do país com a população negra, pelo seu papel na produção e reprodução dessas desigualdades, a problematização se dá pelo fato de a ação ser vista somente como essa possibilidade e não pelos aspectos positivos que uma verdadeira cooperação entre os países pode trazer, como uma ampliação das visões de mundos, intercâmbios culturais, novas perspectivas epistêmicas etc.

Na análise das matérias jornalísticas presentes no nosso *corpus*, buscaremos identificar se e como essas expressões ocorrem.

É importante reiterar, contudo, que afirmar o papel da mídia – e seu poder - na construção e reprodução do racismo não significa, contudo, que o discurso midiático seja monolítico, que não estejam presentes também iniciativas que promovam uma desconstrução do racismo, que busquem a valorização da diversidade, embora reconheçamos que, infelizmente, ainda não seja o que predomina no campo midiático.

Num mesmo jornal no qual encontramos um artigo de colunista defendendo o nazismo, achamos também uma série de reportagens sobre os estudantes africanos no Ceará, retratando, positivamente, as contribuições desses migrantes no estado, por exemplo.

Há também novas perspectivas no campo midiático que trazem perspectivas de enfrentamento ao racismo, aos discursos colonialistas e estigmatizantes, como as diversas mídias alternativas, blogs e páginas de redes sociais que visam ao enfrentamento do racismo.

Também cabe ressaltar que a recepção dos discursos midiáticos também não é homogênea, como supunham teóricos da comunicação de perspectiva positivista. Mesmo discursos explicitamente ideológicos, em defesa de uma classe dominante, podem ser decodificados pelos receptores de uma forma bastante distinta, ou até mesmo contrária, ao que pretendia o emissor da mensagem. Kellner (2001) propõe uma análise dos textos midiáticos não de forma individual e isolada, mas em contexto e relação:

(...) os filmes e outras formas de cultura da mídia devem ser analisados como textos ideológicos em contexto e relação, vendo alguns textos como reações radicais ou liberais mais progressistas às produções e às posições ideológicas de direita, em vez de, digamos, apenas rejeitar toda a cultura da mídia como reacionária e meramente ideológica conforme costumam fazer certas teorias monolíticas de "ideologia dominante" [...]. (KELLNER, 2001, p. 135)

Ainda segundo o autor:

[...] o público pode resistir aos significados e mensagens dominantes, criar sua própria leitura e seu próprio modo de apropriar-se da cultura de massa, usando a sua cultura como recurso para fortalecer-se e inventar significados, identidade e forma de vida próprios. Além disso, a própria mídia dá recursos que os indivíduos podem acatar ou rejeitar na formação de sua identidade em oposição aos modelos dominantes. Assim, a cultura veiculada pela mídia induz os indivíduos a conformar-se à organização vigente da sociedade, mas também lhes oferece recursos que podem fortalecê-los na oposição a essa mesma sociedade. (*ibid.*, p. 11-12)

O autor enxerga na mídia não só um espaço de reprodução da ideologia dominante, mas também um lugar que pode contribuir para interesses dos grupos oprimidos, quando se opõe a discriminações ou produz representações mais positivas de raça e sexo:

A cultura da mídia pode constituir um entrave para a democracia quando reproduz discursos reacionários, promovendo o racismo, o preconceito de sexo, idade, classe e outros, mas também pode propiciar o avanço dos interesses dos grupos oprimidos quando ataca coisas como as formas de segregação racial ou sexual, ou quando, pelo menos, as enfraquece com representações mais positivas de raça e sexo. (*ibid.*, p. 13)

Os movimentos sociais e a educação para uma leitura crítica da mídia têm papéis

fundamentais nesse processo de estabelecer relações mais críticas com as mídias. As diversas mídias alternativas também oferecem um importante contraponto contra as representações opressivas de classe, raça, sexo, sexualidade, entre outras.

Quando as pessoas aprendem a perceber o modo como a cultura da mídia transmite representações opressivas de classe, raça, sexo, sexualidade, etc. capazes de influenciar pensamentos e comportamentos, são capazes de manter uma distância crítica em relação às obras da cultura da mídia e assim adquirir poder sobre a cultura em que vivem. Tal aquisição de poder pode ajudar a promover um questionamento mais geral da organização da sociedade e ajudar a induzir os indivíduos a participarem de movimentos políticos radicais que lutem pela transformação social (*ibid.*, p. 83).

Neste sentido, o autor traz a contribuição dos Estudos Culturais Críticos para os estudos da mídia:

Um estudo cultural crítico conceitua a sociedade como um terreno de dominação e resistência, fazendo uma crítica da dominação e dos modos como a cultura veiculada pela mídia se empenha em reiterar as relações de dominação e opressão. Está preocupado com os progressos do projeto democrático, examinando o modo como a cultura da mídia pode constituir um terrível empecilho para a democratização da sociedade, mas pode também ser uma aliada, propiciando o avanço da causa da liberdade e da democracia. (*ibid.*, p. 12-13).

É nesta perspectiva, de compreensão da mídia com sua contribuição na sustentação das estruturas desiguais de poder, mas ao mesmo tempo como um espaço que pode – e deve – ser disputado dentro de um projeto democrático, no qual a democratização da mídia é um elemento imprescindível, e apoiada teoricamente pelos Estudos Culturais Críticos, que situamos esta pesquisa.

Para isso, é preciso não só identificar o que mantém as estruturas de dominação e opressão, mas também como podem ser construídas novas formas de se vivenciar a alteridade.

Como afirma Sodré (2015):

No trabalho, na vizinhança, no clube, na escola, no hospital, na mídia, no relacionamento dos corpos, é preciso que a alteridade se faça presente de modo prolongado e convivial. Não o “convivialismo” tolerante ou orgiástico - muitas vezes exaltado no quadro de pensamentos impulsionados pela “liberação” mercadológica das consciências -, mas a efetiva partilha dos territórios, que entretanto se choca frequentemente com as estratégias elitistas dos blocos hegemônicos no Estado, sempre tententes a jogar com as desigualdades de classe e de cor para lidar com as múltiplas formas de movimentação popular. (SODRÉ, 2015, p. 299)

Ainda conforme o autor, essa mudança não parte, contudo, de simplesmente uma tolerância, mas sim de um verdadeiro reconhecimento da igualdade dos lugares:

O afeto capaz de levar à abolição do racismo é o sentimento (visão e ação) que abole a distância ontológica (psíquica e territorial) entre o Mesmo e o Outro. Nasce, portanto, de uma comunidade, de uma parceria (trocas, interações, trabalho conjunto, convivência prolongada) entre singularidades e não de uma cívica e piedosa tolerância democrática. Não se trata apenas de isonomia (igualdade perante o sistema jurídico e social), mas principalmente de isotopia - igualdade dos lugares. (*ibid.*, p. 299)

Buscamos, neste tópico, abordar como as relações entre a mídia, migração e racismo se

estabelecem e como os fatores culturais, sociais econômicos e ideológicos permeiam essas relações. A mídia, como construtora social da realidade não só reproduz discursos, reflete os diversos aspectos da cultura do país, como também produz esses discursos, constrói essas realidades, tendo um papel muito importante na produção e reprodução de representações sobre diversos grupos, entre eles os negros, migrantes, mulheres, população LGBTQI+, pessoas com deficiência, entre outros.

4.5 Jornalismo e produção de sentidos: as representações midiáticas

Como vem sendo abordado ao longo desta pesquisa, as mídias têm assumido grande importância na sociedade contemporânea. São elas que permeiam, em grande medida, nosso acesso à informação, nossas relações sociais e nossas visões de mundo. Barros e Veloso Neto (2016) afirmam que:

As dinâmicas da mídia, marcadas por interconexões e mobilidades, estabelecem novas escalas de tempo e espaço, modulam e modelam as relações sociais. A percepção de si mesmo, do outro e da comunidade da qual se faz parte passa hoje pela mídia. E isso vale tanto para os processos de alienação e acomodação políticas, como para as iniciativas de mobilização e militância em movimentos cada vez menos institucionalizados. (BARROS; VELOSO NETO, 2016, p. 303-304)

Uma das questões centrais nesta discussão é o papel das mídias na construção de representações sociais.

Para Charaudeau (2013), as representações, ao organizarem o real, produzem um sistema de valores que se constituem em normas de referência. O autor também aponta o papel dessas representações na construção do conhecimento e das crenças.

As representações, ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real. Elas se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo-se um sistema de valores que se erige em norma de referência. Assim é elaborada uma certa categorização social do real, a qual revela não só a relação de “desejabilidade” que o grupo entretém com sua experiência do cotidiano, como também o tipo de comentário de inteligibilidade do real que o caracteriza - uma espécie de metadiscurso revelador de seu posicionamento. Em resumo, as representações apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores. Os saberes de conhecimento e de crenças constroem-se, pois, no interior desse processo de representações, mas a fronteira entre eles é difícil de determinar. (CHARAUDEAU, 2013, p. 47).

Deste modo, as representações atuam na construção de identidades e como fator de diferenciação entre os grupos:

As representações têm essencialmente três funções sociais intimamente ligadas umas às outras: a de organização coletiva dos sistemas de valores, que constituem esquemas de pensamento normatizados próprios a um grupo; a de exibição, diante de sua própria coletividade, das características comportamentais do grupo (rituais e lugares-comuns) com fins de visibilidade, pois os membros do grupo têm necessidade de conhecer o

que compartilham e o que os diferencia dos outros grupos, para construir sua identidade: a de encarnação dos valores dominantes do grupo em figuras (indivíduo, instituição, objeto simbólico) que desempenham o papel de representantes da identidade coletiva. (*ibid.*, p. 116-117).

Hall (2016, p. 31) aborda a relação entre a representação e linguagem e a produção de sentidos socialmente compartilhados: “Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos”. O autor utiliza a expressão “sistema de representação” para trabalhar esse conceito, “pois ele consiste não em conceitos individuais, mas em diferentes maneiras de organizar, agrupar e classificá-los, bem como em formas de estabelecer relações complexas entre eles” (HALL, 2016, p. 35).

Assim, as representações exercem um papel importante na cultura, que é entendida como a reunião de valores compartilhados de um grupo ou de uma sociedade.

No entanto, em um sentido mais amplo sobre como a “diferença” e a “alteridade” são representadas em uma determinada cultura, num momento qualquer, podemos ver práticas e figuras representacionais semelhantes sendo repetidas, com variações, de um texto ou local de representação para outro. Essa acumulação de significados de diferentes textos, em que uma imagem se refere a outra ou tem seu significado alterado por ser “lida” no contexto de outras imagens, chama-se intertextualidade. Todo o repertório de imagens e efeitos visuais por meio dos quais a “diferença” é representada em um dado momento histórico pode ser descrito como um *regime de representação*. (*ibid.*, p. 150)

Um dos principais espaços onde essas representações são produzidas e postas em circulação são as mídias. O autor relaciona esses sistemas de representação com as relações de poder em nossa sociedade.

O estudo dos sistemas de comunicação não pode prosseguir sem compreender as condições sociais, tecnológicas, econômicas e políticas nas quais os sistemas de representação estão situados na sociedade – como eles são institucionalmente organizados, como eles se vinculam a posições e estruturas específicas de poder, e como eles são atravessados pelo campo e pela operação do poder” (*ibid.*, p. 42).

As mídias são um espaço privilegiado para a difusão dessas representações, dado o seu alcance e permeabilidade na sociedade contemporânea. É um espaço de disputas pela hegemonia de esquemas de representação por parte dos sistemas de referência (Estado, escola, academia, igreja etc). Steinberger situa a nova ordem mundial como midiática, dado o poder que esse sistema adquiriu na sociedade contemporânea e a capacidade de abarcar toda a produção representacional da Humanidade:

Os sistemas de referência continuam disputando nos dias de hoje a hegemonia de seus esquemas de representação, de seus programas de percepção, caracterizando a dimensão política da nova ordem mundial midiática. A disputa por corações e mentes e a guerra de mentalidades articula-se com a dimensão econômica nessa nova ordem, configurando o consumo da produção intelectual como trabalho e, portanto, como valor de troca. Todos os bens tornam-se simbólicos na medida em que sejam

recicláveis pela memória ou pela produção intelectual. Na dimensão cognitiva da nova ordem, a mídia é o mapa que articula nossa compreensão do mundo, sobrepondo-se às ordens militar, diplomática e acadêmica. Na dimensão cultural, a nova ordem é totalizante, pressupondo a possibilidade de abarcar toda a produção representacional da Humanidade. (STEINBERGER, 2005, p. 25)

Charaudeau afirma que o espaço público é constituído por práticas sociais e representações. O autor revela assim que as representações, ao passo que são calcadas nas práticas sociais, ao mesmo tempo incidem sobre estas, confirmando-as ou modificando-as:

O espaço público não é único, nem um fato, nem um ponto de partida. Ele resulta da conjunção das práticas sociais e das representações. As práticas sociais constituem o motor das representações, e estas são a razão de ser daquelas, atribuindo-lhes valores que tendem a confirmá-las ou a modificá-las. Essa interação dialética constrói um espaço público plural e em movimento. (CHARAUDEAU, 2013, p. 120)

Esses sistemas de comunicação atuam como fator de coesão social. “Editando o mundo e agendando temas que a sociedade discutirá, a comunicação entra no processo permanente de produção de significado, portanto de construção da realidade, em todas as suas manifestações, quer sejam culturais, econômicas ou políticas” (BACCEGA, 1998, p. 10).

A seleção das pautas, os ângulos, os enfoques são vinculados aos interesses editoriais das empresas de comunicação (que incluem suas conveniências políticas e econômicas), mas também nas concepções de mundo das pessoas que atuam nesse setor.

Embora a comunicação seja um direito social, fundamental para a construção de subjetividades e difusão cultural, neste sistema, as empresas de comunicação são meios de produção apropriados por grupos econômicos e políticos com finalidade de obtenção de lucro e manutenção de seus poderes. Assim, não só integram esse sistema, como contribuem para legitimá-lo.

Borges e Borges (2012) apontam o crescimento da influência das mídias, em detrimento do enfraquecimento do poder ordenador de discursos de outras instituições que são detentoras dos espaços privilegiados de fala pública:

Uma das anotações de teóricos e pesquisadores de diversos canteiros teóricos é que, com o enfraquecimento de instituições e discursos antes ordenadores, como a família, a escola e a igreja, os meios de comunicação – e em especial a TV – infundem-se como os protagonistas na promoção de laços sociais, de partilha. (BORGES; BORGES, 2012, p. 186)

Numa sociedade midiaticizada, em que o modo como as pessoas se relacionam entre si e com o mundo é cada vez mais influenciado pelas tecnologias da informação e comunicação, as mídias assumem um papel relevante na produção de sentidos, na formação de concepções de mundo. E esses sentidos estão vinculados a posições de poder:

O sentido não pode ser conceituado fora do campo de disputa das relações de poder. Elas são a maneira em que o discurso é articulado ao poder, e isso é um modo total e radicalmente diferente de tentar conceituar a relação entre o campo regional da

comunicação e as relações sociais, culturais, econômicas e políticas das formações sociais nas quais elas operam. (HALL, 2016, p. 42)

Esses sentidos são produzidos muitas vezes por meio de representações que sustentam relações desiguais de poder. Para Carrança e Borges (2006, p. 135):

As representações hegemônicas se constituem em hierarquias sociais legitimadas pelas diferenças, transformadas em desigualdades e a estigmatização do diferente que, invariavelmente, nos leva a ver o Outro como um estranho, ‘colocando-o no seu devido lugar’. (CARRANÇA; BORGES, 2006, p. 135)

Nesse espaço público dão-se as disputas por representações por grupos distintos, com interesses também distintos. “(...) o espaço público não pode ser considerado um lugar homogêneo, posto que atravessado por movimentos e discursos de socialização e de publicização” (CHARAUDEAU, 2013, p. 119).

Cabe destacar, contudo, que esses grupos não têm o mesmo poder na disputa por pautar suas representações. Os grupos socialmente hegemônicos, por dominarem os diversos espaços de poder, assumem um lugar privilegiado nessa produção e difusão de representações, seja nos meios acadêmicos, no judiciário, na mídia e em outros espaços onde são produzidas.

Um exemplo disso é a falta de visibilidade das ações e manifestações dos movimentos sociais na mídia. Mesmo com ações que envolvem grande mobilização, muitas vezes não recebem cobertura das mídias comerciais ou, quando recebem, é sem muito destaque.

Carrança e Borges (2006) destacam o papel da mídia na manutenção do status quo, produzindo discursos discriminatórios contra os que representam uma ameaça a isso. Os autores ressaltam, no entanto, que o discurso não é único, que existem outros elementos que vão interagir nessa construção discursiva:

Se o processo nunca é favorável à significação da mudança social, não é de estranhar que a comunicação social, enquanto intuição, emita sinais conservadores, que sempre são discriminatórios do outro que ameaça o *status quo*. Mas nem assim pode-se cair no reducionismo de que os discursos de atualidade (informação jornalística) são monoliticamente preconceituosos. A guerra simbólica comparece ao espaço de produção jornalística tanto na contemporaneidade quanto no espectro histórico do jornalismo e da profissão de jornalista. Nesta guerra, por si só, extremamente complexa, entram forças externas, forças sociais, forças político-econômicas, forças do inconsciente coletivo e também, por que não, forças criativas da assinatura do produtor cultural. (CARRANÇA; BORGES, 2006, p. 31)

É por meio dos discursos que conseguimos perceber a que representação cada um está atrelado. A linguagem não é neutra, não se atém ao léxico, ao sentido gramatical. Mas é carregada de sentidos construídos historicamente a partir do seu uso. Conforme Charaudeau (2013):

Assim, como se vê, são as palavras que apontam para as representações. No debate político a respeito de trabalhadores, e segundo o contexto em que se insere, o emprego dos qualificativos “estrangeiros”, “imigrantes”, “clandestinos”, “pardos”, revela as crenças em que se baseia o pensamento em foco. Palavras usadas em situações

recorrentes pelos mesmos tipos de locutores acabam por tornar-se portadoras de determinados valores. Não é inocente utilizar o termo “globalização” (por remeter a um pensamento liberal de direita) em oposição a “internacionalização” (que remete a um pensamento social de esquerda). (CHARAUDEAU, 2013, p. 48)

As escolhas desses termos, no lugar de outros, revelam posições políticas e ideológicas, visões de mundo. Podemos utilizar o exemplo da terminologia utilizada para se tratar das migrações, relacionada à nossa questão de pesquisa, tomando como partida o que foi apontado por Charaudeau na citação anterior.

A utilização dos termos “clandestinos” ou “ilegais” para se referir aos migrantes indocumentados, por exemplo, traz uma conotação bastante negativa e pejorativa para tratá-los. Esses termos referem-se a algo fora da lei, ilegal. Associando-os, portanto, à criminalidade. A utilização desses termos referenda uma posição político-ideológica de criminalização das migrações. Por outro lado, quando optamos por utilizar o termo “migrantes indocumentados”, concepção adotada nesta pesquisa, partimos do pressuposto de que, como defendido em campanhas pelos direitos dos migrantes, que nenhum ser humano é ilegal. Também que o fato de a pessoa não portar um documento não a torna criminosa, e que só é possível compreender a complexidade do fenômeno migratório encarando-o a partir de uma perspectiva pautada na dignidade humana, nos direitos humanos fundamentais.

Nesta perspectiva, migrar é um direito humano. O termo “estrangeiro”, comumente utilizado no Brasil, e que nomeava a lei de migração em vigor até 2017 – o Estatuto do Estrangeiro (Lei Nº 6.815/1980) – também é considerado pejorativo.

Buscando o significado da palavra “estrangeiro” no dicionário da língua portuguesa Michaelis⁸⁵, encontramos que:

Adjetivo – substantivo masculino

1 Que ou o que é proveniente ou característico de outra nação. linguagem figurada: Que ou quem efetivamente não pertence ou não é natural de um país, de uma nação, de uma comunidade etc. ou que não se considera como tal, sentindo-se alheio, estranho; ádvena, forasteiro.

substantivo masculino

1 Pessoa que não é natural do país onde se acha ou vive, e de cuja cidadania não goza.

2 Conjunto de todos os países, exceto aquele onde se nasceu.

Temos, assim, que o estrangeiro é o que não pertence, é o de fora, de outro lugar, estranho, forasteiro. Cria-se então uma exclusão, uma diferenciação entre os daqui (nós) e os OUTROS, os de fora.

⁸⁵ Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/estrangeiro>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

De modo semelhante, a escolha de termos como “escravo”, no lugar de “escravizado”, assim como as expressões “mulata”, “cabelo ruim”, “dia de branco”, “a coisa ficou preta”, entre tantos outros que permeiam a nossa língua falada, é bastante reveladora da reprodução de concepções racistas e coloniais.

Após séculos de persistência nas formas sociais e na consciência do sujeito dito ocidental, a distinção racial perpassa a cultura contemporânea em níveis diversos e com características de um verdadeiro mal-estar civilizatório, o que sugere a latência de uma lógica (simbólica, psicossocial) mais ampla do que a subsumida no discurso da economia e da política (SODRÉ, 2015, p. 295).

Para Borges e Borges (2012),

a despeito de algumas mudanças a respeito da imagem do negro, existe uma matriz que se replica, um padrão que define o lugar do negro no sistema de representação. Partimos do entendimento de que os estigmas se repetem, não em termos de conteúdo, mas de articulação (BORGES; BORGES, 2012, p. 188).

Reconhecemos que há avanços nas formas de representar as minorias sociais na mídia, fruto de luta de diversos movimentos sociais (feministas, movimento negro, organizações de direitos humanos, sindicatos etc.) e da ocupação de mais espaços públicos de visibilidade por essas minorias, seja na academia, nas mídias ou nas casas legislativas.

A ocupação desses espaços, embora tenha tido avanços importantes, ainda é extremamente desigual. Os espaços de representação no Brasil ainda são majoritariamente ocupados pelos grupos hegemônicos (homens-brancos-heterossexuais e ricos).

Entender os discursos produzidos sobre a questão das migrações, tomando-se em conta esse contexto no qual essas empresas de comunicação estão inseridas, permite-nos compreender o próprio sistema e seu funcionamento, daí a relevância para o estudo desse fenômeno pela comunicação.

Para Hall (2016):

A concepção de um conteúdo particular que pode ser isolado em termos comportamentais e medido em termos de seus efeitos isolados tem que ser substituída por uma concepção bastante diferente: uma compreensão do aspecto cultural de cada elemento, seu caráter semiótico ou discursivo; uma consciência de que os meios de comunicação agem em e através do domínio do sentido. Não há uma “mensagem” preexistente na realidade, que a realidade possua exclusivamente e não problematicamente, que a linguagem e outros sistemas de meios de comunicação, como sistemas de retransmissão transcritivos, podem simplesmente transpor para as mentes em branco e as consciências de seus receptores. O sentido é polissêmico em sua própria natureza; permanece indissolúvelmente ligado ao contexto. É capturado e constituído na disputa para “preferir” um entre vários sentidos como o dominante. Essa dominância não está previamente inscrita nas estruturas e eventos, mas é construída por meio de contínuas lutas em torno de um tipo específico de prática – práticas representacionais. Esses são os objetos do estudo da comunicação. Essas práticas representacionais, códigos e sistemas próprios permitem que o significado seja conferido ao mundo. Dessa maneira, o sentido não funciona como um espelho, mas como uma linguagem. É uma prática, não uma coisa (HALL, 2016, p. 41).

É a partir dessa percepção dos sistemas de comunicação como produtores de sentidos, construtores de representações sociais, que analisaremos os discursos produzidos sobre os/as estudantes africanos/as pelos jornais O Povo e Diário do Nordeste.

O aumento do fluxo de imigrantes para estudo no Ceará, em decorrência de Programas, como o PEC-G, que oferece ensino superior gratuito a estudantes de países em desenvolvimento em universidades públicas federais; o Programa de Cooperação entre universidades/faculdades particulares do estado do Ceará e governos dos países africanos; e a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (Unilab), nos dão alguns subsídios para entender os mecanismos operados por esses sistemas de comunicação na produção de sentidos em torno da questão das migrações, mais precisamente das africanas.

Na cobertura sobre as questões envolvendo as migrações, as mídias tradicionais ora contribuem para sensibilizar a população sobre a situação em que vivem milhares de migrantes no mundo, para difundir os intercâmbios culturais, ora alimentam preconceitos, o racismo, reforçando uma relação de estranhamento. O migrante é o outro, o de fora, o sem-lugar, o que ameaça o emprego dos locais, o que contribui para o aumento da violência etc.

Destacamos, contudo, que o discurso midiático não é o único espaço para criação dessas representações sociais. Existem outros discursos ordenadores (o jurídico, o religioso, o político, o acadêmico, social entre outros) que irão atuar como produtores de representações.

Também é importante destacar que esse processo não acontece sem disputa. Essa construção não é um processo homogêneo e os sujeitos contribuem ativamente para essa disputa por esses sentidos construídos e/ou difundidos pelas empresas de comunicação.

Segundo Bhabha (2018, p. 20), “é na emergência dos interstícios - a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença - que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação [*nationness*], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados”.

Nesse processo de disputa e construção de sentidos, as minorias também incidem, agendando suas pautas nas diversas formas de ação social e política, seja por meio dos movimentos sociais, do *advocacy*, da produção de debates acerca de suas pautas na esfera pública. É nessa relação que os valores culturais são negociados.

Canclini (2005) recorre à noção de interculturalidade, como uma “alternativa à despolitização do multiculturalismo e sua inclinação segregadora, no sentido que o conceito de interculturalidade traz em sua significação a ideia de troca, negociação dos limites de convivência entre diferentes, lutas pelos direitos políticos, cidadania e representação; remetendo à confrontação social e ao entrelaçamento simbólico” (CANCLINI, 2005, p. 17).

Kellner (2001) propõe a adoção de uma linha de “multiculturalismo crítico”, na qual o foco estaria voltado para a análise das relações de dominação e opressão, do modo de funcionamento dos estereótipos e da resistência dos grupos estigmatizados a representações dominantes. É a partir dessa perspectiva crítica que vão ser analisadas as representações midiáticas sobre os/as estudantes africanos/as nos jornais impressos de maior circulação no estado do Ceará.

5 CAPÍTULO 4 - “NÓS E ELES”: AS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS DOS/AS ESTUDANTES AFRICANOS/AS NOS JORNAIS O POVO E DIÁRIO DO NORDESTE

5.1 Procedimentos metodológicos: categorização e Análise Crítica do Discurso

O suporte teórico que apresentamos nos capítulos anteriores permitiu-nos compreender de modo mais amplo as várias dimensões envolvidas na análise da nossa questão de pesquisa: as representações midiáticas dos/das estudantes africanos/as nos jornais O Povo e Diário do Nordeste.

No primeiro capítulo, contextualizamos as migrações no mundo, no Brasil e no Ceará, o contexto sociopolítico das migrações no país, com panorama dos marcos regulatórios das migrações e também na política externa brasileira.

No segundo, abordamos os diferentes contextos envolvendo os migrantes africanos no Ceará, no âmbito da mobilidade acadêmica para estudo, seja por meio do Programa Estudante-Convênio Graduação (PEC-G), por meio da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) ou das faculdades particulares, bem como os conflitos envolvendo o racismo e a negação da identidade negra no Ceará e no município de Redenção, e suas implicações com as representações sobre os migrantes dos países africanos.

No terceiro capítulo, tratamos do jornalismo e da produção de sentidos, a partir da relação entre mídia, migração e racismo, e das representações midiáticas.

Neste capítulo, buscamos analisar as representações midiáticas dos/das estudantes africanos/as nos jornais O Povo e Diário do Nordeste. O capítulo traz o detalhamento dos procedimentos metodológicos, categorização (BARDIN, 2009) e Análise Crítica do Discurso (VAN DIJK, 1983, 1993a; 2001), com a respectiva análise das matérias selecionadas do *corpus*, a partir da categorização realizada.

A metodologia é um processo de fundamental importância na realização de uma pesquisa, na medida em que indica as diretrizes que conduzem o pesquisador ou pesquisadora no trato de seu objeto, permitindo atender os objetivos propostos e, assim, alcançar elaborações em torno do problema lançado para pesquisa. Como argumenta José Luiz Braga (2011), a metodologia diz respeito aos modos de encaminhá-la, sendo o alicerce fundamental de uma boa pesquisa, na medida em que implica as reflexões em torno do enfrentamento do objeto e dos modos de construí-lo. Nas palavras do autor:

[...] a metodologia é uma sabedoria na tomada de decisões em que o pesquisador se vê constantemente envolvido. No campo de estudos em Comunicação, tais cuidados são particularmente relevantes, uma vez que importamos teorias, conceitos e

metodologias de múltiplos horizontes – que pedem transferências e harmonizações complexas para funcionarem juntos. (BRAGA, 2011, p. 8).

Apostamos na construção metodológica como momento fundamental da construção de uma pesquisa. A pesquisa aqui proposta se caracteriza como qualitativa e empírica. Qualitativa pois, em consonância com o que defende Minayo (2010), importa-se com o dinamismo da vida individual e coletiva, com toda a sua riqueza de significados, capaz de se preocupar e fornecer um enfoque sensível ao conjunto das expressões humanas, construções históricas, sociais, políticas, econômicas, nos símbolos e significados presentes no seio de uma realidade, que não se apreende de forma isolada ou recortada de sua totalidade.

Trata-se ainda de uma pesquisa empírica, pois, tal qual postula Braga (2011, p. 5), ocupa-se da “observação de algum ângulo da realidade, apresentando perguntas sobre aspectos de uma determinada situação ou objeto e procurando respostas diretamente através de investigação sistematizada de elementos concretos que compõem o objeto escolhido e constituído”.

Realizamos um estado da arte da pesquisa sobre comunicação e migração no Brasil, a partir das dissertações e teses disponíveis na plataforma do CNPQ, no período de 2010 a 2018. A análise se deu a partir também das contribuições do Estudos Culturais, notadamente por meio das contribuições de Stuart Hall e Douglas Kellner. A revisão bibliográfica, que atravessa todo ato de pesquisa e se pauta em autores que trabalham a questão da colonialidade, das migrações, do racismo e das representações, como Milton Santos, Sandra Jovchelovitch, Grada Kilomba, Muniz Sodré, Arjun Appadurai, Walter Mignolo, Kabengele Munanga, entre outros.

O *corpus* é composto a partir de um levantamento do material empírico nos dois jornais impressos de maior circulação no Ceará, a saber: O Povo e Diário do Nordeste.

A escolha desses jornais se dá pela circulação, tiragem, abrangência e audiência desses jornais no estado, tornando-os locais privilegiados para a produção de representações sobre diversos temas postos em debate público no Ceará.

Em termos jornalísticos, a seleção de notícias leva em conta critérios utilizados neste campo de conhecimento: a relevância, a periodicidade, o espírito crítico, a relação com o poder em cada período histórico e a frequência com que um determinado tema volta à pauta. O período de 2010 a 2018 foi escolhido por ser, no ano de 2010, a criação da Unilab.

Partíamos da hipótese de que a criação de uma universidade no Ceará para promover a integração entre o Brasil e países lusófonos, sobretudo africanos, contribuiria para o aumento de matérias sobre a temática nos jornais. De fato, a criação da Unilab foi um tema que ganhou

bastante visibilidade nos dois jornais. Realizando uma busca no acervo durante o período delimitado, utilizando somente o termo Unilab, foram encontradas 99 páginas.

Para criação do *corpus* da pesquisa, foram feitas buscas no banco de dados internos dos jornais O Povo e Diário do Nordeste. O acesso a esses bancos de dados, além de possibilitarem uma busca mais fidedigna e rápida do conteúdo, uma vez que na internet não estão disponíveis todas as edições, possibilitou uma busca mais ampla, pois a pesquisa por palavras-chaves encontra os termos em qualquer página que tenham sido citados, em todas as editorias, todos os formatos, como reportagens, artigos de opinião, colunas, editoriais.

Isso nos permitiu ter um panorama de onde a questão das migrações está sendo abordada nos jornais, sem precisarmos delimitar, de antemão, onde iríamos fazer a busca. Também possibilitou obter um quantitativo com diferentes variáveis dos termos utilizados. Apesar do longo período da pesquisa (2010 a 2018), imaginávamos que não iríamos encontrar tantos resultados que nos permitiriam visualizar como e onde o tema vem sendo abordado nos últimos anos.

Evidenciamos, na análise, que a situação dos estudantes de diversos países africanos que vêm para o Ceará para estudo, seja por meio das faculdades particulares, seja por convênios com a Universidade Federal do Ceará (Programa PEC G e PEC PG) ou para a Unilab, tem pautado os jornais, trazendo consigo a discussão sobre migração, a questão da relação do Brasil e do Ceará com o racismo e do racismo contra os povos africanos.

5.1.1 O corpus

5.1.1.1 Jornal O Povo

A pesquisa no jornal O Povo foi realizada no dia 17 de maio de 2019. Fizemos a busca no acervo interno do jornal, com as datas de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2018. O programa do jornal permite a busca por operadores booleanos, porém sem as variações de gênero e número; portanto tivemos que fazer diferentes buscas para cruzar todos os termos.

Tabela 11 – Termos utilizados para a primeira busca nos arquivos de O Povo

TERMOS UTILIZADOS	QUANTIDADE DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS
MIGRAÇÃO AND ÁFRICA	57
MIGRAÇÃO AND AFRICANOS	14
MIGRANTE AND AFRICANO/A	3
MIGRANTE AND ÁFRICA	7

Fonte: elaboração própria.

Embora esses termos não esgotassem todas as páginas possíveis que abordassem a questão da migração africana no jornal, acreditamos que a combinação desses quatro termos já traria um bom panorama do tema.

Após essa busca geral, procuramos identificar os textos que continham os estudantes africanos e o Ceará. Foram encontrados os seguintes números:

Tabela 12 – Termos utilizados para a segunda busca nos arquivos de O Povo

TERMOS UTILIZADOS	QUANTIDADE DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS
ESTUDANTE/S AND AFRICANO/A/S AND CEARA	98

Fonte: elaboração própria.

Após essa busca nos jornais, analisamos cada um dos arquivos e eliminamos as matérias repetidas nas buscas com os diferentes termos utilizados. Também eliminamos as matérias que não correspondiam aos temas da pesquisa: migração africana ou estudante africano no Ceará.

A busca encontra os termos na mesma página, mas às vezes existe mais de uma matéria na mesma página, então os termos aparecem separados nas matérias. Excluímos também do escopo as notas curtas ou páginas que continham programação de cinema. Após esse refinamento, chegamos aos seguintes dados:

Tabela 13 – Resultado para a primeira busca nos arquivos de O Povo

Jornal O Povo
MIGRACAO AND AFRICA; MIGRAÇÃO AND AFRICANOS; MIGRANTE AND AFRICA; MIGRANTE AND AFRICANO
(2010 a 2018)

Data	Editoria	Título
19/06/10	Opinião	Semana do Migrante
12/10/10	Vida e Arte	[Cultura] Heranças e potencialidades
24/08/11	Fortaleza	[especial africanos em Fortaleza][Africanos] Diferenças bem longe de casa
26/08/11	Fortaleza	[especial africanos em Fortaleza][Estudos] Africanos precisam de apoio, e não preconceito
20/11/11	Esportes	[coluna papo de vermoso] Legenda de foto Papão do Gabão
02/06/12	Mundo	[Denúncia] 20,9 milhões estão em trabalho forçado
28/04/13	Mundo	[opinião] [Análise internacional] Notas sobre a África hoje
21/07/13	Mundo	[opinião] [Análise internacional] Desafios em um mundo de imigrantes
29/12/13	Mundo	[opinião] [Análise internacional] Política externa brasileira: o que esperar em 2014?
02/08/14	Esportes	[África] Por medo de Ebola, país desiste de competição
16/01/15	Mundo	[reportagem especial] [França] Funcionário de loja vira herói nacional após salvar reféns
19/04/15	Cotidiano/ Coluna Radar	[Naufrágio] Papa Francisco pede resposta global à imigração no mediterrâneo
31/08/15	Mundo	[Crise] União Europeia fará reunião de urgência sobre refugiados
29/08/15	Mundo	[Tragédia] Cadáveres de migrantes descobertos na Áustria somam 71
02/09/15	Mundo	[Imagens] [Um giro pelo mundo] Migrante escondido em motor
06/09/15	Esportes	[Crise Migratória] Futebol europeu mostra solidariedade com drama vivido pelos refugiados
09/09/15	Mundo	[especial] [Drama dos refugiados]Europa. Merkel defende cotas vinculativas para acolher imigrantes
16/09/15	Opinião	[Migração] Origem e destino dos estudantes africanos
20/09/15	Economia	[Reportagem][Europa] Qual o preço de receber refugiados
20/09/15	Economia	[Reportagem][Vida melhor] Fortaleza recebeu 86 pedidos de refúgio até agosto
21/09/15	Mundo	[Especial] [drama dos refugiados] Análise Internacional Refugiados: o preço da indiferença da Europa
04/10/15	Política	[Coluna Política] Crise civilizatória e os 100 anos do horror no Ceará
22/11/15	Mundo	Reportagem [Vítimas do extremismo] Atentados geram hostilidade contra muçulmanos
31/01/16	Ciência e Saúde	[Artigo] [Patrimônios Culturais da Humanidade]
08/09/16	Mundo	[Imigrantes] Grã-Bretanha construirá muro
21/03/18	Vida e Arte	[Fotografia] Retratos de um mundo em migração
09/11/18	Farol	[novo Rosto de Luzia] Estudo desmonta teoria de migração para América

Total:27

Editoria	Quantidade
Mundo:	12
Esportes:	3
Opinião:	2
Vida e Arte:	2
Farol:	1
Fortaleza:	2
Cotidiano:	1
Economia:	2
Política:	1
Ciência e Saúde:	1



Tabela 14 – Resultado para a segunda busca nos arquivos de O Povo

<p style="text-align: center;">Jornal O Povo ESTUDANTE AND AFRICANO AND CEARÁ (2010 a 2018)</p>		
Data	Editoria	Título
11/02/10	GOL!	[Cobertura especial Copa do Mundo 2010] Tão perto, tão longe
25/05/10	Vida e Arte	[Grátis e cursos] [Em destaque] Música e engajamento no Dia da África
26/05/10	Fortaleza	Uece celebra 35 anos de fundação
08/07/10	Política	[Educação] Acordo garante aprovação da Unilab
05/09/10	Fortaleza	[Coluna do Ombudsman] Nem tudo é igual
18/10/10	Vida e Arte	Cultura e Academia
05/12/10	Política	[Sul-Sul] África entra no mapa dos negócios
11/08/11	Fortaleza	[Cabo verde] Estudante é espancado até a morte
28/08/11	Opinião	[Coluna do Ombudsman] Apelo à praticidade
29/08/11	Páginas Azuis	[Entrevista] Acesso ao ensino superior de qualidade
02/10/11	Mundo	[Análise internacional] A África que eu vi
13/10/11	Brasil	[Espancamento] Justiça libera acusados de matar africano
12/05/12	Vida e Arte	[Cinema][Filmes daqui e d'além mar
11/07/12	Cotidiano/radar	[Benfica] Jovem africana é detida por estar em situação ilegal
12/07/12	Fortaleza	[Estudantes Africanos] Dívidas serão parceladas
14/07/12	Cotidiano/radar	[Guiné-Bissau] Caso dos estudantes ganha proporção diplomática
18/07/12	Fortaleza	[Guiné-Bissau] MPF quer evitar deportação
19/07/12	Fortaleza	[Guiné-Bissau] Justiça impede deportação de alunos
21/07/12	Vida e Arte	[Estudantes] Africanos em pauta no O Povo
22/07/12	Vida e Arte	Problema diplomático
22/07/12	Vida e Arte	[Entrevista] Uma questão de oportunidade
22/07/12	Vida e Arte	Desafios cotidianos
24/07/12	Fortaleza	[Greve] "O impacto para a UFC é preocupante", diz vice-reitor
28/07/12	Fortaleza	[Alunos de Guiné-Bissau] Permanência de africanos é incerta
20/10/12	Fortaleza	[Guiné] Vistos podem ser prorrogados
15/01/13	Fortaleza	[Coluna Vertical] Kuduro
31/01/13	Vida e Arte	Apoio para arte negra
22/02/13	Fortaleza	[Coluna Vertical] Doutor Lula
25/03/13	Ceará	[Homenagem] "A Unilab será a redenção de Redenção", diz Lula
20/05/13	Páginas Azuis Especial	[Nilma Lino Gomes] Ela é negra do Brasil
24/04/14	Opinião	[Editorial] Unilab: perigo de abertura involuntária de feridas ancestrais
25/03/15	Cotidiano	[Especial Data Magna do Ceará. [Redenção] Na terra da liberdade, africanos lutam por tolerância
25/03/15	Cotidiano	[Especial Data Magna do Ceará. Caravana pelo rio Ceará lembra a história dos negros
27/03/15	Opinião	[artigos] Morenice como acessório
31/07/15	Cotidiano	[Breves] Investigação
13/09/15	Opiniões	[Confronto das ideias] A crise no país pode limitar a capacidade de o Brasil receber refugiados?
16/05/16	Vida e Arte	[Especial Universidade e saudade] Saudades do além-mar
03/07/16	.DOM	[Reportagem][Especial] Comportamento O mal pela raiz
17/08/16	Cotidiano	[Estudante morta no Eusébio] Corpo segue hoje para Cabo Verde
28/04/17	Opinião	[Artigos] O silêncio do senhor reitor
28/08/17	Opinião	[Artigos] O desafio de se tornar mulher no maciço
24/05/18	Cidades	Evento da UFC celebra a cultura africana
Total: 42		

5.1.1.2 Jornal Diário do Nordeste

A pesquisa no jornal Diário do Nordeste foi realizada nos dias 31 de maio e 04 de junho de 2019. Fizemos a busca no acervo interno do jornal, com as datas de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2018.

O programa do jornal permite a busca por operadores booleanos, já incluindo as variações de gênero e número, por meio do símbolo %, encontravam-se todas as variações, por exemplo, “africa%”, que possibilitava encontrar os termos “áfrica”, “africano(s)”, “africana(s)” e também as variações “migração/ões” e “migrante/s”.

Notamos que o tipo de busca do arquivo do Diário no Nordeste possibilitou uma pesquisa mais completa das matérias do jornal que abordam a questão da migração africana. Esse pode ser um dos elementos que justificam o fato de terem sido encontradas mais matérias sobre o tema do que no Jornal O Povo.

Como esta pesquisa não será quantitativa, mas sim qualitativa, acreditamos que a diferença nos quantitativos não compromete a análise comparativa entre os dois jornais.

Tabela 15 - Termos utilizados para a primeira busca no Diário do Nordeste.

TERMOS UTILIZADOS	QUANTIDADE DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS
MIGRAÇ% AND AFRICA%	59
MIGRANTE% AND AFRICA%	82

Fonte: elaboração própria.

Após essa busca geral, procuramos identificar os textos que continham os termos “estudantes africanos” e “Ceará”. Foram encontrados os seguintes números:

Tabela 16 – Termos utilizados para a segunda busca no Diário do Nordeste

TERMOS UTILIZADOS	QUANTIDADE DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS
ESTUDANTE% AND AFRICA% AND CEARA	215

Fonte: elaboração própria.

Tabela 17 – Resultado para a primeira busca no Diário do Nordeste

Jornal Diário do Nordeste			
MIGRAÇ% E MIGRANT% AND AFRICA			
Data	Editoria	Título	Gênero
21-02-2010	Opinião	[Entrevista] Miséria e sonho: as duas faces da prostituição	Informativo
19-08-2010	Internacional	[Migrações Transnacionais] África será uma das regiões mais afetadas	Informativo
10-03-2011	Caderno 3	Tempestade democrática	Opinativo
05-05-2011	Internacional	[Crime contra a humanidade] Tribunal pedirá 3 prisões na Líbia	Informativo
25-06-2011	Internacional	[Contra imigração] UE revisa tratado que garante livres fronteiras	Informativo
27-08-2011	Internacional	[Revolta na Líbia – forças rebeldes] País tem destino incerto	Informativo
13-01-2012	Cidade	[Em 20 anos] Ceará é escolhido por estrangeiro como melhor moradia	Informativo
29-04-2014	Cidade	África e identidade negra no Ceará (série de reportagens)	Informativo
29-04-2014	Cidade	O sonho brasileiro	Informativo
30-04-2014	Cidade	O Caminho mais difícil	Informativo
30-04-2014	Cidade	Servente de pedreiro, filho de ministro	Informativo
01-05-2014	Cidade	Mulher, negra, africana...	Informativo
01-05-2014	Cidade	Educação que liberta	Informativo
02-05-2014	Cidade	'Chamado África'	Informativo
02-05-2014	Cidade	Liberdade criativa	Informativo
24-08-2014	Internacional	[Nota][Líbia] Barco com 170 africanos naufraga	Informativo
23-04-2015	Internacional	[Combate à maíã] Europa sob pressão por naufrágio de imigrantes	Informativo
27-04-2015	Internacional	[Segundo o irmão] Piloto foi forçado a capitanear o barco	Informativo
10-05-2015	Internacional	[Conselho de segurança] Onu discutirá situação de imigrantes no mediterrâneo	Informativo
12-05-2015	Internacional	[Sobre imigrantes no mediterrâneo] Europa pede apoio à ONU para plano	Informativo
15-05-2015	Internacional	[Ásia também preocupa] Itália resgatou 3,6 mil imigrantes	Informativo
19-05-2015	Internacional	[Imigração ilegal] UE anuncia ação contra traficantes	Informativo
27-05-2015	Opinião/Letores e cartas	Superpopulação	Opinativo
08-06-2015	Internacional	[Desde janeiro] 50 mil imigrantes chegaram à Itália	Informativo
14-06-2015	Internacional	[Fronteiras da Itália] Imigrantes da África protestam	Informativo
17-06-2015	Internacional	[Imigração] Países tentam resolver crise	Informativo
20-06-2015	Internacional	[Nota] [Tráfego de imigrantes] UE lança dia 22 operação naval	Informativo
05-07-2015	Opinião/Debates e ideias	Deserdados de esperança	Opinativo
05-08-2015	Internacional	[Em 2015] Mais de 2 mil morrem no mar mediterrâneo	Informativo
07-08-2015	Internacional	[Mediterrâneo] UE adotará ações para migrantes	Informativo
11-08-2015	Internacional	[Crise migratória] UE aprova fundo de 2,4 bilhões de euros	Informativo
25-08-2015	Internacional	[Controle de imigrantes] Merkel e Holanda defendem resposta unificada da Europa	Informativo
26-08-2015	Internacional	[Fuga pelo Mediterrâneo] Mais de 3,5 mil imigrantes morrem durante travessia	Informativo
08-09-2015	Internacional	[Imigrantes] Europa anuncia medidas para administrar crise	Informativo
09-09-2015	Internacional	[Fluxo migratório] UE planeja fundo de 1,8 bilhões de euros contra exódo	Informativo
09-09-2015	Opinião /Editorial	Crise humanitária	Informativo
10-09-2015	Cidade	[Guerra civil] Ceará já recebeu pedido de refúgio de 11 sírios	Informativo
12-09-2015	Cidade	[No Ceará] Chega a 100 o número de pedidos de refúgio	Informativo
19-09-2015	Internacional	[Política migratória] UE deve se responsabilizar pela crise	Informativo
15-09-2015	Internacional	[Crítica] PAPA: Questão dos migrantes é só 'ponta do iceberg'	Informativo
19-09-2015	Internacional	[Política migratória] UE deve se responsabilizar pela crise	Informativo
27-09-2015	Caderno 3/Ler	[Entrevista com Mia Couto] Nós, das grandes cidades, já não temos posse delas	Informativo
30-09-2015	Internacional	[Imigrantes] Europa já recebeu mais de 522 mil	Informativo
05-10-2015	Internacional	[Imigrantes ilegais] Europa recebeu mais de 600 mil	Informativo
25-10-2015	Opinião / Debates e Ideias	Uma dívida histórica	Opinativo
29-10-2015	Internacional	[migrações] Emergentes tem mais imigrantes	Informativo
22-11-2015	Caderno 3/Ler	Entrevista com Christian Leray: "Somos complexos, cada um com sua história de vida"	Informativo
04-12-2015	Internacional	[em todo o mundo] A cada 7 passos, 1 é refugiada	Informativo
26-12-2015	Internacional	[Mensagem de natal] Papa defende união para o fim da violência	Informativo
31-01-2016	Internacional	[Costa da Turquia] Naufrágio de barco mata cerca de 40 refugiados	Informativo
27-03-2016	Caderno 3/Ler	[Reflexão] Um Brasil de todas as cores (resenha de livro)	Opinativo
12-05-2016	Internacional	[No mundo] 14 mi de pessoas estão deslocadas	Informativo
25 e 26-06-2016	Internacional	[25 anos do fim do apartheid] Regime racista deixa marcas na África do Sul	Informativo
27-06-2016	Caderno 3	[Documentário] Histórias Cruzadas	Opinativo
22-07-2016	Internacional	[Migrações em 2016] Mediterrâneo tem quase 3 mil mortos	Informativo
29-07-2016	Internacional	[Na Alemanha] Merkel diz que política de asilo será mantida	Informativo
03-08-2016	Internacional	[Migrantes] Mortes aumentam 26% este ano	Informativo
18-10-2016	Opinião/Letores e cartas	[Ideias] A guerra das águas	Opinativo
18-11-2016	Internacional	[De refugiados] Mortes no Mar Mediterrâneo chegam a 4.600	Informativo
22-11-2016	Opinião/ Editorial	Crise de refugiados	Opinativo
18-04-2017	Internacional	[Mar Mediterrâneo] Mais de 8 mil são resgatados	Informativo
21-02-2017	Internacional	[notinha curta] [Mortes na Espanha] Mais de 850 forçam entrada em enclave	Informativo
26-05-2017	Internacional	[Em Migração África-Europa] Cerca de duas mil pessoas resgatadas	Informativo
11-08-2017	Internacional	[Na Costa do lémen] Traficantes de seres humanos jogam 300 ao mar	Informativo
13-09-2017	Caderno 3	[Debate] Por uma arte plural	Opinativo
7 e 8-10-2017	Caderno 3/Crônica e Crítica	[Artes Visuais] O lugar do estrangeiro	Opinativo
02-02-2018	Economia	[Contratações] CE: portugueses são maioria dos trabalhadores migrantes	Informativo
03-04-2018	Internacional	[notinha curta] [Sobre migrantes] Premiê israelense suspende acordo	Informativo
23-04-2018	Internacional	[Pedidos concedidos] Ceará lidera solicitações de refugiados no Nordeste	Informativo
04-06-2018	Internacional	[Drama migratório] Ao menos 48 morrem em naufrágio na Tunísia	Informativo
12-06-2018	Internacional	[Drama da imigração] Síria já tem mais de 920 mil deslocados	Informativo
15-06-2018	Internacional	[Rejeitados pela Itália] Valência se prepara para receber 629 migrantes	Informativo
18-06-2018	Internacional	[Caso Aquarius] Migrantes chegam à Costa da Espanha	Informativo
28-06-2018	Internacional	Navio atraca com refugiados em malta	Informativo
25 e 26-08-2018	Internacional	[De natureza migratória] América e Europa enfrentam crises	Informativo
04-09-2018	Internacional	[Por imigração] Venezuela acusa ONU de promover 'intervenção'	Informativo
18-12-2018	Opinião/Editorial	Impasses nas fronteiras	Opinativo
Total: 77 Matérias	77 matérias		

Tabela 18 – Resultado para a segunda busca no Diário do Nordeste

Diário do Nordeste		
ESTUDANTE% AND AFRICA% AND CEARÁ (2010 a 2018)		
Data	Editoria	Título
15-05-2010	Regional	[Ensino Superior] R\$ 3 mi para sede da Unilab
27-06-2010	Eva	[especial] Sou afro!
21-07-2010	Nacional	[Cooperação internacional] Lula assina lei que cria a Unilab
24-07-2010	Regional	[Ensino Superior] Lei que cria Unilab é sancionada hoje
17-08-2010	Cidade	[No exterior] Docentes lutam para revalidar diploma
26-08-2010	Nacional	[Expansão do ensino] Paulo Speller toma posse como reitor da Unilab
27-08-2010	Negócios	[Visita diplomática] Guiné-Bissau amplia laços com o Estado
15-10-2010	Caderno 3	[Festival] Da África à Lusofonia
26-10-2010	Caderno 3	[Colóquio] A língua e o estranhamento
10-11-2010	Internacional	[Pedra fundamental da Unilab] Ao lado de Cid, Lula convida moçambicanos
16-11-2010	Regional	[Consciência negra] Estudantes participam de dia temático
20-11-2010	Cidade	[Curtas][Dia do Migrante]Comemoração na Igreja Nossa Senhora das Dores
24-05-2011	Regional	[Redenção] Ministro Inaugura Unilab
26-05-2011	Cidade	[Em Redenção]Na inauguração da Unilab, Cid anuncia hospital
11-08-2011	Polícia	[Crime no Centro] Mistério envolve a morte de africano
23-08-2011	Polícia	[Flagrante delito] Africanos presos no aeroporto
27-03-2012	Regional	[Ensino Superior] Estudantes do Timor-Leste são novos alunos na Unilab
23-04-2012	Regional	[Redenção e Guaramiranga] Ceará sedia colóquio de língua portuguesa
06-05-2012	Negócios	[Relações internacionais] Unifor promove Fórum Brasil África no Estado
11-07-2012	Cidade	[Ceará] Impasse afeta alunos africanos
19-07-2012	Cidade	[Ação judicial] Africanos ficarão na capital
21-11-2012	Cidade	[Integração] Ceará é destino acadêmico para estudantes africanos
24-11-2012	Regional	[Negos do Veiga] Quilombola faz festa da Consciência Negra
30-11-2012	Caderno 3	[Mostra] Cinema africano mapeia política, história e cultura do continente
24-01-2013	Regional	[Alternativas Agrícolas] Unilab realiza semana de agricultura em Redenção
24-03-2013	Caderno 3	[Marcas da Liberdade]
10-04-2013	Regional/Satélite	[Acarape] Escritório para projetos é criado
22-07-2013	Cidade	[Imigrantes] Estrangeiros buscam no Ceará oportunidades e qualidade de vida
19-01-2014	Regional	[Educação Inovadora] Planetário itinerante leva aos alunos de baturité o ensino de astronomia
08-04-2014	Caderno 3	[Música] Conexão Cabo Verde: Novos Rumos e mercados à vista
01-05-2014	Cidade	Unilab abre portas para estudantes africanos
07-05-2014	Cidade	[Africana] Corpo de aluna vai para Guiné-Bissau
02-08-2014	Nacional	[Crescimento e Internacionalização] Universidades discutem desafios
05-09-2014	Regional	[Cultura Negra] Crato debate racismo na escola
10-09-2014	Caderno 3	[Intercâmbio]Ceará assegura participação na feira da palavra em Cabo Verde
26-11-2014	Caderno 3	[Palestras e Oficinas] Centro recebe atividades da Consciência Negra
29-07-2015	Regional	[Cinco anos] Unilab mudou a rotina de Redenção
31-07-2015	Polícia	[Homicídio] Morte de africano é elucidada
23-08-2015	Cidade	[Longe de casa] Imigrantes buscam melhores condições de vida no Ceará
07-10-2015	Cidade	[Africanos] DPU irá acompanhar demandas de estudantes
23-02-2016	Cidade	[Coluna Comunicado] [No terreno do saber] [Dívida histórica][Em número]
25-26-06-2016	Regional	Unilab desafia crise no seu quinto ano

Total: 42

Durante o processo de análise, fizemos uma nova filtragem das matérias e retiramos as que somente citavam estudantes africanos no Ceará, mas não os traziam como foco da matéria nem permitiam olhares sobre o continente africano, as migrações e/ou os estudantes africanos.

Também resolvemos utilizar as matérias sobre MIGRAÇ% AND AFRICA% e MIGRANTE% AND AFRICA% como contextualização, como forma de compreender o panorama geral das matérias sobre o tema, mas no *corpus* usamos somente as matérias encontradas com os termos ESTUDANTE% AND AFRICA% AND CEARA.

Após essa seleção final, definimos o seguinte *corpus*:

Jornal O Povo

Jornal O Povo

ESTUDANTE/S AND AFRICANO/A/S AND CEARÁ

(2010 a 2018)

Data	Editoria	Título
11/02/10	GOL!	[Cobertura especial Copa do Mundo 2010] Tão perto, tão longe
25/05/10	Vida e Arte	[Grátis e cursos] [Em destaque] Música e engajamento no Dia da Africa
26/05/10	Fortaleza	Uece celebra 35 anos de fundação
08/07/10	Política	[Educação] Acordo garante aprovação da Unilab
05/09/10	Fortaleza	[Coluna do Ombudsman] Nem tudo é igual
05/12/10	Política	[Sul-Sul] Africa entra no mapa dos negócios
11/08/11	Fortaleza	[Cabo verde] Estudante é espancado até a morte
22/08/11	Fortaleza	[Especial Africanos em Fortaleza] [Estudantes] Africanos na Capital sentem 'na pele' o preconceito
28/08/11	Opinião	[Coluna do Ombudsman] Apelo à praticidade
29/08/11	Páginas Azuis	[Entrevista] Acesso ao ensino superior de qualidade
02/10/11	Mundo	[Análise internacional] A Africa que eu vi
13/10/11	Brasil	[Espancamento] Justiça libera acusados de matar africano
11/07/12	Cotidiano/radar	[Benfica] Jovem africana é detida por estar em situação ilegal
12/07/12	Fortaleza	[Estudantes Africanos] Dividas serão parceladas
14/07/12	Cotidiano/radar	[Guiné-Bissau] Caso dos estudantes ganha proporção diplomática
18/07/12	Fortaleza	[Guiné-Bissau] MPF quer evitar deportação
19/07/12	Fortaleza	[Guiné-Bissau] Justiça impede deportação de alunos
22/07/12	Vida e Arte	Problema diplomático
22/07/12	Vida e Arte	[Entrevista] Uma questão de oportunidade
22/07/12	Vida e Arte	Desafios cotidianos
24/07/12	Fortaleza	[Greve] "O impacto para a UFC é preocupante", diz vice-reitor
28/07/12	Fortaleza	[Alunos de Guiné-Bissau] Permanência de africanos é incerta
20/10/12	Fortaleza	[Guiné] Vistos podem ser prorrogados
15/01/13	Fortaleza	[Coluna Vertical] Kuduro
25/03/13	Ceará	[Homenagem] "A Unilab será a redenção de Redenção", diz Lula
20/05/13	Páginas Azuis	[Nilma Lino Gomes] Ela é negra do Brasil
24/04/14	Opinião	[Editorial] Unilab: perigo de abertura involuntária de feridas ancestrais
25/03/15	Cotidiano	[Especial Data Magna do Ceará. [Redenção] Na terra da liberdade, africanos lutam por tolerância
25/03/15	Cotidiano	[Especial Data Magna do Ceará. Caravana pelo rio Ceará lembra a história dos negros
27/03/15	Opinião	[artigos] Morenice como acessório
31/07/15	Cotidiano	[Breves] Investigação
13/09/15	Opiniões	[Confronto das ideias] A crise no país pode limitar a capacidade de o Brasil receber refugiados?
16/05/16	Vida e Arte	[Especial Universidade e saudade] Saudades do além-mar
03/07/16	.DOM	[Reportagem][Especial] Comportamento O mal pela raiz
17/08/16	Cotidiano	[Estudante morta no Eusébio] Corpo segue hoje para Cabo Verde
28/04/17	Opinião	[Artigos] O silêncio do senhor reitor
28/08/17	Opinião	[Artigos] O desafio de se tornar mulher no maciço
24/05/18	Cidades	Evento da UFC celebra a cultura africana
Total: 38		

Jornal Diário do Nordeste

Diário do Nordeste

ESTUDANTE% AND AFRICA% AND CEARÁ (2010 a 2018)

Data	Editoria	Título
15-05-2010	Regional	[Ensino Superior] R\$ 3 mi para sede da Unilab
27-06-2010	Eva	[especial] Sou afro!
21-07-2010	Nacional	[Cooperação internacional] Lula assina lei que cria a Unilab
24-07-2010	Regional	[Ensino Superior] Lei que cria Unilab é sancionada hoje
17-08-2010	Cidade	[No exterior] Docentes lutam para revalidar diploma
26-08-2010	Nacional	[Expansão do ensino] Paulo Speller toma posse como reitor da Unilab
27-08-2010	Negócios	[Visita diplomática] Guiné-Bissau amplia laços com o Estado
15-10-2010	Caderno 3	[Festival] Da África à Lusofonia
10-11-2010	Internacional	[Pedra fundamental da Unilab] Ao lado de Cid, Lula convida moçambicanos
16-11-2010	Regional	[Consciência negra] Estudantes participam de dia temático
22-12-2010	Cidade	[Curtas][Dia do Migrante]Comemoração na Igreja Nossa Senhora das Dores
24-05-2011	Regional	[Redenção] Ministro Inaugura Unilab
26-05-2011	Cidade	[Em Redenção]Na inauguração da Unilab, Cid anuncia hospital
11-08-2011	Polícia	[Crime no Centro] Mistério envolve a morte de africano
23-08-2011	Polícia	[Flagrante delito] Africanos presos no aeroporto
13-01-2012	Cidade	[Em 20 anos] Ceará é eleito por estrangeiros como melhor moradia
27-03-2012	Regional	[Ensino Superior] Estudantes do Timor-Leste são novos alunos na Unilab
06-05-2012	Negócios	[Relações internacionais] Unifor promove Fórum Brasil África no Estado
11-07-2012	Cidade	[Ceará] Impasse afeta alunos africanos
19-07-2012	Cidade	[Ação judicial] Africanos ficarão na capital
21-11-2012	Cidade	[Integração] Ceará é destino acadêmico para estudantes africanos
24-11-2012	Regional	[Negos do Veiga] Quilombola faz festa da Consciência Negra
24-01-2013	Regional	[Alternativas Agrícolas] Unilab realiza semana de agricultura em Redenção
10-04-2013	Regional/Satélite	[Acarape] Escritório para projetos é criado
22-07-2013	Cidade	[Imigrantes] Estrangeiros buscam no Ceará oportunidades e qualidade de vida
29-04-2014	Cidade	África e identidade negra no CE
30-04-2014	Cidade	Servente de pedreiro, filho de ministro
30-04-2014	Cidade	O caminho mais difícil
01-05-2014	Cidade	Educação que liberta
01-05-2014	Cidade	Mulher, negra, africana...
01-05-2014	Cidade	Unilab abre portas para estudantes africanos (série travessias da cor)
01-05-2014	Cidade	O sonho brasileiro
02-05-2014	Cidade	"Chamado África
02-05-2014	Cidade	Liberdade criativa
07-05-2014	Cidade	[Africana] Corpo de aluna vai para Guiné-Bissau
02-08-2014	Nacional	[Crescimento e Internacionalização] Universidades discutem desafios
10-09-2014	Caderno 3	[Intercâmbio]Ceará assegura participação na feira da palavra em Cabo Verde
26-11-2014	Caderno 3	[Palestras e Oficinas] Centro recebe atividades da Consciência Negra
29-07-2015	Regional	[Cinco anos] Unilab mudou a rotina de Redenção
31-07-2015	Polícia	[Homicídio] Morte de africano é elucidada
23-08-2015	Cidade	[Longe de casa] Imigrantes buscam melhores condições de vida no Ceará
07-10-2015	Cidade	[Africanos] DPU irá acompanhar demandas de estudantes
23-02-2016	Cidade	[Coluna Comunicado] [No terreno do saber] [Dívida histórica][Em número]
25-06-2016	Regional	Unilab desafia crise no seu quinto ano

5.1.2 Procedimentos teórico-metodológicos

Como o objetivo desta pesquisa é analisar as representações midiáticas sobre os/as estudantes de origem africana nos jornais de maior circulação no Ceará, O Povo e Diário do Nordeste, e sendo, como já abordado aqui, o racismo uma dimensão fundamental para compreendermos como se dão as representações sobre esses migrantes, a Análise Crítica do Discurso (ACD) apresentou-se como a escolha mais adequada, ao nosso olhar, como referencial teórico-metodológico desta pesquisa, uma vez que na ACD:

O discurso é visto como o uso da linguagem como forma de prática social, implicando em modo de ação e modo de representação. Estabelece-se uma relação dialética entre discurso e estrutura social: discurso é uma prática tanto de representação quanto de significação do mundo, constituindo e ajudando a construir as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crenças. (MAGALHÃES, 2001, p. 16-17)

É a partir dessa compreensão do discurso como prática social e do seu papel não só como instrumento de dominação como também de mudança social que centramos esta pesquisa.

Compreender esse processo nos permite não só uma análise de como os membros de grupos majoritários escrevem e falam sobre minorias em diferentes espaços (mídias, escolas, conversas do dia a dia, debates parlamentares e discursos acadêmicos e corporativos) (VAN DIJK, 1993), como também sobre formas de resistência e de construção de novos discursos que possibilitem o enfrentamento das relações de opressão, produzindo novos sistemas de conhecimento e de crenças.

Ao colocar luz sobre questões sociopolíticas, explicitando as formas de abuso de poder de grupos dominantes que resultam em desigualdades, a ACD fornece grande contribuição para a análise de discursos étnico-raciais (VAN DIJK, 1993). Também permite-nos compreender como se estruturam os discursos midiáticos e o papel fundamental que exercem na reprodução do racismo e de estereótipos em relação a grupos socialmente estigmatizados, que não têm o acesso que as elites simbólicas⁸⁶ possuem a esses espaços.

Van Dijk (1993) aponta a Análise do Discurso como o estudo do texto em contexto, que tem como duplo objetivo relatar as estruturas e estratégias do discurso escrito e falado, não só como objeto textual, mas também como prática e interação sociocultural, como também para compreender as relações dessas propriedades de texto e fala com as estruturas relevantes de seus contextos cognitivo, social, cultural e histórico.

⁸⁶ Segundo Van Dijk (2002), as elites simbólicas são aquelas que têm o acesso privilegiado e o controle sobre o discurso público. A definição está associada não só aos recursos materiais, que são a base do poder, como a riqueza não somente quanto a sua posição social de liderança, mas em termos dos recursos simbólicos que definem o “capital simbólico” e, particularmente, pelo acesso preferencial ao discurso público.

Sobre a importância dos discursos na contemporaneidade e seu papel na produção e reprodução do racismo, Van Dijk afirma:

[...] a desigualdade étnica e racial em todos os domínios sociais, políticos e culturais é crescentemente expressa, descrita, planejada, legislada, regulamentada, executada, legitimada e oposta numa quantidade inumerável de gêneros de discurso e eventos comunicativos. Tais discursos não são meros textos e falas, portanto de relevância marginal. Ao contrário, especialmente nas sociedades contemporâneas da informação e da comunicação, tais textos e falas estão no cerne da política, sociedade e cultura e, conseqüentemente, também em seus mecanismos de continuidade e reprodução, incluindo os do racismo⁸⁷. (VAN DIJK, 1993, p. 95, tradução nossa)

As questões de fundo colocadas pela ACD para a compreensão do discurso, como veremos mais adiante, apresentam, neste sentido, grande identificação com o referencial teórico da pesquisa, principalmente em relação às questões apontadas no capítulo 3 sobre mídia, migração e racismo, a partir de (SILVA e ROSEMBERG, 2008; SODRÉ, 2015; BORGES e BORGES, 2012; VAN DIJK, 2008).

Conforme observamos no referido capítulo, há vários pontos de convergência entre a caracterização de Sodré (2015) sobre o racismo midiático e o que apontam Van Dijk (2008) e Silva e Rosemberg (2008) sobre os discursos raciais na média, em questões como a invisibilidade, a nega o da existência do racismo, o uso de estereótipos ou estigmatiza o, subrepresenta o, entre outras questões. As reflexões metodológicas colocadas por Van Dijk (1983, 1993, 2002), por meio da Análise Crítica do Discurso, permitem analisar esses elementos e como constroem as representa es.

Em “Analisando o racismo por meio da análise de discurso: algumas reflexões metodológicas”, Van Dijk (1993, p. 92-93, tradu o nossa) coloca algumas questões para pensarmos como os membros de grupos majoritários escrevem e falam sobre minorias em diferentes espaços:

1. Como exatamente os membros ou institui es de grupos brancos dominantes falam e escrevem sobre minorias únicas ou raciais?
2. O que tais estruturas e estratégias discursivas nos falam sobre preconceitos, ideologias ou outras cogni es sociais subjacentes sobre minorias únicas ou raciais?
3. Quais são os contextos sociais, políticos e culturais e fun es de tais discursos sobre minorias? Em particular, que papel esses discursos exercem no desenvolvimento, refor o, legitima o e, conseqüentemente, reprodu o da domina o de grupos brancos?⁸⁸

⁸⁷ Texto original: “In sum, ethnic and racial inequality in all social, political, and cultural domains is multiply expressed, described, planned, legislated, regulated, executed, legitimated, and opposed in myriad genres of discourse and communicative events. Such discourse is not mere text and talk, and hence of marginal relevance. On the contrary, especially in contemporary information and communication societies, such text and talk are at the heart of the polity, society, and culture, and hence also in their mechanisms of continuity and reproduction, including those of racism.”

⁸⁸ Texto original: “How exactly do members or institutions of dominant white groups talk and write about ethnic or racial minorities? 2. What do such structures and strategies of discourse tell us about underlying ethnic or racial prejudices, ideologies, or other social cognitions about minorities? 3. What are the social, political, and

Van Dijk aponta três modos de promoção e reprodução do racismo por meio do discurso:

1) o grupo branco é capaz de reproduzir seu abuso de poder somente por meio de um sistema integrado de práticas de discriminação e sustentação de ideologias e outras cognições sociais; 2) Parte das práticas discriminatórias são diretamente acionadas por textos e falas dirigidos contra grupos minoritários, por exemplo, por diminuição, intimidação, inferiorização e exclusão nas conversas cotidianas, diálogos institucionais, cartas, relatórios avaliativos, leis e muitas outras formas de texto institucional e conversas direcionadas a grupos minoritários e seus membros [...]. 3) Ao mesmo tempo, no entanto, as cognições sociais dos membros do grupo branco sobre minorias são desenvolvidas, alteradas ou confirmadas, a fim de manter a estrutura social cognitiva geral que apoia ações discriminatórias em primeiro lugar. Enquanto os atos discriminatórios podem ser verbais ou não verbais, a influência cognitiva dos membros do grupo branco é principalmente discursiva: os membros do grupo majoritário geralmente falam e escrevem sobre minorias e, assim, formulam e comunicam persuasivamente opiniões e atitudes pessoais e socialmente compartilhadas, atitudes e ideologias⁸⁹ (VAN DIJK, 1993, p. 97, tradução nossa).

Assim, a abordagem teórica de Van Dijk (1993) sobre a reprodução do racismo por meio do discurso parte de uma percepção deste em diferentes níveis, tanto como sistema de domínio de grupos étnicos (nível macro), como a partir do racismo como prática discriminatória cotidiana (nível micro). Ou mesmo entre ações sociais e cognições, como ações e ideologias de grupos ou instituições (nível macro), e como ações e atitudes de membros sociais (nível micro).

Com vistas a compreendermos as representações de determinados grupos sociais, Van Dijk aborda, a partir de (JOHNSON-LAIRD, 1983; VAN DIJK & KINTSCH, 1983), o conceito de modelo mental:

Um modelo é uma representação mental pessoal, ad hoc e exclusiva de um evento ou situação, como uma experiência pessoal ou uma leitura / leitura pessoal. Esse modelo é uma representação subjetiva das estruturas relevantes do evento (cenário, participantes, ações etc.), mas também pode incluir uma avaliação pessoal (opinião) sobre o evento. Cada vez que lemos um texto, por exemplo, uma reportagem na imprensa, lembramos e atualizamos um modelo antigo relevante no mesmo evento (por exemplo, Skinheads atacaram refugiados na Alemanha no outono de 1991) ou

cultural contexts and functions of such discourse about minorities? In particular, what role does this discourse play in the development, reinforcement, legitimation, and hence reproduction of white group dominance?"

⁸⁹ Texto original: "The white dominant group is able to reproduce its abuse of power only through an integrated system of discriminatory practices and sustaining ideologies and other social cognitions. 2. Part of the discriminatory practices are directly enacted by text and talk directed against minority groups, for example, by derogation, intimidation, inferiorization, and exclusion in everyday conversations, institutional dialogues, letters, evaluative reports, laws, and many other forms of institutional text and talk directed to minority groups and their members [...]. 3. At the same time, however, the social cognitions of white group members about minorities are developed, changed, or confirmed so as to maintain the overall social cognitive framework that supports discriminatory actions in the first place. Whereas discriminatory acts may be verbal or nonverbal, influencing the social minds of white group members is mainly discursive: Majority group members often speak and write about minorities, and thus persuasively formulate and communicate personal and socially shared opinions, attitudes, and ideologies."

construímos um novo modelo sobre um novo evento que agora testemunhamos, ouvimos ou lemos⁹⁰. (VAN DIJK, 1993 p. 99)

O autor afirma, assim, que cada texto ou fala é composto por modelos subjacentes que são eventos, modelos de contexto e cognições sociais. “(...) cada texto ou conversa é monitorado pelos modelos subjacentes (a) (evento), (b) modelos de contexto e, geralmente, indiretamente, ou seja, por meio de modelos (c) cognições sociais (conhecimentos, atitudes, ideologias)”. Ele aponta ainda as consequências da constante exposição a modelos dominantes sobre determinados grupos para a reprodução dos preconceitos étnicos:

Por meio da exposição repetida a esses modelos tendenciosos (por exemplo, sobre ‘crimes cometidos por negros’ ou ‘refugiados econômicos’), os destinatários de tais discursos podem, sem fontes alternativas de informação, generalizar a partir desses modelos e formar atitudes igualmente tendenciosas e compartilhadas socialmente, como preconceitos étnicos⁹¹ (VAN DIJK, 1993, p. 101, tradução nossa).

Esses modelos mentais são construídos e reforçados por meio da reprodução, de forma repetitiva, de determinadas representações referentes a grupos majoritários e minoritários socialmente. Um dos principais espaços nos quais esse processo é realizado é por meio das mídias.

O linguista reforça que a complexidade das representações mentais envolve o fato de que elas estão relacionadas também aos contextos culturais, concluindo que:

[...] o domínio do discurso pode ser definido como o controle comunicativo do conhecimento das crenças e das opiniões daqueles que têm poucos recursos para se opor a tais influências. Isto também significa que o controle discursivo de atitudes étnicas e, indiretamente, da discriminação, é um componente proeminente no sistema geral de produção e reprodução do racismo⁹² (VAN DIJK, 1993, p. 101, tradução nossa).

Ele destaca o papel do contexto na análise dessas representações sociais. “(...) para descobrir as representações sociais, atitudes e ideologia de atores sociais, a conexão entre a

⁹⁰ Texto original: “A model is a personal, ad hoc, and unique mental representation of an event or situation, such as one personally experienced or heard/read about. Such a model is a subjective representation of the relevant structures of the event (setting, participants, actions, and so on), but it may also include a personal evaluation (opinion) about the event. Each time we read a text for instance, a news report in the press we either recall and update a relevant old model on the same event (e.g., Skinheads attacked refugees in Germany in the fall of 1991) or build a new model about a new event we now witness or hear or read about.”

⁹¹ Texto original: “Through repeated exposure to such biased models (for instance, about black crime or economic refugees), recipients of such discourse may without alternative sources of information generalize from such models and form equally biased, socially shared attitudes, such as ethnic prejudices.”

⁹² Texto original: “we may conclude that discourse dominance may be defined as the communicative control of knowledge, beliefs, and opinions of those who have few (re)sources to oppose such influence. This also means that the discursive control of ethnic attitudes and, indirectly, of discrimination is a prominent component in the overall system of the enactment and reproduction of racism.”

estrutura do discursos e a estrutura da sociedade deve ser analisada⁹³” (RAMANATHAN; HOON, 2015, p. 60, tradução nossa).

O domínio do discurso é exercido, nos diversos espaços – igreja, escola, parlamento, academia, mídia, pelas elites, que têm mais poder de acesso a esses discursos públicos e que o utilizam para manter e perpetuar essa posição.

O caráter de construção social do racismo também é apontado pelo autor ao ressaltar que nem sempre a reprodução de práticas discriminatórias relacionadas a esses grupos é intencional: “Isto não significa que as práticas discriminatórias são sempre intencionais, mas somente que pressupõe representações mentais socialmente compartilhadas e negativamente orientadas de ‘Nós sobre Eles’⁹⁴”. (VAN DIJK, 2002, p. 192, tradução nossa).

Citando Van Dijk (2000), Ramanathan e Hoon (2015) apontam que, nos diversos tipos de discursos sobre questões étnicas, as representações positivas dos Nós e a negativa Deles é a maior estratégia na reprodução discursiva do racismo. Assim, Van Dijk estabeleceu quatro princípios que permitem uma análise de discursos ideológicos. São eles:

- Ênfase em coisas positivas sobre o Nós [o grupo majoritário, que tem o poder de fala];
- Ênfase em coisas negativas sobre o Eles [o grupo minoritário, que não tem acesso ou tem restrito acesso de fala];
- Atenuação de coisas negativas sobre Nós;
- Acentuação de coisas negativas sobre Eles.

Essas posições ideológicas que constroem representações positivas sobre grupos majoritários — os homens, brancos, ricos, heterossexuais, europeus — por um lado, e negativas sobre os grupos minoritários, como mulheres, negros e negras, pobres, população LGBTQI+, migrantes, por outro, são bastante observadas em discursos políticos, por exemplo, ou midiáticos.

Um exemplo disso é quando a questão étnica é destacada em crimes quando são cometidos por pessoas negras ou indígenas e não é informada quando são cometidos por pessoas brancas. Quando a questão do extermínio da população negra é subnoticiado, invisibilizado ou

⁹³ Texto original: “In order to discover social representations, attitudes and ideologies of social actors, the connection between the structure of discourse and the structure of society should be viewed.”

⁹⁴ Texto original: “Esto no significa que las prácticas discriminatorias son siempre intencionales, sino solamente que presuponen representaciones mentales socialmente compartidas y negativamente orientadas respecto de 'Nosotros sobre Ellos'.”

busca-se atenuar o negativo do Nós, buscando justificar a morte de um homem negro por um policial, por meio de alegações de que teria algum envolvimento com criminalidade.

No caso dos migrantes, o positivo do Nós, brasileiros, como povo hospitaleiro, acolhedor, é destacado e o nosso racismo, preconceito contra os negros, os migrantes, é negado, invisibilizado. Ao longo deste capítulo, analisaremos os discursos confrontando essas e outras questões que sinalizam perspectivas, opiniões subjacentes e estruturas contextuais do discurso midiático.

Além desses princípios, a Análise Crítica do Discurso irá observar os discursos por meio da análise de estruturas de superfície e das macroestruturas (coerência local e global do texto) do discurso.

Com relação às macroestruturas, Van Dijk sinaliza que a organização geral do discurso jornalístico reflete sua importância:

Estes serão tipicamente expressos por títulos ou subtítulos, por resumos iniciais ou finais ou por lides. As macroestruturas geralmente são sinalizadas por (a) uma posição de destaque no *layout*, (b) uma mudança no tipo de letra e / ou (c) letras em negrito ou maiúsculas. A manchete, portanto, normalmente expressa a macroproposição mais importante, onde "importância" é definida em termos de conhecimentos gerais e crenças que definem os critérios de noticiabilidade⁹⁵. (VAN DIJK, 1983, p. 34, tradução nossa)

Ainda sobre o papel dessa macroestrutura, o autor aponta:

Para o processamento do discurso noticioso, as manchetes, os títulos, o lide ou as primeiras sentenças temáticas são cruciais por várias razões: organizam ("atraem") a atenção para partes específicas; permitem que se decida se deve ou não ler o restante do discurso; dão o tema principal, mesmo sem leitura adicional; ativam o conhecimento relevante da memória, necessário para entender o restante do texto; e, por último, mas não menos importante, formam uma macroestrutura que servirá como uma importante deixa estratégica para controlar o entendimento local do texto subsequente. De fato, a falta de título, ou um título tendencioso, pode inibir ou distorcer totalmente a compreensão local de um texto (ver 23, 52)⁹⁶ (VAN DIJK, 1983, p. 35, tradução nossa).

A análise contida nesses discursos não é somente estrutural, mas também envolve implicações cognitivas, de modo a observar não somente os sentidos manifestos, mas

⁹⁵ Texto original: "These will typically be expressed by titles or headlines, by initial or final summaries, or by leads. Macrostructures are usually signalled by (a) a prominent position in layout, (b) a change in typeface, and/or (c) bold or capital letters. The headline, thus, will typically express the most important macroproposition, where "importance" is defined in terms of general knowledge and beliefs defining the newsworthiness criteria."

⁹⁶ Texto original: "For the processing of news discourse, the headlines, the lead, or the first thematic sentences are crucial for various reasons: they organize ("attract") attention for specific articles; they allow one to decide whether or not to read the rest of the discourse; they give the main theme, even without further reading; they activate the relevant knowledge from memory that is needed in order to understand the rest of the text; and, last but not least, they form a macrostructure that will serve as an important strategic cue in controlling the local understanding of the subsequent text. Indeed, a lack of title, or a biasing title, can inhibit or fully distort the local comprehension of a text (see 23, 52)"

informações e processos cognitivos já pressupostos (estratégias) de interpretação e representação (VAN DIJK, 1983).

Essa análise, de acordo com Van Dijk (1993), contempla:

- **O estilo léxico**

As variações na escolha de palavras pode sinalizar vasta significância contextual complexa subjacente. Van Dijk destaca que:

As escolhas gramaticais feitas para um discurso (ou por um falante) - a escolha de itens lexicais específicos em detrimento de outros, ou a expressão de proposições subjacentes em diferentes estruturas sintáticas - às vezes podem ser arbitrárias (e fora do controle cognitivo), mas também podem ser funcionais. O uso de "hooligan" vs. "manifestante" não é apenas uma opção alternativa equivalente para expressar o mesmo significado subjacente. Obviamente, há uma diferença de significado, mas apenas em termos de como a identidade é referida: o mesmo participante é denotado pelas duas expressões⁹⁷ (VAN DIJK, 1983, p. 32, tradução nossa).

- **Significado**

Dependendo do significado das palavras, sentenças e textos completos, as estruturas de superfície podem levar a diferentes associações. Assim como são importantes as escolhas de palavras, o mesmo é verdade para as expressões sintáticas dos variados papéis (agentes, pacientes) dos participantes descritos nas sentenças. Nas estruturas semânticas mais complexas de sentenças completas e textos, contudo, há outras formas de transmitir ou sinalizar a perspectiva do sujeito que fala, opiniões subjacentes ou estruturas contextuais.

Dentre essas estruturas de significado, estão: perspectiva; implicações; pressuposições; coerência; nível de descrição e grau de completude (eventos podem ser descritos em vários níveis de generalidade e especificidade); coerência global e em tópicos.

- **Esquema**

Da mesma forma que os significados das sentenças são expressos e ordenados em/por estruturas sintáticas, o significado geral ou os tópicos de um discurso podem ser organizados por formas ou esquemas mais ou menos convencionais (também chamados de superestruturas). Assim, um argumento pode ser globalmente organizado por categorias esquemáticas tradicionais, como premissa e conclusão. São exemplos de como esse esquema pode interferir

⁹⁷ Texto original: "The grammatical choices made for a discourse (or by a speaker)—the choice of specific lexical items over others, or the expression of underlying propositions in different syntactic structures—may sometimes be arbitrary (and beyond cognitive control), but may also be functional. The use of "hooligan" vs. "demonstrator" is not just an equivalent alternative choice to express the same underlying meaning. There is, of course, a difference in meaning, but only in terms of how identity is referred to: the same participant is denoted by the two expressions."

na significação geral, a organização do texto enfatizando primeiro os aspectos negativos do outro ou os positivos de nós, as informações negativas sobre o outro nos títulos ou no lide (que são os locais de maior destaque do texto jornalístico, inclusive boa parte dos leitores só lê essa parte).

- **Ação, Interação e Atos de fala**

Os atos de fala contêm afirmações, perguntas, solicitações, acusações e promessas, ou seja, atos sociais que normalmente são realizados por meio de enunciados verbais. No discurso, esses atos de fala podem ser usados para representar, expressar e legitimar poder e dominação. Podem ser ofensivos dirigidos a minorias e, assim, contribuir para sua deslegitimação, exclusão e marginalização, por exemplo, em acusações. Mesmo sequências de afirmações sobre minorias podem, assim, indiretamente, funcionar como derrogação, difamação ou outros atos verbais que apresentam minorias sob uma perspectiva negativa.

Interrupções de fala: alguns oradores podem se recusar a deixar outros falarem, ou um próximo orador pode interromper continuamente em locais inadequados. Em conversas etnicamente mistas, pode acontecer que os oradores dos grupos minoritários possam ser marginalizados nas conversas. Um exemplo disso é o caso da constante interrupção das mulheres pelos homens quando estão falando, em diversas ocasiões e espaços. A situação é tão comum que foi cunhado um termo em inglês para descrever o fenômeno, chamado *Maninterrupting*.

No âmbito jornalístico, um exemplo de negação dessa fala é quando são entrevistadas “autoridades” para falar no lugar dos sujeitos diretamente relacionados ao tema da matéria. Por exemplo, no caso de homens falando sobre o aborto, representante de governo falando da situação dos migrantes no lugar deles etc.

- **Análise de Contexto**

Van Dijk (1993) destaca que, do ponto de vista teórico e metodológico, as análises críticas ou sociopolíticas do discurso precisam analisar as estruturas discursivas específicas explícitas em relação aos seus vários contextos:

Assim, os significados do discurso podem estar relacionados a modelos mentais e (por meio de modelos ou diretamente) com estereótipos ou preconceitos étnicos subjacentes, que por sua vez estão relacionados aos objetivos, interesses, privilégios

e dominância sociopolítica do grupo ao qual os falantes / escritores pertencem⁹⁸. (VAN DIJK, 1993, p. 118)

Com base no exposto neste tópico, buscamos, por meio do referencial teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso, compreender quais representações são criadas sobre os/as migrantes dos diversos países do continente africano, como Cabo Verde, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, que residem no Ceará para estudo, considerando os discursos em circulação sobre migrantes, e sobre os de origem africana especificamente, e o contexto no qual estão inseridos (o Ceará e todas as questões apontadas no capítulo 3 sobre seu contexto histórico e suas relações com os migrantes e com as construções produzidas historicamente sobre as questões étnico-raciais no estado).

Uma questão importante, que é destacada por Van Dijk, e que também assumimos como pressuposto metodológico nesta pesquisa acadêmica, é que, embora possamos apontar as relações entre as estruturas discursivas e as dimensões culturais e políticas do racismo, “estas não são racistas isoladamente. Suas funções na reprodução do racismo também dependem do contexto sociocultural e político, por exemplo, dos participantes do discurso, suas cognições sociais e grupos dos quais são membros⁹⁹” (VAN DIJK, 1993, p. 103).

Parte desse contexto envolve também os próprios jornais, suas rotinas produtivas, seus perfis editoriais, seus objetivos, o público para quem é direcionado, entre outros aspectos. Neste sentido, faremos uma breve descrição dos jornais O Povo e Diário do Nordeste.

5.2 Conhecendo os jornais O Povo e Diário do Nordeste

5.2.1 *Jornal O POVO*

Fundado em 1928, o jornal é o mais antigo em circulação no Ceará. Pertence ao Grupo de Comunicação O Povo, que inclui, além do jornal impresso, o portal O Povo online, duas emissoras de rádio (O POVO/CBN e NovaBrasil FM), TV O Povo e revistas. É detentor também da Fundação Demócrito Rocha. Começou a atuar também fora do Ceará, a partir de 2019, com a inauguração da rádio CBN Teresina.

⁹⁸ Texto original: “Thus meanings of discourse may be related to mental models and (through models or directly) with underlying ethnic stereotypes or prejudices, which are in turn related to the goals, interests, privileges, and sociopolitical dominance of the group to which the speakers/writers belong.”

⁹⁹ Texto original: “(...) that such structures are not racist, as such: Their functions in the reproduction of racism also depend on the sociocultural and political context, for instance, on the speech participants, their social cognitions, and the group(s) of which they are members.”

Em 1997, o jornal criou um site para a divulgação do material do jornal impresso. Em 2001, passou a publicar conteúdo para internet, por meio do portal NoOlhar.com. A inauguração do portal O Povo Online deu-se em 2006. O portal continua disponível e apresenta versões online, bem como a versão digital na íntegra do jornal, disponibilizada mediante assinatura mensal. Também está presente nas redes sociais Facebook, Instagram, LinkedIn, Twitter, Pinterest e Flickr.

A redação é dividida em seis núcleos: Cotidiano (editorias Fortaleza, Ceará, Esportes e Ciência & Saúde), Cultura e Entretenimento (Vida & Arte, Vida & Arte Cultura, Guia Vida & Arte, Buchicho e People), Opinião (Artigos, Cartas e Jornal do Leitor), Conjuntura (com as editorias Política, Brasil, Mundo e Últimas), Negócios (Economia, Turismo, Emprego e Veículos) e Coberturas Especiais. Este último, que existe desde 2003, é responsável por pensar e executar as grandes reportagens e as produções especiais do jornal.

No O Povo, a função de Ombudsman existe desde 1994. Desde 2019, apenas O Povo e Folha de São Paulo, a pioneira a criar esse cargo no jornalismo brasileiro, mantêm essa ocupação em seus jornais¹⁰⁰.

Além da função de Ombudsman, o jornal possui um Conselho Editorial e, desde 1998, também um Conselho Consultivo de Leitores, que se reúne mensalmente para avaliar sua cobertura editorial. O Conselho é composto por cerca de 15 integrantes (pode haver pequenas variações a cada ano) e é escolhido pela própria Redação para um mandato de um ano, com possibilidade de recondução de dois integrantes para o ano seguinte. Uma de suas principais características é a diversidade de perfis sociais, de modo a representar a pluralidade de público d'O POVO. O jornal define o Conselho como mais uma ferramenta de avaliação do Grupo.

Em sua página na internet, o jornal define como valores: Democracia; Liberdade, Justiça, Ética e Modernidade.

Ainda no perfil de descrição, além de informações sobre missão, valores, princípios, compromissos editoriais e especificação dos tipos de conteúdo veiculados no jornal, o Grupo O Povo destaca “o compromisso com a diversidade de vozes tanto dentro da empresa, em relação à equipe de trabalho na Redação, como em relação às fontes ouvidas em suas reportagens. Compromisso com a diversidade de raça, classe, geração, gênero e orientação sexual”¹⁰¹.

¹⁰⁰ Saiba mais em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/livro-aborda-funcao-de-ombudsman-em-jornais-no-pais.shtml>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

¹⁰¹ Para mais informações, ver: <<https://www.opovo.com.br/conhecaopovo>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

O Povo apresenta-se como empresa de capital privado, de caráter familiar, fundada pela família Rocha Dummar e administrada por ela até hoje. Em sua página destaca que “esta empresa não possui acionistas fora da família”.

Em 7 de janeiro de 2018, ao completar noventa anos de fundação, o jornal lançou um redesenho gráfico junto a uma reforma editorial do veículo impresso.

5.2.2 Jornal Diário do Nordeste

Criado em 1981, o jornal pertence ao Sistema Verdes Mares de Comunicação, que reúne três Tevês, quatro emissoras de rádio, um jornal impresso e três portais online. O SVM, por sua vez, é subsidiário do Grupo Edson Queiroz, conglomerado empresarial que detém a Universidade de Fortaleza, umas das maiores do país no âmbito privado, além de empresas, como a Nacional Gás Butano, a Indaiá e a Esmaltec, além dos veículos de comunicação.

Em outubro de 2018, o jornal impresso unificou sua redação com os outros veículos do Sistema Verde Mares, como rádio e TV. Durante a mudança, as editorias Caderno 3 (editoria de cultura), Nacional, Internacional, Regional (com notícias do interior do estado), Polícia e Cidade (com notícias de Fortaleza e região metropolitana), mudaram para as editorias Verso (editoria de cultura), País, Mundo, Região (com notícias do interior do estado), Segurança (que trata de segurança pública) e Metro (com notícias sobre Fortaleza e região metropolitana, que anteriormente já foi Grande Fortaleza e Cidade), respectivamente. Foi criada também a editoria Últimas. As editorias de Política, Negócios (Economia), Jogada (Esportes) e Opinião foram mantidas.

O jornal também possui edição online e disponibiliza, mediante assinatura mensal, a versão impressa digital. E está presente nas redes sociais Facebook, Instagram, Twitter e Youtube.

O Diário do Nordeste destaca-se pela abrangência e capilaridade, sendo o único a circular nos 183 municípios do estado, possuindo colaboradores em alguns deles, como Limoeiro do Norte, em Sobral e na região do Cariri.

Com relação às informações institucionais, o DN é bem mais sucinto. Em seu sítio na internet, não há um “somos nós” ou outra seção que fale da história do jornal, nem do conglomerado de que faz parte.

Ao final da página, há apenas os menus Anuncia, Assine, Clube do Assinante, Classificados, Expediente e política de privacidade. Não há registros sobre valores do jornal

nem sobre política editorial. Também não há nenhuma menção sobre o modo como tratam determinadas questões, como informações em off, como o faz o Jornal O Povo.

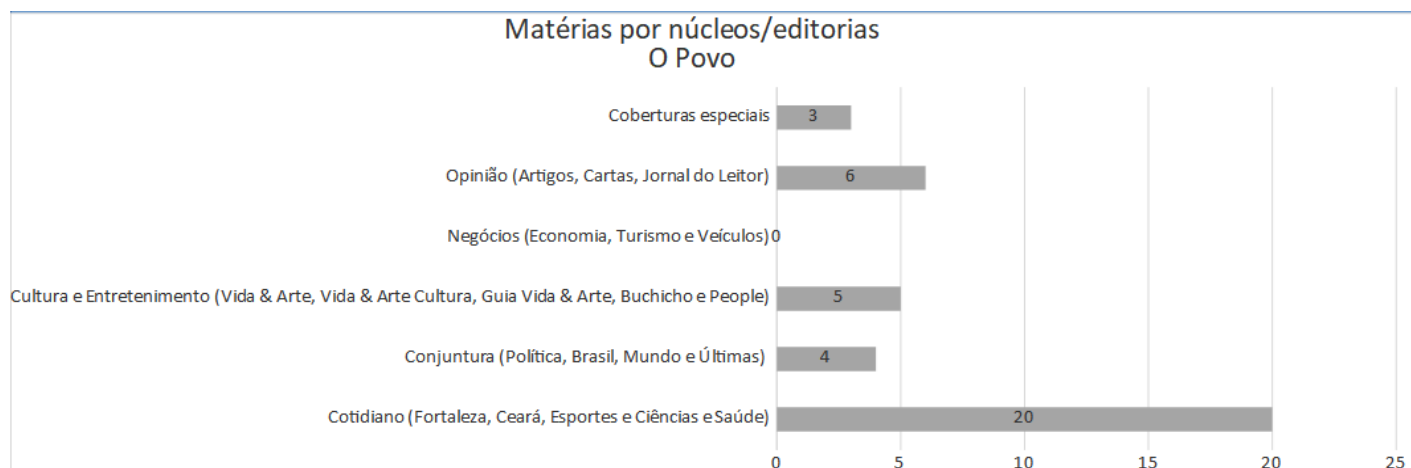
No quesito transparência, de formas de autoavaliação e de interação com o leitor e a sociedade, o jornal perde para o seu concorrente O Povo, que possui Ombudsman, o Conselho de Leitores e deixa claras suas políticas em seu site institucional.

5.3 Procedimentos de Categorização

Dos 82 textos que compõem o nosso *corpus*, 38 são do Jornal O Povo e 44 do Diário do Nordeste. As tabelas 19 e 20 e os gráficos que as seguem mostram a divisão das matérias por núcleo/editoria nos jornais O Povo e no Diário do Nordeste.

Por Núcleos / Editorias:

Tabela 19 – Divisão das matérias por núcleo/editoria no jornal O Povo

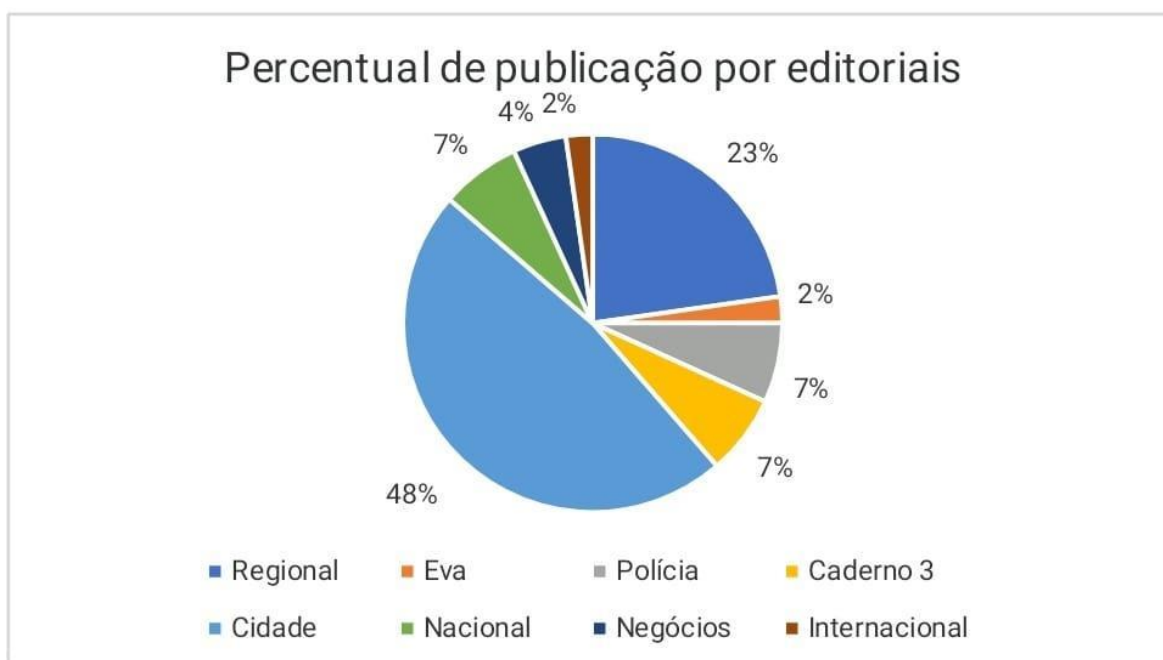


Percentuais de matérias por núcleos/editorias
O Povo



Jornal O POVO total: 38 matérias.

Tabela 20 – Divisão das matérias por núcleo/editoria no jornal Diário do Nordeste



Jornal DN total: 44 matérias.

5.4 Análise por núcleos/editorias

As editorias que mais concentram matérias do nosso *corpus* no Jornal O Povo, representando 82% dele, são as dos núcleos Cotidiano (53%, com as editorias Fortaleza, Ceará, Esportes e Ciências e Saúde), Opinião (16%) e Cultura e Entretenimento (16%, com as editorias Vida & Arte, Vida & Arte Cultura, Guia Vida & Arte, Buchicho e People). No Diário do Nordeste, os conteúdos contemplados no nosso *corpus* se restringem a praticamente duas editorias, a de Cidade (48%) e a Regional (23%), representando 71% do *corpus*.

No jornal O Povo, observamos uma maior diversidade de editorias/núcleos nos quais o *corpus* aparece. Com matérias desde o especial que aproveita o mote da Copa do Mundo na África do Sul para entrevistar os estudantes africanos vivendo no Ceará, na editoria de Esportes GOL!, passando por um percentual elevado de matérias no núcleo de Cotidiano, que inclui as editorias Fortaleza, Ceará, Esportes e Ciências e Saúde, a matérias nas editorias de opinião e núcleo de conjuntura.

Das matérias selecionadas, seis são de reportagens, séries ou matérias especiais, porém em diferentes datas e em distintas editorias (GOL!, Cotidiano, Vida e Arte e DOM!), duas destas são referentes a efemérides: as reportagens “[Redenção] Na terra da liberdade, africanos lutam por tolerância” e “Caravana pelo Rio Ceará lembra a história dos negros”, que compõem o especial sobre a Data Magna do Ceará.

O jornal O Povo deu ampla cobertura à questão envolvendo os estudantes guineenses de universidades particulares que estavam sendo ameaçados de deportação por serem impedidos de renovar os vistos de permanência no país, por conta de entraves com essas instituições. Foram oito matérias relacionadas a esse assunto nos núcleos de Cotidiano e Cultura e Entretenimento.

Outra questão que observamos, na análise das editorias do jornal O Povo, é que a abordagem das questões envolvendo nosso *corpus* se dá sobretudo a partir da perspectiva local. Só há uma matéria na editoria mundo (internacional) e ela trata de um artigo de análise de conjuntura de uma pesquisadora cearense sobre a forma como o continente africano é visto pelo brasileiro/cearense.

A abordagem do tema do nosso *corpus* na editoria de opinião, com seis matérias nessa perspectiva, além da citada em relação à editoria mundo, que, apesar de estar em outra editoria, também tem caráter opinativo, mostra uma abertura para trazer diferentes olhares, de fora do jornal, sobre o tema. Essa perspectiva também pode ser observada nas duas entrevistas presentes

das Páginas Azuis, uma com o primeiro reitor da Unilab, Paulo Speller, e outra com a segunda reitora da Unilab e primeira reitora negra do Brasil, Nilma Lino Gomes.

No jornal DN, do total de 44 matérias, 30% pertencem a reportagens especiais: 9 matérias da editoria Cidade são referentes à série Travessias da Cor. Escrita pelo repórter especial do jornal Melquíades Júnior¹⁰², foi publicada entre os dias 29/04 a 02/05 de 2014, e aborda diferentes aspectos das vivências dos migrantes africanos no estado, com enfoque nas relações étnico-raciais. Mais adiante, faremos a análise mais detalhada da série. Além dessas, três matérias têm como mote a efeméride do Dia da Consciência Negra e uma reportagem especial do Caderno EVA, que trata de moda. A série travessias da cor é responsável por quase metade (9, de 21) do número de matérias que aparecem na editoria de Cidade.

A questão dos estudantes guineenses ameaçados de deportação, que ganhou amplo destaque no Jornal O Povo, teve visibilidade quantitativa e qualitativamente menor no DN. Foram apenas duas matérias, em 2015, e uma em 2017, sendo duas delas apenas notas, enquanto n'O Povo foram oito, no mesmo ano, e com cobertura especial na editoria de cultura, Vida & Arte.

A segunda editoria mais contemplada no *corpus* do DN é a Regional, que cobre matérias relacionadas ao interior do estado.

A grande incidência nessa editoria refere-se sobretudo às matérias sobre a Unilab e seus estudantes (nove das dez matérias nesta editoria referem-se à Universidade), uma vez que se situa no município de Redenção, a 55 km de Fortaleza. A criação da Unilab, sua inauguração e ações da Universidade foram bastante abordadas pelo jornal.

No jornal O Povo, o tema da Unilab e de sua criação apareceu bem menos no *corpus* da pesquisa, porém observamos, na busca realizada somente com o termo Unilab, que a criação da Universidade e suas ações decorrentes foram bastante tratadas pelo jornal. O fato de não estarem presentes no nosso *corpus* significa apenas que as matérias que aboram esses eventos na Unilab não fazem referências aos termos Estudante/s and Africano/a/s and Ceará, que foram as palavras-chave definidas para o escopo desta pesquisa.

Diferente do que ocorreu com seu principal concorrente, o jornal O Povo, não encontramos nenhuma matéria de opinião do nosso *corpus* no DN. Também chama atenção o fato de haver apenas uma matéria sobre o tema na editoria internacional.

¹⁰² É repórter especial do jornal Diário do Nordeste (CE), do Sistema Verdes Mares. Já ganhou título de melhor reportagem em 2008 com a série índios do Ceará; Com a série Viúvas do Veneno, ganhou o Grande Prêmio Jornalistas&Cia/HSBC de Imprensa e Sustentabilidade 2013.

Cabe destacar, ainda, que o Jornal Diário do Nordeste publicou, no dia 24 de março de 2013, um edição da Revista Siará, um suplemento, criado em janeiro de 2012, que era distribuído junto com a edição dominical do jornal e que abordava temas relacionados à vida urbana, cultura, moda, beleza, saúde e bem-estar.

Tomando como mote a Data Magna do Ceará, dia 25 de março, em celebração ao fato de o Ceará ter sido a primeira província a libertar os escravizados, a edição daquela data teve como título de capa “Loas à Redenção. A cidade cearense foi a primeira do Brasil a abolir a escravidão, mas ainda hoje busca identidade com a própria história”.

Com dezesseis páginas, a revista abordou as relações do Ceará com a sua negritude, entrevistou estudantes africanos e a relação deles/as com o estado, os preconceitos, a cidade de Redenção, a criação da Unilab, entre outras questões.

A edição, assim como as matérias do nosso *corpus*, ajudam-nos a compreender as representações sobre os africanos no Ceará. E será utilizada a título de contextualização, porém não comporá o nosso *corpus*, uma vez que se trata de um suplemento à parte do jornal, e definimos como parte do *corpus* somente as matérias incluídas nas edições diárias dos respectivos jornais.

5.5 Análise por categorias presentes no *corpus*

Segundo Van Dijk (1983), na descrição de um grande *corpus*, como é o caso da nossa pesquisa, uma análise seletiva de características relevantes é sempre necessária. Neste sentido, dividimos os discursos em categorias, nas quais foram analisados a partir de características comuns entre esses discursos.

Fazendo uma pesquisa mais detalhada das matérias dos jornais O Povo e Diário do Nordeste, chegamos a quatro categorias, nas quais podemos analisar discursos que configuram determinadas representações sobre os/as estudantes africanos/as, sobre os/as migrantes africanos/as e/ou sobre o continente africano. Todas as matérias do *corpus* foram analisadas, contudo selecionamos recortes de trechos das que consideramos mais emblemáticas de cada categoria para fundamentar nosso estudo. As categorias são as seguintes:

Categoria 1 - A Unilab e a evocação do discurso histórico sobre o Ceará Terra da Luz e a Redentora Redenção.

Nesta categoria, classificamos as matérias que reproduzem, direta ou indiretamente, o discurso oficializado (seja pela historiografia oficial, seja pelos agentes públicos) sobre o Ceará

como Terra da Luz, destacando-o como o primeiro a libertar os escravizados e/ou de destaque do pioneirismo de Redenção como a primeira província a libertar os escravizados.

Categoria 2 - Discursos sobre o Ceará: a cordialidade em questão

Nesta categoria, classificamos as matérias que reproduzem, direta ou indiretamente, discursos que evocam as imagens do Brasil e do Ceará como povo acolhedor, hospitaleiro, de um país solidário que coopera com os outros países, notadamente com o continente africano.

Categoria 3 - Securitização e criminalização das migrações como expressão do racismo

Na categoria 3, analisamos os discursos de securitização, que colocam as migrações como uma ameaça, seja à saúde pública, à manutenção da ordem social e dos serviços públicos, e à segurança pública. Neste último aspecto, abordaremos principalmente os discursos que reforçam uma visão criminalizadora das migrações.

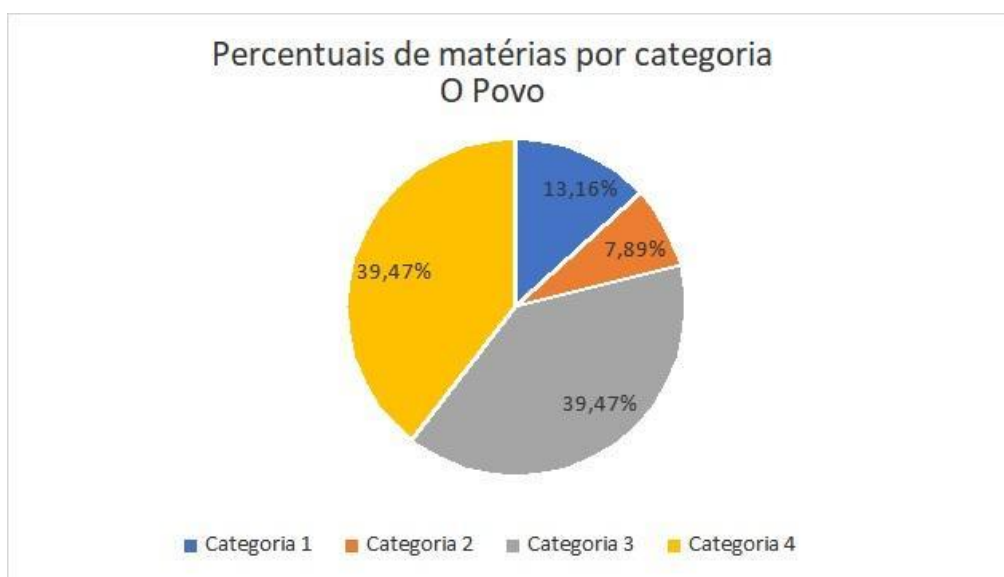
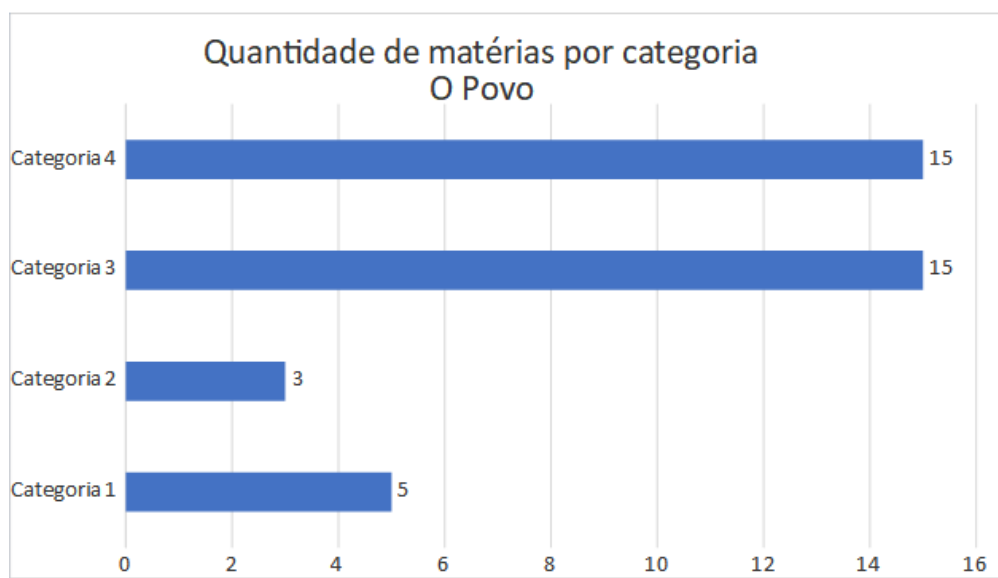
Categoria 4 - África, identidade e resistências negras no Ceará

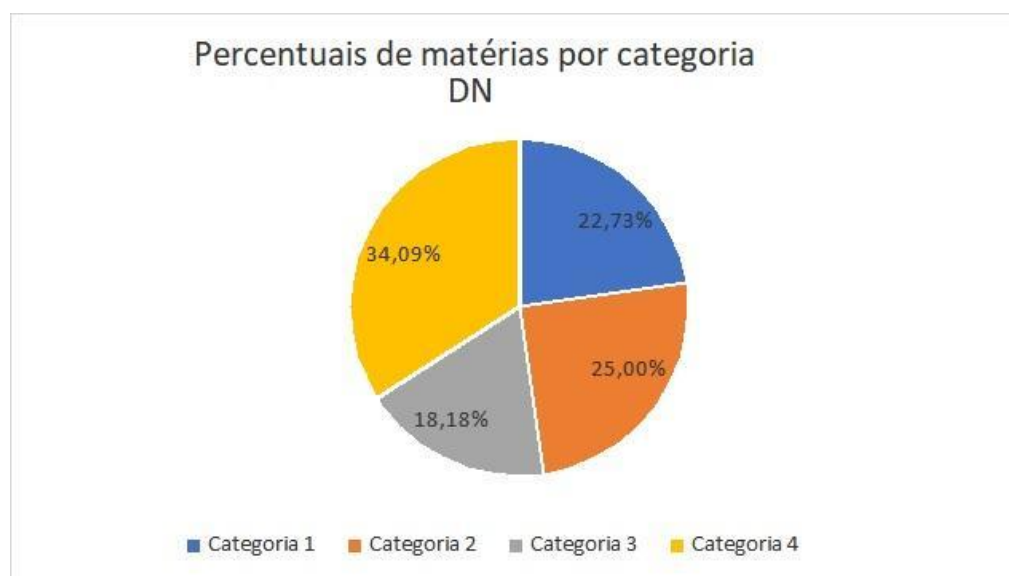
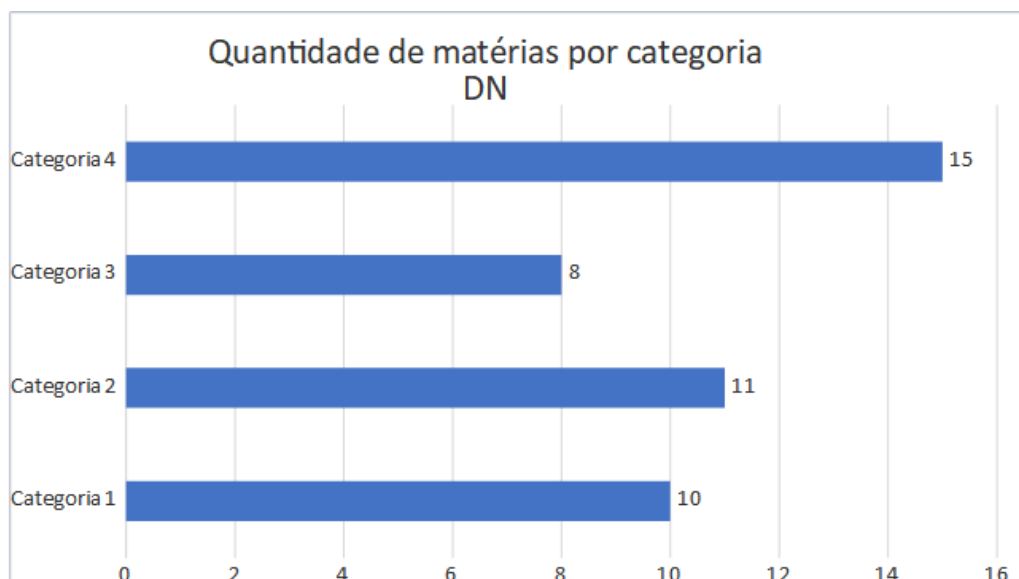
Na última categoria, analisaremos os discursos que retratam os/as estudantes africanos/as, suas relações com Redenção e o Ceará, as relações interculturais entre os migrantes e os locais e as matérias que trazem as discussões sobre as questões étnico-raciais no estado.

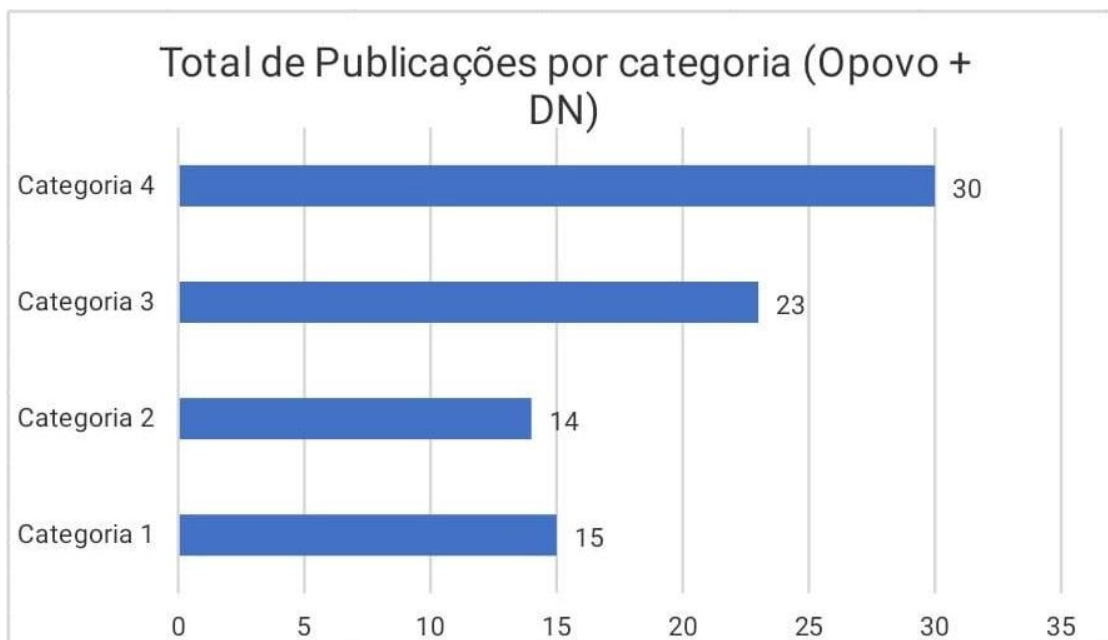
É preciso destacar que algumas matérias se encaixariam em mais de uma categoria. A escolha pelo enquadramento em determinada categoria foi feita a partir de uma prevalência ou relevância maior em relação a determinado discurso.

Tabela 21 - Categorias presentes no corpus analisado.

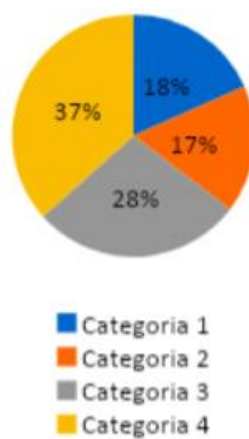
Categoria	O Povo	DN	Total
1- Discurso Ceará/Redenção	5 (33%)	10 (67%)	15
2- Cordialidade em questão	3 (21%)	11 (79%)	14
3- Securitização	15 (65%)	8 (35%)	23
4- Identidade negra no CE	15 (50%)	15 (50%)	30
Total:	38	44	82







Percentual de publicação por categoria



Categoria 1 - A Unilab e a evocação do discurso histórico sobre o Ceará Terra da Luz e a Redentora Redenção

Com quinze matérias somando os dois jornais, essa categoria é a terceira em presença no nosso *corpus*, correspondendo a 18% das matérias no total. A categoria é presente sobretudo no DN, com 10 matérias, contra 5 no jornal O Povo.

A criação da Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afrobrasileira (Unilab), em 2010, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, motivou a publicação de várias notícias nos jornais cearenses.

Desde os trâmites relacionados à instalação, até a disputa com o estado da Bahia por sediar a Universidade (o que depois resultou na criação do *campus* dos Malês, em São Francisco do Conde - BA), às cerimônias de inauguração da universidade e posse do primeiro reitor pro tempore, Paulo Speller, foram pautados nos jornais.

Tendo como pauta a presença desses estudantes, seja por meio do Programa PEC-G (na UFC, UECE e em algumas faculdades particulares), da Unilab ou das faculdades particulares, os jornais abordaram questões como as relações entre o Brasil e o continente africano, migrações, o racismo vivenciado não só por negros brasileiros como pelos migrantes negros, as heranças culturais com o continente africano, entre outras.

Esses temas que aparecem na mídia, tendo como gancho a criação da Unilab e a presença dos/as migrantes africanos/as no Ceará, trazem à tona representações presentes e construídas na e pela sociedade sobre a população negra no Ceará e sobre os/as migrantes africanos/as.

Os discursos sobre o Ceará e sobre o município de Redenção, e a sua relação com sua negritude e com os migrantes, são bastante reveladores dessas representações. Elas não são únicas, são múltiplas e, muitas vezes, até mesmo contraditórias, como poderemos ver nas análises dos trechos a seguir, retirados de matérias do nosso *corpus* de pesquisa.

Como abordamos no último tópico do capítulo 2 (O racismo à cearense e as resistências do povo negro no estado), foi construído, ao longo dos anos, no Ceará, e sustentado pela historiografia oficial, pelo judiciário, legislativo, pelas escolas, o discurso do Ceará como Terra da Luz, por ter sido a primeira província a libertar os escravizados.

A libertação dos escravizados é, sem dúvidas, um marco histórico de extrema importância. Foi a partir disso que se conseguiu avançar em conquistas para a população negra recém-liberta e as gerações futuras. Porém, cabe analisar as contradições desse processo e a forma como foram construídos os discursos em torno disso.

Conforme apontam Nascimento (2018), Ratts (2016), Sousa (2008) e Marques (2013), o discurso exaltador do Ceará como Terra da Luz reverberava as ideias dos abolicionistas brancos, muitos destes mantiveram trabalho cativo em suas fazendas mesmo durante o contexto

de luta por liberdade, e tinham interesses econômicos no fim da escravidão e na vinculação do Ceará a um ideal moderno de progresso e civilidade.

Ainda na perspectiva desse discurso, está associado o da negação da população negra no Ceará. A justificativa de que a província teria sido a primeira por ter poucos escravizados (já contestada com dados históricos), por isso os teria libertado, serve para legitimar um processo de apagamento, de negação da população negra no estado. Situação que perdura até hoje.

Ao mesmo tempo, foi invisibilizada a luta dos próprios escravizados por sua libertação, colocando-a como um feito de abolicionistas brancos e sem contestar a falta de condições dignas de trabalho e de inserção social aos libertos, perpetuando assim as condições de exclusão que persistem até hoje para a população negra no país.

A construção e reprodução sistemática desse discurso, sem a devida contextualização, conforme apontam os autores citados no nosso referencial teórico (cf capítulo 2), nos diversos espaços de fala pública, contribuem para a manutenção do sistema que privilegia as elites brancas em detrimento da população não branca no país, refletidos nos inúmeros marcadores de desigualdade social, entre eles o próprio extermínio da população negra, já discutidos nesta pesquisa.

Hodiernamente, ainda é muito comum escutar, no Ceará, esse discurso da ausência de negros no estado, embasado justamente no discurso das elites de que havia poucos negros e por isso teria sido a primeira província a libertar os escravizados. A própria construção da identidade cearense é feita a partir desses discursos, conforme aponta Barboza (2018, p. 3):

Desta forma, desde o início da produção da identidade cearense a presença do negro foi negligenciada. Já a temática da abolição de 1884 surgia como elemento de autopromoção dos valores de civilização e progresso por parte das elites letradas. Assim, a escravidão deveria ser uma instituição a ser eliminada para permitir o ingresso do Ceará na modernidade, não por solidariedade ou preocupação com a inclusão na sociedade de negros e negros libertos, tratando os principais interessados em meros espectadores do espetáculo abolicionista cearense.

A criação de uma universidade federal para a integração de países de língua oficial portuguesa, principalmente os africanos, em cumprimento de uma demanda do movimento negro brasileiro por mais acesso à educação de nível superior pública, gratuita e de qualidade, é uma ação importante nesse enfrentamento ao racismo no Brasil, juntamente com a criação do Estado da Igualdade Racial, no mesmo ano (2010).

A escolha do estado do Ceará e do município de Redenção, mais precisamente, para receber essa Universidade, tem a motivação da simbologia que esse marco representa. O discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando fala da aprovação, pelo Congresso

Nacional, da criação da Unilab, durante discurso da cerimônia de sanção do Estatuto da Igualdade Racial e do projeto de lei que criou a Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab), revela isso:

A instituição da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira [Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira] se reveste de especial simbolismo pelo fato de o seu *campus* estar situado no município cearense de Redenção, a primeira cidade brasileira a abolir a escravidão, cinco anos antes da Lei Áurea. A abolição ocorrida no século XIX, contudo, não assegurou aos escravos libertos as oportunidades de trabalho, estudo e cidadania, para o exercício pleno da liberdade humana. E isso explica, em boa parte, a construção interrompida da nação brasileira, com ciclos sucessivos de expansão... que ciclos sucessivos de expansão não conseguiram superar¹⁰³.

Importante destacar marcos históricos, mas a discussão precisa avançar para além disso. Muitas vezes, a mídia reproduz o discurso do marco histórico, mas sem problematizar questões, como a incompletude desse processo de abolição, que resultou na manutenção de exclusão social dos que foram escravizados; a falta de medidas de reparação desse processo de desumanização e falta de acesso aos direitos sociais e medidas que garantissem uma verdadeira reinserção na sociedade como sujeitos de direito.

Outra questão que precisa ser abordada é o processo de invisibilização da luta da população negra pela abolição (foram escolhidos abolicionistas brancos como símbolos desse processo de abolição), que perdura até hoje, inclusive os símbolos do movimento abolicionista citados, mesmo tanto tempo depois, ainda são os membros da elite intelectual branca da época.

A matéria, publicada com o título “[Homenagem] ‘A Unilab será a redenção de Redenção’, diz Lula”, no dia 02 de março de 2013, na editoria Ceará, do jornal O Povo, trata da cerimônia de concessão do título de *Doutor Honoris Causa* pela Unilab ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Seu conteúdo traz à tona, pela fala do ex-presidente, as simbologias em torno do Ceará e de Redenção, pelo marco histórico do pioneirismo na libertação dos escravizados e a busca, nessa fala, de associar essa simbologia também à Unilab:

[Homenagem] “A Unilab será a redenção de Redenção”, diz Lula. O ex-presidente esteve ontem no município de Redenção, onde recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Unilab. Lula esteve o tempo todo em companhia do governador Cid Gomes e do prefeito Roberto Cláudio.

“A Unilab será um símbolo da redenção de Redenção”, disse o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pouco depois de receber o título de Doutor Honoris Causa,

¹⁰³ Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião durante cerimônia de sanção do Estatuto da Igualdade Racial e do projeto de lei que cria a Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab) em 20 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/20-07-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-sancao-do-estatuto-da-igualdade-racial>. Acesso em: 29 mai. 2020.

em Redenção (a 55 quilômetros de Fortaleza). O município abriga a sede da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). A instituição começou a ser construída no governo de Lula e ontem concedeu a homenagem ao ex-presidente. Lula disse que a construção da universidade foi “um dos atos mais gratificantes” do período em que foi presidente (2003-2010).

“A Unilab será a redenção de Redenção”, diz Lula. Em seguida, a notícia traz um outro elemento, por meio do discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, que é o da dívida histórica:

“De acordo com ele, a instituição representa um resgate da dívida social com os países africanos, lembrando o caráter de integração da Unilab entre os países que falam a língua portuguesa. [...] Além disso, falando para uma plateia formada em grande parte por negros, criticou quem é contrário ao sistema de cotas. “Meia dúzia de brancos ousavam escrever na imprensa que a cota seria um retrocesso”. O ex-presidente disse ainda que, em seu governo, os pobres passaram a ter mais acesso à educação superior. “A gente não quer ser só pedreiro, quer ser engenheiro também”. Ele ilustrou o discurso com uma autorreferência: “Se aquele baixinho de Garanhuns (Pernambuco) conseguiu, por que vocês não conseguem?”

O discurso do ex-presidente traz elementos importantes para se fazer um paralelo entre passado e presente, ao falar da dívida histórica com países africanos e abordar a questão da desigualdade de oportunidades no acesso à educação para a população negra e, em seguida, citar a importância das cotas raciais, que é uma medida afirmativa importante no processo de reparação dessas desigualdades históricas, e que tem sido bastante contestada por grupos conservadores.

Ao passo que trazer essas falas na matéria é importante e remete a essas questões que não costumam ser discutidas, esses temas ficam somente na fala do ex-presidente e não são contextualizados. De que dívida social fala Luiz Inácio Lula? Como a criação de uma Universidade de Integração com países do PALOP se vincula à questão das cotas raciais? Qual o papel da Universidade nesse contexto de distorção histórica no seu acesso por brancos e não brancos?

O tema da matéria era a concessão do título ao ex-presidente, mas o gancho estaria feito para abordar questões importantes que não costumam entrar em pauta no cotidiano do jornal. Mas essas questões importantes ficaram restritas à fala do homenageado. No restante da matéria, informações sobre os bastidores da chegada do presidente, o anúncio da possibilidade de criação de um hospital em Acarape e as divergências políticas entre a ex-prefeita de Fortaleza Luizianne Lins e o então prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, que acompanhava a cerimônia.

Em matéria intitulada “[Cooperação internacional] Lula assina lei que cria a Unilab”, publicada no Jornal Diário do Nordeste, na editoria Nacional, em 21 de julho de 2010, a simbologia de Redenção como a primeira a libertar os escravizados também é citada, agora a partir do discurso do então governador do estado, Cid Gomes, como podemos ver a seguir:

A nova universidade será localizada no município de Redenção, no maciço de Baturité, a 66 quilômetros de Fortaleza (CE). "Esta também é mais uma homenagem, já que Redenção foi o primeiro município brasileiro a libertar seus escravos", explicou Cid Gomes.

Porém, a citação de Cid Gomes fica solta, sem nenhuma contextualização e problematização por conta do jornal. Em seguida, na próxima linha, a matéria fala da previsão de conclusão da obra. Aspectos como o que significa a presença da Universidade para o estado e para o próprio município de Redenção, como a cidade recebe esse novo equipamento educacional que garantirá acesso à Universidade no interior do estado, não são tratados.

Em seguida, a cooperação internacional com países da África é mencionada, mas ligeiramente, e novamente o discurso da dívida histórica com os países africanos é acionado:

A Universidade tem o objetivo de promover atividades de cooperação internacional com os países da África por meio de acordos, convênios e programas de cooperação internacional, além de contribuir para a formação acadêmica de estudantes dos países parceiros. "Esta é a segunda universidade federal para o Ceará em 50 anos. É um espaço para o estudo da língua portuguesa e uma forma de pagar a grande dívida que o Brasil tem com os países africanos", avaliou Cid Gomes.

Mais uma vez, esse discurso da dívida histórica não é contextualizado, fica solto, sem explicação. Do jeito que é colocado, fica parecendo que a Universidade, por si só, vai pagar a dívida histórica pelos mais de 400 anos de escravização, que o processo de exclusão e discriminação, o racismo, restringia-se ao período da escravização. É um problema do passado e não do presente. Fica deslocado do contexto de por que a população universitária no Brasil é majoritariamente branca, pois o acesso à educação em todos os níveis é negado, em grande medida, à população negra no país.

Falta discussão sobre a própria importância da criação de uma Universidade que promove, ao mesmo tempo, interiorização e internacionalização, representando um marco não só no campo da educação do estado como também para o país, uma vez que a proposta da Unilab se diferencia de todas as outras universidades federais. Mas a questão é tratada simplesmente como um ato burocrático ordinário.

A matéria "Unilab mudou a rotina de Redenção", publicada na editoria Regional do Diário do Nordeste, em 29 de julho de 2015, inicia abordando a Unilab, os impactos positivos que gera para a cidade, os desafios que ainda são encontrados em Redenção, cinco anos depois da inauguração da nova Universidade, trazendo à tona alguns problemas enfrentados pelos/as estudantes africanos/as, a partir da fala deles/as. Porém, entre esses aspectos positivos, não estão citados as oportunidades no campo da educação nem os intercâmbios culturais. O positivo se limita, nesse caso, ao fator econômico, com os ganhos do comércio e de setores, como o imobiliário "de olho na bolsa paga pelo governo federal aos estudantes", como declara o jornal.

E de uma forma errada, porque nem todos os universitários ganham bolsa do governo federal, apenas alguns vinculados a projetos de pesquisa, assim como os brasileiros. O negativo, por sua vez, se restringe à falta de moradia para os estudantes e de saneamento básico.

A matéria inicia abordando, no subtítulo, os pontos positivos da instalação da Universidade, com a movimentação do comércio local:

Nos últimos cinco anos, com a chegada dos estudantes, aumentou o investimento em pequenos negócios.

Em seguida, continua afirmando os aspectos positivos, mas introduz que essa presença “fez aflorar problemas novos e antigos”.

Em Redenção, a presença dos estudantes estrangeiros e o impulso que a cidade ganhou são visíveis. O complexo universitário, por outro lado, fez aflorar problemas novos e antigos.

Ao lermos sobre esse “aflorar problemas novos e antigos”, imaginamos que a matéria iria abordar a questão do racismo, que é sempre trazida pela fala dos/as estudantes quando se trata dos problemas da vivência no país. Porém, esse tema não é abordado em nenhum momento na matéria, que traz uma espécie de balanço, um quadro da Universidade após cinco anos de sua inauguração.

Assim como nas outras, a matéria faz alusão ao pioneirismo na libertação dos escravizados e destaca a vinda dos “importantes abolicionistas” para prestigiar o acontecimento. Mais adiante, revela que a presença dos estudantes de países como Cabo Verde e Angola é bastante observada na cidade.

A cidade entrou para a história como a primeira no Brasil a libertar totalmente seus escravos. O fato foi registrado no dia 1º de janeiro de 1883. Importantes abolicionistas vieram em comitiva prestigiar a solenidade do acontecimento, por meio da Estrada de Ferro de Baturité.

Passados 127 anos da abolição dos escravos, com a inauguração da Unilab, o município de Redenção voltou a ter contato com os povos africanos. Ao caminhar pelas ruas, é fácil se deparar com grupos de estudantes, principalmente de Cabo Verde e Angola. “É um pessoal alegre, sempre gentil e que se adaptou muito bem à nossa realidade”, avalia o comerciante José Flávio da Silva.

Trazendo os depoimentos dos comerciantes, a matéria passa uma imagem de que as relações entre os locais e os migrantes seria bastante positiva, amistosa. Os estudantes aparecem como uma presença desejada, e até festejada, na cidade.

É um pessoal alegre, sempre gentil e que se adaptou muito bem à nossa realidade”, avalia o comerciante José Flávio da Silva

A mesma impressão tem o arrendatário de um restaurante no Centro de Redenção, José Átila. “É um povo bem-vindo. O comportamento deles é exemplar. Nunca os vi envolvidos em confusão ou desavenças”. Há três meses, Átila passou a trabalhar num restaurante que fica aberto das 6h30 até 22 horas. Ele é um dos moradores que viu na chegada dos estudantes a possibilidade de montar ou ampliar um negócio rentável.

"Certamente, mais de 60% do nosso movimento é bancado por eles. Começa bem cedo, quando acordam para ir à Unilab e passam por aqui para tomar café, na hora do almoço ou ainda no fim da noite, quando eles regressam para casa e realizam a última refeição do dia", explica Átila

Mais adiante, essa receptividade é posta em xeque, uma vez que a especulação imobiliária e os preços abusivos, com aumento de 100% nos preços, revela a face negativa dos moradores da cidade nessa relação com os migrantes, mostrando que eles são bem-vindos, mas na medida em que garantam o aumento do lucro desses comerciantes.

Principalmente na área central da Cidade, é possível notar a presença de farmácias, padarias, lojas e outros estabelecimentos comerciais surgidos após a instalação da instituição. De olho na bolsa paga pelo governo federal aos estudantes, vários setores da economia, notadamente o varejo, aumentaram seus investimentos.

O comerciante, no entanto, ressalta que tem muita gente inflacionando o mercado desde a implantação da Universidade. "Para vocês terem uma ideia, uma loja pequena, que antes podia ser alugada por R\$ 250, hoje seu dono não cobra menos que R\$ 500. Apesar dessa carestia, é difícil encontrar um espaço vago. Há um grande investimento em pousadas e imóveis, não só para alugar, como também para vender", aponta.

A inflação na cidade é a maior queixa dos estudantes. "Recebemos uma bolsa de R\$ 530. O menor aluguel que conseguimos achar é de R\$ 500. Os donos de imóveis sabem que temos que conseguir moradia de qualquer forma e nos obrigam a nos reunirmos em grupos de três ou quatro para viabilizar o aluguel", revela o estudante João Gomes, 26, de Guiné-Bissau.

Porém o último depoimento apontado na matéria, do estudante Farã Vaz, funciona como um *disclaimer*, amenizando esse aspecto negativo do Nós, brasileiros, representados pelos comerciantes:

Farã Vaz, 28, é também de Guiné-Bissau e bacharel de Ciências Humanas. Ele reclama das condições oferecidas aos estudantes, **mas faz questão de ressaltar que a inflação é até certo ponto natural: "Em qualquer lugar, o mercado funciona de acordo com a oferta e a procura.** Quando criaram a Unilab, deviam ter planejado a construção de uma residência universitária. Isso seguraria os preços. Não permitiria uma alta tão grande. É até natural que os donos de imóveis, diante de uma grande demanda, aumentem os preços" (grifo nosso).

O problema não seria dos comerciantes, oportunistas, e que inclusive infringem normas legais das relações de consumo, uma vez que a prática de preços abusivos é proibida pelo Código de Defesa do Consumidor brasileiro. A questão seria "apenas" um problema de planejamento da Unilab.

Até mesmo uma omissão grave dos governos em garantir residência estudantil, levando muitos estudantes a se submeterem a condições bastante precárias de moradia e comprometerem boa parte de sua renda, é amenizado como uma questão de falta de planejamento.

Esse tipo de abordagem revela o quanto os discursos das elites se reproduzem ao longo dos anos, por meio, por exemplo da historiografia oficial e do discurso das mídias. Contradições e omissões apontadas há séculos pelos movimentos negros ainda se repetem no cotidiano das notícias publicadas nos jornais referentes a questões étnico-raciais.

Categoria 2 - Discursos sobre o Ceará hospitaleiro: a cordialidade em questão

Com quatorze matérias, essa categoria é a quarta em presença no nosso corpus. Com onze no Diário do Nordeste e três no Jornal O Povo. As representações do cearense como povo hospitaleiro também aparecem nas matérias, contudo, a partir das análises, percebemos contradições nesse discurso tão propagado em torno do ser cearense.

Belmino (2014) destaca que a ideia de povo hospitaleiro faz parte da construção identitária do cearense:

A marca da Copa criada pelos governos estaduais também reforça a ideia de uma cidade receptiva, hospitaleira e de um povo alegre. [...] A marca traz o argumento utilizado anteriormente em outras campanhas direcionadas ao turismo de um povo hospitaleiro e “gaiato”, como é referenciada nacionalmente a construção identitária cearense. (BELMINO, 2014, p. 17)

Carvalho (2017), ao analisar as representações sociais de Fortaleza na sua construção como cidade-sede da Copa do Mundo, aborda que a questão da hospitalidade é um dos atrativos simbólicos de Fortaleza, historicamente construído ao longo de diversas gestões do governo do Estado e presente nas campanhas destinadas a emplacar o Ceará como atração turística nacional e internacional. Esta seria uma vocação do estado e que favorece o turismo. Simbologia que foi bastante utilizada também na construção de Fortaleza como cidade-sede da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

Essa hospitalidade tão apregoada como característica da cidade e dos cearenses em geral parece não ser a realidade na prática, quando se trata de migrantes ou pelo menos migrantes de determinadas nacionalidades.

Cabe destacar que essa característica costuma ser enfatizada em relação ao Ceará e ao Nordeste em geral, mas também faz parte das representações construídas sobre o Brasil no exterior. Os discursos sobre o Brasil como um país alegre e acolhedor também costumam ser difundidos em diversos espaços, mas sobretudo nas propagandas turísticas promovidas pelo Estado brasileiro para o público externo.

Como vimos na última matéria analisada na categoria 1, que também se enquadraria nessa categoria, o cearense “hospitaleiro” se aproveitou das deficiências de estrutura na cidade

de Redenção para receber os migrantes e dobrar o preço dos aluguéis para os que mudaram para a cidade com o intuito de estudar ou trabalhar na nova Universidade.

Essa postura também aparece nos discursos que tratam das relações com os países do continente africano.

A matéria “**Sul-Sul] África entra no mapa dos negócios**”, publicada no caderno de política, no dia 05 de dezembro de 2010, aponta a Unilab como um dos principais símbolos da cooperação Brasil-África.

Apesar de o título da matéria apontar para uma cooperação entre países do Sul global, os discursos dos entrevistados, ao longo de toda a matéria, apontam não para uma perspectiva de troca, mas para a África como um lugar a ser explorado economicamente, mercado importador para mercadorias do país. Nas palavras do entrevistado, o país estaria perdendo de aproveitar melhor o potencial do continente, como o fazem a China e Índia.

De acordo com o professor de relações internacionais da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e especialista na relação Brasil-África, Cláudio Ribeiro, países como China e Índia souberam aproveitar melhor o potencial do continente. Em 2009, os importadores africanos compraram U\$ 50,5 bilhões e U\$ 15 bilhões dos dois países, respectivamente. O Brasil, por sua vez, exportou “apenas” U\$ 8,9 bilhões.

Em seguida, o especialista em relações Brasil-África sugere que esse acordo de “cooperação” teria sido por acidente, que a aproximação se daria por interesse político de angariar votos para o Brasil garantir assento no Conselho de Segurança da ONU, e depois percebeu-se que havia possibilidade também de um intercâmbio econômico e financeiro.

Costumo dizer que o Brasil atirou no que quis e acertou no que não viu. No começo, essa aproximação tinha principalmente fins políticos, o governo brasileiro queria parceiros que o apoiassem na luta por um assento no Conselho de Segurança da ONU, por exemplo. Entretanto, percebeu-se que havia possibilidade também de um intercâmbio econômico e financeiro”, explicou Ribeiro. Incrementar o volume de exportações e diversificar os produtos nacionais vendidos ao continente fica como desafio para o futuro Governo Dilma. Hoje, o Brasil exporta principalmente açúcar, carnes e cereais, enquanto os chineses transferem produtos eletrônicos e veículos. “Enquanto estamos raciocinando se vale a pena ou não investir mais nos africanos, a China já os elegeu como prioridade”, alertou o Coronel-Aviador RR e membro do Observatório das Nacionalidades da Universidade Federal do Ceará Sued Lima.

Porém, a matéria e o entrevistado não falam, em nenhum momento, desse intercâmbio econômico e financeiro. O Brasil aparece como exportador de mercadores para o mercado africano, mas não há menção sobre importação de produtos de países africanos pelo Brasil. A relação do Brasil com países africanos, da forma como apontada por Ribeiro, lembra mais uma relação colonialista, imperialista do que de cooperação efetivamente.

Embora essa referência à hospitalidade do cearense também seja acionada nos discursos em relação à criação da Unilab, o racismo relatado por inúmeros estudantes africanos como cotidiano nas suas vivências no Ceará expõe as contradições desse discurso. Nada menos

hospitaleiro do que ver pessoas atravessando a rua com medo de você ou ser confundido com criminoso durante abordagens violentas da polícia, entre outras experiências vividas pelos/as estudantes em Fortaleza e em Redenção.

O editorial do Jornal O Povo do dia 24 de abril de 2014, intitulado “**Unilab: perigo de reabertura involuntária de feridas ancestrais**” faz uma importante denúncia do atraso, pelo governo federal, do pagamento das verbas do Programa de Assistência ao Estudante (Paes), levando inúmeros estudantes africanos a passarem necessidade e ficarem expostos a situações degradantes, como o despejo de suas moradias.

Os protestos realizados por alunos da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira), que reclamam do abandono em que se encontram, **depois de trazidos da África para estudar no Brasil**, surpreenderam a opinião pública. A sociedade cearense (e a brasileira em geral) quer explicações para esse aparente descaso.

A Unilab, instalada no município de Redenção, foi pensada como instituição destinada a **formar estudantes das antigas colônias portuguesas (sobretudo as africanas, mas, inclui também Timor Leste)** que possam servir como quadros no desenvolvimento dessas jovens nações. Seria uma das formas de resgatar a dívida histórica que o Brasil tem para com os povos africanos, trazidos para cá à força, durante quase quatro séculos, para trabalhar como escravos e que terminaram não só contribuindo para a construção da riqueza material da Nação, mas também de sua cultura, dando-lhe um **colorido particular**. (grifos nossos)

O texto, que representa, dentro da estrutura jornalística, a opinião do jornal sobre determinado assunto, reforça alguns estigmas que vão na contramão dessa proposta de denúncia. Os estudantes não foram trazidos da África para estudar no Brasil. Eles se candidataram e passaram por um processo seletivo para estudar na Universidade.

A referência aos países africanos é feita sem reforçá-los como países independentes, mas sim a partir da referência como antigas colônias portuguesas. O jornal, mais uma vez, aciona o discurso da dívida histórica e destaca o processo de escravização dos povos africanos pelo Brasil, ressaltando ainda a contribuição deles para as riquezas materiais e para a cultura do país. Contudo, o termo “dando-lhe um colorido particular” desliza o sentido dessa contribuição cultural a um mero sentido acessório, decorativo, de colorir a paisagem brasileira.

Em seguida, o editorial é concluído apontando que esse descaso representa uma mácula ao projeto da Unilab, causando efeitos opostos aos pretendidos pelo projeto. Isso, conclui o editorialista, “resulta involuntariamente na reabertura das marcas da humilhação ancestral impostas a esses povos”, remetendo ao próprio título do editorial “Unilab: perigo de reabertura involuntária de feridas ancestrais”.

Infelizmente, aquele ambicioso projeto está sendo maculado pela displicência e aparente irresponsabilidade de quem devia arcar com o compromisso assumido. É difícil acreditar que as autoridades maiores do País tenham conhecimento concreto do que está se passando aqui. As verbas prometidas pelo Programa de Assistência ao

Estudante (Paes) estão atrasadas – além de defasadas – causando vexames aos estudantes, que estão sendo despejados das moradias alugadas (na verdade, era para existir uma estrutura de alojamentos para os bolsistas), e que não dispõem de dinheiro para alimentação, nem a assistência médica indispensável. Ora, tal descaso gera efeitos justamente opostos aos pretendidos pelo projeto, já que resulta involuntariamente na reabertura das marcas da humilhação ancestral impostas a esses povos, além de empanar a imagem do País. Com a palavra, as autoridades de Brasília.

O texto retrata como se a situação em si fosse a responsável por reabrir uma ferida que, portanto, já estaria fechada. O processo de exclusão, de desumanização da população negra e africana, neste sentido, não estaria acontecendo no Brasil. Seria este acontecimento que traria de volta “o fantasma” da humilhação imposta (por quem?) a esses povos.

Observamos que o agente dessa humilhação ancestral não é nomeado. O Estado brasileiro, as elites econômicas e simbólicas do país que enriqueceram e se mantiveram no poder às custas do processo de desumanização da população escravizada. Esse processo, contudo, não é uma ferida fechada, cicatrizada.

Essa ferida continua aberta e exposta, bastante visível na continuidade do processo de desumanização da população negra, que continua sendo submetida aos trabalhos mais precarizados e insalubres e, inclusive, ainda à escravização (os números de trabalho escravizado continuam sendo vergonhosos no país). O trabalho doméstico, que só nos últimos anos, passou a ter os mesmos direitos que os demais, continua precarizado e sendo realizado por mulheres negras, na maioria das vezes.

O processo de negação de sua humanidade, seja no descarte dessas vidas pela violência policial ou num sistema penal seletivo, que encarcera em massa a população negra também são exemplos. Podemos acrescentar a essa lista também a falta de oportunidades e acesso aos diversos serviços públicos e o desrespeito à cultura e perseguição das religiões de matriz africana.

Essa negação do racismo brasileiro, como presente e atual, contribui para a manutenção desse quadro histórico que se perpetua ao longo dos séculos e que tem, nos discursos das elites, como no caso da mídia, a sua constante atualização e reprodução.

Em matéria publicada no dia 26 de Maio de 2011, na editoria Cidade do DN com título “[Redenção] Na inauguração da Unilab, Cid anuncia hospital”, o jornal aborda não só a cerimônia de inauguração da Universidade, mas também de obras públicas alavancadas por ela.

Na ocasião, o governador do Estado, Cid Gomes, anunciou um hospital, a construção de uma estrada ligando o município a Pacoti e a duplicação de parte da CE-060.

O discurso da dívida histórica mais uma vez é afirmado, a partir da reprodução da fala do então ministro da Educação, Fernando Haddad:

"A implantação da Unilab tem um significado simbólico referente à 'dívida' que o Brasil possui com continente africano, por conta dos séculos de escravidão. Além do fato de Redenção ter sido a primeira cidade a libertar os escravos", disse.

Contudo, logo em seguida, sob o intertítulo de "Solidariedade", a matéria introduz, a partir da fala do então governador Cid Gomes, que essa solidariedade e apoio oferecidos aos estudantes representaria uma via de mão dupla. A mão dupla a que alude o governador seria representada pelos futuros benefícios comerciais.

Solidariedade

Por sua vez, o governador Cid Gomes afirmou que a oportunidade oferecida aos estudantes de outros países, ao mesmo tempo em que representa um gesto de "solidariedade e apoio", consiste em um "caminho de mão dupla". Segundo Cid, a relação mais estreita entre os governos, iniciada simbolicamente ontem, deverá resultar em futuros benefícios comerciais.

De uma reparação a uma dívida histórica, a oferta de vagas em universidade pública federal no Brasil passaria a ser uma moeda de troca. O sentido de cooperação no campo da educação, interiorização e internacionalização da universidade, de desenvolvimento regional e cooperação internacional são esvaziados num discurso que remete à solidariedade (mais no sentido de caridade) e interesses comerciais.

Na matéria "**Ceará é eleito por estrangeiro como melhor moradia**", publicada na editoria Cidade, do Diário do Nordeste em 13 de Janeiro de 2012, o estado é apontado como um destino desejado pelos migrantes.

O Estado passa por uma mudança no perfil dos migrantes; maioria são estudantes, famílias e pessoas mais idosas. O estereótipo do Ceará como a terra da fome e da seca, que expulsava o sertanejo para o "sul" parece ter sido superada. Ganha espaço, hoje, a imagem do paraíso, dos verdes mares e das belezas sem fim. Prova disso é a presença frequente e até ostensiva dos estrangeiros que a cada ano largam o frio Europeu para consolidar uma nova morada.

A matéria aponta a presença sobretudo de europeus e coloca como objetivos da chegada deles ao Ceará a visita, os negócios ou o passeio.

No ano passado, por exemplo, 80.430 estrangeiros chegaram à "terrinha", sendo 69.931 via Aeroporto e 10.499 pelo Porto Marítimo do Mucuripe. Número maior que os 78.469 contabilizados em 2010. No topo estão italianos (20.289), portugueses (15.752) e franceses (5.388), tendo destaque também os moradores de Cabo Verde (2.309) entre os que chegam para visitar, fazer negócios ou passeio. Ainda em dezembro, o Diário do Nordeste apresentou matéria expondo que o Ceará é o 2º em atrair investimentos do exterior.

As representações desses migrantes e de Fortaleza são positivas. Eles deixam Fortaleza "com ares de metrópole globalizada". A cidade aparece como preparada para acolher bem "esse caldeirão de culturas", com restaurantes de *menus* do mundo inteiro. E é destacado também um exercício diário de tolerância dos fortalezenses.

É a Fortaleza que, assim, como um caldeirão de culturas, ganha mil caras, identidades múltiplas com ares de metrópole globalizada, tudo junto e bem misturado. Em uma volta pela Beira-Mar, já se pode encontrar restaurantes com menus do mundo inteiro,

gente de todas as línguas, hábitos variados em um exercício diário de tolerância. Mas, o que desejam os de fora?

Mas a quem se destina essa receptividade de Fortaleza? É a todos os migrantes que aqui chegam ou aos migrantes europeus que circulam pela Beira-Mar, a área economicamente mais valorizada da cidade?

No final da matéria, sob o intertítulo “qualidade”, a fala do delegado chefe da delegacia de imigração da Polícia Federal no Ceará dá alguns indícios:

Qualidade

Na visão do Delegado Tomas Wlassak, Chefe da Delegacia de Imigração da Polícia Federal (PF) do Ceará, os visitantes vêm na busca de qualidade de vida. "O clima quente daqui ainda atrai muito, faz sucesso. Somos hospitaleiros e bastantes elogiados por isso. Entretanto, ainda há muitos problemas de infraestrutura e de convivência pacífica", frisa. Ele aponta ainda uma mudança no perfil dos visitantes. Agora, predomina os estudantes, as famílias e pessoas mais idosas. Entre os universitários, o Ceará já abriga cerca de 2 mil estudantes, oriundos, principalmente, da África. A principal meta é selecionar, dar mais qualidade em vez de quantidade.

Os atrativos do Ceará são novamente destacados e a referência a um povo hospitaleiro é retomada no discurso do delegado. Contudo, após as atribuições positivas do estado, algumas negativas são apontadas “há muitos problemas de infraestrutura e de convivência pacífica”. O delegado e o texto não esclarecem quais seriam os problemas de convivência pacífica.

Que conflitos são esses envolvendo os migrantes e os locais? Seria a expressão “problemas de convivência pacífica” um eufemismo, uma atenuação para casos de xenofobia e/ou racismo?

Em seguida, o chefe do Departamento de Imigração fala da mudança do perfil dos migrantes. No início da matéria, são citados os europeus como predominantes, estando apenas o país africano Cabo Verde na lista dos predominantes na origem dos migrantes no estado.

Agora, predominam os estudantes, as famílias e pessoas mais idosas. Entre os universitários, o Ceará já abriga cerca de 2 mil estudantes, oriundos, principalmente, da África. A principal meta é selecionar, dar mais qualidade em vez de quantidade.

Após citar a predominância de estudantes, famílias e pessoas mais idosas e apontar o número de 2 mil estudantes oriundos principalmente da África, o delegado ressalta a necessidade de selecionar, dar mais qualidade em vez de quantidade em relação ao ingresso de migrantes no estado. Por que nem todos esses migrantes são bem-vindos e a que referência de qualidade o agente público estava se referindo? Notamos aí um discurso que reflete a seletividade do nosso controle migratório. Somos um estado acolhedor, hospitaleiro, mas nem todos os migrantes são bem-vindos, desejados.

Em seguida, a repórter qualifica a suposta grande presença de migrantes como uma invasão, o que é contradito pela entrevistada, a professora da Universidade Estadual do Ceará

(Uece), Adelita Carleial, que afirma que a migração internacional ainda é pouco expressiva no estado.

Tentando entender os impactos dessa "invasão", a socióloga e Professora da Universidade Estadual do Ceará (Uece), Adelita Carleial, comenta que a imigração estrangeira ainda é pouco expressiva, concentrando-se na Capital. "Predomina em área urbana, na cor branca, são mais homens que mulheres, poucos são crianças, a maioria é adulta em idade para trabalhar e estabelecer relacionamentos afetivos, possuem elevado nível de escolaridade", afirma. Com esse perfil, esse contingente vem em busca de trabalho, casamentos ou investimentos, fatores que podem ser as motivações para mudarem mesmo de residência.

Adelita explica ainda que a mobilidade populacional é decorrente do desejo de melhoria das condições de vida, quer por novas ocupações, aumento de renda ou por ilusões de segurança, qualidade de vida, tranquilidade, dentre outras razões.

"Existem motivos que expulsam o migrante de seu lugar de origem e outras esperanças que os atrativos do lugar de destino desenvolvem nas subjetividades", frisa a professora da Uece.

Termos como "invasão", "migrantes ilegais", "migrantes irregulares", "clandestinos", entre outros, agregam uma conotação pejorativa às migrações, colocando-as no campo do indesejado, de algo que não seria um direito, mas uma infração, uma violação, uma ruptura com a legalidade. O uso dessas expressões, juntamente com outras propriedades discursivas, produzem ou reforçam sentidos de criminalização das migrações. Essa questão será abordada mais detalhadamente na próxima categoria (3).

A notícia "**Ceará é destino acadêmico para estudantes africanos**", publicada pela editoria Cidade do DN, em 21 de novembro de 2012, aproveita o gancho do Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, para abordar os/as estudantes de países africanos que vêm ao Ceará para estudo. A repórter trata da importância de se conhecer a real participação dos negros na história do povo cearense e de que forma estão vivendo os migrantes provenientes de países africanos no estado.

Ao circular pelos campi de algumas universidades cearenses, não é difícil se deparar com estudantes provenientes de países como Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Os africanos procuram no Estado uma oportunidade de realizar graduações ou pós-graduações de qualidade. Unindo a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), no município de Redenção, a Universidade Federal do Ceará (UFC) e outras universidades privadas, mensura-se que existem pelo menos 588 estudantes de origem africana vivendo no Estado.

Contudo, a grande questão é quem são eles e como estão sendo tratados pelos cearenses. Ontem, Dia Nacional da Consciência Negra, dezenas de eventos, manifestações e atividades ocorreram no Ceará. Porém, é importante discernir qual é a real participação dos negros na história do povo cearense, como são reconhecidos e de que forma estão vivendo os estrangeiros provenientes da África no Estado.

A matéria aponta o papel da Unilab de promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional da região e dos países de origem dos estudantes.

Em seguida, um exemplo fala de dificuldades enfrentadas por eles. A matéria então introduz a situação envolvendo os/as estudantes da Guiné-Bissau ameaçados/as de deportação por não conseguirem renovar o direito de permanência no país. Porém, a única pessoa ouvida sobre essa questão é a procuradora da República Nilce Cunha Rodrigues, que afirma que os estudantes estavam em “situação irregular” em decorrência de inadimplência com as faculdades.

Entretanto, alguns estudantes africanos passam por verdadeiros desafios para conseguir se manter no Estado. A procuradora da República, Nilce Cunha Rodrigues, explica que, só em Fortaleza, há pelo menos 300 estudantes matriculados em universidades privadas provenientes de Guiné Bissau. Destes, pelo menos 198 estão inadimplentes. A procuradora ressalta que muitos estudantes se encontravam em situação irregular por não conseguir renovar o direito de permanência no país. Sem pagar a mensalidade das universidades, eles não podiam obter a liberação dos documentos escolares necessários ao processo de concessão das autorizações e corriam o risco de deportação.

Sem contextualização e sem ouvir os estudantes, a conclusão a que se chega na matéria é de que os estudantes simplesmente são maus pagadores e ilegais. Mais adiante, no próximo tópico, abordaremos mais detalhadamente a situação que os levou a não terem condições de pagar a faculdade, mas a problemática envolve o fato de que, ao fazerem propaganda para atrair os estudantes ao país, as faculdades privadas informaram preços irrealistas, o que fez com que houvesse uma grande disparidade no real custo de vida encontrado no estado. Outra questão envolveu um golpe de Estado na Guiné-Bissau, o que impediu muitas famílias de continuarem mandando remessas aos estudantes para que se mantivessem no Brasil.

Os migrantes aparecem assim como pessoas que não cumprem a lei, as normas exigidas pelo país onde estão vivendo. Isso é reforçado na afirmação legalista da procuradora “Na verdade, a regra é a mesma para qualquer um que venha estudar no Brasil, é preciso renovar a permanência anualmente”, ao final da matéria.

Porém, ela garante que, após um acordo intermediado pelo Ministério Público Estadual, juntamente com as universidades privadas, os estudantes de Guiné Bissau poderão parcelar as dívidas em oito vezes e devem continuar estudando durante esse período. “Na verdade, a regra é a mesma para qualquer um que venha estudar no Brasil, é preciso renovar a permanência anualmente”, disse Nilce Cunha.

Ao passo que o negativo deles, os migrantes, é apontado, o positivo do Nós é destacado: “Porém, ela garante que, após um acordo intermediado pelo Ministério Público Estadual, juntamente com as universidades privadas, os estudantes de Guiné Bissau poderão parcelar as dívidas em oito vezes e devem continuar estudando durante esse período”. O discurso criado é de que, apesar da inadimplência, o MPF atuou para ajudá-los e as faculdades foram compreensivas por parcelar as dívidas em oito vezes e permitir que eles continuem estudando no período.

Em **Imigrantes buscam melhores condições de vida no Ceará**, também da editoria Cidade, do jornal Diário do Nordeste, publicada em 22 de Agosto de 2015, a matéria inicia com os aspectos positivos do Ceará, mas introduz também as dificuldades encontradas pelos que estão longe de casa.

As belas praias e o sol presente o ano todo são características marcantes que atraem turistas ao Ceará. Entretanto, além de quem vem só conhecer pontos turísticos, há o estrangeiro que imigra para o Estado em busca de oportunidades. As histórias se misturam e, muitas vezes, são marcadas pelas dificuldades encontradas longe de casa.

Mais uma vez, a principal fonte ouvida sobre a questão das migrações é a chefia da Delegacia de Imigração do Ceará. A delegada fala do aumento da migração internacional no estado, representado sobretudo por europeus e sul-coreanos.

Segundo a chefe da Delegacia de Imigração do Ceará, a delegada federal Alexandra Oliveira Medeiros, a imigração tem crescido consideravelmente na última década, principalmente de europeus, que chegam ao Estado para investir em grandes empreendimentos. A Delegacia de Imigração também tem observado um grande número de pessoas vindas da Coreia do Sul, que chegaram no Estado com contrato para atuar na construção da usina termoeletrica e no Porto do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante.

Os europeus e sul-coreanos são qualificados pela delegada como grandes investidores e pessoas que vêm contratadas formalmente para atuar na construção da usina termoeletrica e no Porto do Pecém, ou seja, são tratados como profissionais qualificados.

Em seguida, com intertítulo “mão de obra”, continua a reprodução da fala da delegada, reforçando o discurso exaltador daquela categoria de migrantes (os europeus e sul-coreanos). Em seguida, a delegada lamenta a vinda de outro tipo de migrante.

Mão de obra

"O Estado recebe muitos estrangeiros que vêm para investir. Isso é bom, porque traz mão de obra especializada, cria novos empregos e faz muito dinheiro circular por aqui. Por outro lado, muitas pessoas vêm para o Ceará sem dinheiro para se manter por muito tempo e acabam ficando ilegalmente no Estado. Sem dinheiro e família, esses estrangeiros acabam nas ruas e muitos viram até pedintes. É uma situação complicada, tendo em vista que essas pessoas estão longe de suas casas", relata a delegada.

“Sem dinheiro e família, esses estrangeiros acabam nas ruas e muitos viram até pedintes. É uma situação complicada, tendo em vista que essas pessoas estão longe de suas casas”, relata a delegada”. Medeiros, como representante da delegacia de migrações, com o discurso de autoridade que sua função representa, expõe claramente em sua fala quem seriam esses migrantes indesejáveis para o estado. Em seguida, além de relacionar pobreza à ilegalidade e à criminalidade, ainda associa a pessoas de determinadas nacionalidades: "Muitos estrangeiros, principalmente de países como Cabo Verde, Nigéria, Chile e Peru”, ou seja, de países africanos ou latino-americanos.

A ilegalidade e o envolvimento com a criminalidade são as maiores preocupações da Polícia Federal. Somente nos últimos cinco anos, já foram autuados 8.115 por estada

irregular no Ceará. "Muitos estrangeiros, principalmente de países como Cabo Verde, Nigéria, Chile e Peru, vêm sem muitas condições financeiras, e vão se instalando no território cearense. Eles só poderiam ficar um período aqui no Brasil, entre 30 dias e seis meses, mas acabam ficando mais tempo. Com isso, eles entram na ilegalidade e são submetidos a trabalhar em empregos degradantes e até no mundo do crime", avalia.

A associação entre pobreza e ilegalidade é feita diretamente, denotando como o Estado cria estereótipos, exclui e discrimina determinadas pessoas por situação econômica, nacionalidade e raça. A mídia, ao reproduzir o discurso sem contestá-lo e/ou problematizá-lo, legitima-o também. Porém, a fala dos próprios migrantes contrapõe-se a essa construção discursiva, oferecendo outras visões. A partir das suas histórias, percebemos que eles estão simplesmente lutando por condições dignas, enfrentando inúmeras dificuldades que a vida lhes impõe e buscando ser felizes.

A fala do sociólogo Ercílio Langa, também um migrante moçambicano, contrapõe-se ao discurso do Estado, representado pela delegada, posicionando a migração como direito humano e questionando a desigualdade no tratamento dado aos migrantes de diferentes nacionalidades, principalmente das africanas.

Apesar de toda complexidade, a imigração para o Ceará é vista com bons olhos pelo sociólogo Ercílio Langa. O pesquisador diz que a vinda de pessoas de outros países aumenta a riqueza cultural e promove interação entre as diversas experiências.

Langa destaca que é preciso valorizar todos os tipos de imigrantes. "A imigração é um direito de todo ser humano. Acho que o Brasil é um país com muitas oportunidades e que aqui tem lugar para todos. No entanto, ainda existe preconceito e discriminação com os povos diferentes, principalmente com africanos. É preciso que todos os imigrantes sejam tratados de forma igual, seja africano, asiático, europeu ou americano", acrescenta o sociólogo.

Como pudemos observar na análise das matérias, o discurso da hospitalidade cearense é muito difundido pelos agentes públicos e (re)produzido também nas mídias, chegando a fazer parte dos imaginários sobre a cearensidade.

Contudo, esse discurso é muitas vezes contradito por situações de racismo vivenciadas pelos/as estudantes de origem africana no Ceará e em contextos nos quais a África é vista meramente como um continente a ser explorado, importador de nossos produtos e serviços, e isso é tratado como cooperação por nossos gestores e empresários.

A fala de Langa é muito emblemática e expõe que essa hospitalidade cearense não é extensiva a todos os migrantes e a questão étnico-racial, num estado extremamente racista, é um marcador importante das diferenças de tratamento concedidos aos migrantes de diferentes nacionalidades.

Categoria 3 - Securitização e criminalização das migrações como expressão do racismo

Com 23 matérias, representando 28%, a Categoria 3 é a segunda em presença no nosso *corpus*. Como abordamos nos capítulos anteriores, existem discursos que associam as migrações a ameaças, seja no âmbito da segurança pública, da saúde, do bem-estar social, como o discurso de que os migrantes roubariam o emprego dos locais e impactariam o serviço público já tão precarizado no país.

No Brasil, os migrantes internacionais representam somente 0,4% da população. Já o número de brasileiros residindo no exterior é estimado em pouco mais de 3 milhões, segundo dados do Ministério das Relações Exteriores em 2016.

A crise na Venezuela, após esse período, entre outros fatores, gerou um incremento no número de migrantes, mas ainda assim nada que se possa considerar um percentual tão elevado quanto esses discursos que apontam os migrantes como uma ameaça fazem parecer.

Um das formas mais comuns de expressão desse tipo de discurso é a que trata os migrantes indocumentados como ilegais, clandestinos, irregulares. Tratar pessoas que buscam melhores condições de vida, um projeto em outro país, como criminosas, simplesmente por não ter um documento ou por estarem com o documento vencido, vai de encontro à perspectiva dos direitos humanos.

Esse discurso, como já citamos em capítulo anterior, legitima posicionamentos de governos que restringem cada vez mais o direito à migração, criando medidas de controle mais rígidas e diminuindo o acesso de milhões de pessoas ao direito de migrar. Produzido e reproduzido pelas elites transnacionais, não elimina a migração, mas favorece a migração indocumentada, na qual a pessoa entra no país sem acesso a direitos e é submetida a condições precárias de trabalho. É lucrativo, portanto, para as elites econômicas, manter o elevado número de migrantes indocumentados.

No nosso *corpus*, a questão envolvendo a situação dos migrantes guineenses, relatada em diversas matérias, tanto no Jornal O Povo quanto no DN, revela a presença desse discurso na mídia cearense.

Conforme abordamos no capítulo 2 desta dissertação, a associação dos estudantes guineenses denunciou, juntamente com outras organizações da sociedade civil do Ceará, tanto os problemas em relação à divulgação de valores de custo de vida muito abaixo dos que realmente eram aplicados no Brasil quanto casos de racismo promovidos por gestores das faculdades Fatene e Evolução contra os/as estudantes de países africanos. A nota da associação e o documento racista emitido pelas faculdades estão disponíveis nos anexos desta dissertação.

Foram nove matérias acerca do tema no Jornal O Povo e duas no Diário do Nordeste.

A notícia que deu início a essa sequência de matérias no jornal O Povo foi publicada em 11 de julho de 2012, na editoria Cotidiano, intitulada “**Benfica] Jovem africana é detida por estar em situação ilegal**”.

Em débito com a faculdade onde estuda e o visto educacional vencido por conta disto, uma jovem de Guiné-Bissau foi detida, ontem, pela Polícia Federal. Ela e uma amiga distribuía panfletos no shopping Benfica, quando agentes fizeram uma abordagem de rotina. A própria africana admitiu estar em situação ilegal no Brasil desde 2010. A colega está regular.

A estudante foi levada para o posto da PF no Aeroporto Internacional Pinto Martins, onde recebeu orientações da Defensoria Pública da União. Caso não apresente defesa convincente, a jovem pode ser deportada.

Segundo a procuradora da República Nilce Cunha Rodrigues, pelo menos outros 100 africanos em intercâmbio de ensino no Ceará vivem em situação irregular. Também deixaram de pagar as prestações das faculdades por dificuldades financeiras, não tiveram matrícula renovada e, conseqüentemente, não receberam declaração de aluno em curso exigida pela PF para a renovação anual do visto.

Eles alegam que, ao chegarem na cidade, depararam-se com valores diferentes dos apresentados durante a seleção na África. O recente golpe político deflagrado em Guiné-Bissau teria prejudicado o envio de dinheiro pelas famílias.

Nilce pondera, no entanto, que as duas jovens foram flagradas em ato ilícito. Pela legislação brasileira, **detentores de vistos educacionais não podem exercer atividades remuneradas.** Pode, no máximo, cumprir estágios remunerados. E ambas admitiram estar trabalhando.

A procuradora também pretende reunir-se com a cúpula da PF para debater o pagamento de multas e taxas de liberação de vistos. “O visto é pago. Vamos sentar e ver a melhor forma de darmos chance para eles terminarem o curso” (grifos nossos).

O uso do termo “ilegal” para tratar a situação de uma documentação vencida reforça o teor de criminalização. Em seguida, as falas das estudantes explicam a situação que estavam passando, assim como os demais estudantes com o mesmo problema (o que por si já poderia dar indícios de que, se cem estudantes estão na mesma situação, algum problema de fato ocorreu): elas vieram para estudar em faculdades particulares, chegaram documentadas e se depararam com valores diferentes dos apresentados durante a seleção nos seus países de origem. O recente golpe político deflagrado em Guiné-Bissau prejudicou o envio de dinheiro pelas famílias.

A fala das estudantes, contudo, não é colocada como uma afirmação, “elas informaram, afirmaram ou declararam que, quando chegaram, os valores diferentes dos apresentados durante a seleção na África e que o golpe político na Guiné-Bissau também dificultou”. O uso do termo “alegar” e do verbo no futuro do pretérito (o golpe teria prejudicado) expressam incerteza com relação à fala das estudantes, reforçando a ideia de criminalização.

A estudante declara que sofreu um golpe ou, no mínimo, informações foram omitidas ou distorcidas quando as faculdades buscaram atraí-la em seu país para estudar no Brasil. Porém, ela não foi tratada como vítima, mas sim como criminosa, por estar com documentação atrasada e ainda estar trabalhando, o que seria ilegal! Se ela não conseguia renovar o visto justamente por que não tinha dinheiro, a necessidade de trabalhar era imperativa, mas o caso não foi tratado nem na matéria nem nas palavras da procuradora como uma questão humanitária, mas sim como criminal.

A fala da procuradora, ao reforçar a dupla “ilegalidade” da estudante, por estar com visto vencido e trabalhando, quando isso não é permitido para detentores de vistos educacionais, reforça os sentidos de criminalização dessas migrantes.

Nilce pondera, no entanto, que as duas jovens foram flagradas em ato ilícito. Pela legislação brasileira, **detentores de vistos educacionais não podem exercer atividades remuneradas.** Pode, no máximo, cumprir estágios remunerados. E ambas admitiram estar trabalhando.

A procuradora também pretende reunir-se com a cúpula da PF para debater o pagamento de multas e taxas de liberação de vistos. “O visto é pago. Vamos sentar e ver a melhor forma de darmos chance para eles terminarem o curso”.

O negativo do Eles, os migrantes africanos, é destacado ao longo de toda a matéria. Ao final, o positivo do Nós, brasileiros, é reforçado. Apesar de elas estarem “irregulares”, a procuradora afirma que pretende reunir-se com a cúpula da PF para debater o pagamento de multas e taxas de liberação de vistos. A atuação do Ministério Público Federal, no lugar de aparecer como uma garantia de direitos de migrantes em situação de vulnerabilidade, é colocada como uma benevolência, caridade, uma concessão: “Vamos sentar e ver a melhor forma de darmos chance para eles terminarem o curso”. Os pesos dados às falas das estudantes e a fala institucionalizada da procuradora do MPF são diferenciados, com maior valorização desta última.

No dia seguinte, 12 de julho de 2012, outra matéria, no mesmo jornal, foi publicada na editoria Fortaleza, com o título “Estudantes africanos] Dívidas serão parceladas - MPF e representantes das faculdades entram em consenso sobre como alunos africanos quitarão as dívidas. TAC será assinado sexta”. Mais uma vez, a fala dos estudantes aparece introduzida com um “alegam”, num discurso indireto.

Os estudantes africanos alegam que a dificuldade em quitar as dívidas foi gerada porque os valores apresentados em real não correspondiam aos 35 mil francos africanos (moeda de Guiné Bissau), combinados para o custeio dos estudos. “O nosso sonho é se formar e voltar para Guiné Bissau”, disse um dos estudantes, sem se identificar.

A fala dos advogados de defesa das faculdades particulares é colocada em discurso direto, sem um “as faculdades alegam”, reproduzindo um discurso positivo em relação às faculdades, de que estão sensíveis à situação dos estudantes (embora, na prática, elas só começaram a negociar após a ação do MPF e do escritório de assessoria jurídica popular Frei Tito de Alencar, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, em defesa dos estudantes): “As faculdades estão sensíveis à situação desses alunos. As acusações não procedem. Vamos assinar o TAC”, comentou o advogado Felipe Amaral sobre a recusa das faculdades em liberar a declaração de curso e a diferença de valores cobrados”,

Ontem, na sala da Procuradora da República Nilce Cunha, por quase três horas, alunos de Guiné-Bissau se reuniram ontem com a procuradora da República Nilce Cunha advogados que representavam as faculdades discutiam as cláusulas do TAC até chegarem a um acordo. “As faculdades estão sensíveis à situação desses alunos. As acusações não procedem. Vamos assinar o TAC”, comentou o advogado Felipe Amaral sobre a recusa das faculdades em liberar a declaração de curso e a diferença de valores cobrados

Os estudantes africanos alegam que a dificuldade em quitar as dívidas foi gerada porque os valores apresentados em real não correspondiam aos 35 mil francos africanos (moeda de Guiné Bissau), combinados para o custeio dos estudos. “O nosso sonho é se formar e voltar para Guiné Bissau”, disse um dos estudantes, sem se identificar.

De 2009 até o ano passado, cerca de 300 alunos foram selecionados para estudar nessas faculdades. “Anunciaram valores que não correspondiam à realidade brasileira. Muitos estudantes acabaram tendo dificuldade em pagar os estudos”, comenta a advogada Patrícia Oliveira, da assessoria jurídica popular Frei Tito de Alencar, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

Na matéria publicada em 14 de julho, na editoria Cotidiano, no Jornal O Povo, com o título “**Guiné-Bissau] Caso dos estudantes ganha proporção diplomática**”, em 14 de julho de 2012, o jornal informa sobre a realização, em Brasília, a convite da embaixadora guineense no Brasil, Eugênia Pereira Saldanha Araújo, com a presença de representantes dos ministérios da Justiça, Educação e Relações Exteriores, de reunião sobre a situação dos estudantes guineenses.

No primeiro trecho, destacado na reprodução da matéria abaixo, o jornal aponta que, durante muitos dias, representantes das faculdades Evolução e Fatene tentavam encontrar uma solução para o caso junto ao Ministério Público Federal. Mais uma vez, o positivo do Nós, brasileiros, aqui representados pelos gestores das faculdades particulares, aparece. No discurso do jornal, são os representantes das faculdades Evolução e Fatene que buscavam, há dias, uma solução para o problema junto ao MPF e não os estudantes, que estavam ameaçados de deportação e que buscaram a atuação do Escritório Frei Tito em sua defesa e acionaram o MPF, como segue abaixo:

O objetivo do encontro é resolver o impasse que está prejudicando instituições de ensino e alunos, que correm o risco de serem expulsos do País. Conforme O POVO mostrou na última quinta-feira, há dias representantes das faculdades Evolução e Fatene tentam encontrar uma solução para o caso junto ao Ministério Público Federal.

Mais uma vez, a fala da procuradora assume um tom mais de concessão do que de garantia de direitos. E ressalta sempre que essa medida não deve se estender a todos. Aquele seria um caso particular porque eles “só querem estudar e estão devendo somente um mês de faculdade”.

Na ocasião, Nilce Cunha disse que irá propor aos participantes do encontro um “olhar diferenciado” para a questão dos africanos que estão no Brasil apenas com o intuito de estudar. “Atualmente, a maioria deles vive no Brasil em situação de clandestinidade e a consequência disso é a deportação. Mas esperamos que isso não ocorra. Afinal, nenhum deles deve mais do que um semestre. A situação deles é particular e diferenciada”, afirmou.

Ao final, a procuradora afirma que “Não tem como a Fatene dar uma transferência a alunos que dispensaram a faculdade e fizeram seleção para outras instituições. E mesmo que eles já estejam estudando, é necessário se desvincular da instituição original. Mas para isso, a faculdade exige o pagamento”, disse. O discurso, que poderia ter sido proferido pelos gestores da faculdade, foi emitido pela procuradora, como se referendasse a postura das faculdades de não conceder a transferência.

“Não tem como a Fatene dar uma transferência a alunos que dispensaram a faculdade e fizeram seleção para outras instituições. E mesmo que eles já estejam estudando, é necessário se desvincular da instituição original. Mas para isso, a faculdade exige o pagamento”, disse. Ontem à noite, O POVO tentou ouvir o advogado das instituições de ensino. As ligações, porém, não foram atendidas.

Em se tratando de uma situação em que os estudantes encontraram uma situação diversa das que lhe fora anunciada, colocando-os em situação de vulnerabilidade, e inclusive sob ameaça de deportação, a dispensa do pagamento e concessão de transferência não só seria uma opção possível como deveria ser a primeira tentativa do MPF nessa mediação entre os estudantes e as faculdades. Porém, o discurso da procuradora coloca essa alternativa como algo que não se pode cogitar.

O jornal DN também abordou a questão, porém mais timidamente. Foram apenas duas matérias encontradas no *corpus* sobre o assunto. A matéria **Impasse afeta alunos africanos**, publicada na editoria Cidade do jornal, em 11 de julho de 2012, trata da formalização, pelo Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre estudantes de Guiné-Bissau e a Fatene.

No Ceará, estão cerca de 300 estudantes africanos e, pelo menos, 100 podem estar no Estado de forma ilegal, pela falta de condições de pagamento dos cursos superiores e técnicos. Na tarde de ontem, uma estudante africana foi apreendida em Fortaleza por um agente da Polícia Federal, trabalhando ilegalmente distribuindo panfletos no bairro Benfica. A universitária de Guiné-Bissau foi encaminhada à agência da PF no

Aeroporto Internacional Pinto Martins. Ela possui visto de permanência de estudante no Brasil, por isso, conforme o MPF, poderia praticar apenas estágios acadêmicos.

Após prestar depoimento, a estudante foi notificada e multada. Em seguida, liberada por volta das 17h30. Segundo o MPF, durante a ação, duas alunas foram abordadas, mas a outra estudante foi liberada após depoimento por apresentar situação regular no País.

De acordo com a procuradora, a instituição de ensino afirma que já vem cumprindo os parcelamentos e dando o prazo de 30 dias para o pagamento, sem acréscimos. O MPF fez um levantamento dos valores cobrados aos estudantes e o que foi divulgado pelas faculdades durante seleção em Guiné-Bissau.

Conforme a procuradora, se concluiu que não houve reajuste, mas a taxa cambial usada na época estava defasada. O MPF sugere que a faculdade dê registro de legalização dos alunos e dispense o pagamento de multas e juros. Conforme a procuradora, a instituição sabia das condições dos alunos.

A matéria reproduz o discurso da ilegalidade tanto da situação indocumentada quanto do fato de estar trabalhando distribuindo panfletos. Os aspectos negativos dos Outros, os migrantes, aparecem na posição de ilegalidade, ao passo que os aspectos positivos “do Nós”, brasileiros, aparecem a partir da fala da procuradora Nilce Cunha, que diz que “a instituição de ensino afirma que já vem cumprindo os parcelamentos e dando o prazo de 30 dias para o pagamento, sem acréscimos”, portanto está legal, cumprindo o prometido.

Em relação à denúncia dos estudantes, de que foram apresentados custos divergentes em relação aos encontrados no país, quando do anúncio sobre a possibilidade de estudos no Brasil, a procuradora afirma que “O MPF fez um levantamento dos valores cobrados aos estudantes e o que foi divulgado pelas faculdades durante seleção em Guiné-Bissau. Conforme a procuradora, se concluiu que não houve reajuste, mas a taxa cambial usada na época estava defasada”.

A partir dessa análise, o órgão sugeriu que a faculdade concedesse o registro de legalização dos alunos e dispensasse o pagamento de multas e juros. No relato do caso, a procuradora concluiu, ainda, que as instituições de ensino sabiam da situação dos alunos.

Ou seja, enquanto os alunos foram acusados e tratados como criminosos e não vítimas nas diversas matérias dos jornais, em relação às instituições privadas foi concedida sempre, nas matérias e na fala da procuradora, a presunção de inocência.

Mesmo após a apuração do relato dos estudantes que comprovam como os números de fato eram divergentes, o negativo das instituições é atenuado: não houve reajuste, mas a taxa cambial usada na época estava defasada.

Essa divergência causou um dano enorme aos estudantes, prejudicando suas condições de vida e permanência no país. Embora não se possa comprovar que houve intencionalidade por parte das faculdades em relação aos valores apresentados (o que também não deveria ser

descartado), no mínimo, houve um erro, e que gerou prejuízos aos estudantes que não deveriam ter que arcar com isso, no lugar de quem o cometeu, tampouco deveriam ser criminalizados.

Após a sequência de cinco matérias do Jornal O Povo sobre a situação dos guineenses, que reforçam o viés de criminalização das migrações, o jornal aborda a questão dos estudantes a partir de um olhar mais humanizado no especial, com chamada de capa, no Caderno de cultura Vida & Arte, páginas 3 a 5, do dia 22 de julho de 2012, intitulado “A vida dos estudantes africanos em Fortaleza”.

A primeira matéria, com o título “Problema diplomático”, contextualiza melhor a situação envolvendo os estudantes. Após uma introdução inicial sobre os acontecimentos dos últimos dias, embora inicie enfatizando que a jovem “já não poderia trabalhar com o visto de estudante, muito menos permanecer no país com o documento vencido” e utilizar o termo “irregular”, que, já citamos, tem a conotação pejorativa, o repórter esmiúça a situação dos estudantes e o contexto que levou a essa situação. A denúncia dos estudantes, de que as universidades tinham feito propaganda enganosa, é citada diretamente pela primeira vez nesses termos.

Sob a ameaça de deportação da jovem, que já não poderia trabalhar com o visto de estudante, muito menos permanecer no País com o documento vencido, o processo que já transcorria em fase de investigação no MPF-CE ganhou urgência. Nele, estudantes guineenses, representados pelo Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar, acusam as faculdades já citadas de, entre outras coisas, propaganda enganosa, o que seria a causa primordial das dívidas financeiras com a instituição e, conseqüentemente, de suas situações irregulares no Brasil. Ou seja, segundo os estudantes, os valores divulgados pelas faculdades Fatene e Evolução em Bissau – quando a partir de 2008 as instituições brasileiras privadas de ensino superior buscaram o país a fim de recrutar alunos para suas salas de aulas em Fortaleza e Caucaia – não correspondiam à realidade brasileira.

A situação vivida pelos estudantes é colocada na afirmativa e não com expressões, como “os estudantes alegam”, nem com uso do futuro do pretérito:

Desembarcados no Aeroporto Internacional Pinto Martins, os estudantes encontraram despesas de custeio acima do previsto na própria planilha de gastos apresentada pelas faculdades e reajustes de mensalidade insuspeitos até então. Ao mesmo tempo, seus encarregados em Guiné-Bissau, responsáveis pelas remessas de dinheiro que deveriam ser enviadas periodicamente para o sustento na banda de cá do Atlântico, conviviam com uma economia essencialmente rural e com os solavancos políticos que provocaram dois golpes de estado em dois anos e meio. A conta não bateu para muitos e, sem poder trabalhar pelo visto de estudante ou ao menos conseguir um estágio curricular remunerado, permitido apenas a partir de determinada altura do curso, um após outro deixaram de pagar suas mensalidades.

A fala das faculdades aparece e a procuradora, mais uma vez, nega ilegalidade por parte das faculdades, embora confirme que os valores estavam subestimados na tabela de previsão de gastos passada aos alunos, contudo, responsabiliza o Estado brasileiro por ter concedido a autorização para que as instituições aplicassem o vestibular em Guiné-Bissau.

As faculdades em nota oficial refutam as acusações e afirmam ter cumprido todos os trâmites legais no processo, o que é corroborado também pela procuradora Nilce Cunha. A ressalva feita por ela às instituições é justamente a dita tabela com a previsão de gastos com hospedagem, transporte, alimentação etc. “Não dá para você imputar nenhuma fraude, nenhuma ilegalidade, agora aqui, na estimativa que eles fizeram para o custeio da estada aqui, os valores estão subestimados. Esses valores, por mais que você arredonde para cima, não correspondem à nossa realidade”, avalia. Para ela, o Estado brasileiro também tem responsabilidade na situação por ter concedido a autorização para que as instituições aplicassem o vestibular em Guiné-Bissau.

Como vemos, após cinco matérias seguidas que colocavam os estudantes na posição de criminosos e não de vítimas, uma única matéria consegue trazer o que realmente gerou toda a situação vivida pelos estudantes.

A partir do momento que se escuta o Eles e se valida suas falas, a questão ganha um contorno completamente diferente. As matérias que se seguem no especial são uma entrevista com um africanista, que discute as relações entre Brasil e África, e a matéria **Desafios Cotidianos**, que aborda a realidade dos estudantes de países africanos que estão no Ceará para estudo. A partir da fala dos próprios migrantes, são abordadas as motivações para a vinda dos estudantes, a falta de apoio das autoridades brasileiras a esses migrantes e o racismo vivenciado por eles no Brasil:

Fernando Pedro viu nessa última década o número de estudantes africanos crescer vertiginosamente no Ceará. Não só isso, os guineenses passaram a formar a maior colônia de africanos no Estado, liderando com folga os números. Por exemplo, na UFC, segundo a Coordenadoria de Assuntos Internacionais da universidade, dos 135 estudantes de origem africana, 42 deles são de Guiné-Bissau. O segundo maior número é de Angola, com seis estudantes.

“Lá tem poucas opções de faculdades e as que existem não conseguem absorver todos os jovens”, fala sobre a razão do alto número de guineenses estudando em Fortaleza.

O fraco sistema de ensino superior em Guiné-Bissau é um fato, mas não significa que o aqui seja um paraíso. No intervalo de suas pesquisas no Campus do Pici, ele se mostra reticente aos benefícios de se estudar no Brasil, desde o racismo notório da sociedade, até os recentes fatos envolvendo estudantes irregulares no País.

O relato feito pelo estudante vai frontalmente de encontro aos discursos difundidos nas inúmeras matérias já analisadas que ressaltam o Ceará como estado acolhedor e da benevolência do país que se propõe a pagar a dívida histórica com os povos africanos.

“O Lula foi lá, falou que o Brasil tinha uma dívida com a África, as pessoas gostaram, mas não encontraram esse tratamento aqui. Isso se juntou com a questão da falta de proteção do cidadão nos seus países de origem”, considera.

Quando os estudantes são verdadeiramente escutados e não constam simplesmente numa frase como uma “aspa” para ilustrar a matéria, os problemas enfrentados por eles aparecem, e o racismo é um dos principais.

Longe de confusão

Os outros três estudantes africanos, de outras nacionalidades, apesar do pouco tempo aqui, concordam com as críticas de Fernando Pedro. Eles, como todos os estudantes

ouvidos para esta reportagem, não precisam cutucar a memória para lembrar, por exemplo, de casos declarados de preconceito.

“O impacto foi grande, mas para o lado negativo... Apesar dos cultivos serem semelhantes..”, ensaia um sobre a chegada ao Brasil, parecendo não encontrar a palavra ideal. “É o racismo!”, completa Fernando Pedro, sem rodeios.

Diante do cenário arredo e das dificuldades financeiras que a maioria passa, mesmo em universidades públicas, já que as bolsas não contemplam a todos, a solução encontrada pelos três colegas foi reduzir o máximo possível a probabilidade de entrar em confusão. Isso significa evitar bares e festas, focar o lazer nos jogos de futebol ou videogames e reduzir os caminhos pela Cidade a três vértices: a casa, a universidade e a igreja.

Dois evangélicos e um adventista, eles de pronto encontraram igrejas para frequentar na nova cidade e continuar a fé que abraçaram ainda em seus países. Por ironia, principalmente no caso dos evangélicos, cultos que são aqui aguerridos opositores das religiões afro-brasileiras. Mas aqui África e Brasil são duas ideias que se confundem e se repelem diariamente.

O racismo impede-os, inclusive, de vivenciar, usufruir do novo país de moradia. A ameaça da violência racial limita seus direitos de ir e vir, de ir a bares e festas, restringindo suas opções de lazer aos jogos de futebol ou videogame, dentro do circuito casa, universidade e a igreja.

A questão da securitização aparece também nas notícias envolvendo crimes, dos quais os migrantes são vítimas ou agentes. No nosso *corpus*, identificamos três matérias com esse perfil no caderno de Polícia do Jornal DN e cinco no Jornal O Povo.

A matéria “**Espancamento] Justiça libera acusados de matar africano - Os três são investigados por terem espancado e matado um estudante africano em uma pizzeria de Mato Grosso. Eles ficaram presos por 19 dias**”, publicada na Editoria Brasil do jornal O Povo e assinada pela agência de notícias Folhapress, aborda o assassinato do estudante da Guiné-Bissau, Toni Bernardo da Silva. O assassinato foi cometido por um empresário e policiais. Apesar de terem sido indiciados com suspeita de homicídio qualificado, os três acabaram sendo denunciados sob uma acusação menos grave pelo Ministério Público: lesão corporal seguida de morte. O jornal aponta o crime como suspeita, embora tenha ocorrido em flagrante.

Indiciados pela Polícia Civil sob suspeita de homicídio qualificado (no qual as penas são de 12 a 30 anos de prisão), os três acabaram sendo denunciados sob uma acusação menos grave pelo Ministério Público: lesão corporal seguida de morte (no qual as penas variam de 4 a 12 anos).

A notícia não esclarece, contudo, o motivo para a mudança na qualificação do crime pelo Ministério Público. A única declaração que aparece é a da juíza que negou a prisão preventiva dos acusados, mas cuja decisão também não foi justificada na matéria.

“Estou convencida de que a prisão preventiva não se torna mais indispensável como exige a legislação processual penal, devendo, por consequência, ser substituída por outra medida cautelar diversa da prisão”, declarou, em sua decisão, a juíza Maria Rosi de Meira Borba.

A única fonte ouvida sobre a morte é o inquérito policial; não há depoimento de amigos ou parentes do estudante, de testemunhas e nem mesmo da embaixada da Guiné-Bissau no país. Em seguida, a matéria praticamente responsabiliza a vítima pelo crime que sofreu. “o estudante foi morto a socos e pontapés após envolver-se em uma briga com o empresário Sérgio Marcelo, que estava com a namorada na pizzaria”.

Como foi

Segundo o inquérito policial, o estudante Toni Bernardo da Silva, natural da Guiné-Bissau, foi morto a socos e pontapés após envolver-se em uma briga com o empresário Sérgio Marcelo, que estava com a namorada na pizzaria. Os policiais militares, que estavam de folga, ajudaram a imobilizar o estudante, que passou, segundo a versão da polícia, a ser agredido até morrer. Presos em flagrante, os três suspeitos disseram que apenas tentaram imobilizar o estudante, que aparentava estar “embriagado ou sob efeito de drogas.” O laudo do Instituto Médico Legal apontou que o estudante morreu por asfixia decorrente de ruptura na traqueia.

Como se pode observar, a ação do assassinato é amenizada pela voz passiva: “o estudante foi morto a socos e pontapés”. Os agentes do assassinato não são mostrados como responsáveis, nem o termo “assassinato” aparece, e sim a frase “foi morto após envolver-se em uma briga com o empresário Sérgio Marcelo, que estava com a namorada na pizzaria”. Na frase, o envolvimento do morto numa briga resultou na morte dele, como se fosse uma morte acidental causada pela própria vítima, uma vez que ela se envolveu numa briga.

O complemento “envolveu-se numa briga com o empresário Sérgio Marcelo, que estava com a namorada na pizzaria”, traz uma conotação positiva ao acusado, uma vez que ele estaria lá com a namorada, numa pizzaria, portanto estava em paz, a lazer.

Em seguida, o discurso dos acusados, reproduzido pelo jornal, aponta acusações contra a vítima, de que aparentava estar embriagada ou sob o efeito de drogas.

Presos em flagrante, os três suspeitos disseram que apenas tentaram imobilizar o estudante, que aparentava estar “embriagado ou sob efeito de drogas.

O discurso é reproduzido pela notícia sem nenhum questionamento sobre essas declarações, o que a situação naturalmente deveria provocar, uma vez que seria de causar estranhamento como três homens, entre eles dois policiais treinados, não conseguiram imobilizar um único homem e, ainda por cima, supostamente embriagado ou drogado? Como uma tentativa de imobilização resultou numa ruptura de traqueia? No mínimo, houve um uso excessivo de força e numa condição extremamente desigual, uma vez que eram três homens contra um.

Na matéria “[**Flagrante Delito**] **Africanos presos no aeroporto**”, publicada na editoria de Polícia, do Diário do Nordeste, no dia 23 de agosto de 2011, o flagrante delito já é anunciado no título. Os nigerianos foram presos ao desembarcar em Fortaleza, procedentes de Cabo Verde, portando passaportes com vistos falsificados.

Depois de dominados e algemados, foram conduzidos à sede da Polícia Federal. Durante toda a manhã de ontem, eles prestaram depoimento.

Em nota oficial distribuída à Imprensa, na tarde de ontem, o Setor de Comunicação Social da Superintendência da Polícia Federal no Ceará informou que os dois acusados poderão ser indiciados em inquérito policial pelos crimes de falsificação de documento público, uso de documento falso, oposição à execução de ato legal mediante violência ou grave ameaça, além do delito de desobediência. Ontem à tarde, os dois homens foram conduzidos à Coordenadoria de Medicina Legal (Comel) e submetidos ao exame de corpo de delito. A prisão deles foi comunicada à Embaixada da Nigéria.

A PF vai aprofundar as investigações e ainda não descartou a hipótese de ligação dos dois homens com o tráfico internacional de drogas. Os acusados poderiam estar chegando ao Brasil com o propósito de obter drogas para transportá-la para a Europa, fazendo o papel de ‘mulas’ do narcotráfico.

Embora o delito flagrante tenha sido o visto falsificado, a reportagem finaliza com a suspeita apontada, pela polícia, de envolvimento dos dois com o tráfico de drogas.

Logo em seguida, na mesma página de Polícia, há uma nota informando sobre o assassinato do estudante cabo-verdiano Jason Teixeira Hoffer. O jovem foi brutalmente torturado e morto. Porém, a pequena nota só o classifica como africano, não informando sequer a sua nacionalidade, e ainda o culpabiliza pela própria morte.

Há duas semanas, um estudante africano foi assassinado em Fortaleza por envolvimento com entorpecentes. O jovem, identificado como Jason Teixeira Hoffer, 22, foi espancado por um grupo de pessoas dentro de um bar na Favela do Oitão Preto.

Agonizante, foi jogado na Avenida Leste-Oeste. Três dias depois, ele morreu no Instituto Dr. José Frota IJF).

Segundo a nota, o estudante foi assassinado por envolvimento com entorpecentes, como se isso justificasse sua morte. Mais uma vez, o uso da voz passiva e a omissão do agente na oração que fala do assassinato atenuam a responsabilidade do autor do crime. Os agentes do assassinato só aparecem na segunda oração, que afirma que o jovem foi espancado por um grupo de pessoas dentro do bar, também sem revelar quem seriam essas pessoas.

O processo de criminalização dos migrantes de origem africana, retratados e produzidos nas edições diárias dos jornais analisados, tem correspondência com o que ocorre com a população negra do país.

O positivo do Nós, elites brancas, é constantemente destacado, e os negativos atenuados, enquanto que o negativo Deles, da população negra, é amplificado. Em casos de dúvidas, não

cabe a presunção de inocência quando o agente é negro/a e a pertença étnico-racial é apontada na matéria. As vítimas, em ambos os casos (quando se trata da população negra brasileira e dos migrantes negros), não raramente são convertidas em culpadas.

No caso da migrante presa, simplesmente por estar com um visto vencido e buscando sobreviver num trabalho precarizado, é tratada como ilegal e criminosa, enquanto que um caso de assassinato em flagrante, cometido por um empresário (membro da elite econômica e simbólica, portanto), junto com policiais, é tratado como uma pessoa que, estando com uma namorada em uma pizzaria, foi envolvida numa briga que acabou na morte de um estudante africano.

Quando se trata do racismo, tanto a população negra brasileira quanto os migrantes negros são representados de modo predominantemente negativo, enquanto os brancos, mesmo em crimes flagrantes, têm seus feitos atenuados.

Capítulo 4 - África, identidade e resistências negras no Ceará

Com trinta matérias (quinze do Jornal O Povo e quinze do DN), a categoria 4 é a que reúne maior número de matérias no nosso *corpus*, impulsionada pelas séries de reportagens, que predominam nessa categoria. Somente a série Travessias da cor, do DN, responde por oito matérias nesta categoria.

A série **Travessias da cor**, escrita pelo repórter especial do jornal Melquíades Júnior¹⁰⁴, foi publicada entre os dias 29/04 a 02/05 de 2014, na editoria de Cidade do jornal impresso. O conteúdo consiste em nove matérias, que abordam diferentes aspectos das vivências dos imigrantes no estado, com enfoque nas relações raciais: *África e identidade negra no Ceará; servente de pedreiro, filho de ministro; o caminho mais difícil; educação que liberta; mulher, negra, africana; o sonho brasileiro; “chamado África”; e liberdade criativa.*

As matérias abordam temas como o preconceito racial sofrido pelos/as migrantes africanos/as no Ceará; o confronto entre as expectativas relatadas por eles/as de que não haveria racismo no Brasil e a realidade encontrada; a busca do país com o objetivo de estudo e melhorias de condições de vida; a situação dos/as migrantes presos/as por tráfico internacional de drogas; o racismo e a violência de gênero sofrida pelas migrantes; a questão da precarização do trabalho dos/as migrantes; e os desafios enfrentados pelos/as estudantes que vêm ao Ceará por motivos de estudos.

¹⁰⁴ É repórter especial do jornal Diário do Nordeste (CE) – do Grupo Verdes Mares –, correspondente de Limoeiro do Norte. Já ganhou título de melhor reportagem em 2008 com a série Índios do Ceará; Com a série Viúvas do Veneno, ganhou o Grande Prêmio Jornalistas & Cia/HSBC de Imprensa e Sustentabilidade 2013.

As reportagens dão voz aos africanos de vários países, abordando a questão das relações do Ceará com esses migrantes sob diferentes ângulos (questões de gênero, objetificação do corpo da mulher negra, as situações de racismo sofridas e a negação da negritude da população cearense, a questão das desigualdades e precarizações no campo do trabalho, a questão do superencarceramento da população negra, do extermínio da juventude negra).

Na construção das narrativas sobre as realidades dos migrantes africanos no Ceará, o repórter traz à tona as reflexões sobre a realidade vivenciada pela população negra do Ceará, confrontando as questões levantadas pelos entrevistados, em sua maioria, os próprios migrantes, com o contexto político, econômico e social.

O repórter Melquíades Júnior introduz a série já trazendo elementos que apontam para a construção de sentidos da matéria: “*O Diário inicia hoje série especial sobre as travessias dos imigrantes africanos e a construção social da cor*”. Conforme afirma Orlandi:

[...] os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos [...] Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como o que não é dito, e com o que poderia ser dito e que não foi. (ORLANDI, 2000, p. 30)

Ao tratar a questão racial como uma construção social, o repórter mobiliza um conjunto de sentidos historicamente envolvidos em torno desse tema.

Nessa relação com a exterioridade, podemos observar que esse discurso se contrapõe, por um lado, ao que predominou, por muitas décadas, sobre a questão da raça como questão biológica. Esse discurso das diferenças biológicas justificou situações extremas, como o extermínio dos judeus nos campos de concentração nazista, a escravização da população africana e, ainda hoje, a despeito de todos os avanços da ciência que comprovam o contrário, é usado como justificativa para atitudes racistas que colocam determinadas populações, como é o caso da população negra, como inferiores.

Por outro lado, esse discurso da cor como construção social dialoga com o que vem sendo discutido, há décadas, pelos movimentos negros e também por inúmeros pesquisadores das mais diversas áreas (a antropologia e a sociologia, principalmente), que colocam como a diferenciação racial não se justifica biologicamente, mas historicamente; o sistema racista tem criado categorias de diferenças entre as raças, estabelecendo desigualdades estruturantes nas relações sociais.

Dessa forma, o que vem do negro passa a ser visto e tratado como inferior, a população negra passa a ser historicamente excluída e discriminada – e mesmo exterminada, como se observa com a juventude negra no Brasil – são os que ganham os piores salários e estão nos

ofícios mais precarizados. Essa estrutura privilegia os brancos em detrimento dos negros, fomentando e retroalimentando, de diversas formas, o abismo social entre as condições de vida e sobrevivência de brancos e não-brancos.

Ainda no primeiro parágrafo, a matéria “África e Identidade Negra no Ceará” cita:

Agora, em organizações sociais sólidas, os africanos buscam maneiras de reafirmar a própria identidade e tratar com os brasileiros uma questão quase-tabu num país miscigenado: a discriminação da cor.

Neste trecho, a reportagem dialoga com os discursos produzidos sobre a questão racial no Ceará. O processo de negação da negritude do Ceará é um dos principais.

Mourão (2016) aborda a questão vivenciada pelos estudantes da Unilab, ao chegar no município de Redenção (CE), para estudar na Universidade:

No Ceará eles têm que encarar não somente a negação da identidade negra, um problema identitário que em princípio não é deles, mas, principalmente, o desconhecimento e a falta de interesse acerca do continente africano, visto pelos colegas de curso brasileiros (e até mesmo por professores) como um só país, um lugar misterioso e exótico, sempre relacionado à pobreza, doenças e guerras.

A reportagem continua, avançando nessa problematização:

Atravessamos, por nossa vez o caminho do diálogo franco com a comunidade africana. Ou comunidades, bem no plural sendo a desconstrução da ideia de África homogênea um dos maiores desafios enfrentados por quem tenta mostrar suas próprias singularidades. As histórias retratam uma dor imposta pelo preconceito. Uma dor da cor. Mas trazem, no mesmo sangue, a superação em forma de resistência para além dos estereótipos.

Ao tratar desses contextos, a reportagem contribui para descortinar os estereótipos consolidados. Ao mesmo tempo que traz à tona a questão da dor vivenciada por esses migrantes pelo preconceito, o repórter não os reduz à condição de vítimas. Ao falar das organizações sólidas de africanos, das resistências e da afirmação de suas identidades, o lugar deles como sujeitos políticos, que estão disputando as narrativas sobre si, é trazido à tona.

Das dificuldades financeiras de muitos, da falta de comida aos fins de semana em que as universidades fecham – e, portanto, seus refeitórios, ao debate aberto com os brasileiros sobre a condição dos próprios negros no País. Após a travessia atlântica, o africano leva o cearense ao encontro dele mesmo e da construção social de sua cor.

Mais uma vez, a matéria faz um paralelo entre o racismo sofrido pelos migrantes africanos e o vivido pelos negros no Ceará. Esse elemento contextual é de fundamental importância para se entender o próprio processo de apagamento do negro na história do Ceará e o de negação das identidades negras no estado, conforme apontamos no capítulo 2.

Em seguida, por meio dos depoimentos dos personagens Andy Monroy, estudante cabo-verdiano, e Delce, estudante guineense, a matéria resgata como foram as impressões iniciais deles ao chegar ao país e relata as situações de racismo sofridas. A abordagem levanta questões

como o confronto inicial que não haviam sofrido em seus países com relação à questão étnico-racial, o processo de percepção de sua própria negritude descoberta após perceber que estavam sofrendo racismo:

Parece cearense

Somente quando saiu de Cabo Verde, na África, para morar no Ceará, o jovem Andy Monroy percebeu que era negro. Antes, simplesmente não precisava ser. Mas ouviu dos brasileiros que passou a conhecer que, calado, ‘até parece um cearense’. Hoje, com menos sotaque, devo parecer até mesmo falando.

Numa noite, quando chegava à sua casa, Andy viu o semblante de pânico de uma senhora que caminhava à sua frente. Acelerou o passo quando viu o rapaz. Rapidamente, a mulher foi avistada pelo porteiro do prédio, que deu abertura. Mas o rapaz entrou no mesmo lugar. Pior, no mesmo elevador. “Ela estava com muito medo”.

Quando percebeu que olhar para ele era o último gesto de algumas pessoas antes de atravessarem a rua para a outra calçada, ou levantarem o vidro do carro, aumentou a sua angústia. Num estágio em empresa de publicidade, sugeriram que cortasse o cabelo. Além da cor, o cabelo muito volumoso, crespo, encaracolado, deixava mais parecido com o pessoal do outro

Os outros (apontando para os de mesma cor) estão com o cabelos cortados, mais decentes”, ouviu do gerente. Ao saber da origem dos outros “morenos”, o recém-chegado africano passou a identificar dois lados da cidade: um que tinha Papicu, Aldeota, Benfica e Praia de Iracema. O que não fosse isso, era o outro lado, onde, por acaso, passou a morar, num segundo momento, em Fortaleza. Desse lado, o outro, havia mais pessoas de sua cor, cabelo, e menos olhares e medos.

Hoje publicitário, graduado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), casado e com sete anos de Fortaleza, Andy não tem dúvida: ‘Nunca imaginei que fosse encontrar racismo no Ceará. Aqui chega a ser pior, porque não admitem que o negro sempre existiu neste lugar. Se eu digo que sou negro, me interrompem como quem corrige de um insulto. ‘Não, você não é negro, é moreno’.

Constrangimento

Delce, uma jovem estudante de Guiné-Bissau, estudante da Unilab, passou por um recente constrangimento ao fazer compras na feira livre em Fortaleza. Escolheu e pagou por uma blusa, mas quando ia embora, foi abordada por policiais que acusaram-na de ter roubado “alguma coisa”, suspeita desfeita ao abrir a mochila e mostrar não haver nada além da roupa que havia comprado. “Não roubei nada”, diz para si mesma, sem nunca ter pensado que um dia precisaria se dizer isso. “Os meus pais não sabem que aqui a gente é discriminada, como se fizéssemos uma coisa errada. Não se pensa que existe racismo no Brasil ou no Ceará, porque é tudo misturado. Então, não deveria ter. Se meus pais soubessem, iriam sofrer. Eu, ainda mais”.

Os africanos que aqui estão chegando rompem as fronteiras raciais delicadamente construídas no Ceará”, afirma o sociólogo Pedro Mendes, da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Ele tem dedicado os últimos anos a estudar a relação socioespacial configurada com os africanos no Estado e, dessa forma, a condição do negro local.

No ano de 1813, de acordo com levantamento feito por capitães-mores do Ceará, havia nada menos que 65,93% de negros e mulatos. Em 1872, o percentual de não brancos (à época definidos negros, mulatos, caboclos e pardos) era de 62,74%. Com o passar do tempo, estudos passaram a renunciar a existência da população de cor negra, apontando para a construção de um “Ceará caboclo”, formado por brancos e índios”.

Nesse trecho final, observamos que a fala dos/as próprios/as estudantes, com relatos sobre as suas vivências no contexto de migração no Ceará, contribui para a construção de sentidos na discussão sobre a questão do racismo no estado.

As histórias deles trazem elementos concretos para a discussão, que permitem um olhar mais sensível sobre essa realidade. Esse contexto trazido pela fala dos entrevistados é corroborado pelos dados trazidos na reportagem sobre a população negra no estado e pelo depoimento do sociólogo Pedro Mendes, também entrevistado na série.

Cabe ressaltar que não observamos hierarquia entre as fontes entrevistadas, seja o discurso acadêmico, no caso do profissional que estuda o assunto, ou dos/as migrantes que depõem sobre suas vivências. Do mesmo modo, observamos que a reportagem busca utilizar como fonte os/as próprios/as migrantes que falam sobre si, e não outras pessoas falando sobre a realidade vivenciada por eles/as.

A matéria “Chamado África”, publicada em 02 de maio de 2014, último dia da série, aborda as organizações coletivas dos brasileiros e africanos em torno da cultura negra.

O movimento migratório africano tem estimulado o associativismo. Primeiro, como estratégia de sobrevivência, depois pela afirmação dos valores culturais da África.

Dessa forma, em Fortaleza, uma das capitais brasileiras a receber mais africanos, nasceu o movimento Chamado África, uma das primeiras iniciativas não-governamentais de integração brasileira com os países do outro lado do Atlântico Sul. O sucesso do projeto levou-o para Guiné-Bissau.

Um sonho brasileiro, publicada no dia 29 de abril de 2014, traz à tona a forma como os brasileiros mostram desconhecimento e desinteresse pelos países africanos, tratando-os como um todo homogêneo, como se a África não fosse um continente, mas sim um país. O repórter também aborda como a vinda dos migrantes de origem africana contribui para que a forma como o brasileiro lida com as questões étnico-raciais seja questionada.

Ainda que muitas vezes resumidos a uma cor e ao seu continente de origem, centenas de cabo-verdianos, bissau-guineenses, moçambicanos, angolanos e são tomeenses tentam manter-se proprietários de suas histórias. Estudam, trabalham, tentam se integrar. Namoram, casam com brasileiros e brasileiras, ou mesmo africanos, contribuem para os espaços de discussão especialmente sobre herança histórica do negro no Brasil. O africano veio e pôs um espelho convidando o brasileiro a se ver.

Mesmo quando o tema é o envolvimento de migrantes africanos com crimes, a série mostra que a abordagem pode ser sensível e contribuir para desconstruir estereótipos. Em “O caminho mais difícil”, publicada em 30 de abril de 2014, mostra a trajetória de africanos que vêm ao país como mulas do tráfico, como são chamadas as pessoas pagas para transportar drogas, mostrando que essa nem sempre resulta de uma escolha deliberada, mas sim de um dilema diante da falta de escolhas.

Escolher atravessar o Atlântico com drogas pode depender de o quanto essa atividade é tão mais errada quanto não saber se estará vivo no dia seguinte porque sucessivos golpes militares mantêm mais a administração do caos do que de um país.

E quando o desejo é ir embora, mesmo que para um dia voltar ao mesmo caos (desde que com dinheiro), levar alguns quilos de cocaína parece o passaporte para o sucesso. O fracasso desses descaminhos leva homens para o Instituto Penal Olavo Oliveira (IPOO) 2, na Região Metropolitana de Fortaleza.

Para lá vão as "mulas do pó", como são consideradas, dentre outras, as pessoas usadas pelo tráfico internacional de entorpecentes. A África, um conjunto de 54 países, não produz e é o menor continente consumidor de drogas, mas a figura do africano é a mais associada quando o assunto é o narcotráfico.

Melquíades faz questão de mostrar o tamanho e a diversidade da África, apontando-a como um conjunto de 54 países; busca chamar atenção para a equivocada e preconceituosa associação do povo africano com o narcotráfico, quando na verdade o continente nem produz e é o que menos consome drogas.

Os estereótipos em torno das mulheres negras também são pautados na série. Em “Mulher, negra, africana...”, publicada em 01 de maio de 2014, o processo de exclusão ainda maior pelo duplo preconceito, pelo machismo e pelo racismo, é tematizado. E ainda é apontada uma terceira dimensão, que é a de ser africana, migrante e de um continente historicamente discriminado.

Uma mulher precisa suar por dois homens para ter o direito de ficar no mesmo patamar socioeconômico. Ou três, se for negra. A mulher negra, em oposição ao homem branco, ocupa a "base da base" da classificação social brasileira. E mesmo que chegue ao sonhado patamar, ainda carrega somados estigmas: exatamente ser mulher e negra.

A matéria dá visibilidade aos casos de racismo vivenciados pela estudante, usando o nome fictício de Joana:

Joana vir para baixo do andar de baixo não significa ser despercebida. É exatamente o contrário. Assustada com o "novo" (depois dá a ele outros nomes), é objeto de comentários no campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) na cidade de Iguatu. Em pouco tempo, ficou conhecida na cidade como "neta de escravos". Que todos queriam ver, alguns, até tocar.

No Estado em que imaginava, sim, que as pessoas pudessem se reconhecer como descendentes de escravos, Joana era como bicho raro em exposição. Nas primeiras semanas de sua travessia, relembra vozes: "é uma cultura diferente, longe de todo mundo... Você acha que aguenta?"

O processo de objetificação do corpo da mulher negra é uma das dimensões desse racismo sofrido por elas.

Mas sem esquecer que é mulher, negra e africana - ou por lembrar exatamente disso, Joana Té vai à luta. Pelas ruas de Fortaleza, tem que ouvir assobios, e mais: "Ei, morena gostosa". Mesmo com medo, devolve com "não sou o que você está pensando".

O repórter destaca que essa vivência das mulheres africanas no país é também a das brasileiras negras.

Nos diversos diálogos para compor esta série "Travessias da Cor", mulheres africanas ouvidas pela reportagem relatam ser confundidas com prostitutas, bastando que parem numa esquina, mesmo que seja para atravessar a rua, ou sentem na calçada de casa. É o mesmo relato de muitas mulheres brasileiras negras.

Também nessa linha de refletir sobre negritude e identidade negra no estado, tomando como gancho a Data Magna do Ceará, celebrada no dia 25 de março, para marcar o pioneirismo do estado na libertação dos escravizados, o jornal O Povo publicou, com chamada de capa, uma reportagem especial no Caderno Cotidiano, em 25 de março de 2015, com o título "Redenção. Na terra da liberdade, africanos lutam pela tolerância".

A primeira matéria, das duas páginas do especial, aborda o preconceito vivenciado pelos/as estudantes, expondo a contradição com o que a cidade simboliza.

Com o olhar de quem vem de fora, o que é silencioso por aqui se torna evidente. "O brasileiro tem preconceito com ele mesmo, imagina com os africanos". Vindo de Guiné-Bissau, Júlio Cambanco, 25, mora há quase três anos em Redenção, a cidade que se regozija pelo pioneirismo contra a escravidão nos tempos em que o País era um Império. Na cidade a 63 km de Fortaleza, o trabalho escravo foi oficialmente abolido no primeiro dia de 1883 - à frente, inclusive, da Data Magna do Estado, que completa 131 anos hoje. Os resquícios de discriminação, entretanto, ainda são presentes.

Sede do Campus da Liberdade, que tem quatro cursos de graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira (Unilab), Redenção recebe alunos de seis nacionalidades africanas. Júlio estuda Administração Pública. Antes de chegar, conta, não acreditava que as pessoas olhassem diferente por causa da cor da pele. "Nunca tinha passado pela minha cabeça que há preconceito no mundo. Quando eu cheguei aqui, eu vi".

A reportagem aborda ainda a resistência desses estudantes, na busca pelo enfrentamento do racismo no Brasil, procurando transformar essa realidade:

Além de estudar, os dois jovens querem mostrar que é possível ser igual com diferenças. "A gente tem de perceber isso como um objetivo também para construir esse tipo de resistência", vê João. Tudo depende de um conjunto de ações: educação, leis e a aplicação delas. "Uma coisa é juntar as pessoas, que nós chamamos de multiculturalidade, e outra coisa é a interculturalidade", diferencia Júlio. Interagir é conhecer quem é o outro. "Somos irmãos".

Na segunda matéria do especial, intitulada "Caravana pelo rio Ceará lembra a história dos negros", ações educativas e culturais são divulgadas e a herança africana, nem sempre ligada à escravização, como destaca o historiador Aduino Leitão, é apontada por ele.

Com palestras mediadas por educadores, a temática de ontem se voltou para a história dos africanos chegados ao Ceará. Um passado que nem sempre foi ligado à escravidão, conforme explicou o historiador Aduino Leitão.

A fala do historiador reproduzida no jornal é, no entanto, controversa. Ao buscar destacar a presença africana como formadora da nossa identidade, o que, de fato, é verdade e

precisa ser salientado, o historiador legitima o discurso freyreano da harmonia entre as raças, colocando como amistoso um processo que foi promovido por meio da desumanização, escravização e estupro da população africana traficada para exploração no Brasil.

Ao destacar a presença negra vinda na comitiva do capitão-mor, ele afirma que “Foram aproximadamente 160 pessoas para ajudar a povoar o Ceará, empreitada que rendeu 10 registros de casamentos com soldados portugueses. ‘Os africanos já formam aí o DNA e a identidade cultural do cearense’, frisou”.

O pesquisador do Marco Zero do Ceará, ali na foz do rio, lembrou da comitiva de mulheres e crianças negras trazida em 1611 pelo capitão-mor Martim Soares Moreno. Foram aproximadamente 160 pessoas para ajudar a povoar o Ceará, empreitada que rendeu 10 registros de casamentos com soldados portugueses. “Os africanos já formam aí o DNA e a identidade cultural do cearense”, frisou.

Ao final do depoimento, Leitão aborda que a luta abolicionista teve adesão plural nas sociedades, incluindo a das mulheres, porém não é destacada a participação da população negra, que foi tão invisibilizada na luta contra a escravização.

Conforme Leitão, o pioneirismo do Estado na luta abolicionista teve adesão plural na sociedade, além da atuação das mulheres.

Embora a escolha do entrevistado tenha partido do fato de ele estar acompanhando o passeio de barco promovido pelo Sesc, alusivo à data, e por ser pesquisador do Marco Zero no Ceará, a fala de um/a militante negro/a, além de mais representativo, evitaria a reprodução desse discurso estigmatizador.

A fala de representantes quilombolas e de seus descendentes, também presentes no passeio, por outro lado, contribuíram para dar visibilidade e afirmar a identidade dessa população no estado:

Quilombolas

Sete embarcações fizeram o passeio ontem com representantes de quilombolas e estudantes da rede pública municipal de Caucaia. Uma das convidadas a compartilhar sua história foi Maria dos Anjos, membro da terceira geração do Quilombo dos Capuan. Tudo começou em Uruburetama, quando negros refugiados das fazendas se agruparam. Os descendentes deste grupo chegaram há 100 anos em Caucaia. Fugiam da seca de 1915. Hoje, são 85 famílias celebrando as tradições africanas e estudando o passado de seus ancestrais. O resgate das próprias origens ajuda na luta contra os preconceitos e as marcas deixadas pelo passado de exploração, defende Maria dos Anjos.

A abordagem dos problemas enfrentados pelas comunidades quilombolas, tão invisibilizadas na sociedade brasileira, é de extrema importância para a garantia dos direitos dessas populações tradicionais e para o combate ao racismo no país.

Essas séries e especiais, publicados tanto no O Povo quanto no DN, trazem uma contextualização maior e permitem um aprofundamento dessas questões, promovendo um olhar

mais amplo e uma diversidade de discursos, quebrando muitas vezes os estereótipos reproduzidos nas matérias cotidianas desses jornais.

Identificamos, nessas notícias analisadas na Categoria 4, que são mais contextualizadas, em geral, em relação às publicadas nas outras categorias, que há um número maior de entrevistados, e que estes fogem das fontes tradicionais, geralmente as fontes oficiais, órgãos de governo (Departamento de Imigração, Polícia, gestores públicos etc) e dão mais espaço aos sujeitos envolvidos diretamente com o tema do qual se fala.

No lugar de falas repetidas acriticamente, como vemos no caso das constantes referências dos dois jornais aos discursos sobre a dívida histórica com os povos africanos ou sobre o pioneirismo de Redenção e do Ceará na libertação dos escravizados, essas notícias da última categoria expõem contradições desses discursos, trazem contextos que relacionam esses marcos do passado com o que é vivido pela população negra e local e pelos migrantes negros vivendo no estado.

Um dos elementos que podem explicar essa diferença nas abordagens é o fato de que a maioria das notícias da categoria se trata de reportagens e matérias especiais e séries de reportagens. Isso implica que houve uma produção maior da pauta e da matéria, um espaço maior no jornal e de que geralmente os repórteres que as produzem costumam ser mais especializados.

No Jornal O Povo, por exemplo, há um núcleo só para as reportagens especiais. O repertório e a posição da pessoa que escreve a matéria também vão influenciar no conteúdo. O fato de a série Travessias da Cor, por exemplo, ter sido produzida por Melquíades Júnior, que é um jornalista bastante premiado, é negro e tem base de discussão sobre as questões étnico-raciais, certamente influenciou bastante para a amplitude das abordagens e para o tratamento humanizado com que as questões foram tratadas.

Mas a questão do maior tempo e de espaço não justifica, por si só, essa diferença nas abordagens. Mesmo matérias curtas podem produzir conteúdos qualificados e sem cair em discursos pré-fabricados e na reprodução quase automática de *releases* enviados por agências, empresas ou órgãos de governo e sem se resumir a fontes viciadas ou depoimentos de uma linha só para dizer que simplesmente alguém foi entrevistado, mas sem garantir realmente a escuta das partes relacionadas nas matérias.

A questão é sobretudo de enfoque, de uma visão mais plural, de concepção da informação como direito humano e do exercício do jornalismo como direito social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese que tínhamos, no início desta pesquisa, de que a criação de uma Universidade com o objetivo de promover a integração entre os países da comunidade dos países de língua oficial portuguesa, principalmente do continente africano, iria contribuir para ampliar o debate sobre os/as migrantes, sobretudo africanos/as, na mídia, confirmou-se, como pudemos observar na seleção de matérias para o *corpus* desta pesquisa.

Não só os atos de criação e implementação da Unilab foram tema das matérias, reportagens e séries, como também a presença dos/as migrantes, e sobretudo os/as estudantes de diversos países africanos vivendo no Ceará foram tematizados.

Nosso intuito inicial era analisar as matérias publicadas, no período de 2010 a 2018, nos jornais O Povo e Diário do Nordeste, sobre os/as migrantes africanos/as no Ceará. No entanto, ao longo da análise do *corpus*, percebemos a necessidade de fazer um recorte maior, restringindo para estudantes africanos/as no Ceará. O tema continua envolvendo as migrações africanas, mas a partir do que é publicado sobre esses sujeitos especificamente.

Também não conseguimos, infelizmente, por questão de prazo do mestrado e da pandemia de coronavírus, que nos impôs isolamento social, realizar um grupo focal com estudantes africanos/as para dialogarmos com esses olhares colocados por eles na pesquisa. Essa tarefa fica como proposta para um próximo trabalho.

A partir desse recorte, trabalhamos com 82 matérias, analisando as representações midiáticas dos/as estudantes africanos/as presentes nas diversas editorias dos dois impressos, problematizando as diferenças/semelhanças dessas representações nos dois diários e nos ocupando das relações entre as estruturas discursivas e as dimensões culturais, ideológicas e políticas do racismo nesses conteúdos.

Com suporte metodológico da Análise Crítica do Discurso (VAN DIJK, 1983, 1993a; 2001), realizamos a análise a partir das quatro categorias identificadas: Categoria 1 - A Unilab e a evocação do discurso histórico sobre o Ceará Terra da Luz e a Redentora Redenção; Categoria 2 – Discursos sobre o Ceará: a cordialidade em questão; Categoria 3 - Securitização e criminalização das migrações como expressão do racismo e Categoria 4 - África, identidade e resistências negras no Ceará.

Percebemos, a partir da análise das matérias de diversos gêneros (reportagens, séries, notas, entrevistas, artigos e editoriais) e em diversas editoriais, que as representações produzidas e (re)produzidas pelos dois jornais possuem mais semelhanças do que disparidades.

No jornal O Povo, observamos uma maior diversidade de editoriais/núcleos nos quais o *corpus* aparece. Com matérias desde o especial que aproveita o mote da Copa do Mundo na África do Sul para entrevistar os/as estudantes africanos vivendo no Ceará, na editoria de Esportes GOL!, passando por um percentual elevado de matérias no núcleo de Cotidiano, que inclui as editoriais Fortaleza, Ceará, Esportes e Ciências e Saúde, até matérias nas editoriais de opinião e núcleo de conjuntura.

Também identificamos a abordagem do tema do nosso *corpus* na editoria de opinião, com seis matérias nessa perspectiva, além da citada em relação à editoria mundo, que, apesar de estar em outra editoria, também tem caráter opinativo e mostra uma abertura, do Jornal O Povo, para trazer diferentes olhares, de fora do jornal, sobre o tema. Essa perspectiva também pode ser observada nas duas entrevistas presentes nas Páginas Azuis, uma com o primeiro reitor da Unilab, Paulo Speller, e outra com a segunda reitora da Unilab e primeira reitora negra do Brasil, Nilma Lino Gomes Já no DN, não foram encontradas matérias na editoria de opinião referente ao nosso *corpus*.

Notamos, ainda, que o tratamento da questão na editoria internacional se restringiu a apenas uma matéria, que tratava-se de um texto opinativo, uma análise de conjuntura de uma pesquisadora cearense sobre a forma como o continente africano é visto pelo brasileiro/cearense. As abordagens sobre os/as estudantes africanos/as são trabalhadas a partir da perspectiva local, principalmente no núcleo de cotidiano do jornal O Povo.

No DN, 71% do *corpus* se restringe a apenas duas editoriais: de Cidade (48%) e Regional (23%), mostrando uma menor diversidade temática dos conteúdos relacionados ao tema. Não foram encontradas matérias relacionados ao tema de nossa análise na editoria de opinião e, na editoria internacional, encontramos apenas uma notícia sobre o assunto.

Boa parte do conteúdo presente no *corpus* do DN é de matérias e séries especiais, representando 30% deles. Dessas, nove matérias da editoria Cidade são referentes à série

Travessias da Cor, escrita pelo repórter especial do jornal Melquíades Júnior.¹⁰⁵ Entre todos os conteúdos analisados, em ambos os jornais, a série se destaca pelo mais amplo, contextualizado e humanizado tratamento dado ao tema.

Em relação às representações em si, percebemos padrões semelhantes no tratamento dado pelos dois jornais, conforme as observações que se seguem, identificadas nas construções discursivas dos dois jornais em relação aos/as estudantes africanos no Ceará.

As representações positivas do Nós, brasileiros e cearenses, como acolhedores, hospitaleiros e solidários foram predominantes. Enquanto as representações negativas de Nós foram atenuadas (o racismo tratado como questões de convivência pacífica; a questão da propaganda enganosa das faculdades como um problema de conversão de moedas; os assassinatos de estudantes africanos foram causados por eles mesmos, que se envolveram em brigas ou com o tráfico de drogas. Somos solidários e estamos ajudando os/as estudantes africanos como “pagamento” da nossa dívida histórica com eles). Ao mesmo tempo, as representações negativas Deles/as, os/as estudantes africanos/as, foram ressaltadas: estão em dívida com as faculdades, são irregulares, estão ilegais, praticando crimes, como no caso de trabalhar mesmo que seja proibido para visto estudantil, e foram mortos por terem se envolvido em briga ou com o tráfico.

Falta discussão sobre a própria importância da criação de uma universidade que promove, ao mesmo tempo, interiorização e internacionalização, representando um marco não só no campo da educação do estado como também para o país, uma vez que a proposta da Unilab se diferencia de todas as outras universidades federais. Mas a questão é tratada simplesmente como um ato burocrático ordinário.

Isso revela a invisibilidade que determinados temas têm na mídia. Contextualizar a importância da interiorização da educação pública, a cooperação internacional Sul-Sul, os impactos econômicos, sociais e culturais que essa Universidade traz tanto para Redenção, para o Ceará e o país não parece ser a prioridade dos jornais locais.

Evidenciamos a referência constante das matérias que tratam dos/as estudantes e da Unilab em relação aos marcos históricos do Ceará como Terra da Luz e do pioneirismo da Redenção na libertação dos escravizados.

É importante destacar marcos históricos, mas a discussão precisa avançar para além disso. Percebemos que, na maioria das vezes, os jornais reproduziram esses discursos, mas sem

¹⁰⁵ É repórter especial do jornal Diário do Nordeste (CE) – do Sistema Verdes Mares. Já ganhou título de melhor reportagem em 2008 com a série Índios do Ceará; Com a série Viúvas do Veneno, ganhou o Grande Prêmio Jornalistas&Cia/HSBC de Imprensa e Sustentabilidade 2013.

problematizar questões, como a incompletude desse processo de abolição, que resultou na manutenção de exclusão social dos que foram escravizados; a falta de medidas de reparação desse processo de desumanização e falta de acesso aos direitos sociais e medidas que garantissem uma verdadeira reinserção na sociedade como sujeitos de direito.

Outra questão que precisa ser abordada é o processo de invisibilização da luta da população negra pela abolição (foram escolhidos abolicionistas brancos como símbolos desse processo de abolição), que perdura até hoje, inclusive os símbolos do movimento abolicionista citados, mesmo tanto tempo depois, ainda são os membros da elite intelectual branca da época.

O discurso da dívida histórica, que também é recorrente nos jornais, tem que ser pensado não apenas no passado, como se o processo de discriminação, exclusão social e desumanização da população negra fosse apenas uma questão do período da escravidão. Esse processo está em curso e os dados da desigualdade entre brancos e negros no país, como abordamos no capítulo 2, mostram que são atuais como sempre.

É necessário contextualizar que ações, como a inauguração de uma universidade com esse projeto sociopolítico de integração entre os países da CPALOP, principalmente os países africanos, são iniciativas muito importantes, mas que o enfrentamento desse processo de exclusão da população negra, que tem mais de 400 anos, perpassa por ações estruturantes em todas áreas para garantir condições igualitárias para essa população.

Pensamos na questão da dívida histórica como um reconhecimento do processo de desumanização e exclusão promovido pelo Estado brasileiro contra a população negra no país, não somente durante o período da escravização como atualmente, pela forma como as relações entre brancos e não brancos são estruturadas no Brasil, com hegemonia dos primeiros sobre os últimos (cf ALMEIDA, 2018).

A busca de reparação desse processo, neste sentido, não se trata de uma caridade, de assistencialismo ou de bondade de um povo “cordial” e “acolhedor”, como figura predominante na construção discursiva dos jornais.

Para que se faça realmente o enfrentamento do racismo, é preciso que sejam encaradas por meio de políticas e ações afirmativas que garantam o acesso, negado a grupos econômico, social e culturalmente excluídos e discriminados, à participação no processo político, no acesso à educação, à saúde, ao emprego, aos bens materiais, às redes de proteção social e ao reconhecimento cultural.

A questão da criminalização das migrações e dos/as estudantes também apareceu nos dois jornais, podendo ser observada, por exemplo, nos discursos relacionados a crimes, nos quais, mesmo sendo vítimas, os/as estudantes foram criminalizados/as; e com relação à situação

migratória dos/as estudantes tratados/as como ilegais, irregulares, a quem se atribuíram crimes por estarem trabalhando, quando o visto de estudante não permite ou no processo mesmo de deslegitimação da fala deles, quando os discursos desses/as estudantes foram colocados em dúvida, não foram validados, na questão envolvendo os/as estudantes guineenses ameaçados de deportação.

O diferencial maior nesses tipos de abordagens deu-se, predominantemente, nas matérias, séries e reportagens especiais do O Povo e do DN. Nessas matérias, analisadas na categoria 4, no lugar de discursos repetitivos acriticamente, como vimos no caso das constantes referências dos dois jornais aos discursos sobre a dívida histórica com os povos africanos ou sobre o pioneirismo de Redenção e do Ceará na libertação dos escravizados, essas notícias expunham as contradições desses discursos, trazendo contextos que relacionavam esses marcos do passado com o que é vivido pela população negra e local e pelos migrantes negros vivendo no estado.

Percebemos também que a escuta dos/das estudantes estava bem mais presente, e de forma qualificada, nessas abordagens.

Uma das formas de reprodução do racismo por meio do discurso midiático, como aponta Van Dijk (1993), é por meio do acesso privilegiado das elites às mídias. Os grupos socialmente marginalizados não possuem o mesmo acesso a esses espaços de produção discursiva como a mídia.

Para mudar essas representações, a mídia necessita dar visibilidade à desigualdade extrema no país, ao extermínio da população negra - não só por falta de acesso a políticas públicas e omissão, mas por ação do Estado, como podemos observar pelo fato de a polícia brasileira ser a que mais mata no mundo e os negros serem 75,4% das vítimas desse crime, por exemplo, ou pelas condições de desigualdade entre brancos e não brancos, nos empregos, nos salários, no acesso à educação, saúde, moradia, justiça entre tantos outros.

É preciso dar espaço à história do povo negro, a partir de seus próprios referentes e não apenas reproduzindo o discurso da elite hegemônica branca sobre os fatos históricos. Quem são os verdadeiros lutadores da abolição no Ceará? Antônio José Napoleão, Preta Simoa e Negra Esperança estão entre os importantes representantes da luta abolicionista, mas que não ganharam nomes de rua e de monumentos históricos, não costumam ser citados em livros de história e tampouco costumam ocupar as páginas dos jornais quando se fala da abolição no Ceará.

O acesso ao espaço midiático pelos movimentos negros, para discutir suas lutas, colocar suas ideias, divulgar suas ações, é escasso, e muitas vezes se restringe às efemérides, como Data

Magna do Ceará, Dia da Consciência Negra e Data da Abolição. Mesmo assim, o discurso utilizado nessas datas, por vezes reforça um viés colonialista e pouco dá espaço para o próprio movimento falar por si e colocar suas próprias pautas.

Porém, há avanços nesse sentido, com as constantes lutas do movimento negro por visibilidade, colocando em discussão a importância do local de fala. Neste sentido, temos visto um crescimento no número de matérias que trazem as falas dos próprios sujeitos para discutir suas questões, como pudemos ver nas matérias analisadas na Categoria 4.

Contudo, é importante destacar que essas iniciativas não podem ser pontuais. Para se enfrentar o racismo estrutural, é necessário que o olhar sobre todas as matérias cotidianamente publicadas nos jornais, nas diversas editorias, contemplem as diversas dimensões que estruturam nossa sociedade, como as questões de raça, classe, gênero, orientação sexual.

Esse olhar não deve se restringir a discussões específicas sobre questões étnico-raciais, mas partir do pressuposto de que essas relações estruturam as diversas dimensões sociais na sociedade capitalista na qual vivemos e perpassam por diversos temas no âmbito da política, da economia, da cultura etc.

Para que as pessoas tenham um olhar mais amplo sobre as migrações e não uma visão enviesada e pautada somente em estereótipos, é necessário que elas acessem uma multiplicidade de discursos, de diferentes fontes e origens, e que as abordagens sobre o tema contemplem as inúmeras dimensões que envolvem o processo (políticas, culturais, econômicas, sociais etc).

REFERÊNCIAS

- ABBA, Maria Julieta. Un análisis de la internacionalización universitaria a través del estudio de caso de la Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). *In*: LIMA, Manolita Correia; RICOBOM, Gisele; PROLO, Ivor (org.). **UNILA: uma universidade necessária**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO; Brasília: CAPES: CNPq, 2020. p. 141-187.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AMARAL, Joana de Barros. **Atravessando o atlântico: o Programa Estudante Convênio de Graduação e a cooperação educacional brasileira**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- APPADURAI, Arjun. **La modernidad desbordada: dimensiones culturales de la globalización**; Tradução de Gustavo Remedi. Buenos Aires: FCE, Ediciones Trilce, 2001.
- BACCEGA, M A. **Conhecimento, Informação e Tecnologia**. Comunicação & Educação, São Paulo, (11): 7 a 16, jan./abr. 1998.
- BARBOZA, Edson Holanda Lima. Ceará "Terra da luz"? Limites e contradições da abolição e pós-abolição no Ceará (1883-1888). *In*: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (CONLAB), 13., 2018, Guarulhos. **Anais [...]**. Disponível em: https://www.conlab2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1543624106_ARQUIVO_EdsonHolandaLimaBarboza.GT03.CONLAB2018.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2009.
- BARRETO, Gustavo. **Dois séculos de imigração no Brasil: a construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- BARROS, Laan Mendes de; VELOSO NETO, Solon Barbosa. **Claros e escuros: violências na sociedade midiaticizada brasileira**. **Revista de Estudos Universitários – REU**, Sorocaba, SP, v. 42, n. 2, p. 299-316, jul./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.22484/2177-5788.2016v42n2p299-316>. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/2931>. Acesso em: 21 nov. 2019.
- BASSO, Pietro. Sviluppo diseguale, migrazioni, politiche migratory. *In*: BASSO, Pietro; PEROCCO, Fabio (org.). **Gli imigrati in Europa: disuguaglianze, razzismo, lotte**. Parte prima. Milano: Franco Angeli, 2003. p. 82-117.
- BELMINO, Silvia. A cidade-sede da alegria: a construção imagética de Fortaleza para a Copa do Mundo de Futebol da FIFA 2014. *In*: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN (ALAIC), 12., 2014, Lima. **Anais [...]**. Disponível em: <http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/GT13-Silvia-Helena-Belmino.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

BHABHA, Homi. K. **O local da cultura**. Tradução de Miryam Ávila, Eliana Lourenço e Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (org.). **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012.

BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, v. 25, n. 58, p. 62-77, jan.-abr. 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/924>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. Regulamenta a Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 nov. 2017.

_____. Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 mai. 2017.

_____. Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

_____. Portaria nº 666, de 25 de julho de 2019. Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jul. 2019.

CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 95, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n95/0102-6909-rbcsoc-3295072017.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

CARRANÇA, Flávio; BORGES, Roseane da Silva (org.). **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2006.

CARVALHO, Alissa Cendi Vale de. **A(s) Fortaleza(s) da Copa do Mundo: representações sociais da cidade-Sede no jornalismo local**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

CASTLES, Stephen. Jerarquías de ciudadanía en el nuevo orden global. **Anales de la Cátedra Francisco Suárez**, v. 37, p. 9-33, 2003. DOI: <https://doi.org/10.30827/acfs.v37i0.1084>. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/acfs/issue/view/68>. Acesso em: 15 mar. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHAVES, Leilane Oliveira; Silva, Edson Vicente da. Comunidades negras no Ceará: da invisibilidade à formação dos quilombos contemporâneos. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 3, p. 147-160, set.-dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2583>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CHESNAIS, François. **La mundialización financiera: génesis, costo y desafíos**. Buenos Aires: Editorial Losada, Moreno 3362, 1999.

CONTEL, Fábio Betioli; LIMA, Manolita Correia. Aspectos da internacionalização do ensino superior: origem e destino dos estudantes estrangeiros no mundo atual. **INTERNEXT – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 167-193, jul./dez. 2007.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU). **Nota técnica a respeito da regulamentação da Nova Lei de Migração**, Brasília, 14 nov. 2017. Disponível em: http://www.dpu.def.br/images/stories/pdf_noticias/2017/Nota_t%C3%A9cnica_PL_ind%C3%ADgenas.pdf. Acesso em: 19 set. 2019.

DIÓGENES, Camila Gomes; AGUIAR, José Reginaldo. **UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul**. Redenção: UNILAB, 2013.

DURAND, Jorge; LUSSI, Carmem. **Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações**. Jundiá: Paco Editorial, 2015.

ELHAJJI, Mohammed; ESCUDERO, Camila. A Contribuição da comunicação para os estudos migratórios. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 14, n. 26 p. 01-15, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/918>. Acesso em: 08 ago. 2019.

ESCUDERO, Camila. **Comunidades em festa: a construção e expressão das identidades sociais e culturais do imigrante nas celebrações das origens**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FAIST, Thomas. **The mobility turn: a new paradigm for the social sciences?**, *Ethnic and Racial Studies*, Guildford, Surrey, v. 36, n. 11, p. 1637-1646, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/01419870.2013.812229>.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152401/148987>. Acesso em: 15 nov. 2019.

FRENKEL, Alejandro. El mundo según Bolsonaro: la nueva política exterior de Brasil. **Revista Nueva Sociedad**, nov. 2018. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/el-mundo-segun-bolsonaro/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

GASPAR, Bruna. Insegurança jurídica para estrangeiros. **Valor**, 22 jun. 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/legislacao/5612703/inseguranca-juridica-para-estrangeiros>. Acesso em: 25 jun. 2019.

GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Portugal, n. 80, p. 115-147, jan./mar. 2008. Tradução de Inês Martins Ferreira. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.697>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 05 abr. 2020.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 1, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ra/v47n1/a01v47n1.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2020.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. “Na Terra do Outro”: presença e invisibilidade de estudantes africanos no Brasil, hoje. **Dimensões**, Vitória, ES, v. 26, p. 191-204, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/2568>. Acesso em: 15 jan. 2020.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, p. 68-75, 1996. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat24.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019.

_____. **Cultura e Representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira; organização e revisão técnica de Artur Ituasu. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ: Apicuri, 2016.

_____. A ideologia e a teoria da comunicação. **Matrizes**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 33-46, set./dez. 2016. Tradução de Richard Romancini e André Ortega; revisão técnica de Liv Sovik. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/124648/121876>. Acesso em: 10 dez. 2019.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Social representations, public life and social construction**. London: LSE Research Online, 2001. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/2649>. Acesso em: 27 set. 2019.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACERDA, Moara Ferreira. Diálogo Teórico das Migrações Internacionais: Desafios Eminentemente a uma Compreensão Holística. **Áskesis**, São Carlos, SP, v. 3, n. 1, p. 159-169, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/105/pdf>. Acesso em: 21 set. 2019.

LANGA, Ercílio Neves Brandão. **Diáspora Africana em Fortaleza no século XXI: ressignificações identitárias de estudantes imigrantes**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015.

_____. Migração estudantil internacional: experiências de inserção de africanos no contexto universitário brasileiro. **Terceiro Milênio – Revista Crítica de Sociologia e Política**, Campos dos Goytacazes, v. 8, n. 1, p. 230-254, jan./jun. 2017. Disponível em:

<http://www.revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/126/92>. Acesso em: 10 set. 2019.

LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. Reflexões (ainda) necessárias acerca da mobilidade estudantil. *In: Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul*, 8., 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/63997>. Acesso em: 09 abr. 2020.

LIMA, Manolita Correia; RICOBOM, Gisele; PROLO, Ivor. Introdução. *In: _____* (org.). **UNILA: uma universidade necessária**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO; Brasília: CAPES: CNPq, 2020. p. 37-54.

MACIEL, Wellington. Usos de uma cidade da liberdade: estudantes africanos em Redenção. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 79, p. 189-201, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-49792017000100012>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/20026>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MAGALHÃES, Célia Maria. A análise crítica do discurso enquanto teoria e método de estudo. *In: _____* (org.). **Reflexões sobre análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 15-30.

MALOMALO, Bas Ílele; LOURAU, Julie; SOUZA, Osmaria Rosa. A UNILAB na perspectiva da cooperação Sul-Sul: uma análise crítica decolonial africana. **Cadernos do CEAS – Revista Crítica De Humanidades**, Salvador, v. 43, n. 245, p. 517-552, set./dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.25247/2447-861X.2018.n245>. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/454>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MARINUCCI, Roberto. Quebrar o silêncio sobre a África. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU)**, Brasília, v. 26, n. 54, p. 07-10, set./dez. 2018. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/1113>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MARTÍNEZ PIZARRO, Jorge; STANG ALVA, María Fernanda. Lógica y paradoja: libre comercio, migración limitada. *In: Memorias del Taller sobre Migración Internacional y Procesos de Integración y Cooperación Regional*, n. 45, Seminarios y Conferencias, Naciones Unidas Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Santiago do Chile, 2005. Disponível em: <https://EconPapers.repec.org/RePEc:ecr:col043:6793>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MARQUES, Janote Pires. A invisibilidade do negro na história do Ceará e os desafios da Lei 10.639/2003. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**. Unisul, Tubarão, v. 7, n. 12, p. 347-366, jul./dez. 2013. Disponível em: www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiésis/article/view/1830. Acesso em: 20 ago. 2019.

MARTÍNEZ, Susana; DUTRA, Delia. **Experiencias de Racismo desde la Inmigración Haitiana y Africana en Brasil**. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU)**, Brasília, v. 26, n. 53, p. 99-113, mai./ago. 2018. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005307>. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/948>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MENEGHEL, Stela; AMARAL, Joana, Universidades internacionais na contracorrente. As propostas da UNILA e da UNILAB. **Universidades**, Cidade do México, v. 66, n. 67, p. 25-40, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://udualerreu.org/index.php/universidades/article/view/396/395>. Acesso em: 13 fev. 2020.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, mai./ago. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010269092017000200507&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 set. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MIRANDA, Suélen Cristina de. O estudo das migrações a partir da Psicologia Social: uma perspectiva crítica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 566-582, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/46903/31294>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MOASSAB, Andréia; JESUS, Marcos de. Duas universidades ameaçadas pelo racismo. **Portal Outras Palavras**, 29 jul. 2017. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/duas-universidades-ameacadas-pelo-racismo/>. Acesso em: 16 mar. 2020

MORAES, Ana Luisa Zargo de. Política Criminal versus política migratória: um debate incipiente no Brasil. **Revista da Defensoria Pública da União (DPU)**, Brasília, n. 7, p. 33-54, jan./dez. 2014. Disponível em: <https://revistadadpu.dpu.def.br/article/view/116>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1999.

MUNOZ, Angela Maria Erazo *et al.* **UNILA: uma universidade necessária**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Brasília: CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; CNPq, 2020.

NASCIMENTO, Maria Yasmin Rodrigues do. **Invenção da Liberdade: o Instituto Histórico do Ceará e o discurso racial no I centenário da abolição (1984)**. Dissertação (Mestrado acadêmico) – Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2018. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84263>. Acesso em: 05 dez. 2019.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. A política externa brasileira no Governo Lula (2003-2010): um exercício de autonomia pela assertividade? *In: Encontro da ABCP Estudos de Política Externa*, 9., Brasília, 2014. **Anais** [...]. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/eventos/9o-encontro-abcp/areas-tematicas/at-6/estudos-politica-externa>. Acesso em: 30 nov. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAUTASSO, Diego; ALBANUS, Adriana Pilar. O Brasil e a cúpula América Sul-África: um país emergente nas relações sul-sul. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/view/1837>. Acesso em: 05 ago. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva durante cerimônia de sanção do Estatuto da Igualdade Racial e do projeto de lei que cria a Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira [sic] (Unilab)**. 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/20-07-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-sancao-do-estatuto-da-igualdade-racial>. Acesso em: 07 jun. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

QUINTANILHA, Karina. Notas históricas sobre "pessoa perigosa" e a deportação sumária da Portaria 666. **Revista Consultor Jurídico**, 07 ago. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-ago-07/karina-quintanilha-notas-historicas-pessoa-perigosa>. Acesso em: 02 set. 2019.

RAMANATHAN, Renuga; HOON, Tan Bee. Application of Critical Discourse Analysis in Media Discourse Studies. **3L: Language, Linguistics, Literature**, Bangi, Selangor, Malaysia, v. 21, n. 3, 2015, p. 57-68. Disponível em: <http://ejournals.ukm.my//3l/issue/view/641>. Acesso em: 15 abr. 2020.

RAMOS, Silvia (org.), **Mídia e Racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

RATTS, Alex. A diferença negra e indígena no território: observações acerca de Fortaleza e do Ceará. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 7, n. 11, p. 03-16, jan./jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.26895/geosaberes.v7i11.527>. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/533/505>. Acesso em: 10 out. 2019.

SACRAMENTO, Octávio. Sociedade, espaço e fluxos: reflexões sobre processos transnacionais. **Tempo Social – Revista de sociologia da USP**, v. 29, n. 2, p. 287-303, mai.-ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/116490/130988>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SALT, John. International Movements of the Highly Skilled. **OECD Social, Employment and Migration Working Papers**, n. 3. DOI: <https://doi.org/10.1787/104411065061>. Paris: OECD Publishing, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. As fronteiras entre muros e travessias. **Jornal de Letras**, 21 fev. 2018. Disponível em: <https://alice.ces.uc.pt/en/index.php/alice-info/boaventura-de-sousa-santosas-fronteiras-entre-muros-e-travessias-jornal-de-letras-february-21-2018/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SANTOS, Eduardo. Internacionalização da educação superior: a opção geopolítica pela integração regional nos casos da UNILA e da UNILAB. **Laplage em Revista**, São Carlos, SP, v. 3, n. 3, p. 30-51, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201733395>. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756523005>. Acesso em: 10 out. 2019.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teorias das Migrações Internacionais. *In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep)*, 12., 2000, Caxambu. **Anais [...]**. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/969>. Acesso em: 11 mai. 2020.

SASSEN, Saskia. Será esse o caminho? Como lidar com a imigração na era da globalização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Portugal, n. 64, p. 41-54, set./dez. 2002. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1230>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1230>. Acesso em 10 set. 2019.

SILVA, Claudia Cristiane dos Santos; LIMA, Manolita Correia; RIEGEL, Viviane. Os fatores de motivação na definição de estudantes estrangeiros em mobilidade acadêmica internacional no Brasil. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 232-251, jun./set. 2013. DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n3p232>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n3p232>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. *In: VAN DIJK, Teun Adrianus. Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 73-117.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SOUSA, Antônio Vilamarque Carnaúba de. **Afro-cearenses em construção: discursos identitários sobre o negro no Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2008.

SOUZA, Osmaria Rosa; MALOMALO, Bas'Illele. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará. **Interfaces Brasil/Canadá**, Canoas, RS, v. 16, n. 1, 2016, p. 256-293. DOI: <https://doi.org/10.15210/interfaces.v16i1>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/7731/5623>. Acesso em: 10 nov. 2019.

STEINBERGER-ELIAS, Margarethe Born. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2005

TRUZZI, Oswaldo. Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 517-553, abr.-jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000200008>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000200008. Acesso em: 10 jul. 2019.

TUZZO, Simone Antoniacci. **Os Sentidos do Impresso**. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Analyzing racism through discourse analysis: Some methodological reflections. *In*: STANFIELD, John (org.). **Race and Ethnicity in Research Methods**. Newbury Park, CA: Sage, 1993. p. 92-134.

_____. **Discourse analysis**: Its development and application to the structures of news. **Journal of Communication**, Oxford, v. 33, n. 2, p. 20-43, abr./jun. 1983. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1983.tb02386.x>. Disponível em: <https://academic.oup.com/joc/article-abstract/33/2/20/4282681>. Acesso em: 25 ago. 2019.

_____. Discurso y racismo. **Persona y Sociedad**, Santiago do Chile, v. 16, n. 3, p. 191-205, set./dez. 2002. Disponível em: <http://www.discursos.org/oldarticles/Discurso%20y%20racismo.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

_____. Introdução. *In*: VAN DIJK, Teun Adrianus. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-24.

ANEXO A - MATÉRIAS ANALISADAS
LISTAGEM POR JORNAL, POR DATA DE PUBLICAÇÃO

Diário do Nordeste

R\$ 3 mi para sede da Unilab. Diário do Nordeste, Fortaleza, 15 de maio de 2010.

Sou afro!. Diário do Nordeste, Fortaleza, 27 de junho de 2010.

Lula assina lei que cria a Unilab. Diário do Nordeste, Fortaleza, 21 de julho de 2010.

Lei que cria Unilab é sancionada hoje. Diário do Nordeste, Fortaleza, 24 de julho de 2010.

Docentes lutam para revalidar diploma. Diário do Nordeste, Fortaleza, 17 de agosto de 2010.

Paulo Speller toma posse como reitor da Unilab. Diário do Nordeste, Fortaleza, 26 de agosto de 2010.

Guiné-Bissau amplia laços com o Estado. Diário do Nordeste, Fortaleza, 27 de agosto de 2010.

Da África à Lusofonia. Diário do Nordeste, Fortaleza, 15 de outubro de 2010.

Ao lado de Cid, Lula convida moçambicanos. Diário do Nordeste, Fortaleza, 10 de novembro de 2010.

Estudantes participam de dia temático. Diário do Nordeste, Fortaleza, 16 de novembro de 2010.

Comemoração na Igreja Nossa Senhora das Dores. Diário do Nordeste, Fortaleza, 22 de dezembro de 2010.

Ministro Inaugura Unilab. Diário do Nordeste, Fortaleza, 24 de maio de 2011.

Na inauguração da Unilab, Cid anuncia hospital. Diário do Nordeste, Fortaleza, 26 de maio de 2011.

Mistério envolve a morte de africano. Diário do Nordeste, Fortaleza, 11 de agosto de 2011.

Africanos presos no aeroporto. Diário do Nordeste, Fortaleza, 23 de agosto de 2011.

Ceará é eleito por estrangeiros como melhor moradia. Diário do Nordeste, Fortaleza, 13 de janeiro de 2012.

Estudantes do Timor-Leste são novos alunos na Unilab. Diário do Nordeste, Fortaleza, 27 de março de 2012.

Unifor promove Fórum Brasil África no Estado. Diário do Nordeste, Fortaleza, 06 de maio de 2012.

Impasse afeta alunos africanos. Diário do Nordeste, Fortaleza, 11 de julho de 2012.

Africanos ficarão na capital. Diário do Nordeste, Fortaleza, 19 de julho de 2012.

Ceará é destino acadêmico para estudantes africanos. Diário do Nordeste, Fortaleza, 21 de novembro de 2012.

Quilombola faz festa da Consciência Negra. Diário do Nordeste, Fortaleza, 24 de novembro de 2012.

Unilab realiza semana de agricultura em Redenção. Diário do Nordeste, Fortaleza, 24 de janeiro de 2013.

Escritório para projetos é criado. Diário do Nordeste, Fortaleza, 10 de abril de 2013.

Estrangeiros buscam no Ceará oportunidades e qualidade de vida. Diário do Nordeste, Fortaleza, 22 de julho de 2013.

África e identidade negra no CE. Diário do Nordeste, Fortaleza, 29 de abril de 2014.

Servente de pedreiro, filho de ministro. Diário do Nordeste, Fortaleza, 30 de abril de 2014.

O caminho mais difícil. Diário do Nordeste, Fortaleza, 30 de abril de 2014.

Educação que liberta. Diário do Nordeste, Fortaleza, 01 de maio de 2014.

Mulher, negra, africana... Diário do Nordeste, Fortaleza, 01 de maio de 2014.

Unilab abre portas para estudantes africanos (série travessias da cor). Diário do Nordeste, Fortaleza, 01 de maio de 2014.

O sonho brasileiro. Diário do Nordeste, Fortaleza, 01 de maio de 2014.

Chamado África. Diário do Nordeste, Fortaleza, 02 de maio de 2014.

Liberdade criativa. Diário do Nordeste, Fortaleza, 02 de maio de 2014.

Corpo de aluna vai para Guiné-Bissau. Diário do Nordeste, Fortaleza, 07 de maio de 2014.

Universidades discutem desafios. Diário do Nordeste, Fortaleza, 02 de agosto de 2014.

Ceará assegura participação na feira da palavra em Cabo Verde. Diário do Nordeste, Fortaleza, 10 de setembro de 2014.

Centro recebe atividades da Consciência Negra. Diário do Nordeste, Fortaleza, 26 de novembro de 2014.

Unilab mudou a rotina de Redenção. Diário do Nordeste, Fortaleza, 29 de julho de 2015.

Morte de africano é elucidada. Diário do Nordeste, Fortaleza, 31 de julho de 2015.

Imigrantes buscam melhores condições de vida no Ceará. Diário do Nordeste, Fortaleza, 23 de agosto de 2015.

DPU irá acompanhar demandas de estudantes. Diário do Nordeste, Fortaleza, 07 de outubro de 2015.

Dívida Histórica. Diário do Nordeste, Fortaleza, 23 de fevereiro de 2016.

Unilab desafia crise no seu quinto ano. Diário do Nordeste, Fortaleza, 25 de junho de 2016.

O POVO

Tão perto, tão longe. O Povo, Fortaleza, 11 de fevereiro de 2010.

Música e engajamento no Dia da África. O Povo, Fortaleza, 25 de maio de 2010.

Uece celebra 35 anos de fundação. O Povo, Fortaleza, 26 de maio de 2010.

Acordo garante aprovação da Unilab. O Povo, Fortaleza, 08 de julho de 2010.

Nem tudo é igual. O Povo, Fortaleza, 05 de setembro de 2010.

África entra no mapa dos negócios. O Povo, Fortaleza, 05 de dezembro de 2010.

Estudante é espancado até a morte. O Povo, Fortaleza, 11 de agosto de 2011.

Africanos na Capital sentem 'na pele' o preconceito. O Povo, Fortaleza, 22 de agosto de 2011.

Apelo à praticidade. O Povo, Fortaleza, 28 de agosto de 2011.

Acesso ao ensino superior de qualidade. O Povo, Fortaleza, 29 de agosto de 2011.

A África que eu vi. O Povo, Fortaleza, 02 de outubro de 2011.

Justiça libera acusados de matar africano. O Povo, Fortaleza, 13 de outubro de 2011.

Jovem africana é detida por estar em situação ilegal. O Povo, Fortaleza, 11 de julho de 2012.

Dívidas serão parceladas. O Povo, Fortaleza, 12 de julho de 2012.

Caso dos estudantes ganha proporção diplomática. O Povo, Fortaleza, 14 de julho de 2012.

MPF quer evitar deportação. O Povo, Fortaleza, 18 de julho de 2012.

Justiça impede deportação de alunos. O Povo, Fortaleza, 19 de julho de 2012.

Problema diplomático. O Povo, Fortaleza, 22 de julho de 2012.

Uma questão de oportunidade. O Povo, Fortaleza, 22 de julho de 2012.

Desafios cotidianos. O Povo, Fortaleza, 22 de julho de 2012.

“O impacto para a UFC é preocupante”, diz vice-reitor. O Povo, Fortaleza, 24 de julho de 2012.

Permanência de africanos é incerta. O Povo, Fortaleza, 28 de julho de 2012.

Vistos podem ser prorrogados. O Povo, Fortaleza, 20 de outubro de 2012.

Kuduro. O Povo, Fortaleza, 15 de janeiro de 2013.

“A Unilab será a redenção de Redenção”, diz Lula. O Povo, Fortaleza, 25 de março de 2013.

Ela é negra do Brasil. O Povo, Fortaleza, 20 de maio de 2013.

Unilab: perigo de abertura involuntária de feridas ancestrais. O Povo, Fortaleza, 24 de abril de 2014.

Data Magna do Ceará. Na terra da liberdade, africanos lutam por tolerância. O Povo, Fortaleza, 25 de março de 2015.

Data Magna do Ceará. Caravana pelo rio Ceará lemba a história dos negros O Povo, Fortaleza, 25 de março de 2015.

Morenice como acessório. O Povo, Fortaleza, 27 de março de 2015.

Investigação. O Povo, Fortaleza, 31 de julho de 2015.

A crise no país pode limitar a capacidade de o Brasil receber refugiados?. O Povo, Fortaleza, 13 de setembro de 2015.

Saudades do além-mar. O Povo, Fortaleza, 16 de maio de 2016.

O mal pela raiz. O Povo, Fortaleza, 03 de julho de 2016.

Corpo segue hoje para Cabo Verde. O Povo, Fortaleza, 17 de agosto de 2016.

O silêncio do senhor reitor. O Povo, Fortaleza, 28 de abril de 2017.

O desafio de se tornar mulher no maciço. O Povo, Fortaleza, 28 de agosto de 2017.

Evento da UFC celebra a cultura africana. O Povo, Fortaleza, 24 de maio de 2018.

ANEXO B - TEXTOS SELECIONADOS DO *CORPUS* (DIÁRIO DO NORDESTE)**Lula assina lei que cria a Unilab****Editoria País****21 de Julho de 2010**

A previsão de Cid Gomes é de que as obras do campus comecem em meados de 2011, em parceria com a UFC

Brasília (Sucursal) - O governador do Ceará, Cid Gomes, participou ontem em Brasília, da cerimônia de sanção, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, da Lei que sanciona o projeto que cria a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (Unilab).

A Universidade tem o objetivo de promover atividades de cooperação internacional com os países da África por meio de acordos, convênios e programas de cooperação internacional, além de contribuir para a formação acadêmica de estudantes dos países parceiros. "Esta é a segunda universidade federal para o Ceará em 50 anos. É um espaço para o estudo da língua portuguesa e uma forma de pagar a grande dívida que o Brasil tem com os países africanos", avaliou Cid Gomes.

A nova universidade será localizada no município de Redenção, no maciço de Baturité, a 66 quilômetros de Fortaleza (CE). "Esta também é mais uma homenagem, já que Redenção foi o primeiro município brasileiro a libertar seus escravos", explicou Cid Gomes.

A previsão é de que as obras do campus comecem em meados de 2011, em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), instituição tutora do processo de implantação da Unilab. As atividades acadêmicas terão início em instalações provisórias em Redenção, em prédios cedidos pela Prefeitura local.

"Esperamos que até o final de 2010 estejamos fazendo o primeiro vestibular da Unilab. A Universidade será voltada a gestão pública e para a formação de professores. Serão investidos mais de R\$ 20 milhões. A prefeitura reformará o Centro Administrativo e coube ao governo do

Estado a aquisição de um terreno de 130 hectares para a construção do futuro campus da Unilab", explicou Cid Gomes.

A Unilab está sendo estruturada para atender 5 mil estudantes presenciais de graduação, dos quais 50% serão brasileiros e 50% originários de países parceiros. A iniciativa também inclui um programa de educação a distância com polos nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs). Inicialmente, os cursos compreenderão cinco áreas do conhecimento: Energia e Tecnologias; Gestão Pública; Saúde Pública; Educação Pública; e Agricultura.

Além de sancionar a lei que cria a Unilab, o presidente Lula também sancionou o Estatuto da Igualdade Racial, que define uma nova ordem de direitos para os brasileiros negros, que somam cerca de 90 milhões de pessoas.

Considerada uma lei emblemática dos avanços obtidos na luta pela igualdade racial, o Estatuto tramitou por cerca de uma década no Congresso Nacional e foi aprovado em 16 de junho deste ano.

Saúde

Cid Gomes aproveitou sua estada em Brasília para ter uma audiência com o ministro da Educação, Fernando Hadadd, e pedir apoio para as iniciativas na área de saúde da Universidade Federal do Ceará. Gomes solicitou investimentos para o Hospital Universitário e para a Maternidade Escola, que além de servirem para o ensino da medicina no Estado, são importantes para o atendimento à população no Ceará.

ANE FURTADO Repórter

...

Unilab mudou a rotina de Redenção**Editoria Regional****29 de Julho de 2015**

Nos últimos cinco anos, com a chegada dos estudantes, aumentou o investimento em pequenos negócios

Redenção. Em julho de 2010, foi criada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), cujos campi estão localizados na Bahia e no Ceará. A proposta de juntar países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe) e o Timor-Leste com municípios do Interior dos dois Estados completa cinco anos. Em Redenção, a presença dos estudantes estrangeiros e o impulso que a cidade ganhou são visíveis. O complexo universitário, por outro lado, fez aflorar problemas novos e antigos.

>Falta saneamento básico na cidade

A Unilab nasceu em 20 de julho de 2010, por meio da lei federal Nº 12.289. O início das atividades letivas, entretanto, aconteceu apenas quase um ano depois, no dia 25 de maio de 2011. Redenção não foi escolhida por acaso para sediar a nova instituição. A cidade entrou para a história como a primeira no Brasil a libertar totalmente seus escravos. O fato foi registrado no dia 1º de janeiro de 1883. Importantes abolicionistas vieram em comitiva prestigiar a solenidade do acontecimento, por meio da Estrada de Ferro de Baturité.

Passados 127 anos da abolição dos escravos, com a inauguração da Unilab, o município de Redenção voltou a ter contato com os povos africanos. Ao caminhar pelas ruas, é fácil se deparar com grupos de estudantes, principalmente de Cabo Verde e Angola. "É um pessoal alegre, sempre gentil e que se adaptou muito bem à nossa realidade", avalia o comerciante José Flávio da Silva.

Investidores estão construindo imóveis para alugar ou até mesmo para colocar à venda com financiamento da Caixa Econômica Federal (CEF). A presença dos estudantes também alavanca o comércio local Fotos: Kid Júnior

A mesma impressão tem o arrendatário de um restaurante no Centro de Redenção, José Átila. "É um povo bem vindo. O comportamento deles é exemplar. Nunca os vi envolvidos em confusão ou desavenças". Há três meses, Átila passou a trabalhar num restaurante que fica aberto das 6h30 até 22 horas. Ele é um dos moradores que viu na chegada dos estudantes a possibilidade de montar ou ampliar um negócio rentável.

"Certamente, mais de 60% do nosso movimento é bancado por eles. Começa bem cedo, quando acordam para ir à Unilab e passam por aqui para tomar café, na hora do almoço ou ainda no fim da noite, quando eles regressam para casa e realizam a última refeição do dia", explica Átila.

Principalmente na área central da Cidade, é possível notar a presença de farmácias, padarias, lojas e outros estabelecimentos comerciais surgidos após a instalação da instituição. De olho na bolsa paga pelo governo federal aos estudantes, vários setores da economia, notadamente o varejo, aumentaram seus investimentos.

O comerciante, no entanto, ressalta que tem muita gente inflacionando o mercado desde a implantação da Universidade. "Para vocês terem uma ideia, uma loja pequena, que antes podia ser alugada por R\$ 250, hoje seu dono não cobra menos que R\$ 500. Apesar dessa carestia, é difícil encontrar um espaço vago. Há um grande investimento em pousadas e imóveis, não só para alugar, como também para vender", aponta.

A inflação na cidade é a maior queixa dos estudantes. "Recebemos uma bolsa de R\$ 530. O menor aluguel que conseguimos achar é de R\$ 500. Os donos de imóveis sabem que temos que conseguir moradia de qualquer forma e nos obrigam a nos reunirmos em grupos de três ou quatro para viabilizar o aluguel", revela o estudante João Gomes, 26, de Guiné-Bissau.

João nos contou que alguns estudantes procuram distritos localizados distante da sede, mas acabam se arrependendo. "Quem busca morar longe é obrigado a pagar transporte. Acaba dando no mesmo. A bolsa é insuficiente para a gente comer, se deslocar, adquirir roupas, pagar energia, água e comida. Aqueles que ficam distante da sede da Unilab ainda se deparam com problemas de violência, mais comuns nos distritos".

O estudante praticamente concluiu o curso de Ciências Humanas. Entretanto, espera o fim da greve de servidores e professores, que já passa de um mês, para poder defender sua monografia:

"Espero que esse movimento termine logo para que possa finalizar o meu curso e iniciar a pós-graduação em Sociologia".

A comida no restaurante universitário custa R\$ 1,10, mas João e seus colegas de residência preferem preparar a alimentação em casa. "Não é pelo custo. É que preferimos fazer o nosso almoço", finaliza.

Residência

Farã Vaz, 28, é também de Guiné-Bissau e bacharel de Ciências Humanas. Ele reclama das condições oferecidas aos estudantes, mas faz questão de ressaltar que a inflação é até certo ponto natural: "Em qualquer lugar, o mercado funciona de acordo com a oferta e a procura. Quando criaram a Unilab, deviam ter planejado a construção de uma residência universitária. Isso seguraria os preços. Não permitiria uma alta tão grande. É até natural que os donos de imóveis, diante de uma grande demanda, aumentem os preços".

ENQUETE

Qual a principal dificuldade?

"Os donos de imóveis sabem que temos que conseguir moradia de qualquer forma e nos obrigam a nos reunirmos em grupos de três ou quatro estudantes para podermos viabilizar o aluguel"

"A falta de acomodação para os estudantes é, de fato, o maior problema que temos aqui. A construção de uma residência universitária, a meu ver, resolveria o problema e também derrubaria os preços"

Farã Vaz Estudante

• ...

Redenção. Este município abriga os campi da Unilab Liberdade e Aurora, ainda não totalmente concluído. Além disso, a Unidade Acadêmica dos Palmares fica situada na vizinha Acarape. Afora esses núcleos, a Universidade tem também um campus em São Francisco do Conde, na Bahia. Ao todo, entre ensino presencial e a distância, são 4.166 estudantes.

Com o aumento populacional, Redenção passou a ter agravados problemas por conta da falta de saneamento básico, responsável por comprometer um dos principais mananciais de todo o Estado, o Rio Pacoti.

Quem transita próximo ao posto de combustíveis na entrada da cidade sente o odor exalado da galeria por onde passam as águas do Rio Pacoti. Segundo comerciantes e taxistas que trabalham nas imediações, esse é um problema que só tem aumentado ao longo do tempo.

"O que a gente sabe aqui é que sempre se jogou esgoto para dentro do Pacoti. Não é uma coisa nova, que começou agora. Só que, com o aumento da população, a situação se tornou mais grave", aponta o mototaxista Francisco Edilson Araújo, 41. Para ele, "é preciso resolver esse problema da poluição logo". O leito do rio segue até passar por baixo da Rua Edmilson Medeiros, no trecho próximo à confluência com a Rua Santos Dumont. No local, existe uma ponte de onde é possível observar mais nitidamente a poluição que tomou conta do rio.

"Infelizmente, o que acontece aqui é por culpa da própria população. Além de jogarem o esgoto para o rio, o que é mais grave, as pessoas depositam lixo, mesmo com a coleta sendo feita de forma regular pela Prefeitura. Por causa desse tipo de atitude, nos obrigamos a torcer para que não ocorra um bom inverno pois, quando isso acontece, quem sofre somos nós, que moramos aqui nas imediações, pois o lixo é carregado para dentro das nossas casas com lama e animais mortos", denuncia uma dona de casa que pediu para não ter o seu nome citado, "pois as pessoas por aqui ficam com raiva quando a gente denuncia esse fato".

No site da Prefeitura, há uma postagem indicando que "está sendo realizada a limpeza das margens do Rio Pacoti. O trabalho de retirada da vegetação é feito com a utilização de uma escavadeira hidráulica e inclui a retirada do entulho".

A reportagem tentou, durante toda a manhã de ontem, um contato com o prefeito Manoel Bandeira e com o secretário de infraestrutura, César Fernandes. Os dois estavam em reunião e não puderam atender os chamados até a hora do fechamento desta edição.

Drenagem

A Assessoria de Imprensa da Prefeitura, porém, revelou que o problema da falta de drenagem na cidade estava próximo de ser revolido. Disse que, nos últimos dias, negociações nesse sentido avançaram e, o mais breve possível, o prefeito fará um pronunciamento sobre o problema.

[Redenção] Na inauguração da Unilab, Cid anuncia hospital**Editoria Cidade****26 de Maio de 2011**

Haddad afirmou que a região Sul do Ceará vive um "momento extraordinário de desenvolvimento"

Em uma solenidade que concentrou ministros e embaixadores de diversos países, autoridades brasileiras e estudantes estrangeiros e cearenses que agora têm diante de si um leque maior de oportunidades profissionais, o ministro da Educação, Fernando Haddad, proferiu ontem a aula inaugural da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), em Redenção. Na ocasião, o governador do Estado, Cid Gomes, anunciou um hospital, a construção de uma estrada ligando o município a Pacoti e a duplicação de parte da CE-060. Na data em que se celebra o "Dia de África", 25 de maio, a primeira cidade brasileira a promover a abolição dos escravos deu início, simbolicamente, às aulas de cinco cursos oferecidos a alunos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Timor Leste. Neste trimestre, dos 180 alunos que participarão das aulas, 39 são estrangeiros. "Não posso responder por todos, mas sei que a intenção da maioria dos alunos do meu país é voltar para lá e dar a sua contribuição. É também o que eu quero", afirmou o presidente da associação dos estudantes de Guiné-Bissau, Miate Bonté Có. Ao todo, informou, 18 estudantes de sua pátria iniciam os cursos na Unilab neste trimestre, divididos entre os cursos de Agronomia, Administração Pública, Ciências da Natureza e Matemática, Enfermagem e Engenharia de Energias.

Conforme o ministro, o retorno dos estudantes às suas nações - para que lá promovam desenvolvimento - representa um dos objetivos da Universidade. "A implantação da Unilab tem um significado simbólico referente à 'dívida' que o Brasil possui com continente africano, por conta dos séculos de escravidão. Além do fato de Redenção ter sido a primeira cidade a libertar os escravos", disse. A respeito dos avanços necessários ao Ceará no que se refere ao ensino, Fernando Haddad afirmou que a região sul do Estado vive um "momento extraordinário de desenvolvimento", o qual deve ser acompanhado por iniciativas direcionadas à educação. "Nós temos que cuidar com carinho da região. O governador tem pedido uma atenção maior do Governo Federal", diz.

Solidariedade

Por sua vez, o governador Cid Gomes afirmou que a oportunidade oferecida aos estudantes de outros países, ao mesmo tempo em que representa um gesto de "solidariedade e apoio", consiste em um "caminho de mão dupla". Segundo Cid, a relação mais estreita entre os governos, iniciada simbolicamente ontem, deverá resultar em futuros benefícios comerciais.

O governador também assegurou a construção de um hospital regional em Redenção caso a Unilab passe a contar com um curso de Medicina.

Além disso, Cid afirmou que já existe um projeto para a construção de uma estrada que ligará os municípios de Redenção e Pacoti. Outro serviço que deverá ser feito para facilitar o acesso à cidade será a duplicação da CE-060, no trecho entre Pacatuba e Redenção.

Conforme o reitor da Unilab, Paulo Speller, os alunos estrangeiros matriculados realizarão a etapa final de sua formação nas universidades de seus países de origem. A partir do próximo ano, metade dos universitários será de brasileiros e a outra de estrangeiros.

JOÃO MOURA ESPECIAL PARA CIDADE

...

Ceará é eleito por estrangeiro como melhor moradia

Editoria Cidade

13 de Janeiro de 2012

O Estado passa por uma mudança no perfil dos migrantes; maioria são estudantes, famílias e pessoas mais idosas. O estereótipo do Ceará como a terra da fome e da seca, que expulsava o sertanejo para o "sul" parece ter sido superada. Ganha espaço, hoje, a imagem do paraíso, dos verdes mares e das belezas sem fim. Prova disso é a presença frequente e até ostensiva dos estrangeiros que a cada ano largam o frio Europeu para consolidar uma nova morada.

Segundo os dados do Censo 2010, o Ceará é o líder no crescimento de estrangeiros com um aumento de 70,5% na quantidade de moradores registrados nos últimos 20 anos. Foram contabilizados, em 2010, 4.524 residentes de fora, o que significa 0,05% da população estadual.

No ano passado, por exemplo, 80.430 estrangeiros chegaram à "terrinha", sendo 69.931 via Aeroporto e 10.499 pelo Porto Marítimo do Mucuripe. Número maior que os 78.469 contabilizados em 2010. No topo estão italianos (20.289), portugueses (15.752) e franceses (5.388), tendo destaque também os moradores de Cabo Verde (2.309) entre os que chegam para visitar, fazer negócios ou passeio. Ainda em dezembro, o Diário do Nordeste apresentou matéria expondo que o Ceará é o 2º em atrair investimentos do exterior.

É a Fortaleza que, assim, como um caldeirão de culturas, ganha mil caras, identidades múltiplas com ares de metrópole globalizada, tudo junto e bem misturado. Em uma volta pela Beira-Mar, já se pode encontrar restaurantes com menus do mundo inteiro, gente de todas as línguas, hábitos variados em um exercício diário de tolerância. Mas, o que desejam os de fora?

Qualidade

Na visão do Delegado Tomas Wlassak, Chefe da Delegacia de Imigração da Polícia Federal (PF) do Ceará, os visitantes vem na busca de qualidade de vida. "O clima quente daqui ainda atrai muito, faz sucesso. Somos hospitaleiros e bastantes elogiados por isso. Entretanto, ainda há muitos problemas de infraestrutura e de convivência pacífica", frisa. Ele aponta ainda uma mudança no perfil dos visitantes. Agora, predomina os estudantes, as famílias e pessoas mais idosas. Entre os universitários, o Ceará já abriga cerca de 2 mil estudantes, oriundos, principalmente, da África. A principal meta é selecionar, dar mais qualidade em vez de quantidade.

Tentando entender os impactos dessa "invasão", a socióloga e Professora da Universidade Estadual do Ceará (Uece), Adelita Carleial, comenta que a imigração estrangeira ainda é pouco expressiva, concentrando-se na Capital. "Predomina em área urbana, na cor branca, são mais homens que mulheres, poucos são crianças, a maioria é adulta em idade para trabalhar e estabelecer relacionamentos afetivos, possuem elevado nível de escolaridade", afirma. Com esse perfil, esse contingente vem em busca de trabalho, casamentos ou investimentos, fatores que podem ser as motivações para mudarem mesmo de residência.

Adelita explica ainda que a mobilidade populacional é decorrente do desejo de melhoria das condições de vida, quer por novas ocupações, aumento de renda ou por ilusões de segurança, qualidade de vida, tranquilidade, dentre outras razões.

"Existem motivos que expulsam o migrante de seu lugar de origem e outras esperanças que os atrativos do lugar de destino desenvolvem nas subjetividades", frisa a professora da Uece.

A produtora cultural e administradora, Rosina Popp Torres, 47, nascida na Alemanha, adotou há 17 anos Fortaleza como sua morada. Criou raízes, casou e teve uma filha. "Aprendi a amar esse lugar apesar de ainda sofrer muito com a violência", finaliza.

SAIBA MAIS

Estrangeiros residentes:

Estados Unidos: 2.679

Portugal: 2.030

Itália: 1.765

Alemanha: 1.162

França: 886

Guiné-Bissau: 651

Espanha: 590

Cabo Verde: 470

Inglaterra: 264

IVNA GIRÃO REPÓRTER

...

Integração] Ceará é destino acadêmico para estudantes africanos

Editoria Cidade

21 de Novembro de 2012

Oportunidades de fazer graduações ou pós-graduações de qualidade atraem os alunos ao Estado

Ao circular pelos campi de algumas universidades cearenses, não é difícil se deparar com estudantes provenientes de países como Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Os africanos procuram no Estado uma oportunidade de realizar graduações ou pós-graduações de qualidade. Unindo a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), no município de Redenção, a

Universidade Federal do Ceará (UFC) e outras universidades privadas, mensura-se que existam pelo menos 588 estudantes de origem africana vivendo no Estado.

Contudo, a grande questão é quem são eles e como estão sendo tratados pelos cearenses. Ontem, Dia Nacional da Consciência Negra, dezenas de eventos, manifestações e atividades ocorreram no Ceará. Porém, é importante discernir qual é a real participação dos negros na história do povo cearense, como são reconhecidos e de que forma estão vivendo os estrangeiros provenientes da África no Estado.

De acordo com a vice-reitora da Unilab, o Estado é escolhido pela proximidade, facilidade de acesso e pelas relações comerciais

Criada para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais de Países de Língua Portuguesa CPLP, especialmente os países africanos, a Unilab, por exemplo, possui 155 estudantes estrangeiros, sendo 17 da Angola, 15 do Cabo Verde, 36 do Guiné Bissau, três de Moçambique, 13 de São Tomé e Príncipe: e 71 do Timor Leste. Segundo a vice-reitora da Unilab, Maria Elias Soares, o Ceará vem sendo escolhido por alunos africanos, mesmo antes da criação da Unilab, pela proximidade, facilidade de acesso, pelas relações comerciais mantidas com o Estado e visibilidade das universidades cearenses.

Intercâmbio

De acordo com ela, no caso da Unilab, a demanda aumentou em decorrência de sua proposta de buscar promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional da região e dos países de origem dos estudantes, sem perder de vista os elementos que devem compor a formação em nível superior no século XXI, em suas diversas dimensões.

Um desses estudante é o angolano Fernando Caiavi. Há dois meses, ele está matriculado na Unilab e cursa Ciências Naturais e Matemática. O jovem de 21 anos diz que soube da universidade por meio de uma estação de rádio de Luanda, cidade onde nasceu. Imediatamente, desistiu do curso de Física Nuclear e foi em busca de informações junto à Embaixada Brasileira. “Acredito que o ensino no Ceará é bem melhor do que o do meu País, por isso e eu vim para cá. Estou achando espetacular, pois os professores são excelentes têm o domínio das disciplinas e o meu desenvolvimento acadêmico está bem melhor”, ressalta Fernando. Ele confessa que,

após concluir a graduação, pretende continuar morando no Estado, cursando o mestrado e, em seguida, o doutorado.

Dificuldades

Entretanto, alguns estudantes africanos passam por verdadeiros desafios para conseguir se manter no Estado. A procuradora da República, Nilce Cunha Rodrigues, explica que, só em Fortaleza, há pelo menos 300 estudantes matriculados em universidades privadas provenientes de Guiné Bissau. Destes, pelo menos 198 estão inadimplentes. A procuradora ressalta que muitos estudantes se encontravam em situação irregular por não conseguir renovar o direito de permanência no país. Sem pagar a mensalidade das universidades, eles não podiam obter a liberação dos documentos escolares necessários ao processo de concessão das autorizações e corriam o risco de deportação. Porém, ela garante que, após um acordo intermediado pelo Ministério Público Estadual, juntamente com as universidades privadas, os estudantes de Guiné Bissau poderão parcelar as dívidas em oito vezes e devem continuar estudando durante esse período. “Na verdade, a regra é a mesma para qualquer um que venha estudar no Brasil, é preciso renovar a permanência anualmente”, disse Nilce Cunha.

Karla Camila

Repórter

...

Imigrantes buscam melhores condições de vida no Ceará

Editoria Cidade

22 de Agosto de 2015

O último censo do IBGE destacou que 5.916 estrangeiros viviam no Estado, 4.001 na Capital e 1.914 no Interior

As belas praias e o sol presente o ano todo são características marcantes que atraem turistas ao Ceará. Entretanto, além de quem vem só conhecer pontos turísticos, há o estrangeiro que imigra para o Estado em busca de oportunidades. As histórias se misturam e, muitas vezes, são marcadas pelas dificuldades encontradas longe de casa.

A Delegacia de Imigração da Polícia Federal aponta que o número de turistas que entram no Estado vem crescendo significativamente na última década. Somente em 2014, um total de 69.818 estrangeiros entraram no Ceará pelo Aeroporto Internacional Pinto Martins e portos do Mucuripe e Pecém. O que chama atenção são as pessoas que chegam e fazem do Ceará um lugar para viver.

O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), concluído em 2010, destacou que 5.916 estrangeiros viviam no Ceará. Destes, 4.001 residiam em Fortaleza e 1.914 no Interior do Estado. Já um balanço realizado pela Divisão de Cadastro e Registro de Estrangeiros (Dicre) da Polícia Federal registrou que, atualmente, 25.691 estrangeiros vivem no Ceará. O número engloba tanto pessoas que estão em situação temporária, que solicitaram o visto para trabalhar ou estudar, por exemplo, quanto imigrantes considerados permanentes, como aquelas pessoas que constituíram família com outros brasileiros.

Segundo a chefe da Delegacia de Imigração do Ceará, a delegada federal Alessandra Oliveira Medeiros, a imigração tem crescido consideravelmente na última década, principalmente de europeus, que chegam ao Estado para investir em grandes empreendimentos. A Delegacia de Imigração também tem observado um grande número de pessoas vindas da Coreia do Sul, que chegaram no Estado com contrato para atuar na construção da usina termoelétrica e no Porto do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante.

Mão de obra

"O Estado recebe muitos estrangeiros que vêm para investir. Isso é bom, porque traz mão de obra especializada, cria novos empregos e faz muito dinheiro circular por aqui. Por outro lado, muitas pessoas vêm para o Ceará sem dinheiro para se manter por muito tempo e acabam ficando ilegalmente no Estado. Sem dinheiro e família, esses estrangeiros acabam nas ruas e muitos viram até pedintes. É uma situação complicada, tendo em vista que essas pessoas estão longe de suas casas", relata a delegada.

A ilegalidade e o envolvimento com a criminalidade são as maiores preocupações da Polícia Federal. Somente nos últimos cinco anos, já foram autuados 8.115 por estada irregular no Ceará. "Muitos estrangeiros, principalmente de países como Cabo Verde, Nigéria, Chile e Peru, vêm sem muitas condições financeiras, e vão se instalando no território cearense. Eles só poderiam ficar um período aqui no Brasil, entre 30 dias e seis meses, mas acabam ficando mais tempo.

Com isso, eles entram na ilegalidade e são submetidos a trabalhar em empregos degradantes e até no mundo do crime", avalia.

O chileno E. S., 58, sente na pele, até hoje, o que é viver longe de casa e quase como uma "pessoa invisível". Natural de Temuco, no Chile, o homem veio ao Ceará como turista há 12 anos, após passar uma temporada nos Estados Unidos. Com dinheiro no bolso, o chileno fez diversas viagens pelo Brasil, até que conheceu sua esposa no Estado do Espírito Santo.

A vida parecia ser perfeita na capital cearense, até que a mulher faleceu e o homem acabou perdendo as forças para seguir adiante. Hoje, E. S. Ganha a vida vendendo mapas e pedindo ajuda as pessoas que transitam pelo centro da cidade.

"Quando cheguei aqui no Ceará, logo me apaixonei por essa terra. É um lugar lindo. Mas depois que perdi minha esposa, eu só conseguia sentir tristeza. O álcool foi meu companheiro por muito tempo e passei a perambular de um lado para o outro, sem saber para onde ir", diz o chileno, ainda emocionado.

E. S. Revela que, hoje, não tem mais nenhum documento, vive dificuldades financeiras, mas que ainda assim não pensa em retornar ao seu país. "Já tenho uma filha aqui e vivo com outra mulher. Às vezes me falta comida, água e dinheiro para pagar as contas. Sei que tenho filhas no Chile e até netos. Sinto muitas saudades, mas não quero voltar. Sinto vergonha e prefiro ficar aqui, apesar de tudo. Na verdade, hoje eu não sei mais o que quero na vida. Ando de um lado para o outro, sem saber direito das coisas, mas me sinto perdido e meio invisível", conta.

As dificuldades de E. S. São semelhantes às enfrentadas pelo nigeriano Ugochukwu Innocent, 36. O homem saiu de Anambra em busca de um trabalho melhor que o de vendedor, que tinha em sua cidade natal. Os primeiros obstáculos foram com a nova cultura e com língua diferente. "Não foi fácil no começo, pois estava em um lugar muito diferente. Antes de vir para o Ceará, eu também fui para a Europa e passei por São Paulo. Sofri muito preconceito e discriminação, por ser negro e estrangeiro. Na Nigéria eu tinha pelo menos minha família, mas aqui eu estava sozinho. Tive que me virar e trabalhei de tudo, mas hoje eu me sinto feliz", comenta.

Nova família

Atualmente, após sete anos, Ugochukwu já constituiu uma nova família e trabalha vigiando carros no Centro, onde ganha cerca de R\$ 50 por dia. Apesar dos problemas, o nigeriano conta

que não pensa em voltar para seu país. "Sinto saudades de casa, da família, mas eu não penso em morar em outro lugar que não seja Fortaleza. Eu encontrei tudo aqui: família, emprego, comida e lugar para morar. Meu sonho é um dia montar um negócio para mim e poder dar um futuro melhor para minha filha", conta, otimista, o nigeriano.

Os estudantes também representam grande parte dos imigrantes, segundo a Delegacia de Imigração da Polícia Federal. São futuros advogados, enfermeiros, professores e publicitários, que desembarcam seus vistos temporários e carregados de esperança. Apesar das perspectivas positivas, eles também se deparam com diversos obstáculos.

"Não tem como negar que é complicado morar em outro país. Hoje eu me mantenho aqui com uma bolsa que recebo na universidade, mas, se não fosse meus pais, eu acho que não conseguiria me manter", diz o peruano Nilton Rivas, 23. O aluno cursa Cinema e Audiovisual, na Universidade Federal do Ceará (UFC). Já o estudante de Direito Ricardo Dju, 26, de Guiné-Bissau, diz que a vinda para Fortaleza foi a realização de um sonho. "Sempre quis estudar e cursar faculdade. Eu vejo que apesar das diferenças culturais e do preconceito, que às vezes também existe, aqui em Fortaleza tem muito mais estrutura e oportunidade que no meu país", afirma o universitário africano.

Apesar de toda complexidade, a imigração para o Ceará é vista com bons olhos pelo sociólogo Ercílio Langa. O pesquisador diz que a vinda de pessoas de outros países aumenta a riqueza cultural e promove interação entre as diversas experiências.

Langa destaca que é preciso valorizar todos os tipos de imigrantes. "A imigração é um direito de todo ser humano. Acho que o Brasil é um país com muitas oportunidades e que aqui tem lugar para todos. No entanto, ainda existe preconceito e discriminação com os povos diferentes, principalmente com africanos. É preciso que todos os imigrantes sejam tratados de forma igual, seja africano, asiático, europeu ou americano", acrescenta o sociólogo.

(Colaborou **Valdir Almeida**)

...

Impasse afeta alunos africanos

Editoria Cidade

11 de Julho de 2012

[Ceará] O Ministério Público Federal (MPF) no Ceará formaliza, hoje, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre estudantes de Guiné-Bissau e a Fatene, instituição de ensino superior privado, para corrigir a permanência de alunos estrangeiros no Brasil, que se encontram em situação irregular com o estabelecimento de ensino, em virtude de atrasos de pagamentos das mensalidades.

No Ceará, estão cerca de 300 estudantes africanos e, pelo menos, 100 podem estar no Estado de forma ilegal, pela falta de condições de pagamento dos cursos superiores e técnicos. Na tarde de ontem, uma estudante africana foi apreendida em Fortaleza por um agente da Polícia Federal, trabalhando ilegalmente distribuindo panfletos no bairro Benfica. A universitária de Guiné-Bissau foi encaminhada à agência da PF no Aeroporto Internacional Pinto Martins. Ela possui visto de permanência de estudante no Brasil, por isso, conforme o MPF, poderia praticar apenas estágios acadêmicos.

Após prestar depoimento, a estudante foi notificada e multada. Em seguida, liberada por volta das 17h30. Segundo o MPF, durante a ação, duas alunas foram abordadas, mas a outra estudante foi liberada após depoimento por apresentar situação regular no País.

O problema dos alunos africanos se agravou no Brasil depois do golpe de Estado, em Guiné-Bissau, em 12 de abril. Com a crise, as famílias têm dificuldade de enviar dinheiro ao Brasil. Eles vieram para o País atraídos pelas condições aparentemente favoráveis de estudos, a fim de obterem formação de curso superior ou técnico. Ao chegarem em Fortaleza, se depararam com uma realidade que estava além de suas possibilidades financeiras. A maioria dos estudantes estuda em Fortaleza, em duas unidades da Fatene, e outra parte na unidade de Caucaia.

Condições

A procuradora da Justiça Nilce Cunha disse que, durante o depoimento dos alunos, alguns admitiram que há outros jovens no Estado sem estudar por falta de condições financeiras. Ela solicitou aos próprios estudantes que divulguem a necessidade de se regularizar e, para isso, devem procurar a Justiça. Assim, será formalizado o parcelamento das mensalidades e a matrícula.

De acordo com a procuradora, a instituição de ensino afirma que já vem cumprindo os parcelamentos e dando o prazo de 30 dias para o pagamento, sem acréscimos. O MPF fez um levantamento dos valores cobrados aos estudantes e o que foi divulgado pelas faculdades durante seleção em Guiné-Bissau.

Conforme a procuradora, se concluiu que não houve reajuste, mas a taxa cambial usada na época estava defasada. O MPF sugere que a faculdade dê registro de legalização dos alunos e dispense o pagamento de multas e juros. Conforme a procuradora, a instituição sabia das condições dos alunos.

...

[Flagrante Delito] Africanos presos no aeroporto

Editoria Polícia

23 de Agosto de 2011

Segundo a Polícia Federal, os nigerianos usavam passaportes com vistos falsificados e tentaram escapar

Agentes da Polícia Federal de plantão no Aeroporto Internacional Pinto Martins, na madrugada de ontem, prenderam dois passageiros estrangeiros que chegaram àquele terminal portando documentos falsos. São dois africanos (identidades não reveladas), naturais da Nigéria, que desembarcaram nesta Capital procedentes de Cabo Verde. Em poder deles os 'federais' encontraram passaportes com vistos falsificados.

No momento em que foram abordados pelos agentes, os dois africanos teriam afirmado que estavam de passagem comprada de volta. Iriam permanecer em Fortaleza por apenas três dias para comprar sapatos. Disseram ainda que ficariam hospedados em um hotel, mas não comprovaram as reservas. Por conta disso, tiveram que ser conduzidos à sala do setor de Imigração, mas neste momento tentaram fugir do terminal.

Os dois homens foram detidos por policiais federais e militares de plantão. A PF tentou realizar a repatriação, isto é mandá-los imediatamente de volta ao país de origem, mas eles se recusaram a embarcar.

Crimes

Depois de dominados e algemados, foram conduzidos à sede da Polícia Federal. Durante toda a manhã de ontem, eles prestaram depoimento.

Em nota oficial distribuída à Imprensa, na tarde de ontem, o Setor de Comunicação Social da Superintendência da Polícia Federal no Ceará informou que os dois acusados poderão ser indiciados em inquérito policial pelos crimes de falsificação de documento público, uso de documento falso, oposição à execução de ato legal mediante violência ou grave ameaça, além do delito de desobediência. Ontem à tarde, os dois homens foram conduzidos à Coordenadoria de Medicina Legal (Comel) e submetidos ao exame de corpo de delito. A prisão deles foi comunicada à Embaixada da Nigéria.

A PF vai aprofundar as investigações e ainda não descartou a hipótese de ligação dos dois homens com o tráfico internacional de drogas. Os acusados poderiam estar chegando ao Brasil com o propósito de obter drogas para transportá-la para a Europa, fazendo o papel de 'mulas' do narcotráfico.

Morte

Há duas semanas, um estudante africano foi assassinado em Fortaleza por envolvimento com entorpecentes. O jovem, identificado como Jason Teixeira Hoffer, 22, foi espancado por um grupo de pessoas dentro de um bar na Favela do Oitão Preto.

Agonizante, foi jogado na Avenida Leste-Oeste. Três dias depois, ele morreu no Instituto Dr. José Frota IJF). De fora 1.260 africanos estão morando, atualmente, em Fortaleza, sendo a maioria estudantes que fazem cursos superiores, como Direito, Medicina e outros

FERNANDO RIBEIRO
EDITOR DE POLÍCIA

...

África e identidade negra no CE

Editoria Cidade

29 de Abril de 2014.

O Diário inicia hoje série especial sobre as travessias dos imigrantes africanos e a construção social da cor

São diversas as travessias - a primeira pelo Oceano Atlântico - enfrentadas pelos africanos no Ceará, com mais de três mil imigrantes. A presença discreta é rompida nas calçadas movimentadas e nos corredores das universidades. Ou na morte de um imigrante em Fortaleza e o recente protesto de estudantes da Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), em Redenção. Agora em associações locais sólidas, os africanos no Ceará buscam maneiras de reafirmar a própria identidade e tratar com os brasileiros, francamente, um quase-tabu num país miscigenado: a discriminação da cor.

Atravessamos, por nossa vez, o caminho do diálogo franco com a comunidade africana. Ou comunidades, bem no plural, sendo a desconstrução da ideia de África homogênea um dos maiores desafios enfrentados por quem tenta mostrar suas próprias singularidades. As histórias retratam uma dor imposta pelo preconceito. Uma dor da cor. Mas trazem, no mesmo sangue, a superação em forma de resistência para além dos estereótipos.

Das dificuldades financeiras de muitos, da falta de comida aos fins de semana em que as universidades fecham - e portanto, seus refeitórios, ao debate aberto com os brasileiros sobre a condição dos próprios negros do País. Após a travessia atlântica, o africano leva o cearense ao encontro dele mesmo e da construção social de sua cor.

Parece cearense

Somente quando saiu de Cabo Verde, na África, para morar no Ceará, o jovem Andy Monroy percebeu que era negro. Antes, simplesmente não precisava ser. Mas ouviu dos brasileiros que passou a conhecer que, calado, "até parece um cearense". "Hoje, com menos sotaque, devo parecer até mesmo falando".

Numa noite, quando chegava à sua casa, Andy viu o semblante de pânico de uma senhora que caminhava à sua frente. Acelerou o passo quando viu o rapaz. Rapidamente, a mulher foi avistada pelo porteiro do prédio, que deu abertura. Mas o rapaz entrou no mesmo lugar. Pior, no mesmo elevador. "Ela estava com muito medo".

Quando percebeu que olhar para ele era o último gesto de algumas pessoas antes de atravessarem a rua para a outra calçada, ou levantarem o vidro do carro, aumentou a sua angústia. Num estágio em empresa de publicidade, sugeriram que cortasse o cabelo. Além da

cor, o cabelo muito volumoso, crespo, encaracolado, deixava mais parecido com o pessoal do outro.

"Os outros (apontando para os de mesma cor) estão com o cabelos cortados, mais decentes", ouviu do gerente. Ao saber da origem dos outros "morenos", o recém-chegado africano passou a identificar dois lados da cidade: um que tinha Papicu, Aldeota, Benfica e Praia de Iracema. O que não fosse isso, era o outro lado, onde, por acaso, passou a morar, num segundo momento, em Fortaleza. Desse lado, o outro, havia mais pessoas de sua cor, cabelo, e menos olhares e medos.

Hoje publicitário, graduado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), casado e com sete anos de Fortaleza, Andy não tem dúvida: "Nunca imaginei que fosse encontrar racismo no Ceará. Aqui chega a ser pior, porque não admitem que o negro sempre existiu neste lugar. Se eu digo que sou negro, me interrompem como quem corrige de um insulto. 'Não, você não é negro, é moreno'".

Constrangimento

Delce, uma jovem estudante de Guiné-Bissau, estudante da Unilab, passou por um recente constrangimento ao fazer compras na feira livre em Fortaleza. Escolheu e pagou por uma blusa, mas quando ia embora, foi abordada por policiais que acusaram-na de ter roubado "alguma coisa", suspeita desfeita ao abrir a mochila e mostrar não haver nada além da roupa que havia comprado. "Não roubei nada", diz para si mesma, sem nunca ter pensado que um dia precisaria se dizer isso. "Os meus pais não sabem que aqui a gente é discriminada, como se fizéssemos uma coisa errada. Não se pensa que existe racismo no Brasil ou no Ceará, porque é tudo misturado. Então, não deveria ter. Se meus pais soubessem, iriam sofrer. Eu, ainda mais".

"Os africanos que aqui estão chegando rompem as fronteiras raciais delicadamente construídas no Ceará", afirma o sociólogo Pedro Mendes, da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Ele tem dedicado os últimos anos a estudar a relação socioespacial configurada com os africanos no Estado e, dessa forma, a condição do negro local.

No ano de 1813, de acordo com levantamento feito por capitães-mores do Ceará, havia nada menos que 65,93% de negros e mulatos. Em 1872, o percentual de não brancos (à época definidos negros, mulatos, caboclos e pardos) era de 62,74%. Com o passar do tempo, estudos

passaram a renunciar a existência da população de cor negra, apontando para a construção de um "Ceará caboclo", formado por brancos e índios.

Melquíades Júnior

Repórter

...

"Chamado África"

Editoria Cidade

02 de Maio de 2014

Movimento que nasceu em Fortaleza une brasileiros e Movimento que nasceu em Fortaleza une brasileiros e africanos em torno da africanos em torno da valorização da cultura negra

O movimento migratório africano tem estimulado o associativismo. Primeiro, como estratégia de sobrevivência, depois pela afirmação dos valores culturais da África.

Dessa forma, em Fortaleza, uma das capitais brasileiras a receber mais africanos, nasceu o movimento Chamado África, uma das primeiras iniciativas não-governamentais de integração brasileira com os países do outro lado do Atlântico Sul. O sucesso do projeto levou-o para Guiné-Bissau. Guiné-Bissau.

O Chamado África é uma conclamação aos que fazem a travessia. Não só africanos, mas também jovens empreendedores brasileiros com afinidade. A integração internacional para a valorização da negritude é o grande foco do grupo. "A melhor forma de ajudar é conhecer, mas, para isso, se aproximar". Foi o que fez a ativista social paulista Pamela Gaino. Juntou sonho e afinidade e hoje coordena o projeto com outras jovens lideranças de diferentes municípios do Ceará.

As atividades vão desde uma viagem a Guiné-Bissau para se integrar ao ativismo dos imigrantes do lado de cá, que são muitos, conforme revelado nesta Série, a eventos como a Semana das Crespas e Cacheadas. Pela forma de integração, o Chamado África poderia se dizer Chamado Negro. "Quando você conhece e valoriza a cultura e a história da África, faz o mesmo com a negritude", afirma Pamela Gaino.

O cabelo da cor

Foi então que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) apoiou o projeto "Eu sou linda assim", para que as crianças negras, em meio à ditadura da beleza de princesas loiras, não tivessem vergonha da cor da pele e do cabelo. A ideia foi inspirada pela história da garotinha Mafoane Odara. Filha de pais negros, sendo o seu cabelo crespo minoria na sala de aula, era motivo de comentários maldosos dos colegas, o que afetou a autoestima da menina. Mas Mafoane teve com a mãe uma ideia: a cada dia fazer novos penteados em sua cabeleira. O que era motivo de piada e vergonha, tornou-se objeto de admiração na turma e fora dela.

"Situações como essa ainda são encontradas na nossa sociedade atual", em que a beleza é geralmente associada à "branquitude" embora no Brasil existam 54% de negros e pardos, a quase totalidade de bonecas loiras de olhos azuis ainda é uma realidade nas lojas. Até a Barbie negra, que chegou em 2009 ao Brasil, é uma boneca com os mesmos moldes caucasianos, mudando apenas o tom da pele.

O Chamado África já tem 152 integrantes, denominados "agentes de transformação" - mais bissau-guineenses que brasileiros. Em 2013, o movimento realizou diversas rodas africanas, com danças e musicalidade chamando a atenção dos turistas e passantes da Praia de Iracema, em Fortaleza, e no município de Tejuçuoca.

Em Guiné-Bissau, o Chamado África foi apresentado a estudantes de escolas públicas para que de lá ajudem na difusão da África e, de outro modo, tornem-se, em seus territórios, empreendedores sociais.

Crespas e cacheadas

Neste ano, as ações estão voltadas para a efetivação da Lei Nº 10.639, sancionada em 2003, que rege sobre o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira nos ensinos Fundamental e Médio brasileiros. "Também estamos com o projeto Urbe, de concepção e valorização do cabelo afro nas mulheres", acrescenta a agente Emanuely de Oliveira. Em todos os grandes percalços da travessia realizada pelos africanos, no entanto, associações criadas por eles mesmos são decisivas, especialmente em problemas de ordem legal sobre a estadia deles no Brasil.

Em Fortaleza, destacam-se a Associação dos Estudantes de Guiné-Bissau, Associação dos Estudantes Africanos no Ceará e o Movimento Pastoral Africano. Reunidos periodicamente, os grupos fazem de seus encontros um pedaço da terra-natal, ao passo em que compartilham as

conquistas e dificuldades dessa travessia atlântica. No dia 25 de maio, farão uma grande festa em Fortaleza para comemorar o Dia da África.

"Tentamos nos unir para resolver diversas situações, que vão da ameaça de deportação de algum conterrâneo a outros, como divulgar a nossa cultura, já que a maioria das pessoas que cá vivem não tem a informação correta sobre o que é a África, porque a mídia e os filmes só mostram uma parte do que é o nosso continente", explica Domingos Nunes, presidente da Associação de Estudantes de Guiné, com cerca de 750 membros no Ceará. Também foi decisiva a atuação da Associação presidida por Domingos para o traslado do corpo de Lester Raul para Guiné-Bissau. Recém-graduado, lester faleceu aos 31 anos, após contrair uma pneumonia. Como informamos no primeiro dia desta série, amigos e a associação fizeram uma campanha na Internet com o objetivo de arrecadar fundos para ajudar no custeio do traslado do corpo, levado pela viúva, Verônica Lima. E ainda segue a campanha semelhante para o traslado do corpo de Cisarina Santos, morta aos 29 anos, de Acidente Vascular Cerebral (AVC).

Ameaça de deportação

Outra situação envolveu a ameaça de deportação de aproximadamente 300 africanos em Fortaleza, pela falta de renovação do visto estudantil. O visto é emitido com a condição de que as entidades de ensino remetam declaração de matrícula do estudante, o que não havia ocorrido por inadimplência dos mesmos.

A deportação pela Polícia Federal foi cancelada após decisão da 3ª Vara Federal no Ceará, atendendo a um requerimento da procuradora regional dos direitos do cidadão, Nilce Cunha Rodrigues. "Uma das grandes missões do Chamado África é aproximar o Brasil de um continente tão imenso", afirma Pamela Gaino. São todas histórias que, quando não se complementam, acabem se encontrando.

"Nós estamos aqui com o intuito de ajudar o nosso país. Aqui temos grandes amigos que nos ajudam a enfrentar o preconceito, a dificuldade financeira. O Brasil e África são irmãos", conclui Domingos Nunes.

Melquíades Júnior

Repórter

O sonho brasileiro

Editoria Cidade

29 de abril de 2014

A estabilidade de democracia e uma economia em desenvolvimento atraem todos os anos centenas de africanos em busca de vida melhor

Unidos pelo passado, Brasil e África mantêm afinidades no presente. Para muitos africanos, elas se comprovam nos tons de pele e no sorriso fácil dos brasileiros. As ideias projetadas sobre o Brasil e a recente integração educacional alimentam o sonho, especialmente nos países africanos de língua portuguesa: Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Chegando, a história geralmente não é a mesma. Mas quando as carências no país de origem são maiores que as encontradas aqui, real e ideal pouco variam, e as associações criadas pelos imigrantes em Fortaleza têm feito a diferença na realização do que é possível. Na vida e na morte.

O aumento nas relações Brasil-África teve uma data: meados de 2003, com a aprovação da Lei Nº 10.639, que torna obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana nas instituições públicas e particulares de educação. Quase 11 anos depois, o seu cumprimento ainda é um dos grandes desafios do governo federal, mas foi o primeiro passo de uma reavaliação histórica de aproximação do País com aquele continente.

Entre 2002 e 2008, houve um aumento de 17 para 32 unidades de representações africanas em Brasília, sejam consulados ou embaixadas. "Uma das vertentes do Brasil enquanto país em desenvolvimento é a sua projeção internacional, na forma de aproximação com o continente africano", afirma Lucas Almeida, professor de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP).

Fluxo migratório

A instalação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), em Redenção, é outro importante fator para o aumento da migração africana para o Brasil. De 2008 para 2012 aumentou quase dez vezes o fluxo de africanos pelo Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza.

Assim chegou Gilmar Canós, um dos mais de 700 imigrantes de Guiné-Bissau que moram no Ceará. Após aprovação no teste realizado em Bissau, capital do País, o rapaz, de 20 anos, arrumou a mala. Mas já havia arrumado anos antes, quando decidiu que iria embora estudar. Não tinha muito o que colocar na mochila, não tem tanta coisa.

Deixa de ser uma boca para se alimentar em casa de cinco filhos criados pela mãe feirante para virar preocupação e saudade por estar longe. "A gente já falava sobre ir embora. Assim dói menos", diz Gilmar, que em Bissau ajudava nas finanças em casa como servente de obras.

Antes de vir, Gilmar conhecia o Brasil pela televisão - os principais canais abertos daqui são vistos lá. As reportagens que se reproduzem sobre a miséria econômica lá são, com mesmo efeito, o que se tem sobre a violência daqui. "Meus pais ficaram com medo, porque aqui tem muita violência, muita coisa que a gente não vê lá", explica Dote Biague, cabo-verdiana de 21 anos.

De todos os sonhos projetados pelos africanos sobre o Brasil, em nenhum deles estava a discriminação racial. "Como pode, um país tão misturado, tem tantos negros. Não devia ter isso aqui. Nos Estados Unidos, ou na Rússia, a gente até entende, mas no Brasil", questiona a cabo-verdiana Jezabel do Nascimento.

A estabilidade econômica e a política internacional brasileira são vistas como grandes atrativos, assim como a língua oficial comum às cinco nações africanas que também compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Ainda que muitas vezes resumidos a uma cor e ao seu continente de origem, centenas de cabo-verdianos, bissau-guineenses, moçambicanos, angolanos e são tomeenses tentam manter-se proprietários de suas histórias. Estudam, trabalham, tentam se integrar. Namoram, casam com brasileiros e brasileiras, ou mesmo africanos, contribuem para os espaços de discussão especialmente sobre herança histórica do negro no Brasil. O africano veio e pôs um espelho convidando o brasileiro a se ver.

Andy Monroy, citado no início desta série, tem convidado amigos cearenses a repensar em que contexto a África se insere na origem de suas vidas.

Ainda que em cotidianos expostos pelos traços de cor em diversas situações urbanas, os africanos seguem uma vida discreta. Suas presenças são anunciadas em situações nas quais precisam reafirmar justamente a presença, seja por ameaças de deportação por falta de documentos que comprovem a quitação nas instituições de estudos, ou, mais recentemente, quando um sonho é interrompido, como o de Lester Raul Indequê, morto em janeiro, e Ciserina Santos, que faleceu no último dia 24 de abril, de Acidente Vascular Cerebral (AVC).

Lester tinha 31 anos, era natural de Guiné-Bissau e havia recentemente concluído o curso de Ciências Contábeis em Fortaleza, onde morava com a esposa, também africana, e um filho brasileiro, de três anos. Ciserina, 29, recém-graduada em Tecnologia da Informação, estava grávida de quatro meses. Assim como no caso de Lester, a comunidade africana no Ceará está reunida em campanha por doações para custear o traslado do corpo para Guiné-Bissau. "Eram soldados, como todos nós somos", afirma Domingos Nunes, presidente da Associação de Estudantes de Guiné-Bissau em Fortaleza.

Leia amanhã: O caminho mais difícil da travessia da cor

REPORTAGEM ESPECIAL

Melquíades Júnior

Repórter

...

O caminho mais difícil

Editoria Cidade

30 de abril de 2014

Presos por tráfico internacional de drogas, africanos tentam a travessia do pó, que tem em Fortaleza uma das últimas paradas antes da Europa

Escolher atravessar o Atlântico com drogas pode depender de o quanto essa atividade é tão mais errada quanto não saber se estará vivo no dia seguinte porque sucessivos golpes militares mantêm mais a administração do caos do que de um país.

E quando o desejo é ir embora, mesmo que para um dia voltar ao mesmo caos (desde que com dinheiro), levar alguns quilos de cocaína parece o passaporte para o sucesso. O fracasso desses

descaminhos leva homens para o Instituto Penal Olavo Oliveira (IPOO) 2, na Região Metropolitana de Fortaleza.

Para lá vão as "mulas do pó", como são consideradas, dentre outras, as pessoas usadas pelo tráfico internacional de entorpecentes. A África, um conjunto de 54 países, não produz e é o menor continente consumidor de drogas, mas a figura do africano é a mais associada quando o assunto é o narcotráfico.

O continente mais velho que o "Velho Mundo" europeu é mantido office boy da rota comercial secular em que a América oferece o produto que a Europa consome. Esqueça-se o café e a cana-de-açúcar dos séculos XVII e XVIII. Vem saindo quentinha e refinada a cocaína boliviana, que chega ao Acre, atravessa a Amazônia, aterrissa no Pará e segue para Fortaleza.

Para o destino seguinte, Cornélius não conseguiu embarcar. Nem Victor. Alfredo também não. São de Nigéria, Cabo-Verde e Guiné-Bissau, respectivamente. Caíram na cada vez mais fina malha da Polícia Federal. E no engano de achar que aeroportos menos movimentados não possuem os mesmos instrumentos de fiscalização.

A cor da condenação

A diferença que expõe os africanos em meio a tantos no Aeroporto Internacional Pinto Martins é a mesma que os iguala e esconde no IPOO 2, onde predominam vários tons de negro.

Chegando ao Brasil, somente Victor Chukwueienek sabia falar português, língua oficial de Cabo-Verde. A Nigéria foi colonizada pela Inglaterra. Embora, em Guiné-Bissau, a língua oficial seja o português, o crioulo ainda é falado pela maioria. Português é a língua da escola. Não frequentá-la, portanto, só aumenta o estigma de ser analfabeto. "Quando a pessoa não tem conhecimento, não tem Deus", diz Victor. Ele acusa "forças do mal" de terem-no levado para o narcotráfico, ofício que levou por dez anos, desde que foi demitido pelo Ministério das Relações Exteriores de Cabo Verde.

A dor do crime, antes identificada em alívio, pela sensação de impunidade (já tinha ido várias vezes à Europa transportando cocaína) doeu mais, ou doeu mesmo, com a prisão. O cárcere afastou Victor drasticamente dos seus três filhos. Pouco sabe da vida deles, apenas que estão vivos, trabalhando, e a cada ano somam mais na idade, contada pelo pai distante. Conclui que

não sabe nada da vida deles. O cabo-verdiano tem 49 anos e, dos 14 anos e oito meses de privação da liberdade, já viveu sete, praticamente 50% da pena cumprida. "Tivesse um advogado, já teria saído", afirma.

Cada cabeça ainda tem uma sentença: em fevereiro passado, em Aracaju, capital de Sergipe, o detento Adriano de Jesus Santos foi solto, após cumprir 30% da condenação de 52 anos. Ele é réu confesso de mais de dez homicídios. Após um deles, admitiu ter jogado futebol com a cabeça da vítima.

Consolo na Bíblia

Outro Jesus, o Cristo, é o que tem sido consolo para Victor nos anos de cárcere. Tanto que lê a Bíblia todos os dias. "Encontrei o caminho". Às quartas e quintas deixa de ser só mais um detento na Cela 28, Vivência 1, para ser o irmão Victor, pastor evangélico.

Espera ainda neste ano obter autorização para o regime aberto. É quando ficará mais próximo da esposa, que conheceu em Fortaleza, e da filha de dez meses. Agora, pai de uma brasileira, têm direito a visto permanente. "Tenho uma vida aqui. Quando sair, quero ir a Cabo Verde só a passeio". É comum, entre os detentos africanos, depois de alguns anos no País, terem filhos brasileiros. Conhecem as mulheres nos dias de visita.

Quem não sabe se vai poder ficar no Brasil quando sair é Alfredo Cabral. Tem uma filha brasileira de três anos, mas, ao contrário do colega cabo-verdiano, ainda não conseguiu registrar a menina em seu nome. "A gente fica dependendo muito do juiz. Se não quer, não autoriza, vão deixando pra lá, pro próximo juiz".

Nova vida

Essa angústia já foi superada por Cornélius Ezeokeke, "Colins", para os colegas detentos. Quando ganhou a liberdade, viajou para Recife para buscar a filha, Bruna Vitória, que, à época, estava com sete anos e era cuidada por amigas da mãe, branca, brasileira, também presa ao tentar viajar para a Europa com cocaína na bagagem. Enquanto tenta manter as poucas lembranças da mãe, Bruna constrói a relação com o pai, negro, africano e ex-presidiário. "Você não pode ter vergonha do seu pai", diz hoje à menina de 12 anos.

Cornélius fez do que já foi vergonha motivo de orgulho. Não, ninguém se orgulha de ter sido preso. Orgulho do depois. "Eu sempre digo que não importa o que fizeram conosco. Importa agora o que fazemos com o que fizeram conosco", afirma. Antes mesmo das grades do IPPOO 2, em Itaitinga, município da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), o nigeriano precisou aprender Português. Foi sua primeira estratégia de sobreviver ao regime do sistema penal e, paralelo a isso, ao sistema criado pelos próprios presos.

"Pagava o aluguel da cela. Quando é para ver de mal, a África é um lugar pobre, mas quando tem interesse próprio, o estrangeiro, não importa de onde, é visto na cadeia como uma pessoa que tem dinheiro. Estrangeiro tem dinheiro".

Mas estrangeiro não tem advogado. É comum aos condenados por tráfico internacional aguardarem o amparo jurídico de um defensor público, que nem sempre vem. O que não veio para Cornélius. Ele foi atrás. Quando lhe foi recusado habeas corpus, mesmo em cumprimento da pena em que o juiz em primeira instância sentenciou, sem qualquer pronunciamento de um advogado de defesa nem o defensor ter arrolado as testemunhas do processo, Cornélius foi atrás de novo.

A sentença em seu favor, sob alegação de que não foi permitida defesa, só foi conseguida anos depois, por meio de decisão do ministro César Pelluzo, do Supremo Tribunal Federal (STF): "o paciente teve cerceado o direito de defesa, pois seu advogado regularmente constituído não foi intimado para os atos processuais". O judiciário foi apenas uma das travessias de Cornélius. A barreira da língua, sua segunda prisão, foi vencida ao ser alfabetizado na penitenciária, além de cursar os ensinos Fundamental e Médio.

Quando o pai de Bruna Vitória queria mais, correu atrás: em carta ao professor e padre Pietro Sartorel, do Instituto de Ciências Religiosas da Arquidiocese de Fortaleza, falou do desejo de cursar bacharelado em Teologia, teoricamente impossível em um regime fechado. Foi quando a instituição tentou, e conseguiu, junto ao Ministério da Educação o que se tornou o primeiro curso superior dentro de uma penitenciária do Nordeste. "Nada do que conquistei foi fácil" até pode soar fácil para alguns, quando entre os que dizem está Cornélius Ezeoeke.

Negro, africano, egresso do sistema penal brasileiro tornou-se uma espécie de troféu para a Secretaria da Justiça do Estado do Ceará (Sejus), onde trabalha - e o único lugar onde diz terem-no aceitado. Mas com pós-graduação em Segurança Pública, dois livros publicados - "Penas

mais rígidas: justiça ou vingança?" e "Paradoxos do Cárcere" - e dezenas de palestras onde é convidado, Cornélius tem que se contentar com um contrato terceirizado como eletricista.

Melquíades Júnior

Repórter

...

Mulher, negra, africana...

01 de maio de 2014

Vítimas do preconceito de cor e origem, africanas fogem do assédio indiscreto com foco no sonho de estudar para reconstruir seus países.

Uma mulher precisa suar por dois homens para ter o direito de ficar no mesmo patamar socioeconômico. Ou três, se for negra. A mulher negra, em oposição ao homem branco, ocupa a "base da base" da classificação social brasileira. E mesmo que chegue ao sonhado patamar, ainda carrega somados estigmas: exatamente ser mulher e negra.

Joana (nome fictício) chegou em janeiro de 2011 sem saber que era negra - mulher, sim. Nunca teve dúvida de sua cor, também nunca, em toda a sua vida, precisou pensar nela. Desavisadas pela propaganda do Brasil mestiço (teoricamente, sem discriminação de cor), as africanas que atravessam para esta margem do Atlântico são convidadas ao andar de baixo. Ou melhor, abaixo dele.

Não é fácil deixar seu país, seguir para outro diferente, mesmo que para estudar pensando em seu retorno, com um diploma na mão, mas especialmente ideias e conhecimentos para reconstruir um dos mais jovens países da África. Não é fácil, mesmo que cresça sabendo que um dia arrumará as malas, num movimento estudantil de quem vai embora sem deixar de dizer na partida "mas eu volto". Um retorno de quem tem a responsabilidade de reconstruir o país.

As primeiras semanas do lado de cá são dores de parto. Joana chora, arruma a bolsa, vai para a faculdade, volta. Chora de novo. Mas a gota salgada como o Atlântico não é só o estranhamento com o novo. É o distanciamento do velho, em novas percepções de vida que acabava de construir em Bissau, capital de seu país.

'Neta de escravos'

Joana vir para baixo do andar de baixo não significa ser despercebida. É exatamente o contrário. Assustada com o "novo" (depois dá a ele outros nomes), é objeto de comentários no campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) na cidade de Iguatu. Em pouco tempo, ficou conhecida na cidade como "neta de escravos". Que todos queriam ver, alguns, até tocar.

No Estado em que imaginava, sim, que as pessoas pudessem se reconhecer como descendentes de escravos, Joana era como bicho raro em exposição. Nas primeiras semanas de sua travessia, relembra vozes: "é uma cultura diferente, longe de todo mundo... Você acha que aguenta?". Os amigos de Bissau com a mesma preocupação dela. A força de vontade para vir, não. Nela era mais. "Estou determinada. Não é fácil. Nunca é. Só eu sei. Pensei muito em voltar, principalmente depois que um amigo que veio estudar também não aguentou e voltou". Achou que era um sinal para ela também voltar. É ao se perceber única que a bissau-guineense mais levanta a cabeça. "Preciso saber me defender".

Já com os dias contados para ter que sair de um internato onde dormia em um colchonete entre as camas das jovens internas, Joana se depara, em sua sala de aula, com uma jovem palestrante brasileira cujo sonho era conhecer a África. "O sonho dela me tocou". Jovens brasileiras sonham conhecer a Europa. Pâmela Gaíno sonha com a África.

Da amizade surgida, um conselho de Pamela que virou atitude: Joana muda-se para Fortaleza, onde encontra muitos africanos em associações das quais ela depois vai participar. Não está mais sozinha. O curso de Serviço Social dá lugar ao de Gestão Ambiental, sem esquecer o mercado de trabalho do seu país.

Mas sem esquecer que é mulher, negra e africana - ou por lembrar exatamente disso, Joana Té vai à luta. Pelas ruas de Fortaleza, tem que ouvir assobios, e mais: "Ei, morena gostosa". Mesmo com medo, devolve com "não sou o que você está pensando".

Nos diversos diálogos para compor esta série "Travessias da Cor", mulheres africanas ouvidas pela reportagem relatam ser confundidas com prostitutas, bastando que parem numa esquina, mesmo que seja para atravessar a rua, ou sentem na calçada de casa. É o mesmo relato de muitas mulheres brasileiras negras.

Joana continua caminhando. Espera que os comentários passem, e com eles, o medo. Não importa o que faça, de onde venha. Se feliz ou triste. No caminho pedestre entre um destino e outro, por ruas e calçadas, alguém pode lembrar a condição da sua cor e gênero nesta margem do Atlântico.

Na solidão do passo apressado, olha para o celular como quem recarrega as baterias numa tomada. É rotina. Inúmeras fotos conectam o olhar ao amor maior de sua vida, hoje com sete anos de idade: Celso. Por ele, veio e por ele quer voltar. O seu confesso sentimento de culpa, por estar longe, ela torna menor do que o desejo para não desistir. "Ele me dá forças".

Mulher, negra, africana, mãe, estudante, agora Joana acrescentou ao nome (e foi como a encontramos) mais duas palavras para se definir: "guerreira corajosa". (MJ)

FIQUE POR DENTRO

Rendimento das mulheres

De acordo com os mais recentes dados do Programa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad), o rendimento salarial das mulheres, já menor que o dos homens, caiu de 73,7% em 2011 para 72,9% do salário do homem para exercer a mesma função em 2012. Em igual período, enquanto a redução dos homens brancos na classe dos 'miseráveis' reduziu 22%, da mulher negra reduziu apenas 8%. E enquanto a população branca (homens e mulheres) caiu 19,6% entre os pobres, da população negra aumentou 8,2%. Num contraponto, 22,4% dos homens brancos reduziram a participação entre os pobres e a mulher negra, na mesma categoria, cresceu em 10,6%.

REPORTAGEM ESPECIAL

Melquíades Júnior

Repórter

ANEXO C - TEXTOS SELECIONADOS DO *CORPUS* (O POVO)

[Homenagem] “A Unilab será a redenção de Redenção”, diz Lula

Editoria Ceará

2 de março de 2013

Homenagem] “A Unilab será a redenção de Redenção”, diz Lula

O ex-presidente esteve ontem no município de Redenção, onde recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Unilab. Lula esteve o tempo todo em companhia do governador Cid Gomes e do prefeito Roberto Cláudio

“AUnilab será um símbolo da redenção de Redenção”, disse o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pouco depois de receber o título de Doutor Honoris Causa, em Redenção (a 55 quilômetros de Fortaleza). O município abriga a sede da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). A instituição começou a ser construída no governo de Lula e ontem concedeu a homenagem ao ex-presidente. Lula disse que a construção da universidade foi “um dos atos mais gratificantes” do período em que foi presidente (2003-2010). De acordo com ele, a instituição representa um resgate na dívida social com os países africanos, lembrando o caráter de integração da Unilab entre os países que falam a língua portuguesa. Citando de forma recorrente os feitos de seu governo, Lula destacou os investimentos em universidades, escolas técnicas e em programa como o Universidade Para Todos (Prouni) e o de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Além disso, falando para uma plateia formada em grande parte por negros, criticou quem é contrário ao sistema de cotas. “Meia dúzia de brancos ousavam escrever na imprensa que a cota seria um retrocesso”. O ex-presidente disse ainda que, em seu governo, os pobres passaram a ter mais acesso à educação superior. “A gente não quer ser só pedreiro, quer ser engenheiro também”. Ele ilustrou o discurso com uma autorreferência: “Se aquele baixinho de Garanhuns (Pernambuco) conseguiu, por que vocês não conseguem?”

Quebra de rotina

A visita de Lula mexeu com a rotina de Redenção e de Acarape, município vizinho onde ele chegou de helicóptero por volta de 12h30min. “Faz duas semanas que só se fala nisso”, disse

uma vendedora. Na Unilab, a movimentação foi intensa desde cedo. “A visita é muito importante porque ele vai poder ver o fruto que ele gerou”, disse o jovem Eric Tabosa, 19, que cursa Administração Pública na Unilab. Durante o dia, Lula recebeu os títulos de cidadão de Acarape e de cidadão de Redenção.

O quê

ENTENDA A NOTÍCIA Doutor Honoris Causa é a honraria máxima atribuída por instituições de ensino a personalidades que se destacaram no campo das ciências, das artes ou nas relações com a sociedade

Visita em imagens

A homenagem, a política e a população 1) Lula recebeu a faixa de Doutor Honoris Causa das mãos de duas estudantes (uma brasileira e uma estrangeira) da Unilab, 2) Durante toda a agenda do ex-presidente, o governador Cid Gomes esteve próximo, assim como o prefeito Roberto Cláudio e ministro Aloizio Mercadante tanto nos momentos oficiais quanto nos bastidores. 3) A visita do ex-presidente mexeu com a rotina das cidades de Acarape e Redenção. Na foto, o momento em que o helicóptero do ex-presidente levanta voo para ir embora, após Lula ter visitado uma antiga colônia de hansenianos. Muitos populares ocuparam os ruas e muretas para ver Lula e a comitiva.

REDENÇÃO OU ACARAPE

Cid autoriza projeto para hospital universitário Durante o evento de homenagem a Lula, ontem, o governador Cid Gomes (PSB) anunciou o início de um projeto para a instalação de um Hospital Regional Universitário em Redenção. Dirigindo-se ao secretário de Saúde, Arruda Bastos (PCdoB) - que também esteve no evento - Cid autorizou que os estudos de engenharia e arquitetura para a implantação da unidade hospitalar fossem iniciados. Existe a possibilidade também de o hospital ser instalado em Acarape, município vizinho a Redenção. O anúncio foi feito logo após o reitor da Unilab, Paulo Speller, entregar a Cid uma cópia da portaria que cria na instituição curso de Medicina. “Mas não vamos criar o curso da noite para o dia. Uma série de estudos vão ser feitos”, ponderou Speller. O reitor, porém, vai deixar a Unilab nos próximos meses.

Bastidores

O governador dispensou motoristas e foi ele próprio conduzindo o carro nos pequenos deslocamentos durante a visita. Com ele, sempre estavam Lula, Roberto Cláudio e Aloizio Mercadante. Os quatro, aliás, chegaram no mesmo helicóptero, por volta de 12h30min. A movimentação logo atraiu a atenção de populares.

A agenda do ex-presidente se iniciou em Acarape, onde está sendo construído um prédio para servir de anexo ao campus da Unilab.

Foi lá que ele almoçou, tendo de um lado Cid e do outro o reitor da Unilab, Paulo Speller. Roberto Cláudio estava ao lado de Cid.

No almoço também estiveram professores e estudantes da Unilab, oriundos de vários países. vários países. Um dos estrangeiros presenteou Lula com uma camisa com a bandeira da Angola.

Após o almoço, Lula se dirigiu a outra sala, onde recebeu o título de cidadão de Acarape.

Dois momentos curiosos marcaram a visita de Lula à obra do anexo da Unilab, em Acarape. Engenheiros e operários da construção haviam preparado uma fôrma de cimento (foto acima) para que Lula deixasse as marcas de suas mãos. Porém, quando Lula colocou as mãos, o cimento já havia endurecido. Os trabalhadores tentaram improvisar, mas não houve tempo para nova tentativa.

Na saída, vários populares esperavam por Lula, do lado de fora da obra.

Uma mulher (foto acima) resolver furar o bloqueio. Ela se arranhou ao pular a cerca, deixou para trás o chinelo e foi correndo em direção a Lula. Ao se aproximar, disse: “Quero uma foto com o senhor para colocar no meu Facebook”, provocando risadas na comitiva. Lula pousou para as fotos e foi até os demais populares que esperavam na cerca.

O prefeito Roberto Cláudio disse que estava lá apenas para “prestigiar o evento”.Ele disse que não iria “polemizar” sobre as críticas da ex-prefeita Luizianne Lins (PT), que, na quinta-feira, classificou as críticas que vem recebendo como “falta de saber o que fazer”.

“Não vou responder. Fui eleito para trabalhar. Certamente não vão tirar de mim nenhuma polêmica”, afirmou Roberto Cláudio.

Marcos Robério - ESPECIAL PARA REDENÇÃO - marcosroberio@opovo.com.br

...

Sul-Sul] África entra no mapa dos negócios

Editoria Política

5 de dezembro de 2010

Cooperação inédita com o continente africano, aberta pelo governo Lula, tem numa universidade a ser aberta no Ceará um dos símbolos mais fortes

O presidente Lula (PT) desembarca dia 13 próximo no Ceará para, entre outros compromissos, inaugurar a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira (Unilab), no município de Redenção. Após disputa com a Bahia, o Estado foi escolhido para sediar esse que é um dos principais símbolos da cooperação Brasil-África, cujo nível é apontado como “inédito” no País. Na campanha eleitoral, a presidente eleita Dilma Rousseff (PT) disse que pretende repetir a dose. Apesar da aproximação, o Brasil colheu menos frutos que outros emergentes.

De acordo com o professor de relações internacionais da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e especialista na relação Brasil-África, Cláudio Ribeiro, países como China e Índia souberam aproveitar melhor o potencial do continente. Em 2009, os importadores africanos compraram U\$ 50,5 bilhões e U\$ 15 bilhões dos dois países, respectivamente. O Brasil, por sua vez, exportou “apenas” U\$ 8,9 bilhões.

Prioridade Foram pelo menos dez viagens à África e cerca de 25 países do continente visitados. Número que nenhum outro presidente apresenta

Em pelo menos dez viagens à África e visitas a cerca de 25 países da região – número que nenhum outro presidente tem no currículo –, Lula levantou a bandeira do chamado “multilateralismo Sul-Sul” e procurou intensificar o diálogo com as nações localizadas abaixo da Linha do Equador. “Costumo dizer que o Brasil atirou no que quis e acertou no que não viu. No começo, essa aproximação tinha principalmente fins políticos, o governo brasileiro queria

parceiros que o apoiassem na luta por um assento no Conselho de Segurança da ONU, por exemplo. Entretanto, percebeu-se que havia possibilidade também de um intercâmbio econômico e financeiro”, explicou Ribeiro. Incrementar o volume de exportações e diversificar os produtos nacionais vendidos ao continente fica como desafio para o futuro Governo Dilma. Hoje, o Brasil exporta principalmente açúcar, carnes e cereais, enquanto os chineses transferem produtos eletrônicos e veículos. “Enquanto estamos raciocinando se vale a pena ou não investir mais nos africanos, a China já os elegeu como prioridade”, alertou o Coronel-Aviador RR e membro do Observatório das Nacionalidades da Universidade Federal do Ceará Sued Lima. Cláudio Ribeiro também defendeu a permanência da cooperação educacional do Brasil, hoje representada no Ceará pela Unilab e pelos convênios do Estado com instituições africanas. Atualmente, mais de 130 estudantes da África estão matriculados em cursos de graduação da UFC, por exemplo.

Saiba Mais

Professor Claudio Ribeiro considera que o estreitamento das relações entre o Brasil e África do Itamaraty na Era Lula, mas remonta ao fim do Governo de Juscelino Kubitschek (1961). Inclusive, segundo ele, permaneceu também durante o Regime Militar. A diversificação do mercado brasileiro, incluindo os negócios com a África, é apontada como um dos responsáveis pela saída rápida do Brasil da recente crise financeira mundial, surgida em 2009 e com origem nos Estados Unidos
(Hébely Rebouças)

...

Unilab: perigo de reabertura involuntária de feridas ancestrais

Editorial

24 de abril de 2014

Os protestos realizados por alunos da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira), que reclamam do abandono em que se encontram, depois de trazidos da África para estudar no Brasil, surpreenderam a opinião pública. A sociedade cearense (e a brasileira em geral) quer explicações para esse aparente descaso. A Unilab, instalada no município de Redenção, foi pensada como instituição destinada a formar estudantes das antigas colônias portuguesas (sobretudo as africanas, mas, inclui também Timor Leste) que possam servir como quadros no desenvolvimento dessas jovens nações. Seria uma das formas de resgatar a dívida histórica que o Brasil tem para com os povos africanos, trazidos para cá à

força, durante quase quatro séculos, para trabalhar como escravos e que terminaram não só contribuindo para a construção da riqueza material da Nação, mas também de sua cultura, dando-lhe um colorido particular. Também destacamos o seu significado político “por traduzir a amplitude de visão da política externa brasileira, que vai à busca de parceiros detentores de raízes comuns para tentar moldar um modelo de relação internacional mais justo, inclusivo e equilibrado, que leve em conta o rico potencial das nações sul-americanas, africanas e asiáticas” – como expressou nosso editorial no dia da inauguração.

Infelizmente, aquele ambicioso projeto está sendo maculado pela displicência e aparente irresponsabilidade de quem devia arcar com o compromisso assumido. É difícil acreditar que as autoridades maiores do País tenham conhecimento concreto do que está se passando aqui. As verbas prometidas pelo Programa de Assistência ao Estudante (Paes) estão atrasadas – além de defasadas – causando vexames aos estudantes, que estão sendo despejados das moradias alugadas (na verdade, era para existir uma estrutura de alojamentos para os bolsistas), e que não dispõem de dinheiro para alimentação, nem a assistência médica indispensável. Ora, tal descaso gera efeitos justamente opostos aos pretendidos pelo projeto, já que resulta involuntariamente na reabertura das marcas da humilhação ancestral impostas a esses povos, além de empanar a imagem do País. Com a palavra, as autoridades de Brasília.

opinio@opovo.com.br

...

Benfica] Jovem africana é detida por estar em situação ilegal

Editoria Cotidiano

11 de julho de 2012

Visto estava vencido desde 2010. Segundo o Ministério Público Federal, pelo menos outros 100 jovens estão na mesma situação

Em débito com a faculdade onde estuda e o visto educacional vencido por conta disto, uma jovem de Guiné-Bissau foi detida, ontem, pela Polícia Federal. Ela e uma amiga distribuíam panfletos no shopping Benfica, quando agentes fizeram uma abordagem de rotina. A própria africana admitiu estar em situação ilegal no Brasil desde 2010. A colega está regular.

A estudante foi levada para o posto da PF no Aeroporto Internacional Pinto Martins, onde recebeu orientações da Defensoria Pública da União. Caso não apresente defesa convincente, a jovem pode ser deportada.

Segundo a procuradora da República Nilce Cunha Rodrigues, pelo menos outros 100 africanos em intercâmbio de ensino no Ceará vivem em situação irregular. Também deixaram de pagar as prestações das faculdades por dificuldades financeiras, não tiveram matrícula renovada e, conseqüentemente, não receberam declaração de aluno em curso exigida pela PF para a renovação anual do visto.

Eles alegam que, ao chegarem na cidade, depararam-se com valores diferentes dos apresentados durante a seleção na África. O recente golpe político deflagrado em Guiné-Bissau teria prejudicado o envio de dinheiro pelas famílias.

Conforme ela, o número pode aumentar. Cada caso será analisado a partir de hoje, após as entidades posicionarem-se sobre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto por Nilce. “Tem um grupo que só conseguiu pagar um semestre.”, pondera. No TAC, a procuradora sugere que as faculdades entrem em acordo com os estudantes.

Nilce pondera, no entanto, que as duas jovens foram flagradas em ato ilícito. Pela legislação brasileira, detentores de vistos educacionais não podem exercer atividades remuneradas. Pode, no máximo, cumprir estágios remunerados. E ambas admitiram estar trabalhando.

A procuradora também pretende reunir-se com a cúpula da PF para debater o pagamento de multas e taxas de liberação de vistos. “O visto é pago. Vamos sentar e ver a melhor forma de darmos chance para eles terminarem o curso”.

E agora ENTENDA A NOTÍCIA A estudante apresentará defesa à Polícia Federal, que decidirá sobre a deportação. Paralelo a isto, o MPF discutirá com faculdades a celebração de um TAC para a quitação de dívidas dos estudantes. Definição pode sair hoje.

Bruno de Castro brunobrito@opovo.com.br

...

Estudantes africanos] Dívidas serão parceladas MPF e representantes das faculdades entram em consenso sobre como alunos africanos quitarão as dívidas. TAC será assinado sexta

Editoria Cotidiano

12 de julho de 2012

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ainda não foi assinado. Porém, Ministério Público Federal (MPF) e representantes das faculdades Evolução e Fatene (Damas e Caucaia) chegaram a um consenso sobre como os alunos africanos poderão quitar suas dívidas na instituição.

Na semana passada, um grupo de estudantes de Guiné-Bissau denunciou ao MPF a dificuldade em regularizar o pagamento das mensalidades e obter a declaração de aluno em curso. Essa última é exigida pela Polícia Federal para a renovação anual do visto de estudante no País.

A expectativa é que a assinatura do TAC ocorra na sexta-feira. No mesmo dia, ficou acertado uma reunião entre Ministério Público e Superintendência da Polícia Federal para discutir a situação dos alunos africanos.

Ontem, na sala da Procuradora da República Nilce Cunha, por quase três horas, advogados que representavam as faculdades discutiam as cláusulas do TAC até chegarem a um acordo. “As faculdades estão sensíveis à situação desses alunos. As acusações não procedem. Vamos assinar o TAC”, comentou o advogado Felipe Amaral sobre a recusa das faculdades em liberar a declaração de curso e a diferença de valores cobrados.

Segundo a procuradora da República, ficou acertado que os alunos poderão pagar as parcelas vencidas em até seis vezes a cobrança de juros, multas ou perda de bônus. “É uma situação particular. Cada aluno deverá comparecer ao MPF para assinar o termo de adesão”, afirma. Os alunos terão a possibilidade também de realizar a transferência para outra faculdade.

Os estudantes africanos alegam que a dificuldade em quitar as dívidas foi gerada porque os valores apresentados em real não correspondiam aos 35 mil francos africanos (moeda de Guiné Bissau), combinados para o custeio dos estudos. “O nosso sonho é se formar e voltar para Guiné Bissau”, disse um dos estudantes, sem se identificar.

De 2009 até o ano passado, cerca de 300 alunos foram selecionados para estudar nessas faculdades. “Anunciaram valores que não correspondiam à realidade brasileira. Muitos estudantes acabaram tendo dificuldade em pagar os estudos”, comenta a advogada Patrícia Oliveira, da assessoria jurídica popular Frei Tito de Alencar, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

Saiba mais

Segundo a procuradora da República, a assinatura do TAC não significa um reconhecimento do MPF de qualquer fraude cometida pelas faculdades. “Nada comprova que houve fraude. As acusações estão sendo investigadas”, disse. Representantes das faculdades negaram qualquer ajuste nas mensalidades. Após o fim reunião, os estudantes de Guiné-Bissau estiveram com a procuradora da República para entender o que ficou acertado. Eles se mostraram dispostos a pagar as dívidas, de acordo com o que foi estabelecido.

Na edição de ontem, O POVO mostrou que uma jovem de Guiné Bissau foi detida por estar em situação irregular no País. Ela estava em débito com a faculdade e estava com o visto estudantil vencido desde 2010.

E agora ENTENDA A NOTÍCIA

Estudantes de Guiné-Bissau em dívida com as faculdades devem comparecer ao MPF a partir da próxima segunda-feira (mediante assinatura do TAC na sexta-feira) para assinar termo de adesão para o pagamento das dívidas.

Viviane Gonçalves vivi@opovo.com.br

...

Guiné-Bissau] Caso dos estudantes ganha proporção diplomática

Editoria Cotidiano

14 de julho de 2012

Procuradora Nilce Cunha foi convidada a participar de uma reunião em Brasília para resolver a situação. Encontro foi solicitado pela embaixadora guineense no Brasil. Representantes de vários ministério participarão

Virou uma questão diplomática a situação dos estudantes de Guiné-Bissau que residem no Brasil e correm o risco de não ter o visto educacional renovado pelo não pagamento das mensalidades. A procuradora da República no Ceará Nilce deCunha Rodrigues foi convidada a participar de uma reunião em Brasília, na próxima terça-feira, que contará com a presença de representantes dos ministérios da Justiça, Educação e Relações Exteriores, além da embaixadora guineense no Brasil, Eugênia Pereira Saldanha Araújo.

O objetivo do encontro é resolver o impasse que está prejudicando instituições de ensino e alunos, que correm o risco de serem expulsos do País. Conforme O POVO mostrou na última quinta-feira, há dias representantes das faculdades Evolução e Fatene tentam encontrar uma solução para o caso junto ao Ministério Público Federal. Porém, apenas ontem o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi finalizado. Na ocasião, Nilce Cunha disse que irá propor aos participantes do encontro um “olhar diferenciado” para a questão dos africanos que estão no Brasil apenas com o intuito de estudar. “Atualmente, a maioria deles vive no Brasil em situação de clandestinidade e a consequência disso é a deportação. Mas esperamos que isso não ocorra. Afinal, nenhum deles deve mais do que um semestre. A situação deles é particular e diferenciada”, afirmou

Mais de 200 envolvidos

A procuradora não soube precisar, mas acredita que mais de 200 alunos guineenses residem no Ceará estão em situação de irregularidade. Porém, apenas uma parcela deles terá a oportunidade de regularizar sua situação, mediante a quitação do débito com as instituições educacionais. Isto porque o TAC não se estende a todos os envolvidos.

Apenas os estudantes que cursaram o primeiro semestre de 2012 e estão inadimplentes serão beneficiados. Para tanto, eles terão que pagar a primeira parcela das faturas já vencidas e a matrícula para o próximo semestre. Assim, a faculdade emitirá uma declaração a ser entregue para a polícia Federal, afirmando que os alunos estão regularmente matriculados e, conseqüentemente, aptos a permanecerem no País.

Para os demais, a procuradora afirmou que restam duas opções: ou as dívidas são pagas, mediante intervenção diplomática, ou o caso é resolvido judicialmente, o que poderá demandar tempo.

“Não tem como a Fatene dar uma transferência a alunos que dispensaram a faculdade e fizeram seleção para outras instituições. E mesmo que eles já estejam estudando, é necessário se desvincular da instituição original. Mas para isso, a faculdade exige o pagamento”, disse.

Ontem à noite, O POVO tentou ouvir o advogado das instituições de ensino. As ligações, porém, não foram atendidas.

Onde ENTENDA A NOTÍCIA Um encontro para resolver a situação dos estudantes guineenses será realizado em Brasília. Devem participar representantes dos ministérios da Justiça, Relações Exteriores e Educação, além da embaixadora de Guiné-Bissau.

Thiago Paiva thiagopaiva@opovo.com.br

...

Problema Diplomático

Editoria Vida & Arte

22 de julho de 2012

Na manhã da última quarta-feira, no nono andar do prédio do Ministério Público Federal no Ceará, o estudante Nutchi César foi o primeiro a comparecer para assinar a adesão ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o MPF-CE e as Faculdade de Tecnologia do Nordeste (Fatene-Fortaleza), Faculdade Terra Nordeste (Fatene-Caucaia) e Faculdade de Tecnologia Evolução. Ali, no gabinete da procuradora da república Nilce Cunha, ele e os que o seguiram no ato firmaram novo acordo visando regularizar sua condição no Brasil ou ao menos prevenir o vencimento do visto temporário de estudante.

O gabinete da procuradora regional dos direitos do cidadão desde há duas semanas se tornara entreposto de parte dos estudantes universitários em Fortaleza oriundos de Guiné-Bissau, um pequeno país, de aproximadamente 1,5 milhão de habitantes, encravado entre duas antigas colônias francesas, Senegal e Guiné-Conacri, na costa ocidental da África. Nilce Cunha foi a responsável por intermediar uma situação já anunciada, mas que se agravou quando no último dia 10 uma estudante guineense foi autuada pela Polícia Federal com o visto vencido há quase três anos, enquanto trabalhava em um estabelecimento num shopping da Cidade.

Sob a ameaça de deportação da jovem, que já não poderia trabalhar com o visto de estudante, muito menos permanecer no País com o documento vencido, o processo que já transcorria em fase de investigação no MPF-CE ganhou urgência. Nele, estudantes guineenses, representados pelo Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar, acusam as faculdades já citadas de, entre outras coisas, propaganda enganosa, o que seria a causa primordial das dívidas financeiras com a instituição e, conseqüentemente, de suas situações irregulares no Brasil.

Ou seja, segundo os estudantes, os valores divulgados pelas faculdades Fatene e Evolução em Bissau – quando a partir de 2008 as instituições brasileiras privadas de ensino superior buscaram o país a fim de recrutar alunos para suas salas de aulas em Fortaleza e Caucaia – não correspondiam à realidade brasileira.

Desembarcados no Aeroporto Internacional Pinto Martins, os estudantes encontraram despesas de custeio acima do previsto na própria planilha de gastos apresentada pelas faculdades e reajustes de mensalidade insuspeitos até então. Ao mesmo tempo, seus encarregados em Guiné-Bissau, responsáveis pelas remessas de dinheiro que deveriam ser enviadas periodicamente para o sustento na banda de cá do Atlântico, conviviam com uma economia essencialmente rural e com os solavancos políticos que provocaram dois golpes de estado em dois anos e meio. A conta não bateu para muitos e, sem poder trabalhar pelo visto de estudante ou ao menos conseguir um estágio curricular remunerado, permitido apenas a partir de determinada altura do curso, um após outro deixaram de pagar suas mensalidades.

POLÊMICA

O alto custo da educação no Brasil

Ao final dos semestres, em débito com as faculdades, vários dos estudantes guineenses destas instituições não puderam fazer a rematrícula, possível apenas com o período anterior quitado. Assim, não receberam também o comprovante de que estavam regularmente matriculados, emitido pelas instituições e necessário para a renovação do visto, que deve ser feita a cada ano. O resultado foi para muitos – aproximadamente 40% do total de estudantes – a evasão e a passagem para o estado de estrangeiro irregular.

As faculdades em nota oficial refutam as acusações e afirmam ter cumprido todos os trâmites legais no processo, o que é corroborado também pela procuradora Nilce Cunha. A ressalva feita por ela às instituições é justamente a dita tabela com a previsão de gastos com hospedagem, transporte, alimentação etc. “Não dá para você imputar nenhuma fraude, nenhuma ilegalidade,

agora aqui, na estimativa que eles fizeram para o custeio da estada aqui, os valores estão subestimados. Esses valores, por mais que você arredonde para cima, não correspondem à nossa realidade”, avalia. Para ela, o Estado brasileiro também tem responsabilidade na situação por ter concedido a autorização para que as instituições aplicassem o vestibular em Guiné-Bissau. Uma liminar na quarta passada foi concedida impedindo a deportação de qualquer estudante guineense em situação irregular que deseje voltar às atividades estudantis. Para se regularizar, eles precisam agora assinar o termo de ajustamento de conduta.

Pedro Rocha pedrorocha@opovo.com.br

...

DESAFIOS COTIDIANOS

Editoria Vida & Arte

22 de julho de 2012

Se vira nos 30

Na hora do almoço, sentados numa cantina do Campus do Pici, quatros estudantes africanos pesam sobre as dificuldades de estudar em Fortaleza

Três notícias do telejornal interessaram mais aos quatro estudantes africanos em um self-service no Campus do Pici na terça-feira passada: o amistoso das seleções de basquete do Brasil e dos Estados Unidos, que mereceu a presença de Barack Obama e família; a chegada dos rebeldes à Damasco, capital da Síria; e a greve dos professores universitários no Brasil, concluída com a imagem do auditório da Reitoria da Universidade Federal do Ceará lotado. A última, inclusive, inspirou apenas alguns resmungos de enfado.

Na mesa, três estudantes africanos – que após a entrevista pediram para não ser identificados – e Fernando Pedro Dias, o presidente da Associação de Estudantes Africanos no Ceará, provavelmente o estudante guineense há mais tempo em Fortaleza.

Há 11 anos na Cidade, Fernando Pedro, 34, já fez graduação, mestrado e está no terceiro ano do doutorado em Saneamento Ambiental, no Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal do Ceará. Chegou em 2001, através do Programa de Estudantes-Convênio

de Graduação (PEC-G), que oferece vagas em universidades públicas e particulares no Brasil para estudantes de países em desenvolvimento.

Dos cerca de 15 alunos africanos em Fortaleza na época em que chegou aqui, ele hoje é o único que ainda permanece, apesar de não titubear ao ser perguntado sobre as pretensões de voltar à Guiné-Bissau depois da conclusão da pós-graduação. “Com certeza!”, responde.

Fernando Pedro viu nessa última década o número de estudantes africanos crescer vertiginosamente no Ceará. Não só isso, os guineenses passaram a formar a maior colônia de africanos no Estado, liderando com folga os números. Por exemplo, na UFC, segundo a Coordenadoria de Assuntos Internacionais da universidade, dos 135 estudantes de origem africana, 42 deles são de Guiné-Bissau. O segundo maior número é de Angola, com seis estudantes.

“Lá tem poucas opções de faculdades e as que existem não conseguem absorver todos os jovens”, fala sobre a razão do alto número de guineenses estudando em Fortaleza.

O fraco sistema de ensino superior em Guiné-Bissau é um fato, mas não significa que o aqui seja um paraíso. No intervalo de suas pesquisas no Campus do Pici, ele se mostra reticente aos benefícios de se estudar no Brasil, desde o racismo notório da sociedade, até os recentes fatos envolvendo estudantes irregulares no País.

“O Lula foi lá, falou que o Brasil tinha uma dívida com a África, as pessoas gostaram, mas não encontraram esse tratamento aqui. Isso se juntou com a questão da falta de proteção do cidadão nos seus países de origem”, considera.

Na UFC, o total de estudantes africanos é de 135.

RECORDE GUINÉ-BISSAU

É o país com maior

quantidade de matriculados. Segundo a Coordenadoria de Assuntos Internacionais, são 42 ao todo. O segundo maior número é de alunos da Angola, com seis.

Longe de confusão

Os outros três estudantes africanos, de outras nacionalidades, apesar do pouco tempo aqui, concordam com as críticas de Fernando Pedro. Eles, como todos os estudantes ouvidos para esta reportagem, não precisam cutucar a memória para lembrar, por exemplo, de casos declarados de preconceito.

“O impacto foi grande, mas para o lado negativo... Apesar dos cultivos serem semelhantes..”, ensaia um sobre a chegada ao Brasil, parecendo não encontrar a palavra ideal. “É o racismo!”, completa Fernando Pedro, sem rodeios.

Um deles, que assimilou com tanta rapidez o linguajar local ao ponto de levar um conversa em crioulo com interjeições como “sério?” e “é viu...”, resume a situação: “Você tem que se virar nos 30”. Diante o cenário arredo e das dificuldades financeiras que a maioria passa, mesmo em universidades públicas, já que as bolsas não contemplam a todos, a solução encontrada pelos três colegas foi reduzir o máximo possível a probabilidade de entrar em confusão. Isso significa evitar bares e festas, focar o lazer nos jogos de futebol ou videogames e reduzir os caminhos pela Cidade a três vértices: a casa, a universidade e a igreja.

Dois evangélicos e um adventista, eles de pronto encontraram igrejas para frequentar na nova cidade e continuar a fé que abraçaram ainda em seus países. Por ironia, principalmente no caso dos evangélicos, cultos que são aqui aguerridos opositores das religiões afro-brasileiras. Mas aqui África e Brasil são duas ideias que se confundem e se repelem diariamente.

(Pedro Rocha)

...

Espancamento] Justiça libera acusados de matar africano Os três são investigados por terem espancado e matado um estudante africano em uma pizzaria de Mato Grosso. Eles ficaram presos por 19 dias

Editoria Brasil

13 de outubro de 2011

Os três são investigados por terem espancado e matado um estudante africano em uma pizzaria de Mato Grosso. Eles ficaram presos por 19 dias

A Justiça de Mato Grosso concedeu liberdade provisória aos três acusados de participação no espancamento que levou a morte do estudante africano Toni Bernardo da Silva, 27 anos, que aconteceu em uma pizzaria de Cuiabá, em setembro deste ano.

O empresário Sérgio Marcelo Silva da Costa, 27, e os policiais militares Higor Marcell Mendes Montenegro, 24, e Wesley Fagundes Pereira, 24, pagaram fiança de dois salários mínimos, cada um, e foram libertados na terça-feira, após 19 dias de prisão.

Indiciados pela Polícia Civil sob suspeita de homicídio qualificado (no qual as penas são de 12 a 30 anos de prisão), os três acabaram sendo denunciados sob uma acusação menos grave pelo Ministério Público: lesão corporal seguida de morte (no qual as penas variam de 4 a 12 anos).

“Estou convencida de que a prisão preventiva não se torna mais indispensável como exige a legislação processual penal, devendo, por consequência, ser substituída por outra medida cautelar diversa da prisão”, declarou, em sua decisão, a juíza Maria Rosi de Meira Borba.

Como foi

Segundo o inquérito policial, o estudante Toni Bernardo da Silva, natural da Guiné-Bissau, foi morto a socos e pontapés após envolver-se em uma briga com o empresário Sérgio Marcelo, que estava com a namorada na pizzaria.

Os policiais militares, que estavam de folga, ajudaram a imobilizar o estudante, que passou, segundo a versão da polícia, a ser agredido até morrer. Presos em flagrante, os três suspeitos disseram que apenas tentaram imobilizar o estudante, que aparentava estar “embriagado ou sob efeito de drogas.”

O laudo do Instituto Médico Legal apontou que o estudante morreu por asfixia decorrente de ruptura na traqueia. (Folhapress)

O quê

ENTENDA A NOTÍCIA

O governo brasileiro chegou a apresentar um pedido formal de desculpas a representantes do governo da Guiné-Bissau, em razão da morte do estudante Toni Bernardo. O jovem morava no Brasil desde 2005 e cursava Economia.

...

Redenção. Na terra da liberdade, africanos lutam pela tolerância

Vindos de países africanos para cursar faculdade, alunos negros contam que lidar com o preconceito pela cor da pele ainda é um desafio diário. Ensinar a tolerância com a diversidade é missão, eles afirmam

ESPECIAL DATA MAGNA DO CEARÁ

Editoria Cotidiano

25 de março de 2015

Com o olhar de quem vem de fora, o que é silencioso por aqui se torna evidente. “O brasileiro tem preconceito com ele mesmo, imagina com os africanos”. Vindo de Guiné-Bissau, Júlio Cambanco, 25, mora há quase três anos em Redenção, a cidade que se regozija pelo pioneirismo contra a escravidão nos tempos em que o País era um Império. Na cidade a 63 km de Fortaleza, o trabalho escravo foi oficialmente abolido no primeiro dia de 1883 - à frente, inclusive, da Data Magna do Estado, que completa 131 anos hoje. Os resquícios de discriminação, entretanto, ainda são presentes.

Sede do Campus da Liberdade, que tem quatro cursos de graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira (Unilab), Redenção recebe alunos de seis nacionalidades africanas. Júlio estuda Administração Pública. Antes de chegar, conta, não acreditava que as pessoas olhassem diferente por causa da cor da pele. “Nunca tinha passado pela minha cabeça que há preconceito no mundo. Quando eu cheguei aqui, eu vi”.

Até hoje, Júlio não entende o porquê de esse preconceito existir. Mas ele existe porque as pessoas negam a possibilidade da familiarização com a diversidade - João Semedo, 26, tenta explicar (por mais que não seja justificável). Ele veio de Cabo Verde para cursar Bacharelado em Humanidades. “O preconceito está interiorizado no brasileiro”. E essa discriminação aparece quando um africano leva mais tempo que o normal para ser atendido no hospital, uma mulher briga com o filho que se aproxima de um negro na rua ou a criança confessa que a mãe “não gosta de vocês” - são os exemplos que os dois citam.

Mais tolerância

O preconceito só existe para negar um conhecimento maior sobre o mundo, reflete João. É uma barreira que precisa ser quebrada. Um primeiro passo, aponta Júlio, é ter tolerância com a intolerância - “para que os outros possam nos reconhecer”. Mudar um pensamento que se constrói desde que o Brasil é Brasil e desmistificar um conceito que se impõe são desafios, eles comentam. “Um dia, isso vai mudar”, vislumbra o guineense.

Além de estudar, os dois jovens querem mostrar que é possível ser igual com diferenças. “A gente tem de perceber isso como um objetivo também para construir esse tipo de resistência”, vê João. Tudo depende de um conjunto de ações: educação, leis e a aplicação delas. “Uma coisa é juntar as pessoas, que nós chamamos de multiculturalidade, e outra coisa é a interculturalidade”, diferencia Júlio. Interagir é conhecer quem é o outro. “Somos irmãos”.

REDENÇÃO

Libertar escravos foi solução para fazendeiros

Veio de uma cidade a 63 quilômetros de Fortaleza o primeiro registro de liberdade dos escravizados. Era janeiro de 1883, Redenção ainda se chamava Vila de Acarape e tinha uma população de cerca de duas mil pessoas. Em fazendas canaviais e residências ricas, trabalhavam cerca de 116 escravos quando a abolição foi instituída. Com o valor elevado para manter a mão de obra escrava e as dificuldades financeiras dos proprietários de fazendas, a abolição da escravidão veio como a solução, explica o professor do Instituto de Humanidades e Letras da Unilab, Américo Souza. Um ano depois, as mesmas questões levariam a província inteira a decretar a libertação dos escravizados

O número de escravizados em Redenção, porém, pode ser maior que o oficial, comenta o guia turístico Alexandre Costa Roque. O dado é baseado no livro de compra e venda de escravos que foi doado para o Museu Histórico e Memorial da Liberdade, mas outros registros permanecem secretos. “Esperamos que, com o passar do tempo, as famílias encontrem esses documentos e passem para o museu”, comenta o guia.

Lá, em cerca de 20 fazendas, os escravos trabalhavam especialmente na produção de aguardente, rapadura e melão.

(Mariana Freire)

...

Data Magna. Caravana pelo rio Ceará lembra a história dos negros

ESPECIAL DATA MAGNA DO CEARÁ

Cotidiano

25 de março de 2015

O passeio teve a participação de comunidades quilombolas de Caucaia e estudantes de escola pública. Dentro das embarcações, as conversas lembraram o passado de escravidão dos negros e a abolição

Alongamento e dança serviram de preparativos para um passeio pelo rio Ceará, na manhã de ontem, feriado em alusão à Data Magna do Estado. O 25 de março de 1884, que libertou os negros escravizados no Ceará quatro anos à frente da abolição no Brasil, foi celebrado com uma vivência cultural dentro e fora das embarcações que partiram da Barra do Ceará.

A edição do projeto Conversas Flutuantes recebeu descendentes dos quilombolas e estudantes da rede pública de Caucaia. A iniciativa de aliar o contato com a natureza e ações educativas é promovida todos os meses pela Colônia Ecológica Sesc Iparana. Com palestras mediadas por educadores, a temática de ontem se voltou para a história dos africanos chegados ao Ceará. Um passado que nem sempre foi ligado à escravidão, conforme explicou o historiador Aduino Leitão. O pesquisador do Marco Zero do Ceará, ali na foz do rio, lembrou da comitiva de mulheres e crianças negras trazida em 1611 pelo capitão-mor Martim Soares Moreno. Foram aproximadamente 160 pessoas para ajudar a povoar o Ceará, empreitada que rendeu 10 registros de casamentos com soldados portugueses. “Os africanos já formam aí o DNA e a identidade cultural do cearense”, frisou. Conforme Leitão, o pioneirismo do Estado na luta abolicionista teve adesão plural na sociedade, além da atuação das mulheres.

Quilombolas Sete embarcações fizeram o passeio ontem com representantes de quilombolas e estudantes da rede pública municipal de Caucaia. Uma das convidadas a compartilhar sua

história foi Maria dos Anjos, membro da terceira geração do Quilombo dos Capuan. Tudo começou em Uburetama, quando negros refugiados das fazendas se agruparam. Os descendentes deste grupo chegaram há 100 anos em Caucaia. Fugiam da seca de 1915. Hoje, são 85 famílias celebrando as tradições africanas e estudando o passado de seus ancestrais. O resgate das próprias origens ajuda na luta contra os preconceitos e as marcas deixadas pelo passado de exploração, defende Maria dos Anjos.

Artesanato, culinária, reisado e brincadeira do coco são manifestações da cultura que precisam ser mostradas ao cearense, defende Cristina Sousa, presidente da Associação Quilombola dos Caetanos em Capuan. “É difícil mostrar aos jovens a cultura de antigamente. Hoje conseguimos trazer muitos meninos que estão se interessando em aprender, falar da discriminação”, comemorou. O passeio também recebeu membros dos quilombos da Serra do Juá, Serra da Rachada, Porteiras e Cercadão - localidades de Caucaia

Saiba mais Gestão estadual Apoiar e gerar iniciativas de aproximação das pessoas no rio Ceará é uma das intenções da atual gestão do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (Conpam), conforme o presidente do órgão, Artur Bruno, que também participou das atividades ontem.

A unidade da Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará deve ter plano de manejo reformulado e um novo conselho gestor consultivo, permitindo o envolvimento da comunidade nas decisões.

As ações também são prometidas para o Parque Botânico do Ceará.

Conversas Flutuantes O projeto ocorre todo mês, com calendário variável. O acesso é gratuito. Grupos, escolas e entidades podem entrar em contato para participar do projeto pelo telefone (85) 3318 4939 ou pelo e-mail conversasflutuantes@sesce.com.br.

A cidadã

Maria José Silva, 35, do Quilombo da Serra do Juá

Orgulho das origens

Há cerca de dois anos, as famílias da localidade da Serra do Juá, em Caucaia, descobriram que descendem de quilombolas. Desde menina, Maria José já ouvia relatos sobre a avó, escrava refugiada no município de Pedra Branca. Ontem, participou da caravana e reconheceu a importância de reafirmar a herança cultural. “É importante comemorar porque fomos libertos. Agora temos o espaço para sermos reconhecidos como gente. No passado, fomos vistos como bichos”, lembrou.

Thaís Brito thaisbrito@opovo.com.br

...

Cotidiano

25 de março de 2015

ESPECIAL

DATA MAGNA DO CEARÁ

Redenção. Na terra da liberdade, africanos lutam pela tolerância

Vindos de países africanos para cursar faculdade, alunos negros contam que lidar com o preconceito pela cor da pele ainda é um desafio diário. Ensinar a tolerância com a diversidade é missão, eles afirmam

Com o olhar de quem vem de fora, o que é silencioso por aqui se torna evidente. “O brasileiro tem preconceito com ele mesmo, imagina com os africanos”. Vindo de Guiné-Bissau, Júlio Cambanco, 25, mora há quase três anos em Redenção, a cidade que se regozija pelo pioneirismo contra a escravidão nos tempos em que o País era um Império. Na cidade a 63 km de Fortaleza, o trabalho escravo foi oficialmente abolido no primeiro dia de 1883 - à frente, inclusive, da Data Magna do Estado, que completa 131 anos hoje. Os resquícios de discriminação, entretanto, ainda são presentes.

Sede do Campus da Liberdade, que tem quatro cursos de graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira (Unilab), Redenção recebe alunos de seis nacionalidades africanas. Júlio estuda Administração Pública. Antes de chegar, conta, não acreditava que as pessoas olhassem diferente por causa da cor da pele. “Nunca tinha passado pela minha cabeça que há preconceito no mundo. Quando eu cheguei aqui, eu vi”.

Até hoje, Júlio não entende o porquê de esse preconceito existir. Mas ele existe porque as pessoas negam a possibilidade da familiarização com a diversidade - João Semedo, 26, tenta explicar (por mais que não seja justificável). Ele veio de Cabo Verde para cursar Bacharelado em Humanidades. “O preconceito está interiorizado no brasileiro”. E essa discriminação aparece quando um africano leva mais tempo que o normal para ser atendido no hospital, uma mulher briga com o filho que se aproxima de um negro na rua ou a criança confessa que a mãe “não gosta de vocês” - são os exemplos que os dois citam.

Mais tolerância

O preconceito só existe para negar um conhecimento maior sobre o mundo, reflete João. É uma barreira que precisa ser quebrada. Um primeiro passo, aponta Júlio, é ter tolerância com a intolerância - “para que os outros possam nos reconhecer”. Mudar um pensamento que se constrói desde que o Brasil é Brasil e desmistificar um conceito que se impõe são desafios, eles comentam. “Um dia, isso vai mudar”, vislumbra o guineense.

Além de estudar, os dois jovens querem mostrar que é possível ser igual com diferenças. “A gente tem de perceber isso como um objetivo também para construir esse tipo de resistência”, vê João. Tudo depende de um conjunto de ações: educação, leis e a aplicação delas. “Uma coisa é juntar as pessoas, que nós chamamos de multiculturalidade, e outra coisa é a interculturalidade”, diferencia Júlio. Interagir é conhecer quem é o outro. “Somos irmãos”.

Saiba mais

Desde 5 de janeiro de 1989, o racismo é tipificado como crime no Brasil. A lei nº 7.716 determina pena de reclusão a quem tenha cometido atos de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Segundo a Constituição, é objetivo da República “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (artigo 3º, inciso IV).

Para os crimes de preconceito, a Lei 7.716/89 impõe penas que podem chegar a cinco anos de reclusão.

Outras legislações contra o preconceito racial foram criadas, como o Estatuto da Igualdade Racial (2010) e a Lei de Cotas (2012), que determina que o número de negros e indígenas de instituições de ensino seja proporcional ao do estado onde a universidade está instalada.

Com três campi em Redenção, Acarape e São Francisco do Conde (Bahia), a Unilab tem, atualmente, 653 alunos de países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa além do Brasil: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

REDENÇÃO

Libertar escravos foi solução para fazendeiros

Veio de uma cidade a 63 quilômetros de Fortaleza o primeiro registro de liberdade dos escravizados. Era janeiro de 1883, Redenção ainda se chamava Vila de Acarape e tinha uma população de cerca de duas mil pessoas. Em fazendas canaviais e residências ricas, trabalhavam cerca de 116 escravos quando a abolição foi instituída.

Com o valor elevado para manter a mão de obra escrava e as dificuldades financeiras dos proprietários de fazendas, a abolição da escravidão veio como a solução, explica o professor do Instituto de Humanidades e Letras da Unilab, Américo Souza. Um ano depois, as mesmas questões levariam a província inteira a decretar a libertação dos escravizados.

O número de escravizados em Redenção, porém, pode ser maior que o oficial, comenta o guia turístico Alexandre Costa Roque. O dado é baseado no livro de compra e venda de escravos que foi doado para o Museu Histórico e Memorial da Liberdade, mas outros registros permanecem secretos. “Esperamos que, com o passar do tempo, as famílias encontrem esses documentos e passem para o museu”, comenta o guia.

Lá, em cerca de 20 fazendas, os escravos trabalhavam especialmente na produção de aguardente, rapadura e melaço. (Mariana Freire)

Mariana Freire marianafreire@opovo.com.br

Data Magna. Caravana pelo rio Ceará lembra a história dos negros

Cotidiano

26 de março de 2015

O passeio teve a participação de comunidades quilombolas de Caucaia e estudantes de escola pública. Dentro das embarcações, as conversas lembraram o passado de escravidão dos negros e a abolição

Alongamento e dança serviram de preparativos para um passeio pelo rio Ceará, na manhã de ontem, feriado em alusão à Data Magna do Estado. O 25 de março de 1884, que libertou os negros escravizados no Ceará quatro anos à frente da abolição no Brasil, foi celebrado com uma vivência cultural dentro e fora das embarcações que partiram da Barra do Ceará. A edição do projeto Conversas Flutuantes recebeu descendentes dos quilombolas e estudantes da rede pública de Caucaia.

A iniciativa de aliar o contato com a natureza e ações educativas é promovida todos os meses pela Colônia Ecológica Sesc Iparana. Com palestras mediadas por educadores, a temática de ontem se voltou para a história dos africanos chegados ao Ceará. Um passado que nem sempre foi ligado à escravidão, conforme explicou o historiador Aduino Leitão. O pesquisador do Marco Zero do Ceará, ali na foz do rio, lembrou da comitiva de mulheres e crianças negras trazida em 1611 pelo capitão-mor Martim Soares Moreno. Foram aproximadamente 160 pessoas para ajudar a povoar o Ceará, empreitada que rendeu 10 registros de casamentos com soldados portugueses. “Os africanos já formam aí o DNA e a identidade cultural do cearense”, frisou. Conforme Leitão, o pioneirismo do Estado na luta abolicionista teve adesão plural na sociedade, além da atuação das mulheres.

Quilombolas

Sete embarcações fizeram o passeio ontem com representantes de quilombolas e estudantes da rede pública municipal de Caucaia. Uma das convidadas a compartilhar sua história foi Maria dos Anjos, membro da terceira geração do Quilombo dos Capuan. Tudo começou em Uburetama, quando negros refugiados das fazendas se agruparam. Os descendentes deste grupo chegaram há 100 anos em Caucaia. Fugiam da seca de 1915. Hoje, são 85 famílias celebrando as tradições africanas e estudando o passado de seus ancestrais. O resgate das próprias origens

ajuda na luta contra os preconceitos e as marcas deixadas pelo passado de exploração, defende Maria dos Anjos.

Artesanato, culinária, reisado e brincadeira do coco são manifestações da cultura que precisam ser mostradas ao cearense, defende Cristina Sousa, presidente da Associação Quilombola dos Caetanos em Capuan. “É difícil mostrar aos jovens a cultura de antigamente. Hoje conseguimos trazer muitos meninos que estão se interessando em aprender, falar da discriminação”, comemorou. O passeio também recebeu membros dos quilombos da Serra do Juá, Serra da Rachada, Porteiras e Cercadão - localidades de Caucaia.

Saiba mais

Gestão estadual Apoiar e gerar iniciativas de aproximação das pessoas no rio Ceará é uma das intenções da atual gestão do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (Conpam), conforme o presidente do órgão, Artur Bruno, que também participou das atividades ontem.

A unidade da Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará deve ter plano de manejo reformulado e um novo conselho gestor consultivo, permitindo o envolvimento da comunidade nas decisões.

As ações também são prometidas para o Parque Botânico do Ceará.

Conversas Flutuantes

O projeto ocorre todo mês, com calendário variável. O acesso é gratuito. Grupos, escolas e entidades podem entrar em contato para participar do projeto pelo telefone (85) 3318 4939 ou pelo e-mail conversasflutuantes@sescce.com.br.

A cidadã

Maria José Silva, 35, do Quilombo da Serra do Juá

Orgulho das origens

Há cerca de dois anos, as famílias da localidade da Serra do Juá, em Caucaia, descobriram que descendem de quilombolas. Desde menina, Maria José já ouvia relatos sobre a avó, escrava refugiada no município de Pedra Branca. Ontem, participou da caravana e reconheceu a importância de reafirmar a herança cultural. “É importante comemorar porque fomos libertos.

Agora temos o espaço para sermos reconhecidos como gente. No passado, fomos vistos como bichos”, lembrou.

Thaís Brito thaisbrito@opovo.com.br

ANEXO D - MIGRANTES NO CEARÁ, NO PERÍODO DE 2010 A 2018

Dados da Polícia Federal obtidos pela autora, em 05 fev. 2020, por meio da Lei de Acesso à Informação.

Nacionalidade	Quantidade/Ano – Registro CE - Mundo									
---------------	--------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
África do Sul	3		3		1	2				9
Albânia		1		2	1					4
Alemanha	95	63	39	63	68	87	111	65	41	632
Angola	15	11	11	12	22	13	31	60	98	273
Apátrida		1				1				2
Argélia			1	1	3	1	1		1	8
Argentina	26	38	42	58	61	50	57	103	91	526
Armênia				1						1
Austrália	2	2	1	1		3		1	1	11
Áustria	4	7	4	6	8	14	15	3	4	65
Bangladesh							1	3		4
Barbados				1		1		1		3
Bareine							1			1
Bélgica	9	10	5	20	11	9	10	10	13	97
Benin		1			2	2	2	2	2	11
Bermudas		1								1
Bolívia	4	3	8	6	9	13	9	12	13	77
Bósnia-Herzegovina			1				1			2
Bulgária		1	1		4		1	4	2	13

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-------

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Tota l
Filipinas	14	86	64	90	44	56	52	99	42	547
Finlândia	3	2	2	2	4	3	5	2	3	26
França	65	59	61	144	126	137	93	97	47	829
Gabão						1	1		1	3
Gâmbia						1		1	1	3
Gana	1				3		1	1		6
Geórgia			2	1	1			4		8
Granada				3						3
Grécia	1	2	4	2	8	5	7	3	6	38
Guatemala			1			2	7	1	3	14
Guiana Francesa					1		1			2
Guiné									1	1
Guiné Bissau	83	48	58	97	215	163	206	194	241	1305
Haiti		1	3	6	10	7	15	2	8	52
Honduras		1	1	2	4	3	5	3	7	26
Hong-Kong (R.A.E)						1				1
Hungria	1	2	6		1	2		2	1	15
Iêmen					1		1			2
Índia	19	21	20	90	29	23	58	31	3	294
Indonésia	8	22	7	6	3	7	5		1	59
Irã	1	2					1		1	5
Iraque		1								1
Irlanda			1	2	1	3	1	2	2	12
Islândia		1				1		1		3

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Tota l
--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-----------

										1
Israel					2			2		5
Itália	163	166	180	241	314	323	204	117	85	1793
Jamaica				4	3		1	2	2	12
Japão	1	6		6	5	16	16	3	4	57
Jordânia			1		1	1				3
Kosovo							1			1
Letônia		4	1	1	2	7		1	1	17
Líbano				2	1	2		1		6
Liechtenstein						1				1
Lituânia	1					3	2		1	7
Luxemburgo	2	1				1				4
Madagascar		1						1		2
Malásia		1					1			2
Malta						1				1
Marrocos		1	2	3	2	8	4	4	7	32
Maurício						1			1	2
Mauritânia								1		1
México	7	9	54	19	15	11	22	27	31	195
Moçambique		2	2	6	17	10	7	16	11	71
Moldova		1								1
Mongólia						1				1
Namíbia		1								1
Nepal						1				1
Nicarágua	1					1			2	4
Nigéria		1	1		5	4	5	1	2	19
Noruega	19	19	17	12	17	22	7	25	4	142

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Nova Zelândia					4	5		2		11
Países Baixos	36	32	22	17	30	33	34	19	16	239
Palestina				1			1			2
Panamá		1	1	1	4		1	1		9
Paquistão		1	1	1	1	3	4	2		13
Paraguai	4	1	6		7	10	5	8	13	54
Peru	9	4	8	22	18	32	19	22	26	160
Polônia	4	13	4	9	4	15	8	26	17	100
Porto Rico					1			1		2
Portugal	105	164	217	335	306	252	133	79	62	1653
Quênia							1			1
Reino Unido	18	13	12	21	13	44	36	27	14	198
Rep. Dominicana	1	2	1	3	1	3		1	1	13
Rep. Democrática do Congo		2								2
Rep. Tcheca		1	1		2	1	2	5	2	14
Romênia	5	6	16	7	2	5	6	6	1	54
Rússia	51	2	15	14	2	7	13	10	13	127
Santa Lúcia									1	1
São Tomé e Príncipe	12	7	15	3	25	26	16	5	5	144
Senegal				1		1		44	17	63
Serra Leoa								1		1
Sérvia		1		1	2	1		2	1	8

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Sérvia e Montenegro	1									1
Síria				1	3					4
Sri Lanka				4		1	5	1		11
Suécia	8	4	2	4	3	6	7	4		38
Suíça	19	25	9	21	25	31	35	21	19	205
Tailândia	2	1	4	1	7		4		2	21
Tanzânia								1		1
Timor Leste		3	66	4	1	1				75
Togo				1				1		2
Trinidad e Tobago									1	1
Tunísia						1	3	2	1	7
Turcomenistão				1						1
Turquia		3	1	1	2	1	2	1	6	17
Ucrânia		3	12	20	19	14	13	7	5	93
Uruguai	8	4	4	7	12	9	13	13	11	81
Vaticano			1							1
Venezuela	3	3	9	11	9	13	9	81	120	258
Vietnã							1			1
Vietnam do Norte						1	1	2		4
Zâmbia				1						1
	1202	1296	1583	2926	3758	3769	2629	2104	1894	21161

Dados da Polícia Federal obtidos pela autora, em 05 fev. 2020, por meio da Lei de Acesso à Informação.

Articulação de Estudantes Guineenses Relatório Situacional do Ingresso e Permanência de Jovens nas Faculdades FATENE e Evolução

A presença de jovens do continente africano no território brasileiro, principalmente daqueles oriundos de países lusófonos, tem se intensificado nas últimas décadas. O processo de luta e conquista da independência de alguns países como, por exemplo, Cabo Verde e Guiné-Bissau, somadas às iniciativas de reconstrução desses países africanos depois de séculos de colonização, contribuíram para a firmação de acordos internacionais em diversas áreas, estabelecidos com países de outros continentes, entre eles, o Brasil. Esses acordos firmados entre governos preveem o intercâmbio de tecnologias, pesquisas, experiências em diversas áreas, entre elas, educação e cultura.

No caso do Brasil, ao longo dos oito anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), o intercâmbio foi intensificado. Para termos uma idéia, na era Fernando Henrique Cardoso apenas três países africanos foram visitados, enquanto que na era Lula, o presidente visitou 27 países africanos.

Para além dos governos, existem também os acordos firmados entre iniciativas privadas. Foi o que ocorreu, em 2009, entre o Sindicato Democrático de Professores de Guiné-Bissau - SINDEPROF e duas faculdades privadas de Fortaleza: Faculdade Evolução e Faculdade de Tecnologia do Nordeste - FATENE, ambas com sede em Fortaleza - Faculdade Terra Nordeste - FATENE, com campus no município de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza – Ceará, resultando numa maior presença de jovens africanos, especialmente de guineenses, na cidade de Fortaleza.

Este relatório tem como propósito descrever como se deu esse acordo, refletir criticamente sobre a nossa vinda e o nosso ingresso nas referidas faculdades, bem como, sobre as condições de vida na cidade de Fortaleza. Além disso, evidenciar nossa organização, nossas resistências, conquistas e desafios.

De acordo com matéria do jornal O Povo (22/08/2011), no Ceará vivem cerca de 1.260 pessoas oriundas dos 5 países africanos que falam a língua portuguesa. Desses, estimamos que pelo menos 800 delas/es, são de

Guiné-Bissau¹, país situado na costa da África Ocidental, com cerca de 1.600.000 habitantes.

Diante dos constantes problemas que enfrentamos, que serão relatados abaixo, principalmente dos primeiros estudantes que vieram para Fortaleza, passamos a nos reunir sistematicamente na perspectiva de construir estratégias de denúncia e propostas de superação dos principais desafios. Além de nós, algumas organizações tem participado e contribuído com a nossa articulação: a Associação dos Estudantes Africanos no Estado do Ceará, a Associação dos Estudantes de Guiné-Bissau no Estado do Ceará, a Pastoral do Migrante, o Instituto Negra do Ceará – INEGRA, a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares - RENAP, a Paróquia Nossa Senhora das Dores e a Paróquia do Carmo.

1. Guiné-Bissau: sonho do outro lado do Atlântico

Em 2009, a juventude guineense deparou-se com mais uma possibilidade de realizar o sonho de cursar uma faculdade, neste caso, fora do país: a propaganda de duas faculdades brasileiras – FATENE e Evolução. As facilidades oferecidas pelas duas foram fatores decisivos para convencer nossas famílias a fazerem todos os esforços para garantirem a realização desse sonho, mesmo que isso significasse uma mudança de país e do conseqüente, distanciamento de suas/seus filhas/os. O importante era buscar assegurar a nossa qualificação profissional, contribuindo assim, para uma maior e melhor inserção no mundo do trabalho e a melhoria das nossas condições de vida.

Na condição de estrangeiros nos deparamos com um novo e desafiante cenário: viver em outro país, neste caso no Brasil, mais precisamente na cidade de Fortaleza. Na nova vida longe de nossas famílias, tivemos que administrar despesas e outras questões referentes à viagem: passagem, hospedagem, adaptação, alimentação, passaporte, visto, material didático... Esse cenário, até então desconhecido, de ameaças e desafios

¹ Não temos números oficiais. Estimamos esse número baseados nas pessoas que conhecemos e nos eventos coletivos que realizamos.

tiveram um peso menor diante do “belo e fácil sonho vendido” pelas faculdades responsáveis, além da promessa de nos apoiar.

2. Propaganda e Publicidade: a alma do negócio

No final do ano de 2008 e no início de 2009 as Faculdades Evolução e FATENE desenvolveram uma campanha publicitária, principalmente voltada para a juventude, em Bissau e outras cidades, divulgando a realização de vestibular para os interessados em seguir a vida acadêmica. Na ocasião foram veiculadas propagandas em rádios, emissoras de televisão e distribuídos panfletos com as informações gerais relacionadas aos cursos, valores e infra-estrutura das faculdades e vestibular (anexo I). Na medida em que os panfletos foram distribuídos, as pessoas iam

divulgando com suas famílias e círculo de amizades.

A partir do lema “seja universitário no Brasil”, as faculdades Evolução e FATENE ofertavam cursos acadêmicos em diversas áreas: Enfermagem, Marketing, Processos Gerenciais, Redes de Computadores, Sistemas para a Internet/Análise e Desenvolvimento, Educação Física e Serviço Social, nos campus da cidade de Fortaleza e de Caucaia - CE, Brasil.

3. FATENE e Faculdade Evolução: reuniões e firmação de contrato



Antes da realização do processo seletivo aconteceram audiências entre representantes das faculdades Evolução e FATENE, através dos senhores Paulo Cavalcante e Espedito; dos representantes do SINDEPROF – entre eles, Lauriano (presidente) e Otchi (coordenador); e do

guineense Vladimir Cá², na época presidente da Associação dos Estudantes Guineenses no Estado do Ceará. Numa dessas reuniões foram encaminhados assuntos referentes à realização do vestibular. Outro assunto tratado foi em como estabelecer contato e agendar uma audiência com representantes do governo de Guiné-Bissau, o então Ministro da Educação, Aristides Oucante Silva e o Primeiro Ministro, Carlos Gomes Júnior, vulgo Cadogo. A partir dessas audiências foi firmado um acordo³ entre as partes. Além disso, foi definida a estratégia de divulgação do vestibular, através dos órgãos de comunicação social, em emissoras de rádio, televisão e panfletos.



4. Vestibular e Matrícula

No primeiro vestibular, fruto do acordo já citado, com a divulgação realizada, cerca de 550 jovens se inscreveram e participaram do processo seletivo - vestibular - das Faculdades FATENE e Evolução, em janeiro de 2009, na cidade de Bissau. As inscrições para o vestibular aconteceram no SINDEPROF e custaram 13.000 FCFA (moeda local), equivalente a R\$ 56,00. A meta era inscrever 1.000 pessoas, mas como isso não foi possível as faculdades decidiram realizar inscrições não apenas em Bissau, mas também

² Atualmente o mesmo é graduando do curso Processo Gerenciais, na Faculdade Ateneu, também situada em Fortaleza.

³ Não temos uma cópia do referido acordo.

na zona leste do país. Mesmo assim, a meta também não foi alcançada. Ao final do processo 500 pessoas foram aprovadas. Porém, dos aprovados, apenas 283 estudantes entregaram a documentação exigida no ato da inscrição:

- passaporte;
- termo de responsabilidade;
- certificado de habilitações literárias;
- registro criminal;
- 4 fotos 5/7;
- declaração particular do valor a ser enviado pelas mães e pais, firmando compromisso dos encarregados pela educação das/dos estudantes.
- extrato bancário

A partir de então foram feitos vários encaminhamentos quanto à documentação junto à Embaixada do Brasil em Guiné Bissau, até quase o final do mês de julho de 2009, quando fizemos os primeiros embarques de Bissau para Fortaleza, estendendo-se até Janeiro de 2010.

Depois do vestibular em 2009, outro processo seletivo aconteceu no ano de 2010, resultando na vinda de outras/os estudantes, porém eles já tinham conhecimento através das/os estudantes veteranos que já estavam aqui.

5. Propaganda Enganosa x Realidade Viva pelas/os Estudantes

Não foi necessário muito tempo para que começássemos a desconfiar e descobrir a realidade. O sofrimento começou logo quando desembarcamos em Fortaleza, no Aeroporto Pinto Martins, quando ao contrário do que as faculdades tinham informado, não havia ninguém para nos recepcionar e nos orientar em terra estrangeira. A situação não foi pior, porque houve solidariedade de companheiras/os de origem do continente africano, que nos acolheram.

Após esse momento de chegada, logo depois, percebemos que a estimativa de despesas divulgadas pelas faculdades não correspondia à realidade, uma vez que os valores eram maiores (Anexo II).

CUSTOS MENSAIS FIXOS E PROVISIONADOS – MODELO OU EXEMPLO

CUSTO	DIVIDIR Pessoas	VALOR Mensal	UNIDADE Custo	Qtyd 1	Qtyd2	€ 3,50	CFA 650	EURO / Pessoa
						Total Reais/ Pessoa	Total CFA /Pessoa	
Aluguel	6	R\$ 350,00		1		R\$ 58,33	11.100	17,08
Energia	6	R\$ 25,00		1		R\$ 4,17	1.300	2,00
Gás Butano	6	R\$ 30,00		1		R\$ 5,00	1.300	2,00
Arroz atacado Almoço-Jantar (kg)	6		R\$ 1,70	1	30	R\$ 8,50	2.000	3,08
Café da manhã	6		R\$ 1,00	1	30	R\$ 5,00	1.300	2,00
Frango Almoço-Jantar (kg)	6		R\$ 4,50	2	30	R\$ 45,00	8.500	13,08
Lazer	1	R\$ 100,00				R\$ 100,00	18.900	29,08
Material Didático	1	R\$ 10,00				R\$ 10,00	2.000	3,08
Material Didático(Cópia)	1		R\$ 0,10	100		R\$ 10,00	2.000	3,08
Roupas (provisão mensal)	1	R\$ 20,00				R\$ 20,00	3.900	6,00
Telefone GB/Por	1	R\$ 20,00				R\$ 20,00	3.900	6,00
Telefone Móvel	1	R\$ 20,00				R\$ 20,00	3.900	6,00
Transporte (aula)	1		R\$ 0,80	2	20	R\$ 32,00	6.500	10,00
Transporte lazer	1		R\$ 0,80	4	8	R\$ 25,60	5.200	8,00
Viagem lazer - provisão Mensal	1	R\$ 25,00				R\$ 25,00	5.200	8,00
SUB-TOTAL						R\$ 388,60	77.000	118,46

A questão da moradia representou e representa um desafio central tanto em relação aos valores quanto à localização. A forma como a tabela foi distribuída e apresentada ainda em Guiné-Bissau confundiu a nós e a nossas famílias, pois imaginávamos chegar aqui e já encontrar espaços prontos para morarmos, como se fosse uma espécie de casa ou república de estudantes. Esperávamos desembarcar em Fortaleza e sermos acolhidos pelas faculdades que nos distribuiriam entre os alojamentos disponíveis, formando grupos de 6 pessoas. Porém, a realidade foi bem diferente da que foi divulgada, pois não havia a casa/república de estudantes. A residência prometida não pertence às faculdades e o que foi colocado no mapa trata-se de um condomínio particular (Anexo I).



Então, tivemos que resolver por conta própria a busca e identificação de imóveis para alugar, de acordo com nossos recursos. Acabamos nos auto-organizando e formando pequenos grupos para resolvermos a questão da moradia. Como a maioria desses

grupos tinha menos do que 6 pessoas como simulava a planilha, as despesas ficaram com valores mais elevados. Na medida em que localizávamos algum imóvel, vinha outro desafio, cumprir com as exigências burocráticas das imobiliárias para alugar, como providenciar documentação, conseguir fiador e pagar caução. Com isso, estamos morando espalhados e distantes das faculdades, gerando mais custos com transporte.

Para nos convencer, ainda em Guiné-Bissau, as faculdades criaram uma situação ideal, fornecendo informações distorcidas e enganosas, principalmente aquelas relacionadas às despesas pessoais, mas também em relação aos valores das **mensalidades** dos cursos, descritos e divulgados na tabela (Anexo III).

CUSTOS MENSAIS FIXOS E PROVISIONADOS MAIS VALOR DO CURSO APROVADO

CAMPUS I – FACULDADE EVOLUÇÃO	Total Reais	Total FCA	Total FCA Despesas+ mensalidade
Marketing (T)	R\$ 190,00	36.100	113.100
Processos Gerenciais (Gestão Empresarial) (T)	R\$ 190,00	36.100	113.100
Redes de Computadores (T)	R\$ 210,00	39.400	116.400
Sistema para Internet (Análise e Desenvolvimento) (T)	R\$ 210,00	39.400	116.400
CAMPUS II – FATENE – DAMAS			
Marketing (T)	R\$ 190,00	36.100	113.100
Redes de Computadores (T)	R\$ 190,00	36.100	113.100
Análise e Desenvolvimento (T)	R\$ 190,00	36.100	113.100
Gestão de Tecnologia da Informação (T)	R\$ 165,00	31.500	108.500
CAMPUS III – FATENE – CAUCAIA			
Educação Física (L)	R\$ 270,00	51.200	128.200
Enfermagem (B)	R\$ 470,00	88.600	165.600
Serviço Social (B)	R\$ 270,00	51.200	128.200

Os valores das mensalidades praticados pelas faculdades são maiores do que os divulgados anteriormente, em Guiné-Bissau. Comparando a tabela divulgada e o que vem sendo cobrado, nada do prometido foi encontrado. A mensalidade com valor superior ao divulgado, acaba gerando atraso de pagamento e o pagamento de multas e juros altos, que não são negociados. Esta questão financeira tem comprometido nossa permanência e bem-estar, uma vez que dela decorrem outros problemas.

Anualmente precisamos renovar o visto de permanência no país, onde um dos documentos exigidos é a declaração de matrícula da faculdade. Porém, caso estejamos inadimplentes, a faculdade não emite o documento exigido, contribuindo para que fiquemos em situação irregular no país. Também não nos deixam fazer as provas finais, comprometendo a nossa matrícula no semestre seguinte. Essa irregularidade contribui para um estado de preocupação, ansiedade, constrangimento e ameaça, diante dos riscos de comprometimento da nossa permanência no país até a conclusão do curso.

Quanto à infra-estrutura das faculdades o acervo das bibliotecas é reduzido e precário e os laboratórios de informática estão em péssimas condições.

Temos enfrentado discriminação racial na cidade inclusive dentro das próprias faculdades, o que caracteriza racismo institucional, das/os funcionárias/os, professoras/es e direção. A direção já chegou a impor regras, para nós, como: tomar banho, usar perfume, creme de pele, não chegar a faculdade suado/a, podendo ser conferido num documento entregue pra cada estudante (anexo IV). Essas exigências são impostas no ato da matrícula, através de contrato, e em reunião específica, como a que ocorreu em agosto de 2009, na Faculdade Evolução. Essas exigências só são feitas aos estudantes africanos.

Para além destas questões ressaltamos que quando viemos para o Brasil tivemos o visto para estudar, podendo ser estagiário. Conseguir estágio curricular não tem sido tarefa fácil, dificultada pelo racismo institucional e pela burocracia.

Diante de todas estas dificuldades, afirmamos que as situações que enfrentamos aqui no Brasil não foram ditas em Guiné-Bissau, que nenhum dos representantes das faculdades cogitou ou nos preveniu sobre as possíveis mudanças de valores. Ao contrário disso, informações foram omitidas, além de outras prometidas e não cumpridas.

6. Resistência, organização e conquistas

Todo o contexto descrito e as dificuldades enfrentadas por nós, não tem



sido vivenciada com passividade ou acomodação, mas nos mobilizamos e nos organizamos juntamente com entidades parceiras, já citadas no início do relatório, e a exercitarem resistências coletivas. União, solidariedade, resistência, crítica e o desejo de justiça.

Os desafios por nós experimentados em Fortaleza tem sido motivação para o exercício da união, da resistência e da organização para denunciar as situações de discriminação racial enfrentadas dentro e fora das faculdades. As reuniões acontecem no 2º e 4º sábado do mês, no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora das Dores, no bairro Otávio Bonfim. Nestes momentos são partilhadas situações experimentadas por nós e elaboradas propostas na perspectiva de assegurar nossos direitos. É importante ressaltar que esse grupo tem se engajado em algumas mobilizações das pastorais sociais, paróquias e de movimentos sociais se articulando e fortalecendo as lutas populares.

7. Algumas propostas

- Cumprimento da tabela dos custos apresentados em Guiné-Bissau, pois nossas/os mães e nossos pais assumiram o compromisso de enviar mensalmente o valor baseado na tabela divulgada. Como os custos apresentados lá foram bem abaixo dos que estão sendo praticados aqui, está sendo insuficiente a remessa devido às alterações tanto das mensalidades quanto das moradias prometidas, que inexistem. E como consequência disso gera os atrasos nos pagamentos, juros e multas, o que nos impõem condições de vida precárias, comprometendo totalmente a qualidade de ensino-aprendizagem;
- Em caso de atraso na mensalidade, termos acesso ao empréstimo de livros na biblioteca das faculdades e o direito de continuar estudando, ou seja, o mesmo tratamento dado aos estudantes brasileiros;
- Emissão de documentos necessários para regularização dos vistos dos estudantes;
- Direitos e deveres iguais, sem distinção de raça, cor, credo religioso, sem as ressalvas das exigências discriminatórias e racistas feitas somente aos

estudantes africanos citadas no documento no ato da matrícula, tais como: usar perfume, hidratante, etc;

- Encaminhamento dos estudantes com dificuldades financeiras para a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB;
- Solicitação de uma audiência com os representantes das Faculdades, representantes dos estudantes e entidades apoiadoras para dirimir quaisquer dúvidas e solucionar o impasse com um possível acordo;
- Que as referidas faculdades constituam parceria com o poder público, Organizações Não Governamentais e setor privado para assegurar um programa de estágio remunerado;
- Diálogo com a Embaixada Brasileira para não colocar especificamente o carimbo com nome das Faculdades em nossos vistos, pois diante de algumas circunstâncias, as/os jovens desistem do curso, seja porque não se identificaram ou por não conseguir mais pagar, enfrentando dificuldades de, posteriormente, se matricular em outra faculdade;
- Acionamento do Ministério Público para entrar com uma ação civil caso as faculdades não acolham as nossas propostas;
- Apoio da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa;
- Apelo para a Corte Internacional, para que nossos direitos sejam garantidos.

Fortaleza, 24 de outubro de 2011

Instituto Guiné-Bissau-Ceará



de Relações bi-nacionais e
de Educação e Negócios

via.vladimir@yahoo.com.br

Cel-Br: +5585 8635-7518

Av. Mister Hull, 5064 / 312
Cond. Nork Park - Bairro: Antº Bezerra
CEP: 60.356-675 - Fortaleza, Ceará-Brasil

ORIENTAÇÕES CULTURAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS PARA UMA BOA ESTADA NO BRASIL

"A base para as Boas Maneiras é a auto-estima"

A HIGIENE PESSOAL

"Quando em Roma faça como os romanos", ou seja, temos que nos adequar aos modos e costumes encontrados em cada local onde nos encontramos. No Brasil, a aparência, a vestimenta e o cuidado com os hábitos **são muito importantes para a convivência social**.

Se a pessoa não se valoriza, então ela não se cuida; se ela não dá trato a si mesmo, e a sua própria figura; e os seus modos inadequados ofendem o sentimento de sociabilidade de seus semelhantes, cairá por terra toda possibilidade de que seus gestos possam significar deferência e respeito para com os outros.

Os cuidados consigo mesmo, incluída a **higiene pessoal** e a **higiene do ambiente**, pelo qual a pessoa é responsável, devem ser, portanto, nosso ponto de partida.

Abaixo estão listados alguns tópicos relativos à **higiene do corpo** e ao **asseio ambiental**, para atenção em relação aos jovens, em casa e na Faculdade.

O CORPO

Além de fundamental para o intercâmbio social, a higiene do corpo é também importante para a saúde. Inúmeras doenças, principalmente da pele decorrem de falta de higiene. Manter o corpo asseado e perfumado, e as roupas limpas é o primeiro preceito a ser ensinado aos jovens, no lar e na Faculdade.

Cheiro do corpo

O cheiro do corpo pode afetar o relacionamento social, como é o caso do cheiro de suor, a bromidrose (suor malcheiroso) e o mau hálito podem afetar apenas o relacionamento entre duas pessoas, sobretudo os odores advindos das partes íntimas. Desta forma, faz-se necessário o cuidado do corpo através de freqüentes banhos diários.

Atividade física intensa.

Qualquer pessoa que caminha muito, ou passa muito tempo em ambientes quentes e fechados, adquire um cheiro de suor no corpo; o suor se acumula sobre a pele e impregna as roupas, quando essas são pouco lavadas, ventiladas ou muito absorventes, e as secreções rapidamente as deterioram devido alimentarem as bactérias que existem na pele.

Fungos

Os fungos são causa do mau cheiro nos pés (**chulé**), que provocam fissuras entre os dedos ou se concentram em pequenos nódulos na base dos dedos e é uma micose conhecida como **pe de atleta**. É, no entanto, um cheiro diferente do cheiro produzido por bactérias a partir do suor. É inútil tentar resolver o problema com qualquer tipo de talco. É necessário um bom fungicida, que um farmacêutico experiente saberá indicar. **Meias sujas apresentam chulé quando sujas ou mal lavadas.**

Vestuário

As roupas retêm o calor do corpo e por isso favorecem o suor e a conseqüente produção dos resíduos bacteriológicos que geram o mau cheiro. Mas o odor pode inclusive provir da própria roupa, e não do suor. Alguns tecidos sintéticos usados em camisas ficam mau cheirosos quando aquecidos pelo calor do corpo. Também a roupa que é lavada, mas, não é dela tirado todo o sabão, ou que demora a secar, principalmente na época de chuva, adquire odor desagradável. Desta forma, é necessário que a roupa, principalmente a blusa, seja utilizada apenas uma vez e a parte de baixo, como calças, saias, etc, no máximo duas vezes, e após a sua utilização sejam lavadas e expostas ao sol para a secagem adequada.

As roupas devem ser lavadas com sabão constantemente.

Outras causas

Alguns problemas de saúde são causas menos comuns da bromidrose (suor malcheiroso)

Soluções

A **utilização de banhos diariamente**, sendo o **primeiro** ao acordar para passar uma manhã com o corpo limpo, pois, durante o sono o seu corpo transpira, o **segundo**, antes de sair de casa para a Faculdade, limpando o corpo e deixando-o sem odores e o **terceiro** antes de dormir para que possa ter uma noite agradável de sono.

Sempre utilizando-se de uma escova para escovar as axilas com espuma de sabão e a aplicação de um desodorante comum ao local, após o banho, é talvez a melhor solução para se evitar o mau cheiro axilar. Também manter os pelos das axilas cortados. Se não houver cuidados prévios, e se já estiver formado um revestimento amarelado em cada pelo, então é necessária a remoção dos pelos com um aparelho de barbear de imediato independentemente do tamanho. Os pelos que nascerão depois se manterão limpos se forem tomados os cuidados acima indicados. Portanto, é necessário de dois a três banhos diários para evitar o odor como dito anteriormente.

É necessário distinguir entre **desodorante** e **antitranspirante**. O primeiro cobre ou absorve os odores sem limitar a transpiração. O segundo (o mais recomendado) inibe ou restringe a transpiração por reduzir as dimensões dos poros ou por obstruir e retardar sua secreção. Hidroclorureto de alumínio é o composto mais usado em desodorantes e antitranspirantes. O talco também absorve a umidade e o odor, porém com menor resultado. Existe também a solução cirúrgica, que consiste na eliminação de parte das glândulas sudoríparas.

Não utilizar perfumes fortes durante o dia e principalmente no ambiente de estudo ou trabalho. Deixe para usá-los à noite em uma festa e durante o dia use colônias de banho mais fracas.

Mau hálito

São apontadas causas variadas para o mau hálito. É atribuído a **refluxos do estômago** que alcançam a garganta, à **inflamação das gengivas**, à simples **presença de alimentos envelhecidos retidos entre os dentes**, à **cárie dentária** e também as **amígdalas** que, *mesmo que estejam sadias*, em alguns casos têm uma estrutura que facilita a retenção de resíduos (pequenos carocinhos branco-amarelados) e neste caso o único modo de eliminar o mau hálito definitivamente é com a extirpação desses pequenos órgãos. **A pessoa deve ser encorajada a procurar junto aos profissionais em cada área a possível causa do problema.** A escovação dos dentes, para deixar os interstícios limpos (comprimindo a escova e fazendo penetrar seus fios nos espaços entre os dentes, ou usando fio-dental) e as gengivas (na parte superior e mais alta, ou na parte inferior e mais baixa) bem massageadas. A escovação deve ser realizada algumas vezes ao dia, ou seja, ao acordar, após as refeições e antes de dormir.

Cabelos

O cabelo, independentemente do estilo, deve estar **sempre limpo e bem cortado**, e a **barba feita**. Barba e cabelos crescidos e sujos geram, além de mau cheiro, coceiras devidas à **foliculite** e a **parasitas** do couro cabeludo. **Nos banhos lavar bem a cabeça.**

O Rosto

O rosto é nosso cartão de apresentação principal. Contém um grande número de informações de interesse social. Uma pessoa sagaz, analisando os traços, os movimentos e o tratamento do rosto de alguém, pode intuir muita coisa sobre a sua personalidade, por isto, devemos mantê-lo sempre limpo e cheiroso.

Acne (espinhas supuradas)

Lavar bem o rosto (e esfregar as costas com uma escova macia) é certamente uma medida eficaz para diminuir o número de espinhas ou acne, pois elimina a oleosidade excessiva da pele, pode desobstruir os poros e evitar o crescimento e a dispersão das bactérias na pele.

Limpeza do Nariz e da Garganta

Este é um tópico atroz, no que diz respeito aos hábitos da pessoa comum, pouco educada e por isso pouco respeitadora da sensibilidade alheia, da higiene pessoal em locais privados e públicos.

Não menos repugnante é aspirar ruidosamente a secreção do nariz para o fundo da garganta e engolir, o que muitos fazem sem se importar onde estão, mesmo que estejam à mesa das refeições!

Outro péssimo hábito é escarrar/cuspir na pia do banheiro, cuja bacia, nos banheiros de restaurantes ou de locais públicos, não raro mostram restos desses fluxos orgânicos. Se já está dentro de um banheiro, a pessoa deve usar o papel higiênico para assoar o nariz e lançar o papel usado no vaso e dar descarga. **Cuspir no chão/rua nem pensar.**

Desculpe-me chamar a atenção tão sinceramente para tais hábitos inadequados, mas tão comuns. Perdeu-se o hábito das pessoas levarem consigo um lenço, que deveria ter sido substituído modernamente pelo lenço de papel mas que foi simplesmente esquecido. Deve-se ter lenço de papel ou papel higiênico à mão para limpeza do nariz e também para a secreção da garganta que deve ser discretamente cuspid no papel, que será suficiente para embalar a carga a ser lançada na cesta de lixo ou em um vaso sanitário. Não tendo lenços, folhas dobradas de papel higiênico, ou mesmo guardanapos de papel, podem ser levados na bolsa ou no bolso, para as emergências.

Coriza

Se o adulto está sempre de nariz escorrendo, isto sem dúvida os prejudica no relacionamento social. Se a causa é um resfriado, necessita seja incluída em sua alimentação elementos fortificantes como cálcio e vitaminas - principalmente vitamina "C".

Mãos e unhas

O aperto de mãos quando estão suadas, sujas e pegajosas e as unhas dos dedos quando estão crescidas e abrigam sujeira, podem causar repulsa. Deve-se cuidar das unhas dos pés e das mãos. Basta usar um cortador de unhas que é simples e barato. As mulheres, mais do que os homens, atentam para o cuidado com as unhas, mas não deveriam esperar até que a pintura fique em muito mal estado para refazê-la. Esmaltes de cores claras contribuem mais para o aspecto de limpeza e elegância das mãos femininas que os esmaltes de cores escuras.

POSTURA E ELEGÂNCIA

Aparência

Boa aparência é fundamental para que a pessoa se sinta bem. O que também é importante para nosso sucesso pessoal e profissional, por isto devemos sempre observar a maneira das pessoas do grupo que convivemos e ao qual estamos inseridos, por exemplo, se vestindo, para que façamos parte do grupo social sem restrições. **Os alunos devem ir às aulas VESTINDO CALÇA CUMPRIDA, CAMISA E TÊNIS OU SAPATO COM MEIA. Os acessórios exóticos devem ser evitados, como por exemplo colares e roupas culturalmente diferentes e muito coloridas.**

Costas Retas

Viver bem começa por poder se sentir bem. E a postura é fundamental. Que tal costas retas, queixo erguido e aquele ar de quem está sempre de bem com a vida?

Olhos nos Olhos

Como é importante olhar! É o nosso primeiro contato com qualquer pessoa e deve transmitir o máximo de simpatia. Olhe sempre nos olhos da outra pessoa, sem medo. As pessoas percebem a diferença entre um olhar caloroso e um olhar indiferente.

Simpatia

Simpatia é fundamental em qualquer situação, principalmente quem lida com o público. Infelizmente não há uma regra para ser simpático, mas preocupar-se com o bem-estar das pessoas, sem dúvida, é um bom começo, com isto poderemos fazer amizades e sermos bem recebidos.

Bom Humor

Sair por aí de cara fechada, emburrado, só vai piorar o seu dia. Sorria, nem que seja necessário um esforço sobre-humano, além de melhorar o seu relacionamento com as outras pessoas. Se for muito difícil sorrir, pelo menos esteja aberto ao sorriso. Pessoas alegres mostram-se disponíveis a amizade, não tenha vergonha de aproximar-se e ser agradável.

Chiclete e Mau Odor

Não adianta nada estar com uma roupa bonita, tudo impecável, cheiroso(a), penteado(a), sapato novo ... e estar mascarando chiclete ou com mau odor. Não há elegância no mundo que resista, principalmente em sala de aula. Mascar chicletes ou comer também não é permitido de sala de aula. Essas atitudes mostram falta de respeito ao Professor(a), aos colegas e à Faculdade.

Gestos

Gesticular em excesso pode ser muito desagradável em uma conversa. Ficar duro como uma pedra é pior ainda. Se você tem tendência a gesticular demais, procure se conter um pouco, sem que isso pareça forçado. Preste atenção a pequenos vícios que podem se transformar em "tiques nervosos" incontroláveis, como levantar a sobrancelha, franzir a testa, piscar os olhos sem parar. Além de feio, acaba irritando a pessoa com quem você está falando, lembre-se que a primeira impressão é a que fica, você não vai querer ser lembrado, que é a pessoa da Faculdade que tem "tiques".

Choque de costumes culturais

O brasileiro em nível de escolaridade acima de 11 anos de classe normalmente só comem utilizando talheres (colher, garfo e faca), não andam de mãos dadas, não falam de boca cheia, mastigam com a boca fechada, não arrotam e nem expõem flatulências (gases) diante de outras pessoas.

Tratam-se simpaticamente com: Bom(a) dia/tarde/noite, pedem licença para iniciar qualquer ação ou conversa, pedem por favor, dizem obrigado e ao se despedirem falam, até logo.

Outras causas

Alguns problemas de saúde são causas menos comuns da bromidrose (suor malcheiroso)

Soluções

A **utilização de banhos diariamente**, sendo o **primeiro** ao acordar para passar uma manhã com o corpo limpo, pois, durante o sono o seu corpo transpira, o **segundo**, antes de sair de casa para a Faculdade, limpando o corpo e deixando-o sem odores e o **terceiro** antes de dormir para que possa ter uma noite agradável de sono.

Sempre utilizando-se de uma escova para escovar as axilas com espuma de sabão e a aplicação de um desodorante comum ao local, após o banho, é talvez a melhor solução para se evitar o mau cheiro axilar. Também manter os pelos das axilas cortados. Se não houver cuidados prévios, e se já estiver formado um revestimento amarelado em cada pelo, então é necessária a remoção dos pelos com um aparelho de barbear de imediato independentemente do tamanho. Os pelos que nascerão depois se manterão limpos se forem tomados os cuidados acima indicados. Portanto, é necessário de dois a três banhos diários para evitar o odor como dito anteriormente.

É necessário distinguir entre **desodorante** e **antitranspirante**. O primeiro cobre ou absorve os odores sem limitar a transpiração. O segundo (o mais recomendado) inibe ou restringe a transpiração por reduzir as dimensões dos poros ou por obstruir e retardar sua secreção. Hidroclorureto de alumínio é o composto mais usado em desodorantes e antitranspirantes. O talco também absorve a umidade e o odor, porém com menor resultado. Existe também a solução cirúrgica, que consiste na eliminação de parte das glândulas sudoríparas.

Não utilizar perfumes fortes durante o dia e principalmente no ambiente de estudo ou trabalho. Deixe para usá-los à noite em uma festa e durante o dia use colônias de banho mais fracas.

Mau hálito

São apontadas causas variadas para o mau hálito. É atribuído a **refluxos do estômago** que alcançam a garganta, à **inflamação das gengivas**, à simples **presença de alimentos envelhecidos retidos entre os dentes**, à **cárie dentária** e também as **amígdalas** que, *mesmo que estejam saudáveis*, em alguns casos têm uma estrutura que facilita a retenção de resíduos (pequenos carocinhos branco-amarelados) e neste caso o único modo de eliminar o mau hálito definitivamente é com a extirpação desses pequenos órgãos. **A pessoa deve ser encorajada a procurar junto aos profissionais em cada área a possível causa do problema.** A escovação dos dentes, para deixar os interstícios limpos (comprimindo a escova e fazendo penetrar seus fios nos espaços entre os dentes, ou usando fio-dental) e as gengivas (na parte superior e mais alta, ou na parte inferior e mais baixa) bem massageadas. A escovação deve ser realizada algumas vezes ao dia, ou seja, ao acordar, após as refeições e antes de dormir.

Cabelos

O cabelo, independentemente do estilo, deve estar **sempre limpo e bem cortado**, e a **barba feita**. Barba e cabelos crescidos e sujos geram, além de mau cheiro, coceiras devidas à **foliculite** e a **parasitas** do couro cabeludo. **Nos banhos lavar bem a cabeça.**

O Rosto

O rosto é nosso cartão de apresentação principal. Contém um grande número de informações de interesse social. Uma pessoa sagaz, analisando os traços, os movimentos e o tratamento do rosto de alguém, pode intuir muita coisa sobre a sua personalidade, por isto, devemos mantê-lo sempre limpo e cheiroso.

Acne (espinhas supuradas)

Lavar bem o rosto (e esfregar as costas com uma escova macia) é certamente uma medida eficaz para diminuir o número de espinhas ou acne, pois elimina a oleosidade excessiva da pele, pode desobstruir os poros e evitar o crescimento e a dispersão das bactérias na pele.

Limpeza do Nariz e da Garganta

Este é um tópico atroz, no que diz respeito aos hábitos da pessoa comum, pouco educada e por isso pouco respeitadora da sensibilidade alheia, da higiene pessoal em locais privados e públicos.

Não menos repugnante é aspirar ruidosamente a secreção do nariz para o fundo da garganta e engolir, o que muitos fazem sem se importar onde estão, mesmo que estejam à mesa das refeições!

Outro péssimo hábito é escarrar/cuspir na pia do banheiro, cuja bacia, nos banheiros de restaurantes ou de locais públicos, não raro mostram restos desses fluxos orgânicos. Se já está dentro de um banheiro, a pessoa deve usar o papel higiênico para assoar o nariz e lançar o papel usado no vaso e dar descarga. **Cuspir no chão/rua nem pensar.**

Desculpe-me chamar a atenção tão sinceramente para tais hábitos inadequados, mas tão comuns. Perdeu-se o hábito das pessoas levarem consigo um lenço, que deveria ter sido substituído modernamente pelo lenço de papel mas que foi simplesmente esquecido. Deve-se ter lenço de papel ou papel higiênico à mão para limpeza do nariz e também para a secreção da garganta que deve ser discretamente cuspido no papel, que será suficiente para embalar a carga a ser lançada na cesta de lixo ou em um vaso sanitário. Não tendo lenços, folhas dobradas de papel higiênico, ou mesmo guardanapos de papel, podem ser levados na bolsa ou no bolso, para as emergências.

No mercado de trabalho, assim como na vida pessoal temos que nos adequar as necessidades e a novas experiências, desta forma aprendam com o novo ou com o local, aproveitem as experiências, vivam o dia-a-dia como se fosse o mais importante e sejam bem-vindos à nova cultura.

MUITA ATENÇÃO

Nas Faculdades, existem profissionais de ouvidoria ou de coordenação ou supervisão que são responsáveis por conversar com alunos que não sigam as condutas orientadas acima, ou que não atendam ao Regulamento interno da Faculdade. Estes profissionais agem quando são questionados (reclamações) por outros alunos, colegas de sala, que porventura estejam incomodados com algum ponto ou por observação dos Professores e demais funcionários.

Ao se sentirem incomodados ou quiserem sugestões de ordem coletiva, devem depositar reclamação ou sugestão na caixa de reclamações ou de sugestões, nos atendimentos das Faculdades. Eles serão lidos e tratados.

Assuntos acadêmicos são atendidos mediante requerimento no atendimento das Faculdades.

Cientificamos que mensalmente será remetido relatório para os órgãos de controle federal do Brasil, as posições acerca de: FREQUÊNCIA e NOTAS DE TRABALHOS ACADÊMICOS E TESTES e SITUAÇÃO FINANCEIRA DO PAGAMENTO DAS MENSALIDADES E TAXAS UNIVERSITÁRIAS, como indicadores de controle da imigração.

Portanto, esclarecemos que estas posições acima devem ser consideradas prioridade pessoal e em hipótese alguma devem deixar de atender estas obrigações acadêmicas (obtida estudando pelo menos três horas por dia) e financeiras.

OS VALORES DE MATRÍCULA E DAS MENSALIDADES SÃO conforme amplamente divulgado na GB as seguintes:

Dia de vencimento da mensalidade: dia 10 de cada mês .

Cursos de Informática (Fac.EVO e FATENE): R\$ 210 até o vencimento e R\$ 250 + juros e multa após o vencimento (com um ou mais dias atraso).

Cursos de Gestão (Fac.EVO e FATENE): R\$ 190 até o vencimento e R\$ 230 + juros e multa após o vencimento (com um ou mais dias atraso).

Curso Gestão de Tecnologia da Informação (Fatene Damas): R\$ 165 até o vencimento e R\$ 206 + juros e multa após o vencimento (com um ou mais dias atraso)

Cursos de Educação Física e Serviço Social (Fatene Caucaia): R\$ 270 até o vencimento e R\$ 338 + juros e multa após o vencimento (com um ou mais dias atraso)

Curso de Enfermagem (Fatene Caucaia): R\$ 470 até o vencimento e R\$ 588 + juros e multa após o vencimento (com um ou mais dias atraso).
